



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**

**Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos**

**Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança**

**Motivação Geopolítica para a Presença das Forças Armadas  
na Região da Foz do Rio Amazonas**

**Mestrando: JOSÉ EUSTÁQUIO NOGUEIRA GUIMARÃES**

**Orientador: PROF. DR. EURICO DE LIMA FIGUEIREDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos.

**Niterói – RJ**

**Ano 2020**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

???? Guimarães, J. Eustáquio Nogueira.

Motivação geopolítica para a presença das Forças Armadas na região da foz do rio Amazonas. – 2020.

201 f. ; il.

Orientador: Eurico de Lima Figueiredo.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2020.

Bibliografia: f. 152-162.

1. Amazônia. 2. Geopolítica. 3. Forças Armadas. I. Figueiredo, Eurico de Lima. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos.

**JOSÉ EUSTÁQUIO NOGUEIRA GUIMARÃES**

**MOTIVAÇÃO GEOPOLÍTICA PARA A PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NA  
REGIÃO DA FOZ DO RIO AMAZONAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos.

Aprovada em \_\_\_ de maio de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor EURICO DE LIMA FIGUEIREDO – Orientador  
PPGEST-INEST/UFF

---

Professor Doutor MARCIO ROCHA – Avaliador Titular Interno  
PPGEST-INEST/UFF

---

Professor Doutor RONALDO CARMONA – Avaliador Titular Externo  
ESG/MD

**Examinadores Suplentes**

---

Professor Doutor ANDRÉ LUIZ VARELA NEVES – Avaliador Suplente Interno  
PPGEST-INEST/UFF

---

Professora Doutora MÓNICA E. BRUCKMANN MAYNETTO – Avaliadora Suplente Externa  
IFCS/UFRJ

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, que me ofereceram exemplos de vida que balizam meu esforço de superação pessoal.

À Rosa, pelo apoio inquestionável em todos os momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos mestres que tive ao longo da vida, que serviram de referência para meu processo de busca de conhecimento.

Ao Instituto de Estudos Estratégicos, por intermédio de seus professores, que persistem no sonho de levar os Estudos Estratégicos para o debate na sociedade brasileira.

Ao Exército Brasileiro, matriz de meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

À Escola Superior de Guerra, pelo estímulo para viver novas oportunidades profissionais.

**Resumo:**

Esta dissertação tem como foco o incremento do efetivo das Forças Armadas na região da foz do rio Amazonas nos últimos 10 anos. O estudo incluiu a evolução histórica da presença militar na Amazônia desde os tempos no início da colonização europeia até o presente momento. A análise concluiu que a motivação geopolítica foi o aspecto mais relevante para o aumento do efetivo militar na região, com destaque para a atuação do Exército Brasileiro. Ficou evidente a variedade de atribuições específicas para as Forças Armadas, relevantes para a alocação e reestruturação da ação do Estado na área.

Palavras-chave: Amazônia. Geopolítica. Forças Armadas. Exército.

## ABSTRACT

This dissertation focuses on increasing armed forces troops in the region of the mouth of the Amazon River, in the last 10 years. The study included the historical evolution of the military presence in the Amazon from the beginning of European colonization to the present. The analysis concluded that the geopolitical motivation was the most relevant aspect for the increase of the military force in the region, with emphasis on the presence of the Brazilian Army. The variety of specific duties for the Armed Forces was evident and relevant to the allocation and restructuring of State action in the area.

Keywords: Amazon. Geopolitics. Armed Forces. Army.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.B.C. – Argentina, Brasil e Chile  
ABED – Associação Brasileira de Estudos de Defesa  
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência  
AEB – Agência Espacial Brasileira  
AED - Ações Estratégicas de Defesa  
ALBRAS – Alumínio Brasileiro S.A.  
ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana  
ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão  
ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A.  
AM – Estado do Amazonas  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANPHLAC – Associação Nacional de Pesquisadores e professores de História das Américas  
AP – Estado do Amapá  
ASDX – *Amazon Security and Defence Exhibition*  
ATTO – *Amazonian Tall Tower Observatory*  
BAvEx – Batalhão de Aviação do Exército  
BBC – *British Broadcasting Corporation*  
Bda Inf SI – Brigada de Infantaria de Selva  
BIS – Batalhão de Infantaria de Selva  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BR – Rodovia sob administração federal  
C<sup>2</sup> – Comando e Controle  
CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia  
CCOMSEX – Centro de Comunicação Social do Exército  
CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica  
CEEEEx - Centro de Estudos Estratégicos do Exército  
CEF – Companhia Especial de Fronteira  
CEMCFA – Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas  
CINDACTA – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo



CMA – Comando Militar da Amazônia  
CMN – Comando Militar do Norte  
CN – Congresso Nacional  
COFA – Comitê Organizador do Fundo Amazônia  
COMAE – Comando de Operações Aeroespaciais  
COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento  
DEC – Departamento de Engenharia e Construção (Exército)  
DEF – Destacamento Especial de Fronteira  
DF – Distrito Federal  
DGP – Departamento-Geral do Pessoal (Exército)  
DOM – Diretoria de Obras Militares (Exército)  
DN – Distrito Naval  
EB – Exército Brasileiro  
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
ED – Estratégia de Defesa  
EFC – Estrada de Ferro Carajás  
EID – Eixo de Integração e Desenvolvimento  
EME – Estado-Maior do Exército  
ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa  
END – Estratégia Nacional de Defesa  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos da América  
FAB – Força Aérea Brasileira  
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão  
G7 – Grupo dos sete países mais industrializados do mundo  
Gen – General  
GLO – Garantia da Lei e da Ordem  
GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República  
IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço (Aeronáutica)  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S.A.  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia  
INEST – Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas  
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica  
LBA – *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on the Amazon*  
LC – Lei Complementar  
MA – Estado do Maranhão  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MB – Marinha do Brasil  
MD – Ministério da Defesa  
MMF – Missão Militar Francesa  
MRE – Ministério das Relações Exteriores  
NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA  
NASA – *National Aeronautics and Space Administration*  
NEP – Núcleo dos Estudos Prospectivos  
OM – Organização Militar  
OND – Objetivo Nacional de Defesa  
ONG – Organização Não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PA – Estado do Pará  
PEF – Pelotão Especial de Fronteira  
PGC – Projeto Grande Carajás  
PIB – Produto Interno Bruto  
PND – Política Nacional de Defesa  
PNR – Próprio Nacional Residencial

PNSIC – Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas

PP-G7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras

PPGEST – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos do INEST/UFF

PROBEM – Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica

PROFEST – Projeto Força no Esporte

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

R2P – Responsabilidade de Proteger (*Responsability to Protect*)

ReFron – Reconhecimento de Fronteira

REMAN – Refinaria de Manaus

RFI – *Request for Information* (Solicitação de Informações)

RM – Região Militar

RJ – Estado do Rio de Janeiro

RRIM – Reuniões Regionais de Integração Militar

RS – Estado do Rio Grande do Sul

SCAI – Subchefia de Assuntos Internacionais

SGDC – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRON – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SPVEA – Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

Sup – Suprimento

TCU – Tribunal de Contas da União

UHE – Usina Hidrelétrica

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 – Viagens de Américo Vespúcio .....	29
Figura 2 – O arbitramento de 1900.....	52
Figura 3 – Áreas de poder, segundo Mackinder.....	62
Figura 4 – Bacia do rio Amazonas .....	69
Figura 5 – Os antagonismos da América do Sul, segundo Travassos. Atlântico x Pacífico e Amazonas x Prata .....	78
Figura 6 – Rede coletora dos afluentes andinos do Amazonas, com destaque para os nudos .....	80
Figura 7 – Bacia Amazônica, com destaque para a porção boliviana .....	81
Figura 8 – Proposta de redivisão territorial de Siqueira Campos .....	88
Figura 9 – Proposta de redivisão territorial da Amazônia, de Samuel Benchimol.....	89
Figura 10 – Ferrovia Norte-Sul e sua integração com a malha ferroviária nacional.....	95
Figura 11 – Projeto Amazônia Oriental.....	99
Figura 12 – Densidade demográfica do Brasil (2010).....	102
Figura 13 – Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço .....	106
Figura 14 – Terras Indígenas nas proximidades da fronteira norte do Brasil.....	110
Figura 15 – <i>Carretera Marginal de la Selva</i> .....	114
Figura 16 – Áreas protegidas do estado do Amapá.....	128

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO MILITAR DA REGIÃO DA FOZ DO RIO AMAZONAS .....	25
1.1 A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A GEOPOLÍTICA .....	25
1.2 PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES À AMAZÔNIA.....	28
1.3 A ORGANIZAÇÃO MILITAR LUSITANA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA .....	30
1.4 A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E O PAPEL DE BELÉM .....	39
1.5 OCUPAÇÃO, DEFESA E DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS DO AMAPÁ.....	46
1.6 A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO NO RIO AMAZONAS.....	54
1.7 CONCLUSÃO PARCIAL.....	56
CAPÍTULO 2 - A GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA FOZ DO AMAZONAS .....	59
2.1 AS TEORIAS CLÁSSICAS DA GEOPOLÍTICA E A AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA.....	59
2.1.1 AS IDEIAS DE MACKINDER .....	60
2.1.2 ASPECTOS DA ABORDAGEM DE MAHAN .....	66
2.1.3 QUESTÕES DA TEORIA DE SPYKMAN .....	68
2.2 ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA REGIÃO POR AUTORES BRASILEIROS.....	76
2.2.1 AS COMUNICAÇÕES DE MARIO TRAVASSOS .....	76
2.2.2 A GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA DE MEIRA MATTOS .....	86
2.2.3 THEREZINHA DE CASTRO E AS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA .....	107
2.2.4 FRONTEIRAS E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DE BERTHA BECKER.....	112
2.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	119
CAPÍTULO 3 - O DISPOSITIVO MILITAR NA REGIÃO DA FOZ DO RIO AMAZONAS .....	122
3.1 BASES LEGAIS PARA A PRESENÇA MILITAR.....	122
3.2 PERCEPÇÕES DA ACADEMIA SOBRE O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIÃO.....	125
3.3 A QUESTÃO AMBIENTAL .....	129
3.4 O PLANEJAMENTO DA DEFESA PARA A AMAZÔNIA – PND E END.....	131
3.5 AS PERCEPÇÕES DE CADA FORÇA ARMADA .....	137
3.5.1 EXÉRCITO .....	137
3.5.2 MARINHA .....	144

3.5.3 FORÇA AÉREA .....	146
3.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	151
BIBLIOGRAFIA .....	153
ANEXO 1 – ENTREVISTA COM O COMANDANTE MILITAR DO NORTE .....	164
ANEXO 2 – ENTREVISTA COM O COMANDANTE DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA.....	177
ANEXO 3 – APRESENTAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO DCTA/FAB.....	185
ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO COMANDANTE DO 4º DISTRITO NAVAL .....	187
ANEXO 5 - A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS – BRIG ARY.....	194
ANEXO 6 – A AMAZÔNIA BRASILEIRA E SEU ENTORNO GEOGRÁFICO – GEN BDA QUINT.....	197

## INTRODUÇÃO

A grandeza das dimensões territoriais da Amazônia brasileira é impactante. São mais 5 milhões de km<sup>2</sup>, maior que a Índia, a sétima maior superfície do planeta, que conta com 3,3 milhões de km<sup>2</sup>. A área compreendida como Amazônia Legal representa 59% do território nacional, mas abriga menos de 13% de sua população (BRASIL, 2018). Tal desequilíbrio demográfico reflete-se no desequilíbrio econômico. A contribuição da região Norte para o PIB brasileiro é de 5,4%. Para fins de comparação, a região Sudeste gerou 53,2% do total do Produto nacional<sup>1</sup>, conforme dados do IBGE de 2016.

O potencial econômico da região – devido às riquezas do seu subsolo e da biodiversidade – é conhecido, porém são adversas e inóspitas as condições para a ocupação humana. Entretanto, à medida que a ciência avança, novos argumentos surgem para reforçar a importância da região para o País e para o mundo. O debate sobre o presente e o futuro do meio ambiente no planeta trouxe a região ao centro dos fóruns internacionais que discutem a clima na América do Sul e na manutenção das reservas genéticas tanto de espécies da fauna como da flora.

Esse contraste entre a potencialidade da região e a reduzida presença humana evidencia-se como fator de debilidade nacional na medida em que demonstra que esse imenso território não foi ainda devidamente apropriado pela sociedade brasileira. É notória a ausência da ação efetiva das diversas agências estatais, tanto no suporte à população lá residente, como na própria afirmação da soberania nacional na região. Com exceção das Forças Armadas, que têm aumentado, ao longo das últimas décadas, seus efetivos na região, poucos são os órgãos que têm cumprido suas funções de apoio à população nas áreas de saúde, educação, segurança pública, transportes, energia, água e esgoto, controle de fronteiras, entre outras. Os desafios se agigantam. Surgem questões relevantes a serem respondidas, como por exemplo: Como incorporar essa imensa parcela de território ao conjunto do Estado brasileiro? Como desenvolvê-la e colocá-la em compasso com o restante do país? Como se apropriar de suas imensas riquezas sem a destruição ambiental ocorrida em outros biomas? A hipótese central desta dissertação é que as Forças Armadas –

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23038-contas-regionais-2016-entre-as-27-unidades-da-federacao-somente-roraima-teve-crescimento-do-pib>. Acesso em 23 jan. 2020.



notadamente o Exército Brasileiro – vêm reforçando seus efetivos no espaço em lide por motivação geopolítica.

Na medida em que questões como essas não encontram respostas prontas e eficazes em políticas de Estado autossustentáveis ao longo do tempo, há de se indagar qual a melhor forma do Estado brasileiro defender a região contra interesses alheios. As forças de defesa devem se basear em pressupostos geopolíticos para estruturar seus efetivos? Quais as regiões mais relevantes para a concentração de tropas em função das demandas para a tropa? Na busca de aprofundar tais questões, esta dissertação elegeu a região da foz do rio Amazonas como de importância capital para a garantia da posse de toda a região, tendo em vista o papel geopolítico por ela desempenhado.

Dessa forma, foi adotada a perspectiva da Geopolítica como fator prioritário para a organização da defesa. Essa hipótese foi confrontada com a realidade do emprego das forças com outras motivações no decorrer deste estudo. A perspectiva geopolítica, entretanto, é a linha condutora da pesquisa. A dificuldade da integração da região com o restante do território nacional tem sido um grande desafio enfrentado pelo Estado brasileiro desde o período colonial. Ela é, ao mesmo tempo, uma vulnerabilidade para a defesa nacional e um entrave para o desenvolvimento. Vulnerabilidade porque, estando afastada e não sendo ocupada, e sendo rica em potencial de recursos os mais amplos e diversos, pode ensejar pretensões de interesses contrários aos brasileiros. Entrave porque os escassos meios de transporte na região, tanto para acesso dos bens que a economia local não consegue suprir, quanto para o escoamento da produção local, não favorecem o desenvolvimento regional.

Para integrar é fundamental a existência de meios de transporte. Na Amazônia, o modal fluvial tem sido o mais utilizado ao longo da história. Alguns pesquisadores atentaram para esse aspecto. Mário Travassos, em sua obra “Projeção Continental do Brasil”, destacou a importância dos rios que formam a bacia Amazônica como meio de comunicação (TRAVASSOS, 1938). De fato, desde os tempos iniciais da ocupação humana da área, que se inicia com os povos originários, até hoje, tem sido principalmente por meio do transporte fluvial que as riquezas têm sido exploradas e os serviços necessários têm se movimentado na região amazônica. Além de meio de transporte, os rios também significam importante fonte de sobrevivência para a população ribeirinha, em especial por meio da pesca.

Nicholas Spykman (SPYKMAN, 1942), geógrafo e geoestrategista de renome internacional, em sua obra *America's Strategy in World Politics*, analisa em duas passagens o impacto da comunicação hidroviária na Bacia do Amazonas.

Até depois da Primeira Guerra Mundial, o principal produto desta zona tropical era a borracha, que tinha como destino final os centros industriais do Atlântico Norte, mais facilmente alcançados por meio do Amazonas. (SPYKMAN, 1942, p. 346) <sup>2</sup>

E ainda:

Esta área (Bacia Amazônica) conta com excelente sistema de comunicação leste-oeste no rio Amazonas e seus afluentes, mas representa um obstáculo quase intransponível para deslocamentos na direção norte-sul. ((SPYKMAN, 1942, p. 406). <sup>3</sup>

O rio consiste no meio de transporte disponível e barato para o desenvolvimento das atividades humanas na área abrangida por sua bacia. Dessa forma, é crucial o papel da foz do rio para o controle do acesso ao interior da região. A partir da foz, em direção do mar, abrem-se inúmeras rotas de navegação oceânicas e quem a controla detém poder considerável sobre toda a região abrangida pela bacia. Tal controle não é uma tarefa simples.

A almejada integração tem sido incrementada com a utilização também de outros modais. A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou a tomar ações mais assertivas no sentido de estabelecer ligação terrestre com os centros populacionais da região amazônica. A construção da Belém-Brasília e de Brasília, no final da década de 1950, foram marcos decisivos no processo de integração nacional. O impacto dessa ligação pode ser observado nos níveis de densidade populacional mais elevados na região leste do estado do Pará, onde se encontra Belém, em comparação com as demais regiões amazônicas. O desmatamento provocado pela ocupação desordenada decorrente desse modal trouxeram preocupações ambientais quanto ao modelo utilizado. Sabe-se, atualmente, da importância do papel ambiental desempenhado pela floresta em pé. A ausência do Estado brasileiro nessa região também é apontada como uma das causas de elevados índices de insegurança local. A presença das Forças Armadas surge como possibilidade

---

<sup>2</sup> Until after the First World War, the principal product of this tropical zone was rubber, which had an ultimate destination in the industrial centers around the North Atlantic, most easily reached by way of the Amazon. Tradução do autor, JENG.

<sup>3</sup> This area has an excellent system of east-west communication in the Amazon River and its tributaries, but it represents an almost insurmountable obstacle for movement in a north-south direction. Tradução do autor, JENG

de manutenção de uma paz social relativa enquanto não há recursos para estruturar os meios específicos para esses fins.

A maior fixação da população na região da foz do Amazonas em relação a outras áreas da Amazônia tem sido uma realidade observada ao longo da história. O encontro entre as rotas fluviais e marítimas abriu a oportunidade para o estabelecimento de portos, com geração de empregos, oportunidades de trabalho e atração de capital, aspectos esses considerados importantes para o desenvolvimento econômico. Os núcleos populacionais estabelecidos na região da foz tornaram-se, assim, na perspectiva da defesa, objetivos militares a serem defendidos e, ao mesmo tempo, base para a conscrição de tropa, facilitando a organização de estruturas militares mais robustas com mão-de-obra local. Assim, a existência de núcleos urbanos mais volumosos e com melhores níveis educacionais aumentou a capacidade operacional das tropas desdobradas na região. Em outro sentido, também é importante ressaltar a participação das Forças Armadas na criação de condições favoráveis para a vida nas regiões menos povoadas, abrindo espaço para o acesso de nacionais em áreas de pouca presença humana. Acesso à energia, comunicações, saúde e educação têm sido a contribuição dos pelotões de fronteira ao esforço nacional de ocupar o território amazônico. Dessa forma, a motivação para a presença militar não tem se resumido exclusivamente à função de defesa do território. Ela tem tido uma dimensão mais ampla, aspecto que tem sensibilizado os governantes ao longo dos últimos anos. Dessa maneira, a presente pesquisa tratou de analisar as motivações de presença militar não apenas no aspecto mais óbvio da defesa contra invasões de outros Estados. Buscou-se considerar a questão amazônica sob diversas perspectivas em que o aparelho militar tenha sido utilizado para colaborar no aumento da capacidade de integração do Estado nacional brasileiro.

Os impactos provocados pelo ser humano nas condições de vida do planeta ou, como uma forte corrente de cientistas considera, no clima, valorizaram o papel desempenhado pela grande massa de vegetação que conforma a região amazônica. O Brasil, responsável pela maior parte desse território, passou a sofrer pressões de grupos ambientalistas e de organizações internacionais para que esse bioma fosse preservado. Esse tem sido, atualmente, o grande desafio enfrentado pelo Estado brasileiro quando o tema tratado é Amazônia. Assim, algumas perguntas são colocadas em debate e demonstram a dificuldade de se estruturar um projeto adequado para o desenvolvimento da região. Será possível integrar a região amazônica ao restante do território nacional, tornando-a capaz de permitir o usufruto de suas riquezas por seus habitantes sem destruir a floresta? Quais

serão as atividades econômicas que poderão ser desenvolvidas pela população da região que minimizem os danos ambientais? Por outro lado, as motivações das pressões sofridas pelo Brasil em relação à Amazônia guardam origens meramente ambientais? Não haverá outros interesses em jogo, inclusive de outras nações? Serão tais interesses de natureza política (relativos ao próprio controle soberano da região) ou econômica (relativos – principalmente, mas não apenas - às riquezas naturais da região, ainda não completamente avaliadas) que balizam a questão ambiental?

Pelas possibilidades embutidas nas questões acima, o Estado brasileiro tem buscado garantir a soberania sobre a região amazônica desdobrando efetivos das Forças Armadas capazes de inibir eventuais pressões calcadas no poder militar. Para materializar essa preocupação, o Exército Brasileiro, entre outras ações, criou um novo comando militar de área (Comando Militar do Norte – CMN), chefiado por um oficial-general do último posto, em Belém-PA, em 2013, e implantou uma brigada de infantaria de selva (22ª Brigada de Infantaria de Selva – Brigada da Foz), em Macapá-AP, em 2018. A Marinha do Brasil estuda, conforme orientação da Política Nacional de Defesa de 2012, a criação de uma segunda esquadra, com sede no Maranhão, para melhor defender a foz do Amazonas, além de ampliar seus efetivos nessa região. A Força Aérea, em sua reformulação iniciada em 2016, manteve o comando de oficial-general na Ala 9 (com sede em Belém-PA), tendo desativado uma série de comandos na região atlântica.

A hipótese central desta dissertação é que as Forças Armadas – notadamente o Exército Brasileiro – vêm reforçando seus efetivos no espaço em lide por motivação geopolítica. Por sua vez, uma contraposição a essa hipótese pode ser aventada. Seria a possibilidade de que o aumento da capacidade militar na região estaria relacionado prioritariamente ao emprego de um instrumento disponível do Estado para promover o desenvolvimento da região. Essa última, porém, é uma possibilidade com falhas na origem, pois a razão fundamental das Forças Armadas é a defesa da Pátria, a defesa da soberania. Se a necessidade maior para a região fosse a construção de estradas, por exemplo, O Estado agiria por intermédio do Ministério da Infraestrutura e não por meio do Ministério da Defesa, em particular do Exército. A missão fundamental das Forças Armadas deve ser prover capacidade dissuasória crível para se contrapor às pressões internacionais no momento de tomada de decisões. Isso, entretanto, não impede que os militares possam colaborar no esforço nacional de integração.

Sob essa perspectiva, a maior presença das Forças Armadas na região permite, por sua vez, que elas possam participar das atividades subsidiárias, em prol do desenvolvimento nacional,

em caráter secundário. Exemplos de tais atividades são a construção de estradas e ferrovias, a participação de hospitais e postos de saúde militares em apoio às populações ribeirinhas, as ações de segurança pública nos grandes centros urbanos, o combate aos crimes transfronteiriços e ambientais, entre outras. Essa abertura do leque de tarefas consideradas de não-guerra para os militares não é uma exclusividade brasileira. Outros países também o fazem, especialmente no complemento de ações policiais e de inteligência. O principal aspecto que justifica o emprego da força militar em outras tarefas, sem sombra de dúvidas, é a reduzida presença da estrutura do Estado brasileiro na região amazônica em geral, e em consequência, na região em estudo, que é a área no entorno da foz do rio Amazonas. Na ausência de agências específicas do Estado eficazes nas áreas de segurança pública, controle de fronteiras, saúde, educação, engenharia, fiscalização ambiental, entre outras, as Forças Armadas são empregadas para suprir tais carências. Se no Centro-Sul do País os argumentos levantados contra a participação dos militares nas tarefas de segurança pública, por exemplo, podem encontrar fundamentos razoáveis, não parece ser este o caso da região Norte. Nessa última região, as Forças Armadas ainda são uma maneira mais econômica do Estado de se fazer presente, até que prioridades orçamentárias sejam alocadas para organizar as agências adequadas para resolver os problemas locais e os militares possam aplicar-se tão somente aos seus objetivos-fim. O cuidado a se tomar nesse caso, entretanto, é o desvio de funcionalidade. A profissão militar tem *ethos* muito peculiar. A possibilidade do combate convencional e a prioridade para o preparo para esse fim deve estar sempre presente quando se considera a alocação de tropas na região. A defesa da soberania, do território brasileiro, deve ser a razão prioritária para o desdobramento de efetivos militares.

A relevância geopolítica da região da foz do Amazonas foi salientada por vários geopolíticos brasileiros e estrangeiros. A obra de Mario Travassos, “Projeção Continental do Brasil”, publicada em 1938, apontou o potencial hidroviário da região amazônica como instrumento de integração dos países do norte da América do Sul, especialmente como meio de comunicação com os países andinos, como pode ser identificado em trecho de seu texto:

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso que dispõe do rio Amazonas como via natural e sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. (TRAVASSOS, 1938, p.113-114)

Meira Mattos também destinou parte de sua obra, “Uma geopolítica pan-amazônica”, para tratar de temas específicos da região da foz, como a Questão do Amapá, que envolveu disputa territorial e até a tentativa de fundação de uma república independente (República do Cunani) que incluía área do território brasileiro ao sul do Oiapoque (MATTOS, 1980, p. 43).

A análise geopolítica de Nicholas Spykman também mostra a crueza da ambição internacional, expostos de forma bem clara. Ele demonstrou claramente o interesse norte-americano na Amazônia à época de seu texto e estabeleceu inclusive comparações de poder nacional, com o uso do poder militar para o controle do acesso à bacia amazônica.

A força relativa dá aos Estados Unidos uma enorme vantagem, mas a distância relativa oferece proteção considerável a esses estados do sul. É verdade que nossa marinha, operando a partir de bases no Mediterrâneo americano, poderia bloquear a saída da bacia amazônica e dos portos do norte do Brasil, mas o verdadeiro centro político e econômico desse país se encontra além da saliência e fora do raio de operações navais simples. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>4</sup>) (SPYKMAN, 1942, p. 61-62).

Assim, os motivos históricos listados neste estudo, que, apesar de antigos, podem ainda reverberar no inconsciente coletivo dos planejadores de outros países, foram também considerados para reforçar a hipótese inicial da motivação geopolítica como fator prioritário para a instalação de novos contingentes militares na região da foz do Amazonas.

A definição geográfica da região de estudo levou em consideração o papel que ela desempenha como portal de entrada da Amazônia, utilizando-se o modal mais importante naquela região, que é o fluvial. Aspectos históricos e conjunturais, especialmente a organização administrativa dos comandos militares, também influenciaram para a definição de uma área mais ampla do que o simples acidente geográfico do delta amazônico. O impacto da fronteira com a França e o papel do Maranhão na defesa da foz foram ainda considerações aceitas para a definição geográfica da área de interesse da pesquisa.

O marco temporal considerado foram os últimos 10 anos, de modo a caracterizar as consistentes mudanças ocorridas nesse período e permitir uma limitação que pudesse explorar com mais profundidade os fatos ocorridos nesse intervalo de tempo. Embora tenha se buscado a realização de uma pesquisa neutra, este pesquisador reconhece que sua vivência dentro da estrutura

---

<sup>4</sup> Relative strength gives the United States an enormous advantage, but relative distance gives these southern states considerable protection. It is true that our navy, operating from bases in the American Mediterranean, could blockade the exit of the Amazon basin and the ports of northern Brazil, but the real political and economic center of that country lies beyond the bulge and outside the radius of simple naval operations.

do Estado brasileiro, torna sua perspectiva enviesada para a observação dos impactos sobre o interesse nacional. Entretanto, quando foi considerado adequado, foram apresentadas outras análises, baseadas na observação de pesquisadores de outros países, de forma a enriquecer os dados.

A pesquisa utilizou-se principalmente de recursos bibliográficos, de fontes históricas e de clássicos reconhecidos da geopolítica. A fim de buscar corroborar os argumentos da hipótese, além das fontes bibliográficas, também foram investigadas fontes primárias que pudessem expressar o pensamento dos dirigentes das Forças Armadas, quer por meio de matéria publicada oficialmente nos sites oficiais, quer em palestras de autoridades. Para complementar, foram realizadas ainda entrevistas com alguns dos comandantes locais.

Buscou-se uma visão ampla das atividades desenvolvidas pelas três Forças Armadas, mas, pela maior presença na região amazônica e pela maior facilidade de acesso às fontes do Exército, os dados colhidos desta Força têm maior visibilidade. A pesquisa está longe de esgotar o tema. Em seu desenrolar muitas outras questões surgiram, que poderiam estimular a curiosidade de futuras pesquisas, como, por exemplo, o papel do Ministério da Defesa na integração das ações das Forças Armadas na região ou ainda na discussão de quais estratégias podem ser adotadas pelas Forças para que o preparo tenha realmente efeito dissuasório, tornando-se capaz de eliminar, minimizar ameaças ou se contrapor de forma eficaz contra elas.

A dissertação está organizada em três capítulos, além dessa introdução e de uma parte conclusiva.

O primeiro capítulo propôs reconstituição da presença militar na região da foz. Voltando ao início do período colonial, buscou-se entender a lógica portuguesa de ocupação militar da Amazônia para entender o dispositivo existente na atualidade. Interesses externos foram identificados desde Tordesilhas, entendidos como importantes para a identificação das áreas de maior atenção para a defesa. O entendimento da organização militar portuguesa foi necessário, tendo em vista que o território em questão foi incorporado pelos lusitanos e transferido ao Brasil já praticamente definido por ocasião da independência. A participação da sociedade civil na defesa, durante o período colonial, em função da impossibilidade do Estado se fazer presente naquele imenso território merece ser destacada. Nesse período, vale ressaltar ainda o caráter dual (militar e econômico) das bandeiras lançadas para o interior da bacia amazônica, a partir de Belém. Também é identificado o interesse francês na região, que é configurado com a criação de Caiena

no início do século XVII, após a tentativa de instalação de uma colônia no Maranhão, e as disputas pelo Amapá que duraram mais de dois séculos.

O capítulo seguinte visou entender os fundamentos geopolíticos da presença militar na região. Baseado nas ideias clássicas de Mackinder e Spykman, foi identificado o papel relevante da foz do rio Amazonas como acesso ao *heartland* amazônico, podendo-se caracterizar a região em estudo como uma *fímbria* (zona tampão) no conceito do holandês-americano. A essas premissas são agregadas as análises de geopolíticos brasileiros como Travassos, Meira Mattos e Bertha Becker, que atualizaram e colocaram uma lente sobre as questões específicas da geografia da região que trazem impacto para a política, e conseqüentemente para a organização do dispositivo militar. O impacto da questão ambiental sobre a soberania nacional foi discutido por Terezinha de Castro e analisada em função de fatos ocorridos por ocasião dos incêndios na Amazônia em 2019.

O terceiro capítulo focou na presença militar na região. Inicialmente analisou as previsões constitucionais e de outros instrumentos legais de emprego das Forças Armadas, buscando identificar a coerência entre o constante da lei e as ações realizadas. Também foram listados posicionamentos institucionais nas páginas oficiais da internet do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, artigos publicamente em veículos de divulgação do pensamento militar, assim como depoimentos de autoridades militares locais.

**Nas considerações terminais foram sumarizados os argumentos desenvolvidos no decorrer da dissertação e estabelecidas as principais conclusões.**

**Em derradeiro, há de se registrar a inclusão dos anexos ao final deste trabalho. Eles foram incluídos como fonte primária que dão sustentação documental à presente investigação e também por não se acharem disponíveis de outra forma. Supostamente, assim, ao enriquecerem empiricamente esta pesquisa, permitirão que outros pesquisadores interessados na temática possam deles fazer o melhor proveito.**



## **CAPÍTULO 1 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO MILITAR DA REGIÃO DA FOZ DO RIO AMAZONAS**

*Certas frases atribuídas ao futuro Barão, como, por exemplo, território é poder, poderiam ter sido facilmente ditas por qualquer dos Estadistas europeus contemporâneos seus como Bismarck, Disraeli ou os expansionistas franceses, russos, austríacos. Os valores e convicções que formavam seu universo moral não se distinguem também dos desses mesmos contemporâneos. A política internacional não passa de uma luta de poder definido em termos de interesses nacionais. Embora se deva respeitar o patrimônio comum de valores éticos e jurídicos do Ocidente cristão, ninguém deve iludir-se: o que conta, em última análise, é a correlação de forças.*

*Rubens Ricupero*  
(GOES FILHO, 2015, p. 306)

Este capítulo está organizado em seis partes. A primeira busca o nexos conceitual entre a história e a geopolítica, apresentando a primeira como ferramenta para identificar motivações da segunda. A segunda retoma as origens das primeiras expedições europeias à Amazônia, de forma a caracterizar o interesse internacional pela região desde os primórdios da colonização. A terceira apresenta um apanhado da ocupação lusitana no Brasil e na Amazônia, com destaque para o papel do componente militar. A quarta aprofunda nas ações desenvolvidas para a ocupação da Amazônia, evidenciando a função geopolítica da região da foz, mais especificamente a cidade de Belém, que foi o núcleo humano integrador de tais ações. A quinta parte se dedica a apresentar como se deu a ocupação do Amapá e as extensas disputas territoriais entre França e Portugal para garantir sua posse. A última parte relembra o episódio da abertura do rio Amazonas para a navegação internacional, evidenciando as pressões internacionais que ocorreram nesse processo. Ao final, à guisa de conclusão parcial, são sintetizados os principais achados que impactam na confirmação ou não da hipótese sugerida nesta pesquisa.

### **1.1 A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A GEOPOLÍTICA**

A importância de integrar os estudos de história com as questões geopolíticas é o mote principal da obra de Therezinha de Castro: Estudos de geo-história (CASTRO, 1971). No livro, Castro analisa 8 regiões do globo e discute o impacto da geografia sobre a evolução histórica de

cada uma dessas regiões. Assim, para ela, “Geo-História é a ciência geográfica das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural”. Segundo ela, por intermédio dessa metodologia pode-se chegar ao “conhecimento do total social, ao qual denominamos cultura ou civilização de um povo”.

Dois outros conceitos são objeto de detalhamento em sua obra, e que colaboram no estabelecimento do nexos entre a Geografia e a História no entendimento da evolução das questões sociais, econômicas e humanas de determinado espaço geográfico. O primeiro deles é núcleo geo-histórico, caracterizado por ela como “um espaço natural onde se forjou o ímpeto criador de uma cultura ou de um Estado”. Ao exemplificar o conceito, ela cita o caso do Brasil, onde considera que núcleo geo-histórico corresponde à faixa litorânea limitada pela linha definida pelo Tratado de Tordesilhas, tendo Belém, no Norte dessa linha, desempenhado esse papel, quando se analisa a ocupação humana da região amazônica (CASTRO, p. 19;23).

Outro conceito apresentado é ecúmeno estatal, cuja definição traduz-se em “área de um Estado onde é mais numerosa e densa a população”, que também pode ser definido como núcleo geo-econômico. A autora lembra que, com a evolução histórica, o ecúmeno estatal pode se afastar do núcleo geo-histórico (CASTRO, p. 19;26). No caso amazônico, tal situação pode ser observada no fenômeno de crescimento recente de Manaus, cuja população ultrapassou a de Belém, impulsionado principalmente pelos estímulos econômicos advindos da implantação da Zona Franca de Manaus, com seus benefícios fiscais. Ao mesmo tempo, considerando os grandes vazios amazônicos, a região da foz do Amazonas se destaca pela maior densidade populacional, fugindo dos parâmetros demográficos característicos da maior parte da Amazônia (BECKER, 2009, p. 148)

Dentre os tópicos gerais trazidos pela autora, observa-se, de interesse para a pesquisa em questão, o papel geo-histórico de “rios e vales que teriam a propriedade de unir” (CASTRO, p. 13-15), aspecto que tem relevância ao analisar a geografia da região amazônica. Sobre essa questão, discorre a autora:

O rio denota movimento, transporte, facilitando as penetrações, os avanços e intercâmbios. O povo que domina a foz de um rio tem, de um modo geral, maiores chances de dominar seu *hinterland*. Foi esta a política seguida pelos portugueses para seus avanços do continente americano. Tendo conquistado a foz do Amazonas, conseguiram expandir-se através de vasta área da planície percorrida pelo Rio; daí a maior largura do Brasil ao norte (CASTRO, p. 15).

Em outro tópico ela argumenta que:

... as florestas concorrem para formação de regiões de comunicação fechada. As selvas virgens da África e América foram os principais elementos de oposição à penetração no Congo e na Amazônia (CASTRO, p. 18).

Assim, com esses dois pressupostos geopolíticos, Castro trouxe à consideração o impacto de dois aspectos geográficos fundamentais da Amazônia – o rio e a floresta –, um favorecendo, outro dificultando, sobre a evolução da ocupação humana e militar de toda a região e do papel relevante da foz do Amazonas no processo histórico.

Outra autora que se interessou pela questão foi a geógrafa Bertha Becker. Ela destacou a importância da geopolítica no processo de formação da região amazônica. Segundo ela:

Como a ocupação regional se fez invariavelmente a partir de iniciativas externas, só a geopolítica explica como foi possível controlar tão extenso território com tão poucos recursos. A geopolítica esteve sempre associada a interesses econômicos, mas estes foram via de regra malsucedidos na sua implementação. Permaneceu, assim, o caráter político ideológico da atuação do governo português e depois brasileiro, que conseguiram controlar o território sem correspondente aumento da população e do crescimento econômico, isto é, sem uma base econômica e populacional estável, capaz de assegurar a soberania sobre a área. O controle do território foi mantido por um processo de intervenção em locais estratégicos – fortes na embocadura do grande rio e de seus principais afluentes –, pela posse gradual da terra (*uti possidetis*) e pela criação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central (BECKER, p. 24).

Dessa forma, Becker colocou em evidência a importância da utilização das lentes da geopolítica e da estratégia para entender como pôde uma estrutura de Estado com tão pouca população e capacidade econômica tornar-se capaz de manter a soberania de uma área tão extensa. Tais lições da história podem ainda ser válidas atualmente, especialmente em um momento em que pressões internacionais associadas à defesa do meio-ambiente atuam no sentido de manter reduzida a presença humana na região.

Outro autor que teceu considerações sobre as relações entre geografia política e história foi o embaixador Teixeira Soares que, na introdução de seu livro sobre a formação das fronteiras do Brasil, relembrou a importância do estudo da geopolítica para explicar a evolução histórica dos espaços territoriais que configuram os países. Apoiando-se em exemplos históricos dos movimentos das linhas de fronteiras que acompanharam a expansão política das nações, o autor evidenciou a relevância da análise dos aspectos do terreno, dos ensinamentos auferidos oriundos da geografia, de como os mapas serviram para apoiar a sedimentação das fronteiras (SOARES, 1973, p. 19-23). Dessa maneira, associar a história com a geopolítica é metodologia incorporada aos estudiosos da política, daqueles que buscam entender as forças que se deslocam na busca do

espaço de influência das nações. No caso deste trabalho, contribui para identificar motivações geopolíticas para disputas territoriais já ocorridas na área selecionada, que possam justificar aumento do efetivo militar.

## 1.2 PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES À AMAZÔNIA

É versão aceita entre os historiadores de que teria sido um navegante espanhol, a serviço dos reis católicos, quem primeiro tenha atingido a foz do Amazonas – Vicente Yañes Pinzón –, antes de janeiro de 1500. Nessa oportunidade, Pinzón, a bordo da caravela Pinta (a mesma que compunha a expedição de Colombo), teria explorado a foz amazônica, tendo subido dezenas de quilômetros do rio, batizando-o de “Santa María de la Mar Dulce” (GOES FILHO, p. 76). Um pouco mais de um mês após, seu primo, o navegante espanhol Diego de Lepe também atingiu a região da foz do Amazonas e designou o grande rio como Marañon, denominação que permaneceu por longo período entre os europeus (MATTOS, p. 20). Outros pesquisadores, entretanto, consideram que o navegante europeu que primeiro avistou a foz do Amazonas teria sido Américo Vespúcio, navegante florentino, possivelmente na função de piloto-mor, em 1499, também em viagem de descoberta compondo a frota espanhola de Alonso de Ojeda, ainda que isolado (GOES FILHO, p. 84).

Tais viagens exploratórias, realizadas após a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), sem objetivos colonizadores, não implicaram em demanda por domínio territorial, nem a instalação de qualquer empreendimento que buscasse garantir sua posse aos reis de Espanha.

A situação de desinteresse por parte das duas potências da época continuou por todo o século XVI. As informações coletadas pelas expedições exploratórias e as características geográficas da região caracterizada especialmente pelos “baixios nas proximidades do delta amazônico” (GOES FILHO, p. 167) não trouxeram à tona motivações relevantes que ofuscassem as possibilidades oferecidas pela prata andina e pelas especiarias das Índias, que foram as prioridades que orientaram o esforço dos Estados espanhol e português, respectivamente, àquela época.



Figura 1 – Viagens de América Vespúcio (GOES FILHO, 2015, p. 383) – em destaque, a penetração no rio Amazonas

A designação atual do grande rio originou-se do relato da expedição espanhola que, em 1542, partiu de Quito e completou a navegação do rio em toda sua extensão. O espanhol Gonzalo Pizarro, desceu o rio e, a partir do encontro com o rio Napo, Francisco de Orellana, seu lugar-tenente, isolou-se dos demais, seguindo com apenas duas embarcações (bergantins) em busca de alimentos ou quiçá em busca de novas descobertas. Nesse trajeto, o frei Gaspar de Carbajal, cronista da expedição, relatou o encontro com tribos bastante agressivas.

Han de saber que ellos son sujetos y tributarios de las Amazonas, y sabida nuestra venida, les van a pedir socorro y vinieron hasta diez o doce, que éstas vimos nosotros, que andaban peleando delante de todos los indios como capitanas, y peleaban ellas tan animosamente que los indios no osaban volver las espaldas (...) Estas mujeres son muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revuelto a la cabeza, y son muy membrudas y andan desnudas en cueros tapadas sus vergüenzas, con sus arcos y flechas en las manos, haciendo tanta guerra como diez indios; y en verdad que hubo mujer de éstas que metió un palmo de flecha por uno de los bergantines, y otras que menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín. (CARBAJAL, 2010, p.22)

Por suas características físicas, tais mulheres guerreiras foram chamadas de amazonas (do grego “a-mazón”, “sem seio”) (MATTOS, p. 21). Assim, ao rio foi dada a alcunha de rio das Amazonas, denominação que permaneceu até os dias atuais, sem, porém, a partícula conectiva “das”. Como registro histórico, merece ser lembrado que Orellana, depois de sua descoberta, conseguiu apoio do governo espanhol e organizou, em 1546, nova expedição com o objetivo de ocupação da região. A sorte, porém, não o acompanhou desta feita. Após a perda de um terço dos componentes de sua frota nas cercanias de Cabo Verde, ele veio a falecer atingido por flecha indígena antes mesmo de adentrar o delta do rio (GOES FILHO, p. 169-170).

Um fato político, ocorrido em 1580, alterou a relacionamento competitivo entre os impérios espanhol e português com relação aos territórios coloniais: a União Ibérica. Com a junção das duas coroas na figura de um mesmo governante, as disputas territoriais perderam um pouco de seu significado. Embora para Portugal a união tenha atraído a atenção dos adversários europeus da potência espanhola, Inglaterra e Holanda, que lançaram seus olhares às possibilidades do território americano, a separação acordada em Tordesilhas tornou-se mais desvanecida. Afinal, as terras a leste e a oeste do referido meridiano agora tinham o mesmo senhor. Foi nesse período que a Holanda, interessada na produção de açúcar que vicejava no Nordeste brasileiro, invadiu e conquistou Salvador, em 1624-1625, e Olinda e Recife, em 1630, permanecendo de posse dessa região até 1648.

### **1.3 A ORGANIZAÇÃO MILITAR LUSITANA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA**

Chama a atenção de estrangeiros o destaque dado por brasileiros ao passado lusitano da Amazônia, incorporando inclusive portugueses como seus heróis, como é o caso de Pedro Teixeira. Para entender essa postura é importante considerar que o Brasil recebeu o território amazônico praticamente definido por ocasião da independência. Também favoreceu essa percepção o fato de que o processo de emancipação política brasileira ter ocorrido por iniciativa de um membro da

família imperial portuguesa. Essa característica permitiu uma transição pouco traumática entre a organização estatal portuguesa e aquela que lhe sucedeu no território brasileiro. Por esse motivo, observa-se uma relativa continuidade das ações do Estado. Devido a isso se entende importante analisar a herança da gestão territorial deixada pelos portugueses na Amazônia, incluindo-se aí a estrutura militar e suas práticas.

Para melhor entender a forma como ocorreu a expansão colonial portuguesa e, especialmente, a maneira como se organizou sua estrutura militar, deve-se recuar alguns séculos. A expulsão dos mouros de seu território, ainda no século XIII, permitiu que Portugal fizesse a transição do feudalismo para o mercantilismo na vanguarda de outros povos. A consolidação do Estado lusitano criou as condições para as grandes navegações. O conhecimento tecnológico incorporado por Portugal permitiu que suas embarcações cruzassem o Atlântico e tomassem posse de extenso território na América. O acordo político estabelecido com a Espanha, em Tordesilhas, no ano de 1494, referendado pelo Papa Júlio II, em 1506, respaldou a ação lusitana.

Para gerar riquezas na lógica mercantilista, Portugal precisava de produtos da Colônia. O Brasil não dispunha de produtos locais que justificassem economicamente o transporte de tão longas distâncias, como as especiarias da Índia. O modelo econômico inicial encontrado pela matriz foi o desenvolvimento da indústria da cana-de-açúcar com o fim de produzir açúcar, um bem valioso e de alto valor agregado. Associando-se aos holandeses que dominavam a tecnologia e também se encarregavam da distribuição, e sem capacidade do próprio Estado assumir o encargo, Portugal decidiu então terceirizar para os nobres a tarefa de colonizar e defender o espaço brasileiro. Assim, nas concessões das capitânicas, o Estado português atribuía ao donatário também a responsabilidade de organizar sua própria defesa, tornando-o “governador e capitão”. Para tanto, são promulgadas leis que obrigam “os moradores e povoadores e povo da dita capitania, em tempo de guerra a servir nela com o capitão se for necessário” (SODRÉ, 2010). Era autorizada aos cristãos e súditos do reino a aquisição dos equipamentos e armamentos necessários ao combate como armas e munições, ao mesmo tempo que vedava seu uso e comércio pelos indígenas. As primeiras leis nesse sentido – a Carta de Doação e o Foral – foram do ano de 1534. O Regimento do Governador-Geral do Brasil, de Tomé de Souza, datado de 17 de dezembro de 1548, ampliou as atribuições militares dos colonizadores frente às diversas ameaças então existentes. Dentre estas tarefas estavam as de “fazer guerra a quem vos resistir” e

... fazer outra cerca junto dela de valor e madeira ou taipa, como melhor lhe parecer, em que a gente possa estar agasalhada e segura, para submeter, desde logo, as tribos antes rebeladas que haviam causado prejuízos aos antigos moradores (SODRÉ, 2010, p. 19-28).

#### Também determinava o Regimento que

... todo morador das terras do Brasil, que nela tiver casas, terras, ou águas, ou navio, terá ao menos bestas, espingarda, espada, lança ou chuça; e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas capitânicas, com declaração de que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas se provejam delas, da notificação a um ano (SODRÉ, 2010, p. 29).

Por outro lado, o governo metropolitano atribuiu a si mesmo a defesa da costa, considerando especialmente os interesses mercantis das atividades de comércio ultramarino, além de se precaver das ameaças de intromissões territoriais de outras potências com objeto de povoamento. Estava também incluída nas atribuições do Estado (do governador), e não dos moradores, a defesa contra corsários que frequentemente faziam incursões nos núcleos populacionais da colônia, tarefa desenvolvida por meio de ações de vigilância na costa e da sua defesa com o emprego da artilharia de costa nos fortins que eram construídos no litoral. Um dos motivos para o aceleração da colonização da região amazônica deveu-se a atividades de corsários - franceses, holandeses e ingleses - nessa área. O esforço militar de desalojá-los implicava em manobra conjunta de forças navais e terrestres com a utilização de tropas de outras regiões. Assim, era mais econômico para a metrópole, e em termos militares mais eficaz, investir na estruturação da defesa dos núcleos populacionais e na sua ampliação, como fator dissuasório, do que a organização de expedições oriundas de áreas afastadas. Dessa forma, os núcleos populacionais, ou feitorias, criadas em pontos estratégicos do litoral, serviam para garantir a posse lusitana naqueles longínquos territórios, para vigiar o contrabando das riquezas locais e ainda como “entreposto de tráfico e refresco das caravelas a meio caminho das Índias” (SODRÉ, 2010, p. 36). Para a esquadra caberia, por sua vez, a tarefa de se contrapor às investidas de outras frotas, em operações de grande envergadura, deixando para os locais (privados) a defesa contra ameaças de menor dimensão (SODRÉ, 2010, p. 32-36).

Nesse esforço de garantia da posse frente às ameaças externas, os colonos não tinham a vantagem tecnológica que detinham sobre os indígenas, que não dispunham de armas de fogo. As incursões de rapinagem e até mesmo de tentativa de colonização realizadas por estrangeiros tinham grande chance de sucesso face à precariedade das estruturas de defesa das pequenas vilas. A



resposta lusitana foi a construção de uma série de fortificações localizadas tanto no litoral, como nas áreas do interior próximas aos núcleos de povoamento espanhol. De grande parte desse esforço de construção foram desonerados os locais, cabendo à Coroa sua efetiva execução. Para tanto, os arquitetos e engenheiros, e até mesmo os artesãos, eram trazidos de fora. Muitas vezes, até o material de construção era transportado de outras regiões da Colônia. Entretanto, terminada a construção, a guarnição dessas instalações militares ficava, na grande maioria das situações, sob a responsabilidade da população local, quer seja por meio do Serviço de Ordenanças, quer seja pelos próprios líderes locais (donatários, donos de engenho, sesmeiros), que para isso empregavam a tropa que tinham à sua disposição (SODRÉ, 2010, p. 37; 41).

Assim, o emprego de fortificações foi um dos fatores fundamentais para o sucesso da colonização portuguesa no Brasil. Segundo Fernanda Aires Bombardi,

construídas em pontos estratégicos, na beira-mar ou em rios, serviram tanto à necessidade prática de defesa do território como configuraram-se em importantes marcos políticos de domínio (BOMBARDI, 2015, p. 19).

Na região amazônica, que, em parte significativa do século XVII e XVIII, era conhecida como estado do Maranhão e Grão Pará<sup>5</sup>, a construção das edificações se deu a partir do litoral, sendo posteriormente interiorizada à medida em que a ocupação lusitana se aprofundava pela bacia na direção das nascentes dos rios. Duas fortificações importantes foram construídas pelos portugueses no início do século XVII: o Forte de Santo Antonio da Barra, em São Luís, logo após a expulsão dos franceses, em 1615; e o Forte do Presépio, em Santa Maria de Belém do Grão-Pará, em 1616, na oportunidade da criação da cidade (BOMBARDI, p. 19-20).

Após o término da Guerra de Restauração com a Espanha (1668) e o alinhamento político com a Inglaterra nos anos finais do século XVII, Portugal encontrou energia (e recursos) para fortalecer seu esforço colonizador na bacia amazônica. Nos anos finais do século XVII, uma série de fortificações foi construída a partir do litoral com o objetivo de atingir os objetivos geopolíticos de ocupação efetiva daquele território ao império lusitano. Nas capitânicas do Grão-Pará e do Cabo

---

<sup>5</sup> Em 1621, foi criado o estado do Maranhão. A partir de 1654, sua denominação muda para estado do Maranhão e Grão-Pará. Em 1751, ocorre nova alteração e ele passa a se chamar estado do Grão-Pará e Maranhão. Já em 1772 é dividido em dois: estado do Grão-Pará e Rio Negro; e estado do Maranhão e Piauí. Em 1774, finalmente os dois estados se transformam em capitânicas e são incorporados ao estado do Brasil, ficando subordinados ao vice-rei do Brasil, com sede no Rio de Janeiro.

Norte<sup>6</sup>, objeto do interesse desta pesquisa, foram edificadas as seguintes fortificações até o final dos Seiscentos: em 1685, Fortaleza da Barra, em Belém; em 1688, Forte de Araguari, no rio Araguari, Cabo Norte; também em 1688, Fortaleza de Santo Antonio de Macapá, no Cabo Norte; em 1693, Casa Forte do Rio Negro (atual cidade de Manaus), no Grão-Pará; em 1697, Fortaleza dos Tapajós (atual cidade de Santarém), no Grão-Pará; ainda em 1697, Fortaleza de Pauxis (atual cidade de Óbidos), no Grão-Pará; e em 1698, Forte do Parú (atual cidade de Almerim), no Grão-Pará (BOMBARDI, p. 21-24).

Assim, a presença militar na Amazônia, em especial, na região da foz do rio Amazonas foi fator de destaque na garantia da soberania lusitana e posteriormente brasileira da região. Por meio da instalação de fortes, foram assegurados pontos estratégicos que serviram de base para o lançamento de expedições para o interior, assim como permitiram bloquear o acesso de intrusos. Graças a isso, embora com grande dificuldade de recursos humanos e financeiros para atender as demandas militares geradas pelo interesse de potências europeias no controle da foz, Portugal legou para a administração brasileira enorme território praticamente unificado.

Assim, a história da colonização portuguesa na bacia no rio Amazonas iniciou-se com a criação de Belém, na baía de Guajará, em 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira de Castelo Branco. Certamente já não estavam vivos quaisquer dos participantes da expedição de Orellana (1542), que percorreu toda a extensão do Amazonas, quando Portugal decidiu tomar providências para assumir o controle territorial daquele espaço. A primeira providência foi criar um forte, batizado de Forte do Presépio, que deu início à criação do povoado de Nossa Senhora de Belém. Isso ocorreu apenas quatro anos após a expedição francesa, chefiada por Daniel de la Touche, ter atingido o litoral do Maranhão (1612) e estabelecido as bases para o projeto da França Equinocial, que buscava fundar uma colônia naquele imenso território. O sucesso militar do empreendimento da nova cidade, entretanto, não se deu de imediato. As dificuldades logísticas e geográficas naqueles grandes espaços só permitiram que, a partir de 1645, os portugueses tivessem algum domínio mais efetivo da região. Por meio de uma série de expedições, lançadas a partir de Belém, os lusitanos conseguiram expulsar os franceses, ingleses e holandeses dos respectivos núcleos de povoamento e colonização, que ali haviam organizado por estímulo de suas respectivas Coroas.

---

<sup>6</sup> O estado do Maranhão e Grão-Pará compunha-se das seguintes capitânias: Grão-Pará, Maranhão, Ceará (até 1680), Piauí (a partir de 1718) e Cabo Norte (atual estado do Amapá).

Por outro lado, a experiência francesa, que redundou da criação da cidade de São Luís, no Maranhão, foi encerrada em 1615, após o envio das expedições oriundas da capitania de Pernambuco, chefiadas por Jerônimo de Albuquerque (1613) e Alexandre Moura (1615) (MATTOS, p. 42). A tentativa de criação da França Equinocial, porém, frutificou mais tarde, com a fundação mais ao norte da cidade de Caiena, em 1634, estabelecendo então limites para o avanço lusitano rumo ao Caribe (GOES FILHO, p. 171) (SODRÉ, p. 40).

Outro fator que colaborou para a ampliação do domínio português na América foram as entradas e bandeiras, originárias especialmente da cidade de São Paulo. Reconhecido como fator fundamental para explicar a distensão das fronteiras brasileiras para oeste da linha balizada pelo Tratado de Tordesilhas, o bandeirismo, entretanto, não ocorreu apenas a partir de São Paulo, sua vertente mais conhecida, que permitiu a incorporação dos territórios do Centro-Oeste brasileiro (SOARES, p. 25). A partir de Belém, os portugueses atingiram regiões no interior do continente sul-americano e lá estabeleceram bases que efetivaram a posse da Amazônia brasileira.

Dessa maneira, as “bandeiras” merecem ser consideradas processos relevantes de fixação da presença militar da Amazônia, incorporando aqui o conceito de Ramón Blanco, que justifica assim essa nomenclatura:

(...) nada mais eram que unidades militarizadas – algo como as companhias ou os batalhões dos exércitos de hoje – que foram utilizadas em muitas das mais importantes incursões territoriais feitas pelos luso-brasileiros na América do Sul com a finalidade de capturar selvagens. (GOES FILHO, p. 114).

Incluída nesse conceito (ainda que com distinta finalidade) estaria a expedição de Francisco de Mello Palheta, que partiu de Belém, em 1722, encontrou colonizadores jesuítas espanhóis na Missão dos Moxos e chegou até o rio Guaporé, atual estado de Rondônia. (GOES FILHO, p. 115)

Sobre o caráter militar das bandeiras (ou entradas, como também são chamadas), pode-se dizer que algumas tinham estrutura militar, não se originando, entretanto, de bases e fortes que concentrariam o componente militar. As funções de defesa eram acumuladas pelos “cidadãos comuns, mestiços e indígenas, em sua maioria” (GOES FILHO, p. 129), que se armavam e se organizavam de acordo com as tradições militares portuguesas, ajustadas às disponibilidades de pessoal e de material e às características do ambiente brasileiro.

Diversos autores identificam objetivos geopolíticos em determinadas bandeiras. Eles consideram que limitar a motivação das expedições apenas a questões econômicas, não revela sua real importância, já que era claro o interesse político do Estado português de buscar “reconhecer ou ocupar territórios” (GOES FILHO, p. 147). Esse parece ser o caso da expedição de Pedro Teixeira que, em 1637, saiu de Belém para chegar aos arredores de Quito e assegurar, quase ao final do período da União Ibérica, a posse portuguesa daquele território (GOES FILHO, p. 144).

Merece também nesse estudo ser dada atenção especial às características da organização militar brasileira nos séculos XVI e XVII, que, embora sob administração portuguesa, já apresentava características próprias. Com o tempo, a estrutura militar da colônia, e até a forma de combater, sofreu adaptações em terras tropicais. Os diversos ajustes ocorridos na doutrina e no modo de organizar a defesa e a segurança da Colônia acabaram por criar uma maneira típica de organizar e de combater nos conflitos que conformaram o que se chamou de “Guerra Brasília” e de “Guerra dos Bárbaros”. Tais adaptações foram incorporadas pelas condições do terreno, do clima e do inimigo. Observe-se que os ajustes se originaram como resultado do aprendizado obtido tanto dos combates contra os holandeses, como das intervenções contra aqueles que se apresentavam como “inimigo interno” à época, opondo-se à ocupação territorial do império português: os indígenas (PUNTONI, 2004). As adaptações realizadas especialmente pelos paulistas foram destacadas, por exemplo, no equipamento utilizado pelos bandeirantes.

À escopeta europeia, o bandeirante acrescenta o uso do escupil, espécie de dalmática, estofada de algodão, com quem, coberto o soldado dos pés a cabeça, combate protegido contra as flechas dos indígenas. (SODRÉ, p. 39)

Com o passar dos anos, as bandeiras incorporaram outras missões, além daquelas que lhes deram origem, muitas delas de natureza militar. Elas foram empregadas tanto para a expansão territorial, como para ajudar em operações militares em apoio à Coroa contra estrangeiros, aprisionar indígenas para incorporá-los como mão-de-obra, realizar a defesa da área litorânea e atacar os redutos quilombolas onde se abrigavam os escravos fugidos (SODRÉ, p. 39).

A organização das bandeiras citadas acima, que ocorreram como instrumento de penetração nos sertões amazônicos, está inserida no contexto vigente da estrutura militar da Colônia no período dos séculos XVI e XVII. Essas práticas assentaram as bases para a criação de

uma tradição militar autóctone. Mas quais eram as características da organização militar portuguesa na época?

A organização militar da Colônia foi definida por um regimento do governador-geral Tomé de Souza, datado de 1548, onde estabelecia que a atribuição de zelar pela segurança da Colônia era do governador-geral, contando ele para isso com a “armada, gente, artilharia, armas e munições, e tudo o mais que fosse necessário”. A tarefa principal era “fortificar as barras e os portos de acesso às praças de comércio”. (PUNTONI, pos. 872-875) (SODRÉ, p. 29)

Além das tropas regulares, que se ocupavam da defesa contra as ameaças externas de outras potências, o governador dispunha de uma linha auxiliar, ou semirregular – o Serviço de Ordenanças –, para a defesa do território frente às ameaças internas (SODRÉ, p. 32). Essas forças eram organizadas pelos moradores, com o suporte legal do “alvará de armas” de 1569 que “tornava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas” (PUNTONI, pos. 882). Assim, antes de ser um direito, a propriedade de armas era uma obrigação dos cidadãos de bem para colaborar com a defesa do Império. Dessa forma, cada capitania, sesmária, engenho ou povoação dispunha de sua própria estrutura de defesa cujos operadores eram os habitantes locais, com suas próprias armas, defendendo o negócio de seu donatário, sua família e seus interesses. Observa-se, então, que o processo de colonização brasileira teve um forte componente militar, onde cada cidadão era também um combatente. Pode-se dizer que, à época, a propriedade colonial brasileira

... assemelha, por isso mesmo, a uma fortaleza, o engenho é quase sempre uma casa-forte, amuralhada, com suas grossas paredes protetoras, dominando a paisagem como um castelo roqueiro por vezes. E as povoações parecem burgos medievais, com seus muros, valos, cercados e fortificações. E os povoadores se organizam em bandos armados, como no medievalismo, com o senhor de terras à frente (SODRÉ, p. 34).

As técnicas e estratégias militares europeias, importadas pelos portugueses, tiveram que ser adaptadas para a realidade dos imensos sertões. Ainda no século XVI, os portugueses (e também os espanhóis, pois a partir de 1580 as duas coroas estavam unificadas) encontraram dificuldades para enfrentar os holandeses durante o período de ocupação no nordeste brasileiro. Para atingir seus objetivos estratégicos de manter os batavos sobre pressão, houve necessidade de ajustes na organização e na forma de emprego. Por exemplo, foram criados terços (organizações militares) especiais para acolher os negros de Henrique Dias e os índios de Felipe Camarão. Assim, a estratégia empregada na “guerra brasílica” usava um sistema misto, onde as tropas regulares se

concentravam em praças fortes, os arraiais, mais no interior do território. Um pouco à frente do arraial eram organizadas as estâncias, estruturas menores, com missões de vigilância e ações rápidas, que eram ocupadas por tropas irregulares de “índios, negros e soldados da terra” que também mobiliavam as esquadras volantes. A missão destas era emboscar e assaltar os invasores batavos que se aventurassem para o interior. Essas tropas eram também chamadas de “companhias de emboscada”. Os holandeses ficavam, assim, cercados e impedidos de adentrar na várzea, local onde eram produzidos os alimentos. (PUNTONI, pos. 955-970; 1013).

A experiência militar que teve, entretanto, maior amplitude no território brasileiro, especialmente no século XVII, sendo utilizada tanto na Amazônia como na região platina foram as “jornadas do sertão” ou “bandeiras”. Segundo alguns autores, esta foi a principal forma de organização bélica do período da “Guerra dos Bárbaros”, visto que seu emprego era especialmente contra os povos indígenas que não se aliavam (ou se sujeitavam) aos portugueses. As bandeiras eram empresas patrocinadas pela autoridade política ou militar (governador ou capitão-mor) que recebiam desta o posto honorífico de capitão ou cabo de esquadra e uma autorização, o que lhe outorgava legalidade. O pagamento era, em geral, a garantia dos bens que fossem obtidos, quer fossem riquezas minerais ou escravos indígenas.

O interessante era que o maior efetivo das tropas das bandeiras era composto de “índios domésticos ou mansos”, que incorporavam sua arte militar e tinham também sua própria liderança em funções militares reconhecidas pela administração portuguesa – o capitão da aldeia ou capitão da nação –, conforme previa a lei de 1611 (PUNTONI, pos. 982-998) (SODRÉ, p. 35). Os europeus, treinados na guerra de ordem unida europeia, reagiam a esta lógica, como foi o caso de D. Luís de Rojas y Borja, espanhol veterano das guerras de Flandres, que participou da Insurreição Pernambucana e reclamou dizendo que “não era macaco para andar pelo mato” (PUNTONI, pos. 1019). Quem também tratou disso em suas obras foi o padre Antonio Vieira, jesuíta português, que escreveu:

... o Brasil, que tinha tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos, não haveria de se defender ... com fortalezas nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal (PUNTONI, pos. 1045).

E quem, desde o início da colonização, mais soube se integrar com os habitantes locais, impondo sua religião e o domínio político lusitano, mas incorporando também muitos traços

culturais dos habitantes locais, foram os portugueses estabelecidos em São Paulo. Com o tempo, eles passaram a ser reconhecidos como combatentes sagazes e os mais eficazes para enfrentar as ameaças dos sertões. Em um texto de 1690, que Puntoni localizou na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, podem ser identificadas observações que indicam que existia uma mística de que os paulistas eram bons combatentes:

A experiência havia demonstrado, até então, que nem a infantaria nem ainda as ordenanças haviam sido capazes para debelar estes inimigos nas incultas brenhas e inacessíveis rochedos e montes do sertão; só a gente de São Paulo é capaz de debelar este gentio, por ser o comum exercício penetrarem os sertões. (PUNTONI, pos. 1180)

Esta imagem dos paulistas espalhou-se pela Colônia a ponto do governador-geral do Brasil, Francisco Barreto, no ano de 1658, haver contratado uma expedição de São Paulo para combater os índios topins no Recôncavo baiano. Também no governo de João de Alencastro (1694-1702), os paulistas foram convocados para fazer guerra aos tapuias de Pernambuco. Em outra oportunidade, o próprio rei de Portugal determinou ao governador-geral, em 1695, que fosse mobilizado um terço<sup>7</sup> de paulistas para enfrentar os bárbaros do Rio Grande (PUNTONI, pos. 1140-1270).

Assim, diversos autores, embora sem se referir especificamente à participação de paulistas na defesa dos focos de colonização amazônicos, destacam o papel que as bandeiras desempenharam na ocupação daquela região. Dessa forma, a metodologia de combate das bandeiras, aperfeiçoada e ajustada pelos paulistas ao tipo de adversário, e em especial aos grandes espaços brasileiros, foi incorporada pela administração portuguesa que a difundiu para todo o território da Colônia.

#### **1.4 A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA E O PAPEL DE BELÉM**

A importância dada aos portugueses à região amazônica ficou mais evidente ainda em 1621, quando foi criado o estado do Maranhão, cuja capital era São Luís, e incluía todas as terras portuguesas mais ao norte e a oeste da colônia. O novo estado era vinculado diretamente à Lisboa e não ao Governo-Geral do estado do Brasil, que tinha sua capital em Salvador, criado em 1549. No ano de 1654, o estado muda seu nome para Maranhão e Grão-Pará, evidenciando a importância

---

<sup>7</sup> O *terço* era a organização básica do exército português naquele período.

dessa capitania. Em 1737, Belém se tornou a capital do estado, em reconhecimento de sua relevância geopolítica. O estado mudou de nome em 1751, vindo a se denominar Grão-Pará e Maranhão, invertendo a ordem de importância das capitanias que o compunha (GOES FILHO, 171). A incorporação dessa região ao estado do Brasil só veio a ocorrer em 1774.

A partir de Belém, criada em 1616, os portugueses, junto com os mestiços de índios, por motivações econômicas (a busca das drogas do sertão) ou geopolíticas, penetraram na calha do Amazonas e em seus afluentes fundando povoações e instalações militares em pontos estratégicos que permitiram a ampliação do domínio português para além do acordado na “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, cujas negociações foram completadas em Tordesilhas em 07 de junho de 1494 (GOES FILHO, p. 67). O limite das 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde havia sido ultrapassado. A partir da criação de Belém, outras instalações fortificadas foram sendo construídas pelos portugueses para o controle do acesso ao interior da bacia do Amazonas. Em 1623, em Gurupá, foi edificada por Francisco Caldeira Castello Branco, capitão-mor da capitania do Maranhão, uma instalação militar, que colaborava com o esforço ibérico de dificultar o acesso de outras nações à coleta de drogas do sertão e de escravos indígenas, assim como servir de “ponto de apoio para as futuras incursões lusas” (MATTOS, p. 33) (BOMBARDI, p. 35). Mais tarde, outras fortificações tiveram papel de destaque no domínio da região amazônica, tanto para barrar um eventual avanço espanhol vindo de oeste, como o Forte Príncipe da Beira (construído em 1775, na margem direita do rio Guaporé, território do atual estado de Rondônia, na fronteira com a Bolívia), como para controlar a entrada por leste, como o Forte de Macapá (justamente na foz do rio Amazonas, no Amapá) (GOES FILHO p. 25).

Garantido o domínio lusitano na região da foz do Amazonas, e possivelmente já percebendo o fim do período da união entre as coroas ibéricas, o governador do estado do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, decidiu, em 1637, enviar uma expedição para apossar-se das terras mais a montante na bacia do rio Amazonas. O comércio de riquezas com os espanhóis do Peru também foi uma motivação para a viagem. Contando com o conhecimento de dois “leigos franciscanos espanhóis” que arribaram a Belém, vindos da província de Quito, o capitão Pedro Teixeira partiu de Belém chefiando uma “armada de 47 canoas grandes, 70 soldados, alguns religiosos e 1.200 indígenas” (GOES FILHO, p. 172). Sua missão principal: criar uma vila que definisse o alcance do domínio lusitano a oeste. Pedro Teixeira cumpriu o prometido e, em 1639, fundou Franciscana, situada na foz do rio do Ouro. Como reação à ousadia lusitana, o Conselho



das Índias de Madri, em 1640, manifestou suas preocupações com o avanço dos portugueses, fato que deixa bem evidente que a União Ibérica não conseguia ocultar as rivalidades entre as duas nações, mesmo subordinadas à mesma Coroa (MATTOS, p. 34). Os portugueses não conseguiram manter o limite naquela povoação, da qual não restou nenhum vestígio, mas ampliaram seus domínios até o rio Javari, limite atual do Brasil. Assim, Belém se consolidou como base principal da influência portuguesa na Amazônia, criando as condições para sua elevação a capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, um século mais tarde, em 1737.

Foi de Belém também que partiram expedições dos “droguistas do sertão”, compostas, à semelhança dos bandeirantes paulistas, de mamelucos (mestiços de portugueses e indígenas) falantes da língua geral, que se internavam pelos sertões amazônicos buscando, além dos produtos da floresta,

o objetivo militar de sustentar o domínio lusitano contra as incursões de franceses e espanhóis que se sucederam aos ingleses e batavos nas tentativas de apossar-se da Amazônia. (GOES FILHO, p. 175)

A importância da geografia e do papel de comunicação dos rios amazônicos, a partir da base de Belém, foram destacados por Synesio Sampaio Goes Filho, que comparou a malha fluvial a uma “magnífica avenida de penetração e (...) estradas fluviais dos afluentes do grande rio” (GOES FILHO, p. 175). Também é importante destacar, ademais das iniciativas privadas como aquelas empreendidas pelos droguistas do sertão, o papel do Estado por meio de ações da Coroa portuguesa, com a alocação de recursos humanos e financeiros, somadas à definição e à implementação de políticas de incentivo à ocupação territorial, visando atingir os objetivos geopolíticos desejados.

Baseado nos princípios das fronteiras naturais (cursos d’água e cumeada de montanhas) e no do *uti possidetis*, foi assinado por Portugal e Espanha o Tratado de Madri, em 1750, oportunidade o território brasileiro assumiu as feições muito parecidas com as atuais, confirmando a posse dos territórios amazônicos que foram garantidos pelas fortificações, materialização da presença lusitana na área (GOES FILHO, p. 27).

O esforço hercúleo desenvolvido pelos portugueses para assegurar a posse da região foi reconhecido pelo político, diplomata e historiador pernambucano Joaquim Nabuco, que desempenhou importante papel na definição das fronteiras brasileiras. A frase encontrada em seu livro “O direito do Brasil”, publicado em 1949, “Nada nas conquistas de Portugal é mais

extraordinário do que a conquista do Amazonas” (NABUCO, 1949, p. 8), retrata sua percepção do quão difícil foram a empreitada lusitana de ocupar os pontos-chaves para a conquista, as ações militares para expulsão dos núcleos estrangeiros que ali buscavam se estabelecer e as ações diplomáticas para garantir, pelo direito, a posse daquelas terras.

Um fato relevante reforçou a importância de Belém e do controle da foz do rio Amazonas como portal de acesso às entranhas da floresta e às riquezas da região. Em 1734, um bandeirante paulista, de nome Fernão Pais de Barros, descobriu ouro nas barrancas do rio Guaporé, na região conhecida como Mato Grosso do rio Jauru. O local era próximo da redução jesuíta espanhola de Moxos. A Coroa portuguesa identificando aí uma oportunidade de apropriar-se do território pela ocupação humana criou estímulos para que os interessados na busca do metal precioso pudessem se fixar na área. Uma dessas medidas foi a implantação de uma linha de comunicação fluvial a partir de Belém, permitindo atingir a área em questão pelos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé (o rio hoje define parte significativa da fronteira entre Brasil e Bolívia, nos estados de Rondônia e Mato Grosso). Na continuidade, em 1746, foi criada a capitania de Mato Grosso, definindo como prioridade a fundação de uma povoação às margens do Guaporé, que pudesse servir de apoio aos interessados na mineração, caracterizando assim o interesse geopolítico português em fazer-se presente na área. O núcleo criado só foi realmente efetivado em 1752, ao qual deu-se o nome de Vila Bela da Santíssima Trindade, vindo a tornar-se a primeira capital do Mato Grosso. O município hoje abriga um pouco mais de 15 mil habitantes. Ao mesmo tempo, pode-se observar que, mesmo tendo sido o acesso inicial às áreas de mineração estabelecido pelo sul, a partir de São Paulo, a conexão do governo central lusitano com o núcleo populacional amazônico de Belém (que tinha a partir de então comunicação fluvial com o Mato Grosso) era mais rápida do que com São Vicente, o porto mais próximo à cidade de São Paulo. Observe-se também que, desde 1737, a capital do estado Grão-Pará e Maranhão tinha sido transferida de São Luís para Belém. Tais iniciativas denotaram a intenção lusitana de fazer de Belém seu ponto de acesso às riquezas dos sertões amazônicos e a relevância da cidade como entreposto para acesso às rotas marítimas do comércio internacional (GOES FILHO, p. 183). Para reforçar esse argumento, é importante lembrar da expedição militar exploratória que partiu de Belém, designada pelo governador do Maranhão, capitão-general João da Maia da Gama, para fazer-se presente, em nome da Coroa portuguesa, e “identificar nascentes e formadores do Madeira” (PINTO, p. 73). A viagem teve início em Belém, a 11 de novembro de 1722. A flotilha compunha-se de duas galeras,

três galeotas e três canoas. A tripulação era constituída de 118 pessoas, sendo 30 armadas com armas de fogo, sendo os demais indígenas com arcos e flechas. A chefia da excursão foi atribuída ao sargento-mor Francisco de Mello Palheta, que, ultrapassando cachoeiras, mapeou o acesso até a região do rio Guaporé e estabeleceu contato com as missões jesuíticas dos Moxos (PINTO, 2012). Verifica-se, dessa forma, que aquela região estava no radar da metrópole portuguesa, que se preocupava com a possibilidade de uma eventual expansão da colônia jesuíta espanhola para leste, uma ameaça aos interesses lusitanos de ocupação territorial (GOES FILHO, p. 185). Graças a essas ações, no Tratado de Madri, em 1750, a região a leste do Guaporé já era reconhecida como de domínio português.

É importante ressaltar, entretanto, que, até 1752, a navegação entre Belém e Vila Bela estava proibida pela Coroa portuguesa, a fim de evitar o contrabando do ouro pela via amazônica. A partir desse ano, contudo o governo português passou a estimular o trânsito nessa rota. Esse movimento passou a ser designado de “monções do norte”, à semelhança do que ocorreu entre São Paulo e as minas de Cuiabá, mais ao sul, e ao fenômeno periódico de ventos que surgem no Índico, em determinada fase do ano. No caso da navegação fluvial, sua ocorrência se dava na época das cheias, onde era facilitado o movimento pelos cursos d’água. O papel desempenhado por essa comunicação no Brasil, onde Belém ocupava posição de destaque, foi destacado por Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Monções*, ao caracterizá-la como um abraço sobre o “território da América portuguesa” (HOLANDA, p. 89), fato ocorrido especialmente até a segunda década do século XIX, quando a ligação terrestre entre Vila Bela e as cidades do litoral fez predominar a ligação com o Sudeste. Desde então, o enlace estratégico do Rio Madeira perdeu importância, impactado também pela perda de relevância de Belém para o Rio de Janeiro, capital do Brasil a partir de 1763. Agregue-se a isso a expulsão dos jesuítas da América espanhola por Carlos III, em 1767, que provocou decadência nas missões dos Moxos, reduzindo assim a ameaça dos espanhóis em uma eventual expansão no sentido oeste-leste (GOES FILHO, p. 192).

Dessa forma, pode-se dizer que Belém viveu um momento de destaque nos séculos XVII e XVIII. Desde sua criação, em 1616, destacou-se como centro irradiador da influência geopolítica lusitana para o interior da bacia amazônica, função facilitada pela união das Coroas de Portugal e Espanha. No século XVIII, desempenhou importante papel de conexão, via rio Madeira, com os núcleos populacionais surgidos com a descoberta do ouro no Guaporé, o que se consubstanciou com a fundação da Vila Bela, então capital do Mato Grosso, e as monções do norte que efetivavam

essa ligação. A transferência da capital do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, foi motivo geopolítico relevante para a perda da importância de Belém perante a metrópole portuguesa, apesar de sua maior proximidade.

Um fato ocorrido no final do século XIX, evidenciou simultaneamente a importância do acesso atlântico para a penetração no vale amazônico e o pouco interesse dos espanhóis e seus herdeiros em estabelecer vias de comunicação entre as altitudes andinas e as planícies amazônicas. Em 1886, foi nomeado um novo governador para a província de Loreto, na Amazônia peruana. Como queria chegar com pressa a Iquitos, a capital da província, o governador nomeado optou pela seguinte rota: tomou um navio de Lima ao Panamá, cruzou o território panamenho de trem, de lá tomou um barco para Nova Iorque e, daquela cidade nos EUA, chegou de navio a Belém, de onde subiu o rio Amazonas até Iquitos. O prazo para esse deslocamento foi de 80 dias, considerado curtíssimo em relação à opção terrestre peruana (GOES FILHO, p. 206). Tal fato reforça, também, a função de destaque ocupada àquela época por Belém, como elo de ligação do vale amazônico com as rotas internacionais de navegação marítima.

Mesmo tendo Belém desempenhado importante papel como portal de entrada para o mundo amazônico, como origem das monções do norte que estabeleciam alguma ligação com os sertões do centro-oeste, as dificuldades de povoamento da Amazônia foram um desafio para o Estado português. A subordinação direta à Lisboa do estado do Grão-Pará e Maranhão não gerou os efeitos desejados de integração do território colonial. No período da Independência, as comunicações entre a capital Rio de Janeiro e Belém, eram “tão difíceis como em 1621, quando se criou (...) o estado do Maranhão.” (GOES FILHO, p. 239). Esse certamente foi um dos aspectos considerado pelo Marquês de Pombal quando decidiu reunificar a Colônia em 1774, fundindo o estado do Brasil com o Grã-Pará. Isso era tão evidente que os ingleses chamavam o território lusitano na América do Sul de “os Brasis”, pela dispersão e falta de unidade dos diversos núcleos populacionais distribuídos ao longo da costa.

O período pombalino foi, sem sombra de dúvidas, uma época de grande atenção do Estado português com a ocupação e domínio das terras americanas. Dignas de destaque foram as iniciativas de incremento da colonização promovido pela metrópole. Uma delas transferiu trabalhadores dos Açores para os núcleos populacionais do Delta do Amazonas, “nos chamados navios dos casais”. Outra foi a migração de habitantes da cidade de Mazagão, possessão portuguesa no Marrocos. Estes últimos ficaram conhecidos no Pará como mazaganistas e gozavam

de grande prestígio social. Dessa maneira, Pombal tentava reduzir aquilo que era considerado pela administração lusitana de “flanco aberto” do projeto de ocupação do território brasileiro. É importante lembrar que, além dos projetos colonizadores, Pombal tinha bem clara e definida a “política de defesa militar” daquela região (SOARES, p. 38-39).

O vínculo de Belém com Lisboa, construído e fortalecido durante a vigência do estado do Grã-Pará e Maranhão, chegou a ser fator preocupante durante o processo de independência, em 1822. A maior facilidade de acesso à Lisboa levou muitos paraenses a desejarem manter a subordinação a Portugal, ao invés de receber ordens do distante Rio de Janeiro (GOES FILHO, p. 240).

O período de 1823 a 1853 foi um período triste para a história do Pará e da Amazônia em geral. Foram durante esses anos que ocorreu a Cabanagem (a revolta eclodiu em 1835, tendo o governo central a dominado em 1840), que resultou na morte estimada de mais de 30 mil habitantes, que corresponderia a cerca de 20% da população paraense (SILVA, p. 66). As questões platinas tinham o foco da atenção do Império e a representação política do Sudeste e do Nordeste, que compunha a maioria nas casas legislativas, não se preocupava com as questões amazônicas. O resultado dessa situação foi que, em meados do século XIX, as províncias do Pará e do Amazonas “eram menos povoadas e menos prósperas que um século antes”. Foi somente a partir de 1850, com o advento da navegação a vapor e do crescimento da demanda internacional pela borracha, que a região amazônica passou a atrair os contingentes populacionais do Nordeste, que se propuseram a se embrenhar na floresta para a exploração da seiva da seringueira, quase sempre a partir de Belém (GOES FILHO, p. 241).

Dessa maneira, no sentido da jusante para montante, da foz para a nascente do rio, ocorreu o processo de incorporação do imenso território amazônico ao domínio de Portugal. Fica evidenciado pelos fatos históricos o papel geopolítico que a desembocadura desempenha como porta de entrada. A estratégica posição de conexão com o mundo exterior pelas rotas marítimas do Mar Oceano, como ao Atlântico se referiam os navegadores do século XV e XVI, parece prosseguir como relevante mesmo na época atual onde os deslocamentos estão muito mais facilitados pelo avanço tecnológico, que lhes garante mais rapidez e segurança. Hervé Thiery, em seu livro *Les conquères de l'Amazonie*, de 1978, considerou a posse da região da foz como a “chave para qualquer sistema de navegação” que queira se estabelecer para acessar o Amazonas e seus afluentes (GOES FILHO, p. 171).

## 1.5 OCUPAÇÃO, DEFESA E DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS DO AMAPÁ

A União Ibérica não unificou apenas as Coroas de Portugal e Espanha. Ela também teve a propriedade de unificar os inimigos dos dois países. Frente às novas ameaças, o rei de Espanha e de Portugal, Filipe IV, em 1637, criou a Capitania do Cabo Norte (hoje Amapá), que compreendia o território litorâneo entre a foz do Amazonas e o rio Oiapoque, estendendo-se para o interior, atribuindo a seus súditos de Belém a responsabilidade por sua ocupação e defesa (GOES FILHO, p. 316)(SOARES, p. 63)(BOMBARDI, p. 25)(MATTOS, p. 33). A ameaça evidente se encontrava mais ao norte, região da atual Guiana Francesa, onde Daniel de La Touche, com o propósito de fundar a França Equinocial, a havia visitado em 1604 e Jean Baptiste Colbert, ministro de Estado de Luís XIV, determinou o prosseguimento de projetos de colonização em “terras no novo mundo” em 1626, 1628 e 1630 (CAVLAK, 2016, p. 1). A criação de Caiena, em 1634, encerrou esse ciclo. Deve-se destacar que o interesse francês era estabelecer o limite de sua possessão na foz do rio Araguari, localizada bem próxima à foz do Amazonas. Ao batizar a empresa encarregada de colonizar a região de *Compagnie du Cap Nord*, essa intenção ficou bem evidente dada à proximidade desse acidente geográfico (Cabo Norte) da foz do Amazonas, bem mais ao sul do limite atual que é o rio Oiapoque (GOES FILHO, p. 316).

Os portugueses e espanhóis evidenciaram sua vontade de se opor aos interesses franceses. No mesmo ano da criação de Caiena (1634), Felipe IV cedeu a Bento Maciel Parente a região então chamada de Cabo do Norte, como capitania privada, processo vigente na época (BOMBARDI, p. 26) (MATTOS, p. 43). Algumas décadas depois, foi fundado, em 1660, “um fortim à beira do Rio Araguari” (SOARES, p. 64). Estabelecidos em Caiena, dispostos a colonizar a região, os franceses buscaram alianças com os grupos indígenas locais e, a partir de 1679, passaram a realizar incursões nos territórios pretendidos mais ao sul, chegando inclusive a aprisionar índios que os portugueses já haviam “domesticado” (BOMBARDI, p. 26). Em 1686, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Capitão-Geral do Grão-Pará, cumprindo determinações régias de D. Pedro II e ordens do governador-geral do estado do Maranhão e Grão-Pará mandou criar uma instalação defensiva na margem norte da foz do Amazonas, fortificação essa que recebeu o nome de Forte de Santo Antonio do Macapá (BOMBARDI, p. 23; 27). Antonio de Albuquerque, na oportunidade teria ainda enviado carta ao governador de Caiena, Pedro de Ferrole, solicitando que fossem interrompidas as ações de comércio entre índios e franceses, onde

os gauleses entregavam armas de fogo e flechas de ferro em troca de escravos. O governador respondeu que continuaria a manter as relações com os indígenas, pois aqueles territórios estavam sob a jurisdição francesa que, segundo ele, iria até a foz do Amazonas.

Merecem destaque os fatos ocorridos em 1688, que originaram na morte de dois padres jesuítas portugueses por índios oiavenca, na Casa Forte de Araguari. Nesse incidente também morreu o pajé e 39 indígenas foram presos. Identificando na investigação que a morte dos religiosos fora fruto da maledicência e intriga dos franceses, o capitão-geral Antonio de Albuquerque iniciou uma política de aproximação com os índios da região, tendo conseguido atrair os tucujus, oferecendo assistência para aqueles que se estabelecessem na aldeota construída com o fim de acolhê-los, nas proximidades da Fortaleza de Macapá. Essa aliança seria importante para a defesa das instalações. (BOMBARDI, p. 29-32). A incorporação dos indígenas ao domínio lusitano fazia parte da estratégia da Coroa de ocupar os espaços amazônicos. Essa ação era coerente com a política portuguesa para a região amazônica, em especial nos séculos XVII e XVIII, como observa Bombardi.

(...) o avanço da colonização [portuguesa] em sentido oeste baseava-se na construção de aldeias missionárias cujos principais objetivos eram a evangelização, o estabelecimento de alianças com os nativos e bases de apoio para incursões futuras. (BOMBARDI, p. 39-40)

Verifica-se também que as fortificações militares erigidas pelos portugueses tiveram um amplo papel, além do objetivo óbvio de garantir o território na disputa de interesses com outras potências europeias, pois

(...) serviram como base de apoio para o incremento da atividade missionária e para o desenvolvimento de alianças com as populações nativas. Corresponderam ao interesse de criar rotas seguras para o estabelecimento de atividades comerciais e para as incursões das tropas de guerra justa, resgate e descimentos. Permitiram a construção de povoamentos coloniais e a ordenação da atividade agrícola e pastoril. Revestidos, assim, de vários sentidos, os fortes militares contribuíram para a expansão da colonização portuguesa, garantindo seu predomínio sobre territórios intensamente disputados com outros povos europeus e indígenas (BOMBARDI, p. 42).

Com relação ao relacionamento entre europeus e indígenas, percebe-se que não era exclusividade dos portugueses a utilização dos indígenas como mão-de-obra escrava. Na região amazônica, havia um forte relacionamento entre europeus e indígenas. Pode-se dizer que “holandeses e franceses continuaram negociando escravos e gêneros com muitas populações indígenas com as quais estabeleciam amizade”. (BOMBARDI, p. 40)

Em 1697, sob o comando de De Ferrole, os franceses realizaram uma operação militar que culminou com a conquista dos fortes de Macapá e de Araguari. Os portugueses, entretanto, responderam imediatamente, enviando tropas para recuperar as instalações, o que efetivamente ocorreu menos de um mês depois. Preocupada com disputas dinásticas na sucessão do trono espanhol, tentando atrair Portugal para a defesa de seus interesses, a França propôs, em 1700, a Portugal a neutralização da área, deixando a negociação sobre a posse do território para depois de 1701. Enfraquecido na guerra contra a Espanha, Portugal aceitou os termos e assinou o Tratado Provisional e Suspensivo de Lisboa (4 de março de 1700) (BOMBARDI, p. 25) (SORATO, p. 98). Em 1703, Portugal buscou outros apoios para suas demandas amazônicas, fortalecendo sua aliança com os ingleses, inimigos da França (SOARES, p. 65-66). Facilitando assim o desiderato lusitano de ocupar a área do Amapá, os ingleses se associaram aos portugueses nas negociações dos tratados assinados em Utrecht, em 1713, garantindo que nesse acordo a fronteira fosse fixada no Rio Oiapoque (Japoc ou Vicente Pinzón) (BOMBARDI, p. 25). Vendo os gauleses como principal potência europeia concorrente, a Inglaterra não desejava que os franceses tivessem influência ou controle aproximado sobre a foz do Amazonas (GOES FILHO, 212).

É importante ressaltar que, além dos interesses portugueses e franceses na região contestada, havia motivações locais que impactavam no controle territorial. Muitas tribos indígenas preferiam não se submeter ao controle europeu. Comunidades formadas por negros fugidos da escravidão de Caiena, assim como por soldados desertores, associavam-se aos indígenas e lutavam por seus próprios interesses de “autonomia e segurança” (BOMBARDI, p. 33-34).

Os britânicos também manifestaram, por ações, seu interesse em controlar a foz do rio Amazonas. Ainda no século XVII, tentaram implementar estabelecimentos militares e desenvolver projetos de colonização. Entre outras iniciativas, pode-se descrever a criação de uma povoação por Robert Harcourt, que resistiu entre 1608 e 1611 (SARNEY, 1997). Este mesmo Harcourt, por seus feitos em defesa dos interesses britânicos, recebeu em 1613 por meio de carta-patente do monarca inglês, James I, o direito sobre os territórios entre o rio Essequibo e o Amazonas (BENTO, p. 51) (SARNEY, p. 48). Outro empreendimento britânico foi a fundação do forte Cumaú, em 1632, por Thomas Howard, Conde de Berkshire, localizado na região onde se localiza atualmente o Forte de Macapá. Nesse mesmo ano, entretanto, ocorre a reação portuguesa que tomou para Portugal as instalações do forte (SARNEY, p. 48).



A preocupação lusitana com a ocupação da área do Cabo Norte também ficou evidente na gestão do Capitão-General e Governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A partir de 1751, ele organizou dois projetos de colonização da região ao trazer açorianos para ali estabelecerem uma colônia agrícola. Também foram enviados missionários jesuítas na tentativa de criar missões religiosas com os indígenas, tentando organizá-los para a produção agrícola e para a defesa contra os franceses de Caiena (MATTOS, p. 90).

Um capítulo importante na história da ocupação militar da região da foz do Amazonas foi escrito pelo Marquês de Pombal, secretário do Reino português, durante o reinado de D. José I. Em 1764, o governante aprovou os planos de construção de uma nova fortificação, situada a 15 km do antigo forte. A nova fortaleza, que demorou dezoito anos para ser construída (foi inaugurada somente em 1782), recebeu o nome de São José de Macapá e foi um marco fundamental no controle ao “melhor dos canais que davam acesso ao rio Amazonas” e como ponto de apoio para as disputas pelo controle da margem norte da foz do Amazonas (BENTO, p. 92-93) (GOES FILHO, p. 231) (SOARES, p. 36) (MATTOS, p. 42) (TOSTES, p. 111).

Em 1797, com Napoleão, a França fortalecida conseguiu um acordo com Portugal em que o limite passou a ser o rio Calçoene, intermediário entre o Araguari e o Oiapoque. Em 1801, celebrando o final da guerra de Portugal contra Espanha e França, com a interveniência de Napoleão, foi assinado o Tratado de Badajoz, que definiu a fronteira no rio Araguari, uma humilhação para Portugal (SOARES, p. 71) (SORATO, p. 100). A situação, entretanto, se inverteu em 1809. Já no Brasil, D. João VI, com apoio da esquadra inglesa, aproveitando-se dos efeitos do bloqueio naval inglês sobre a Guiana Francesa, vingando-se da invasão francesa ao território português na Europa, que o obrigou a transferir a corte para o Brasil, mandou invadir Caiena, incorporando o território daquela Guiana ao Brasil.

Sob o comando do tenente-coronel Manuel Marques, a expedição organizou-se em Belém; transportada em escunas e bergantins, cerca de 800 homens, escoltados por uma corveta inglesa, desembarcaram em praia próxima de Caiena, atacaram a praça de guerra francesa e ocuparam após dois dias de luta. Durante oito anos permaneceu Caiena sob administração portuguesa. (MATTOS, p. 42)

Em 1815, no Congresso de Viena, Portugal devolveu a Guiana à França, reivindicando a linha de fronteira balizada pelo rio Oiapoque. Depois da independência brasileira, a França passou a enviar expedições clandestinas ao território ao sul do Oiapoque, com objetivos exploratórios,

para conhecer melhor a região e ocupar posições estratégicas. Em 1836, enquanto ocorria a Cabanagem, a França construiu uma fortificação no lago Amapá.

Em 1885, ocorreu fato inusitado na região. Jules Gros, cidadão francês, aproveitando-se da indefinição política da região do Cabo Norte, fundou a República do Cunani, abrangendo grande parte território brasileiro ao sul do rio Oiapoque. Foram criados brasão, condecorações e bandeira para a nova república, mas o próprio governo francês não estimulou a iniciativa, identificando interesses financeiros pessoais do cidadão, que vivia em Paris. (MATTOS, p. 43) (TOSTES, p. 109)

No final do ano de 1893, nos primórdios da República, foi descoberto ouro no rio Calçoene, (MATTOS, p. 90) gerando grande afluxo de brasileiros, estrangeiros e até empresas para a região entre o Calçoene e o Cassiporé, acirrando as disputas pela posse da terra. Em maio de 1895, chegou a ocorrer um conflito armado na região, com a morte de 40 a 60 pessoas. Na oportunidade, destacou-se a atuação de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. O político paraense, atraído pela esperança de enriquecimento com o ouro, liderou a defesa dos interesses brasileiros quando o representante francês da área contestada pelos dois países, Eugene Voissien, tomou a iniciativa de intervir na região proibindo o ingresso de brasileiros. Cabralzinho e outros brasileiros (Desidério Antônio Coelho e Cônego Domingo Maltez), em 1894, organizaram um triunvirato para fazer valer os interesses do Brasil na região (SORATO, p. 104). Esse governo local chegou a promulgar legislação em uma ação dissuasória visando regular as atividades e demonstrar sua autoridade.

DECRETO Nº 1 – Da Exploração de Minas no Amapá:

Art. 1º. Fica desde já franca a entrada dos Rios do Amapá a todo e qualquer brasileiro que organize qualquer expedição para a exploração de Minas neste Território [...]

Art. 4º. Todos os produtos tirados serão apresentados ao Triunvirato para serem conferidos a fim de pagar o competente direito [...]

Art. 5º. Será expressamente proibido vender-se os produtos tirados neste Território em Cayenna ou qualquer país estrangeiro [...]

Art. 6º. É expressamente proibido a entrada de todo e qualquer estrangeiro que vier de Cayenna [Caiena] ou dos países do norte do Cabo Orange [...]

DECRETO Nº 2 – Do Triunvirato do Amapá eleito pelo povo:

Art. 1º. Fica criado um Exército de Infantaria Defensor do Amapá, composto de quatro Bm.s tendo cada Batalhão quatro companhias.

Art. 2º. É nomeado General comandante Geral do Exército o Sr. Francisco X. da Veiga Cabral. (ROMANI, p. 8)

O governador da Guiana, M. Camille Charvein, em abril de 1895, enviou, então, uma missão militar ao Amapá com o intuito de averiguar se havia apoio do governo brasileiro àquela

iniciativa, não conseguindo identificar qualquer documento oficial do Pará ou do Rio de Janeiro que amparasse o triunvirato. Após essa iniciativa, Veiga Cabral mandou prender os brasileiros que atuassem em defesa dos interesses franceses. Trajano, um “mocambista”, escravo fugido do tempo do Império, reconhecido e respeitado na Guiana, foi um dos detidos, acusado de içar a bandeira francesa em sua residência. Ele habitava a vila de Cunani (com uma população de 284 pessoas, em 1895) (ROMANI, p. 10) na realidade, um quilombo de negros fugidos das fazendas paraenses. Tais ações que envolviam a oposição aos interesses franceses, em especial aqueles referentes às atividades de mineração levaram o governador francês a determinar uma intervenção armada, com missão de polícia, na área em litígio. A expedição compunha-se do vapor “Bengali” que transportou um efetivo de 60 fuzileiros navais e tinha a missão de garantir a segurança dos franceses, aprisionar aqueles que molestaram seus cidadãos e libertar o “capitão” Trajano, devendo evitar o uso da violência (ROMANI, p. 12). No dia 17 de maio de 1895, os franceses chegaram à vila de Amapá, desembarcaram e foram recebidos à bala, quando tentaram prender o líder Veiga Cabral. O comandante francês, o capitão Lunier, e mais 6 soldados foram mortos pela tropa de Veiga Cabral. Dezenas de brasileiros perderam a vida, no que ficou conhecido como o “Massacre do Amapá”. Em função da repercussão do ocorrido, o governador Charvein foi exonerado da função. (ROMANI, p. 13-20) (MATTOS, p. 43-45)

O ambiente de tensão gerado pelos fatos terminou por estimular a responsabilidade dos governantes, levando a que, em 1897, Brasil e França concordassem em resolver a questão por meio de laudo arbitral (SORATO, p. 106) (MATTOS, p. 43-45).

Assim, a definição da fronteira do Brasil com a França se confirmou poucos anos mais tarde, em 1º de dezembro de 1900, após o laudo arbitral suíço que aceitou grande parte dos argumentos brasileiros, elaborados pelo Barão do Rio Branco, com a colaboração importante do cientista suíço Emílio Goeldi, grande estudioso da flora e da fauna amazônica, que mais tarde teria seu nome denominando o Museu Paraense, do qual foi seu reorganizador (GOES FILHO, p. 316-322) (SOARES, p. 71-77) (TOSTES, p. 110).



Art. 15 O Governo garante

...

2<sup>a</sup> A prestação a uma quantia igual ao soldo de três meses a toda aquela praça que angariar um índio, que o fizer habitar colônia e lhe ensinar a doutrina cristã necessária.

3<sup>a</sup> A gratificação de cinquenta mil reis a qualquer que se casar com uma índia e com ela habitar a colônia, recebendo, além dela, uma porção de terra para cultivar como propriedade. Todas as despesas, de que tratam esses serão feitas pelos cofres provinciais. (SILVA, 2013, p. 61).

Apesar das boas intenções, as difíceis condições de sobrevivência local, o atraso nos pagamentos dos militares e os critérios utilizados para a seleção do pessoal militar que comporia os quadros da tropa (muitas vezes enviados como castigo) foram empecilhos para o crescimento e desenvolvimento do projeto. Por outro lado, percebe-se que a proposta de povoamento da região fronteiriça, associada às funções de vigilância fronteiriça pode ter inspirado o modelo conceitual dos Pelotões e Destacamentos de Fronteira do Exército brasileiro, evidenciado no mote “vida, combate e trabalho”, que sintetiza a missão dessas organizações militares.

A perspectiva histórica aqui apresentada evidencia as constantes mudanças de domínio e posse de ampla área territorial nas proximidades da foz do rio Amazonas, com impacto relevante sobre o controle do importante acidente geográfico, que é a foz do rio Amazonas. Com relação à região do Amapá e da Guiana Francesa, destaca-se a intensa disputa territorial entre as coroas de Portugal e a francesa continuando, mais tarde, entre o Brasil independente e a França. Ao longo dos séculos, houve contínua alternância no controle das terras litorâneas ao norte da foz do Amazonas. Existiu um curto período em que Portugal dominou a Guiana (período joanino) e aconteceu também a posse francesa do Amapá (reconhecida em tratado por Portugal), no período de 1700 até o Tratado de Utrecht (1713). O período contestado do Amapá, assim, durou mais de dois séculos, visto que as fronteiras só foram definidas em 1900, após o laudo arbitral que reconheceu finalmente a soberania brasileira. Reconhecer a importância da região, que foi duramente disputada por potências europeias, e entender a relevância geopolítica reconhecida por aqueles países, é fundamental para incorporar a percepção da necessidade de garantir, por meio de uma estrutura de defesa de caráter dissuasório, a posse brasileira e a liberdade de ação para as atividades econômicas que fluem pelo grande rio e se comunicam com o exterior.

No que se refere à ocupação da Guiana Francesa pela Coroa portuguesa entre 1809 e 1815, ainda que tenha sido temporária, podendo ainda ser reconhecida como de tendência imperialista, pode-se dizer que teve uma consequência relevante: ela contribuiu para que fosse

definido, por tratado, que a fronteira entre Brasil e França fosse o rio Oiapoque (GOES FILHO, p. 237).

## 1.6 A LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO NO RIO AMAZONAS

Ao se tratar da ocupação militar da região amazônica convém também trazer à baila questões relacionadas ao interesse pela internacionalização da navegação no grande rio, visto que a bacia do Amazonas abrange vários países sul-americanos e que existem potências extracontinentais com interesses econômicos e geopolíticos em navegar no rio. A proposta de garantir a liberdade de navegação aos rios internacionais<sup>8</sup> surgiu por ocasião da Revolução Francesa (1789), quando legisladores propuseram esse princípio (MEDEIROS, 2014, p. 1). As características políticas e geográficas do continente europeu conduziram a que, mais tarde, tal sugestão fosse incorporada como regra nos acordos que ali se estabeleceram. A questão chegou a se tornar uma Convenção Internacional, assinada em Barcelona, em 20 de abril de 1921, ao final da I Guerra Mundial, na qual o princípio da livre navegação foi consubstanciado como critério para todos os rios internacionais, sem distinção de países, quer fossem ribeirinhos ou não. O tratado só entrou em vigor a partir de 1939, para 21 países, dos quais 15 eram do continente europeu (BREDA, 1992, p. 410). O Brasil não assinou a referida convenção.

No caso da navegação do rio Amazonas, a questão torna-se extremamente relevante visto que o rio desempenha o papel de principal via de acesso aos núcleos populacionais ou ainda às imensidões inexploradas da selva. O tema já era motivo de preocupação do jovem império desde a independência, mas foram pressões internacionais, capitaneadas pelos Estados Unidos, durante o segundo império, que conduziram à situação vigente.

Pode-se dizer que um dos grandes divulgadores da importância da internacionalização da navegação do rio Amazonas foi Matthew Fontaine Maury (1806-1873), oceanógrafo, cartógrafo e cientista de grande prestígio da Marinha dos Estados Unidos. Na primeira metade do século XIX, os Estados Unidos vivenciavam a materialização das ideias do “Destino Manifesto” que conduziram à expansão de seu território sobre o espaço mexicano. Assim, propostas de ampliação territorial ou de influência sobre outras áreas faziam parte do cardápio de pensamentos em ebulição

---

<sup>8</sup> Rio internacional, segundo o direito internacional, é um curso d'água que atravessa ou separa os territórios de dois ou mais Estados.

na sociedade norte-americana. Foi com o espírito de que a vocação norte-americana era levar a civilização para o restante do mundo que ele escrevia seus artigos que influenciaram o pensamento político estadunidense.

Em 1851, Maury organizou uma expedição científica ao rio Amazonas partindo da foz e solicitou autorização ao governo brasileiro. Não sendo atendido em sua proposição, ele inverteu a rota. A missão foi dada a dois oficiais da marinha norte-americana William Lewis Herndon (cunhado de Maury) e Lardner Gibbon que partiram de Lima em direção a Belém. Além do objetivo de realizar investigações sobre a navegabilidade e condições físicas do rio, Maury buscava analisar a possibilidade de organizar colônias de negros norte-americanos, considerando o avanço do movimento abolicionista naquele país. Tal sugestão também foi encaminhada por um candidato à presidência dos EUA à Legação brasileira em Washington, em 1852 (PALM, 2009, p. 30). Apesar de conseguir reverberação dessas ideias nos periódicos, a proposição de Maury não encontrou eco no governo norte-americano. Os EUA buscavam um bom relacionamento com o Brasil, temeroso de que uma aproximação maior do Império com as potências europeias, Inglaterra e França pudessem facilitar a influência desses países nas Américas.

Também é importante ressaltar que a época da iniciativa do tenente Maury coincidiu com o período da industrialização da borracha no mundo, quando o produto passou a ser vulcanizado e utilizado em diversas aplicações. Ainda que existissem outras fontes de látex em outras partes do mundo, a *hevea brasiliense* (a seringueira amazônica) era aquela que produzia a matéria-prima de melhor aceitação no mercado internacional (MATTOS, p. 82-88). Isso elevava o relacionamento dos EUA com o Brasil a um nível de maior cuidado.

As tensões que levaram à Guerra Civil também tiraram o foco de uma eventual aventura militar estadunidense na Amazônia brasileira. Apesar de tudo, interesses comerciais norte-americanos fizeram com que a pressão pela abertura da navegação continuasse entre 1853 e 1861, diminuindo no período da Guerra Civil (1861-1865). O Ministério de Negócios Estrangeiros do Brasil, entretanto, refutou os argumentos e manteve-se firme na defesa do controle nacional da navegação nas águas amazônicas. Visando se contrapor à pressão internacional, visto que os vizinhos de montante, além de Inglaterra e França, também formalizam demandas para o uso do rio até a foz, D. Pedro II outorgou, em 1852, a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, a concessão da rota de navegação entre Belém e Iquitos no Peru. A linha operada pela Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, porém, teve vida curta, tendo em vista as reclamações

dos vizinhos e dos EUA (QUEIROZ, 2012, p. 296) (MATTOS, p. 48). O agravamento da questão do Prata, que levou à Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), e uma tendência liberalizante que se espalhava no país naquela quadra levou a questão da abertura da navegação no Amazonas ao epicentro do debate no Parlamento brasileiro. Inúmeros congressistas advogavam pelos efeitos benéficos da liberação, em especial o estímulo ao desenvolvimento da economia local. Havia ainda uma contradição da diplomacia brasileira, que defendia a abertura da navegação no Prata, por ser um ribeirão superior (de montante) e a posição contrária, quando de tratava do Amazonas. Assim, após muitos debates no Congresso e na imprensa, em 07 de setembro de 1867, data da independência nacional, entrava em vigor o Decreto nº 3749, de 07 de dezembro de 1866, em que o governo imperial do Brasil manifestava, de forma soberana, “tornar franca a navegação a todas as bandeiras” no rio Amazonas e alguns afluentes (QUEIROZ, p. 300-302).

Essa disputa e as pressões oriundas dos EUA é mais um dos antecedentes históricos que reforçam a importância da foz do rio Amazonas em uma perspectiva geopolítica. Interesses de outras nações estiveram presentes no passado e reforçam os argumentos quando à importância dissuasória do aumento do dispositivo militar na região.

## **1.7 CONCLUSÃO PARCIAL**

O estudo da estrutura militar reinante na Colônia nos séculos XVI e XVII apresentou as características da organização militar portuguesa para a defesa de imenso território brasileiro, com os ajustes incorporados ao novo ambiente operacional. Na falta de meios de combate para ocupar os pontos-chaves do território, a Coroa atribuiu a si a defesa nos mares e a construção de fortificações para a garantia da soberania do território. Por meio de legislação promulgada pelo reino português e pelos governadores-gerais (tanto do estado do Brasil como do estado do Maranhão e Grão-Pará, que vigorou por mais de 150 anos) foram atribuídos aos moradores da terra (principalmente pelo Serviço de Ordenanças) os encargos da autodefesa dos núcleos populacionais, assim como da guarnição das fortalezas. Assim, os donatários, sesmeiros e senhores de engenho se utilizavam dos habitantes locais sob seu domínio e controle para a defesa territorial, o que atendia também aos interesses da Coroa. Dessa maneira, as fortalezas construídas pelos portugueses puderam estabelecer as bases da colonização do interior do país além da linha de Tordesilhas, garantindo a maior parte do território amazônico para Portugal, o que denota a



importância geopolítica dessas estruturas militares. Esse espírito de pioneirismo, de apoio ao desenvolvimento social e demográfico do País, ainda está associado à presença de organizações militares das Forças Armadas na região da foz do rio Amazonas, como se poderá verificar no capítulo 4 deste trabalho.

Dessa forma, a presença militar na Amazônia remonta ao período colonial, época em que foi garantida grande parte do espaço territorial que compõe a Amazônia brasileira de hoje. O registro histórico mostrou também o papel de destaque político e geográfico desempenhado por Belém, especialmente nos séculos XVII e XVIII, como base de apoio para as incursões que permitiram a ocupação e manutenção da posse luso-brasileira de grande parte da bacia amazônica. Embora tenha perdido parte de sua relevância nacional à medida que o interesse lusitano se voltou para a apropriação do ouro descoberto nas Minas Gerais, deve ser destacada a posição geográfica que a capital paraense continua a desempenhar como ponto de controle do acesso ao interior amazônico e sua maior proximidade com a Europa, ainda um importante centro econômico internacional.

Como exemplo desse papel de suporte às expedições aos sertões, pode ser identificado o bandeirismo amazônico a partir de Belém. Também se verifica que algumas das entradas tinham como motivação objetivos geopolíticos da Coroa portuguesa e não apenas a busca da satisfação dos interesses comerciais dos droguistas do sertão, também típicos da época e da região.

Dentre as diversas ações desenvolvidas por Portugal tendo como origem a cidade de Belém, destaca-se a expedição de Pedro Teixeira, que partiu ao final do período da União Ibérica (1637) do litoral paraense para estabelecer as bases que iriam definir os limites ocidentais do controle português sobre a região amazônica.

No controle do acesso norte para o ingresso na bacia amazônica, a criação do forte de São José de Macapá, durante o período pombalino marcou a determinação portuguesa em garantir o controle da foz em ambas as margens. Deve ser destacado ainda que as disputas territoriais entre França e Portugal (depois Brasil) pelo Amapá durou vários séculos, com ocupações militares de ambas as partes nos territórios da Guiana e do Amapá. Merece atenção ainda o fato de que a fronteira atual só foi definida por meio de arbitramento no início do século XX. Também é possível inferir, pela análise histórica, pela proximidade das datas e pelas ações ocorridas, que o gatilho estratégico para a ocupação lusitana da Amazônia foi acionado com a tentativa de criação da França Equinocial, em São Luís (1612), considerando que este tenha sido fator de estímulo para a

fundação de Belém, em 1616. A fundação de Caiena, em 1634, marcou a presença definitiva da França na região amazônica. As disputas pelo Amapá, que prosseguiram por mais de dois séculos, foram decorrentes do choque de interesses pelo controle da foz do Amazonas entre França e Portugal (e posteriormente o Brasil). Tais fatos permitem sugerir que a potência europeia que mais interesse demonstrou ao longo da história pela Amazônia foi a França. Não por outra razão, a Guiana Francesa ainda permanece como território ultramarino no continente sul-americano, sem ter alcançado sua independência como foi o caso das outras duas antigas Guianas.

Em episódio mais recente, as pressões ocorridas pelos Estados Unidos demonstram cabalmente o interesse de algumas potências de internacionalizar a gestão de recursos amazônicos, ou pelo menos restringir o nível de controle que o Brasil exerce sobre seu território. Não resta dúvida de que a baixa presença do Estado nas áreas amazônicas ainda é uma debilidade estratégica que pode ser minimizada pela presença de núcleos militares, enquanto não se configura um projeto de desenvolvimento regional que permita conciliar a utilização do potencial fisiográfico, ambiental e de biodiversidade da região com a necessidade de preservação dessas riquezas.

Na análise histórica foram destacados alguns aspectos geopolíticos, que podem ser considerados como motivadores para a configuração do dispositivo militar adotado pelos portugueses e brasileiros. Nesse diapasão, Tostes (2015, p. 110) refere-se à região do Amapá da seguinte forma:

Do ponto de vista econômico, a região havia sido identificada como localidade de ocorrência de “drogas do sertão” e do ouro, mas sua principal importância era mesmo geopolítica, por ser região fronteira e uma das portas de entrada do rio Amazonas.

Com o intuito de analisar os fundamentos da hipótese apresentada neste trabalho – a geopolítica como motivação para o aumento do dispositivo militar na região foz do Amazonas – no próximo capítulo serão trazidas à baila considerações sobre questões geopolíticas que se aplicam ao objeto deste estudo.

## CAPÍTULO 2 - A GEOPOLÍTICA DA REGIÃO DA FOZ DO AMAZONAS

*A Geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos*

Carlos de Meira Mattos<sup>9</sup>

Neste capítulo são analisadas as teorias geopolíticas clássicas, seus impactos e possíveis implicações na área geográfica selecionada (região da foz do rio Amazonas). Buscou-se trazer para a discussão as consequências de tais teorias para o tema em estudo, que é a estrutura de defesa do Estado brasileiro para a região. Partindo da teoria do *Heartland*, de Mackinder, e de seus contrapontos relativos ao poder marítimo, manifestados por Mahan e Spykman, é estabelecida a contextualização conceitual para o caso da defesa do complexo da região do delta do Amazonas. As implicações para a defesa também são investigadas nas obras de Travassos, Meira Mattos, Terezinha de Castro e Bertha Becker, autores selecionados pela atenção que dedicaram à região amazônica. Merece destaque o nexos que tais autores estabelecem entre segurança e desenvolvimento, salientando a vulnerabilidade estratégica de manter-se território de grande extensão sem a ocupação humana. Ao final, vale-se desse debate para analisar possibilidades teóricas de justificativa da motivação geopolítica como motor primário para o incremento de efetivo militar na região da foz, observado nos últimos 10 anos.

### **2.1 AS TEORIAS CLÁSSICAS DA GEOPOLÍTICA E A AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA**

A análise do impacto da Geografia sobre a Política, isto é, o estudo de como as características do território podem influir no poder disponível de um determinado Estado é prática comum desde a Antiguidade Clássica. Foi, porém, no início do século XX que surgiram teorias que tentaram sistematizar ou estabelecer premissas ou regras que pudessem ser aplicadas a situações específicas buscando explicar aspectos da relação entre território e poder.

---

<sup>9</sup> Mattos (1980), p. 160

### 2.1.1 AS IDEIAS DE MACKINDER

Ao se colocar o foco da atenção na região da foz do Amazonas, pode-se identificar o trabalho de alguns autores cujas teorias seriam aplicáveis ao objeto desta pesquisa. Um deles é Mackinder.

A teoria do poder terrestre, ou Geopolítica do *Heartland*, cujas linhas mestras foram apresentadas por Halford John Mackinder em 1904, foi revisada e detalhada em trabalhos posteriores do autor nos anos de 1919 e 1943. Sua teoria baseia-se no poder auferido pelos componentes geográficos oriundos do domínio da região central da Ásia (a região-pivô) que, em um movimento centrífugo, permitiria sua expansão até as proximidades das áreas litorâneas de modo a garantir o acesso aos mares abertos, dificultando as ações da potência que dominasse os mares (MELLO, 1999, p. 11-14).

O suporte conceitual dessa teoria está baseado em três premissas. A primeira delas considera que o sistema político internacional é fechado. Isto quer dizer que, em 1904, Mackinder identificou o ambiente de relação entre as nações que atualmente é chamado de globalização. Após a era das grandes navegações implementadas pelas potências da Europa Ocidental, da conquista das estepes siberianas pela Rússia e da colonização da África e da Ásia já não haviam mais novos mares a navegar ou regiões a conquistar. O avanço tecnológico dos transportes integrou os mercados, os povos e a política internacional, criando um sistema fechado. Assim, não havendo mais espaços vazios a serem ocupados, qualquer acréscimo de território só poderia ser efetivado mediante a conquista de espaço já dominado por outrem. Foi justamente essa característica, associada à anarquia internacional, que gerou duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria.

A segunda premissa estabelece que a história da humanidade está diretamente relacionada com a geografia, promovendo a “causalidade geográfica” (MELLO, p. 33) como fator de explicação dos fatos históricos. Assim, na visão de Mackinder “é o homem e não a natureza quem inicia, mas é a natureza quem dirige em grande parte”. Dessa forma, seriam aspectos relevantes para explicar a história das civilizações a posição, o relevo, a dimensão, as condições meteorológicas da base territorial. O impacto da resultante desses aspectos condicionaria os resultados de poder que as civilizações humanas viessem a alcançar. A geografia, por exemplo,

iria impactar na criação de uma mentalidade marítima ou continental nos povos. O tempo, entretanto, mostrou que, embora seja reconhecida a força do argumento da causalidade geográfica, o determinismo nele embutido limita o entendimento da complexidade das motivações que conduzem os fatos históricos.

A terceira e última premissa afirma que há uma luta pela hegemonia entre o poder terrestre e o poder marítimo – continentalismo versus oceanismo. As potências terrestres buscam se expandir em direção aos portos que lhe deem acesso aos oceanos, enquanto as potências marítimas tentam manter o controle das regiões litorâneas para limitar a expansão da potência terrestre. Mackinder avalia que essa disputa está na raiz de grande parte dos conflitos ao longo da história: os navegadores gregos contra as forças terrestres persas, na Antiguidade; a potência marítima da Grã-Bretanha versus o exército poderoso dos franceses na época de Napoleão; e a disputa entre a “baleia” norte-americana frente ao “urso” soviético, na Guerra Fria (MELLO, 1999, p. 27-40). Com relação a essa premissa, pode-se buscar analisar seu impacto na realidade geográfica sul-americana. A região da foz do Amazonas evidencia-se assim como área de disputas de interesses e influências entre uma potência marítima externa com interesses na área e o estado continental que controla grande parte da Bacia Amazônica. A análise histórica realizada no capítulo anterior mostra as disputas entre Portugal e França (com a Coroa Inglesa atuando nos bastidores) pelo controle das terras que dominam a conexão entre o interior amazônico e o acesso ao Atlântico, pelas vias naturais de transporte da região que é o meio fluvial.

Contrapondo-se aos geógrafos da época, que analisavam de per si cada continente, oceano ou mar, Mackinder trouxe um novo conceito: a Ilha Mundial, que corresponderia à área da Europa, Ásia e África, constituindo assim dois terços das terras emersas e 85% da população mundial. Juntando ainda a ideia da unicidade da superfície líquida do planeta, haveria o Grande Oceano, formado pelas águas do Atlântico, Pacífico e Índico. As demais terras: Austrália, América do Norte e América do Sul seriam três ilhas-continentes menores e gravitariam em torno da Ilha Mundial. (MELLO, 1999, p. 41-46). Ele também apresenta duas outras definições geográficas: a primeira é o Crescente Interno, região da Ilha Mundial próxima aos oceanos, área onde acontece a disputa entre o poder terrestre e o poder marítimo. Essa região exerce função amortizadora, de amortecimento, entre as forças. A outra definição é o Crescente Externo – ou Crescente Insular –, que corresponde ao conjunto de territórios composto pelas ilhas-continentes, onde estariam localizadas as potências marítimas e também onde o Brasil se localiza (MELLO, 1999, p. 47-53).

O fato de entender que istmo panamenho isola as duas massas territoriais do continente americano, a ponto de serem reconhecidas como unidades distintas, abre uma perspectiva interessante de análise do potencial geopolítico do Brasil, como maior nação sul-americana. Vislumbra-se, assim, a possibilidade, ao se observar por comparação o trajeto histórico dos EUA, de criação de uma potência anfíbia também na ilha-continente sul-americana. A leitura geográfica sugere, entretanto, que, pela maior quantidade de vizinhos, aspectos cooperativos podem ser mais utilizados do que aqueles apresentados ao norte pelos EUA. Essa certamente é uma consideração a ser registrada na análise do impacto do papel geopolítico a ser desempenhado pela região da foz do rio Amazonas, considerando o debate proposto por Mackinder.

Mackinder também dedica sua atenção aos impactos causados pelo avanço da tecnologia no fortalecimento tanto do poder marítimo como do poder terrestre. Ele lembra da revolução

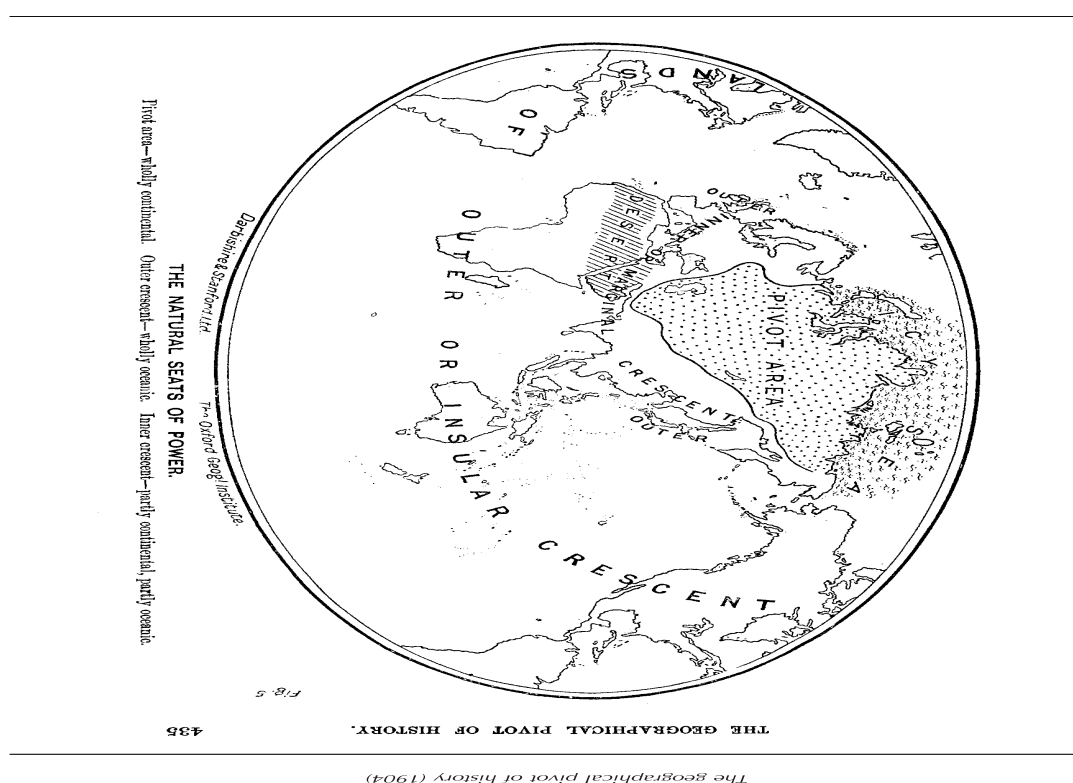


Figura 3 – Áreas de poder, segundo Mackinder

provocada pelo advento dos instrumentos de navegação marítima que permitiram que uma nação periférica, como Portugal nos séculos XV e XVI, pudesse ampliar enormemente sua área de

influência deslocando-se com rapidez e precisão pelos mares. Por outro lado, a implantação de redes de ferrovias garantiu aos Estados Unidos a oportunidade de ligação leste-oeste, transformando-o em uma potência anfíbia. Por meio de ferrovias também, a Rússia ligou o porto de Vladvostok com Moscou, criando as condições para o domínio da Ilha Mundial. Também foram as ferrovias que permitiram à Alemanha levar seus produtos a Istambul e Bagdá, ameaçando o domínio comercial inglês na região. Assim, no final do século XIX, a Alemanha se candidatava à situação de potência anfíbia, predicado que Mackinder julgava muito mais fácil de ser atingido pelas potências terrestres do que pelas potências marítimas (MELLO, 1999, p. 49-53). Tal consideração sinaliza possibilidade geopolítica do Brasil, que, como potência continental regional, reuniria os atributos geográficos para transformar-se em potência anfíbia, caso se apoie nos recursos tecnológicos de transporte para estabelecer as ligações entre o *heartland* (incluindo a parte amazônica, que deve também ser conectada aos demais países amazônicos que têm acesso ao Pacífico, como Colômbia, Equador e Peru), com suas riquezas minerais e aquelas oriundas da biodiversidade, e as áreas de comunicação marítima que existem na região da foz do Amazonas. A criação de polos de desenvolvimento junto às áreas de produção e de transformação de riquezas também é uma iniciativa fundamental para a criação do ecúmeno regional. O modelo exitoso de Manaus é uma indicação de que a possibilidade é plausível.

No confronto entre o poder terrestre e o poder marítimo, Mackinder conclui que o domínio terrestre do *heartland* redundará, para aquele que o conseguir, em uma vantagem considerável, que lhe permitirá o domínio do mundo. Em sua obra, “The Geographical Pivot of History” ele infere que “Quem domina a Europa Central controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a Ilha Mundial; quem domina a Ilha Mundial controla o mundo”. (MELLO, 1999, p. 56) (MACKINDER, 1919, p. 186)

Reforçando suas ideias sobre a importância do poder terrestre, Mackinder, em 1943, revê sua teoria e apresenta as conclusões em um artigo denominado *The Round World and the Winning of the Peace*:

Consideradas todas as coisas, é inevitável a conclusão de que a União Soviética, se emerge desta guerra como conquistadora da Alemanha, deve ser classificada como a primeira potência do globo. Será, ademais, a potência colocada estrategicamente na posição mais vantajosa do ponto de vista defensivo. O *Heartland* é a maior fortaleza natural do planeta. Pela primeira vez na história está guarnecido por uma força suficiente tanto em número como em qualidade. (MELLO, 1999, p. 63)

Dessa forma, Mackinder deixa claro que o poder terrestre, consubstanciado no controle da Ilha Mundial (*Heartland*) é o fator essencial para o domínio do mundo, em função basicamente de suas principais características: amplitude continental, topografia plana e isolamento mediterrâneo.

Na última atualização de sua teoria, em 1943, Mackinder incorporou outro conceito: o *Midland Ocean*, que corresponde à massa líquida que forma a bacia do Atlântico Norte, incorporando também os rios e suas bacias. Em linhas gerais, Mackinder considerava incluídos nesse conceito a base territorial do leste dos EUA e do Canadá com seus recursos agrícolas, industriais e militares, uma cabeça de ponte europeia (a França) e um aeródromo protegido por fossos (a Grã-Bretanha). Por sua importância no relacionamento entre as potências ocidentais vencedoras da 2ª Guerra Mundial, a proposta do autor foi respaldada pelos fatos. Realmente, a percepção da relevância da região foi justificada pela criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte em 1949, após a morte de Mackinder. A organização militar ainda hoje é o principal arranjo de forças do mundo, exercendo poderosa influência na política de segurança internacional de todos os países do globo (MELLO, 1999, p. 65-69). Trazendo esse conceito para a realidade em estudo, observa-se que alguns aspectos observados na premissa mackinderiana podem ser considerados na região da foz do Amazonas. Por exemplo, o território francês na América do Sul, situado ao norte da porta de entrada da Bacia Amazônica, pode ser considerado o aeródromo/cabeça de ponte da OTAN, protegido pelo sul pela dificuldade de movimento terrestre na floresta amazônica. Assim, a Organização do Tratado do Atlântico Norte teria seu raio de atuação ampliado considerando a vantagem geopolítica auferida pela província ultramarina da Guiana Francesa.

Embora o esfacelamento da União Soviética no final do século XX e a consequente redução do poder daquela potência que encarna o poder terrestre, agora assumido pela Rússia, tenha feito acreditar a muitos que a economia é o que importa, a evolução dos acontecimentos no século XXI mostra que a geopolítica não deve ser esquecida. O caso recente da ocupação russa da Crimeia em 2014 está enquadrado perfeitamente na teoria mackinderiana e explica as ações da potência terrestre. Assim como o fim da Guerra Fria mostrou que o caráter determinístico da geopolítica não fazia sentido, os acontecimentos recentes na Crimeia demonstraram que ela não deve ser desconsiderada na análise dos fatores motivadores das ações na política internacional.



Outra questão a ser considerada ainda é que o dilema mackinderiano da disputa entre o poder terrestre e o poder marítimo está sendo, a cada dia que passa, questionado pelo poder aéreo, agregado ao componente espacial. Assim sendo, a geopolítica tradicional de disputa entre o poder terrestre e o poder marítimo vê-se confrontada com outra dimensão geográfica, o espaço, cujo domínio está diretamente associado à capacidade tecnológica. Seguindo essa linha de raciocínio, o avanço tecnológico e a possibilidade do surgimento de tecnologias disruptivas impactam cada vez mais o poder militar, influenciando a antiga disputa entre o domínio da grande massa continental eurásiana e o domínio dos mares. Tais considerações não eliminam os fatores de poder associados à geografia, podendo-se considerar, entretanto, que minimizam a necessidade do controle físico tanto de uma superfície terrestre mais ampla, como o domínio militar e comercial sobre os mares.

Nessa perspectiva mackinderiana, pode-se questionar ainda se a ascensão econômica da China no extremo asiático irá configurar uma outra possibilidade: o surgimento de uma nova potência anfíbia asiática. Haverá uma aliança euroasiática (Rússia/China/Europa) que irá competir com a potência marítima atual, comercializando por meio dos acessos abertos pela Nova Rota da Seda (PAUTASSO, 2017)? Ou a diplomacia americana saberá dividir os oponentes para continuar a dominar as grandes decisões internacionais? A tentativa de aproximação do governo Trump com a Rússia estaria coerente com esta possibilidade? Os impactos advindos da ascensão do dragão chinês são recentes e ainda não marcaram decisivamente para qual direção a definição geopolítica irá pender.

Transplantando esse conjunto de ideias para o continente sul-americano em sua vertente setentrional conformada pela área que abrange a bacia amazônica, pode-se tentar avaliar o potencial de poder que a geografia pode transferir para os países. Adaptando-se os parâmetros mackinderianos ao espaço geográfico americano poder-se-ia alegar que a nação que dominasse o centro de continente poderia lançar seu excedente de poder em direção às extremidades litorâneas. A análise da realidade, entretanto, não permite confirmar a teoria baseado em alguns aspectos característicos da própria geografia amazônica. O primeiro deles é que as condicionantes geográficas do centro geográfico regional (o *heartland* amazônico) não atuaram como atrativo ao crescimento populacional ao longo da história. O clima quente e úmido, favorável à proliferação de mosquitos, vetores de uma grande variedade de doenças tropicais; o elevado nível pluviométrico, que dificulta a manutenção das vias de transportes terrestres; a densidade da floresta

equatorial, tornando-se um obstáculo difícil de ser superado nos deslocamentos pelos grandes espaços existentes; tudo isso contribuiu para que a região permanecesse ausente de grandes aglomerações humanas, exceção feita para as cidades que se estabeleceram nas margens dos rios navegáveis. Essa é a principal característica da geografia aplicada à Amazônia. A vida está nas margens dos rios e a riqueza escoa por eles. Assim, no caso específico em estudo, surgem outros parâmetros geográficos, não abrangidos na teoria abrangente mackinderiana, que teriam impacto mais forte para explicar o acréscimo de poder auferido pelo domínio de determinados acidentes geográficos, como é o caso dos rios na região amazônica.

Outro aspecto geográfico que impacta na distribuição do poder que merece ser considerado no caso amazônico refere-se ao fato de que as metrópoles europeias que dominaram a América do Sul até o início do século XIX estavam debruçadas sobre o Atlântico. A necessidade de comunicação com a sede da metrópole foi um atrativo para as comunidades que se estabeleciam mais próximas de leste, do Atlântico, caso típico de Belém. Por outro lado, a principal riqueza mineral da colônia hispânica - a prata de Potosi - era mais facilmente escoada pelo Prata, dominado em sua foz por Buenos Aires, do que pelos desconhecidos e encachoeirados afluentes da margem sul do Amazonas, situados em território dominados pelos portugueses. Assim, mesmo estando a capital portenha bem mais distante da Península Ibérica do que Belém, era melhor para os espanhóis utilizar as vias navegáveis de seus domínios. O ouro peruano, por sua vez, era conduzido pelos espanhóis para os portos do Pacífico, e de lá diretamente pelo mar até a Espanha, com transbordo pelo istmo do Panamá. Assim, foi nas proximidades da costa que se estabeleceram os núcleos urbanos que floresceram após a chegada da colonização europeia. O núcleo central amazônico configurou-se em um grande vazio demográfico, um anecúmeno.

### **2.1.2 ASPECTOS DA ABORDAGEM DE MAHAN**

Outro autor clássico da Geopolítica, cujas teorias merecem ser trazidas ao debate desta pesquisa é Mahan.

Alfred T. Mahan, almirante norte-americano, foi o autor da teoria do poder marítimo, apresentando sua teoria no livro *The Influence of the Sea Power upon History* (1660-1783). Em sua obra, Mahan justifica a *Pax Britannica* que regeu nos séculos XVII a XIX como consequência do domínio dos mares pelos ingleses, graças à sua posição insular e à rede de bases de apoio, tudo

isso amparado pela força de sua esquadra e pela pujança de sua marinha mercante que garantia o acesso aos portos de todo o mundo. O comércio com todos os povos permitiu o desenvolvimento da economia capitalista industrial que floresceu na ilha britânica (MELLO, 1999, p. 14).

Foram esses fundamentos geopolíticos, relativos à importância do poder marítimo, que foram incorporados pelos pensadores estadunidenses, que os agregaram à ideia de destino manifesto de potência mundial. Foi graças ao poder naval que os Estados Unidos dominaram o Caribe, a partir de 1898, com a vitória na Guerra Hispano-Americana, conquistando Porto Rico e mantendo Cuba sob seu controle, por meio da Emenda Platt. Como resultado dessa mesma guerra, no Pacífico, os EUA assumiram o poder nas Filipinas. O posterior estímulo à secessão panamenha do território colombiano redundou na possibilidade de construção do canal que ligou o Pacífico ao Atlântico, o que permitiu que a esquadra norte-americana pudesse se deslocar com mais facilidade, transformando-se em uma potência naval e insular. O acesso ao seu território só era possível às outras grandes potências pelo mar. Com o tempo, à medida que se fortalecia o poder americano, o papel de grande potência marítima foi se transferindo da Inglaterra para a América do Norte, fato que se consumou no início do século XX. Dessa forma, sem se contrapor aos fundamentos do poder terrestre e do poder marítimo, Mahan sugere que os Estados Unidos poderiam incorporar as vantagens geopolíticas de seu território para se impor como grande poder mundial, especialmente por não encontrar adversário em sua ilha-continente.

Mahan também analisa a importância do mar do Caribe para os interesses estadunidenses. Nesse estudo, ele estabelece uma comparação do relacionamento estratégico do binômio canal do Panamá-Mar do Caribe com o canal de Suez e o mar Mediterrâneo enfatizando a relevância do domínio das águas para o controle da rota de passagem. Para embasar essa argumentação, ele reforça a importância geopolítica da foz do Mississipi, escoadouro das riquezas produzidas no Meio Oeste dos EUA, pela proximidade existente entre esse acidente geográfico e o canal do Panamá.

Dessa forma, ao analisar o surgimento dos EUA como potência marítima, observa-se a ampliação de seu interesse geopolítico em seus arredores. Nesse contexto, é importante observar que todos os países caribenhos da América do Sul fazem fronteira com o Brasil, compõem a Pan-Amazônia (MEIRA MATTOS, 1980) e fazem parte da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (com exceção da França), o que implica certamente no cuidado que os EUA dedicam às questões relacionadas àquela região. Também merece ser lembrado aqui o

esforço dedicado pelos Estados Unidos em forçar a abertura internacional da navegação no rio Amazonas, como foi apresentado no capítulo anterior.

### 2.1.3 QUESTÕES DA TEORIA DE SPYKMAN

Outro autor que aborda o poder marítimo merece ser estudado, pela possibilidade de adequação de seus conceitos à questão amazônica: Spykman. Em sua obra *America's Strategy in World Politics*, Nicholas Spykman incorpora vários conceitos de Mackinder, alterando, contudo, as conclusões de sua análise geopolítica. Nascido na Holanda, em 1893, e naturalizado americano, Spykman trouxe para os EUA sua bagagem acadêmica e foi um dos mais importantes autores que impactaram a política externa norte-americana com sua perspectiva da teoria das fímbrias ou do *Rimland*.

Apoiando em uma imagem cartográfica diferente de Mackinder, apresentou uma visão geográfica do mundo a partir do polo norte, concluindo que as massas continentais do norte (América do Norte e Eurásia) disputariam o poder mundial por concentrarem maiores massas territoriais em relação ao hemisfério sul. (MELLO, p. 115)

Spykman denomina o *Inner Crescent* de Mackinder de *Rimland* (ou fímbrias marítimas) que seria a região a ser fortalecida/defendida frente às ameaças de domínio oriundas do *Heartland* (Teoria do *Rimland*). Ele define esse conceito da seguinte forma:

O *Rimland* da massa terrestre eurasiática deve ser visto como uma região intermediária situada entre o *heartland* e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortizadora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vistas para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve que lutar contra o poder terrestre do *heartland* e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão. É na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança. (MELLO, p. 122)

Dessa forma, Spykman altera a prioridade da região de maior importância para a potência que queira dominar o mundo. Enquanto Mackinder preconizava o domínio do *heartland* como objetivo principal, o autor batavo-americano apresenta outra proposta: “Quem controla o *Rimland* domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo” (MELLO, p. 131). Nesse sentido, estabelecendo uma transposição do conceito para a Amazônia, a região da foz do Amazonas seria o *rimland* regional, concentrando a importância estratégica que permitiu a

Spykman formular o conceito que se contrapõe a Mackinder. Certamente, o domínio universal não se aplica à geopolítica de uma região periférica, mas, se for considerado que a região da foz do Amazonas tem as características geopolíticas do *Rimland* de Spykman (natureza anfíbia, extremidade de grandes massas continentais, aplicação de estratégia da contenção), pode-se considerar que o conceito de Spykman pode ser aplicado à região, tendo seu slogan ajustado para o seguinte: “Quem controla a foz, controla a Amazônia”.



Figura 4 – Bacia do rio Amazonas<sup>10</sup>

Diferentemente do exemplo citado por Spykman que traz a perspectiva norte-americana de contenção do avanço continental soviético em direção ao litoral, no caso brasileiro, a contenção seria aplicada contra as pressões de uma potência marítima, isto é, vinda de fora para dentro, de

<sup>10</sup> Mapa da ecorregião amazônica definida pelo WWF. A linha amarela abrange os limites aproximados da bacia de drenagem da Amazônia. As fronteiras nacionais estão mostradas em preto. Imagem de satélite da NASA. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Amazônia#/media/File:Amazon\\_rainforest.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Amazônia#/media/File:Amazon_rainforest.jpg). Acessado em 17 de março de 2019.

modo a impedi-la de dominar o *heartland* amazônico. Ressalta-se no exemplo amazônico, o domínio da região ao norte (que seriam também outras fímbrias – a região das Guianas e da Venezuela) por outros países pode ameaçar a segurança dos principais núcleos populacionais amazônicos (Belém e Manaus), além de poder desempenhar o papel de aeródromo/cabeça-de-ponte para uma invasão à região. Neste caso, a vantagem das fímbrias brasileiras está no acesso ao grande eixo de comunicação da região que é o rio Amazonas. As demais regiões teriam grande vantagem geopolítica ao serem utilizadas mais como aeródromos, pois para servir como cabeça de ponte deveriam dispor de bons meios de comunicação terrestres ou fluviais com o *heartland* amazônico, ou pelo menos um terreno favorável ao deslocamento de tropas, fato que não ocorre na região.

Concordando com Mackinder sobre as ilhas mundiais, Spykman analisou, sob a perspectiva norte-americana, como o poder eurasiático poderia ser contido. O domínio das duas extremidades da Eurásia (a Europa Ocidental e o Extremo Oriente), seria uma grande ameaça aos interesses dos EUA. (MELLO, p. 113) Assim, na época em que viveu, essas ameaças se personificavam no Japão e sua influência sobre a China e a Coreia, que compõem as fímbrias orientais que cercam o *heartland* eurasiático dominado pela União Soviética, e a Alemanha hitlerista com seus planos de expansão sobre a Europa Ocidental. Essas duas forças poderiam atuar simultaneamente e unificar a Eurásia (Ilha-Mundo). A partir de então, participando de suas extremidades (fímbrias), poderiam lançar duas pinças sobre o hemisfério ocidental e estrangular os EUA em seu território (MELLO, p. 110).

Diferentemente de Mackinder, que considerava as Américas do Norte e do Sul dois conjuntos geográficos distintos (ilhas), separados pelo canal do Panamá, Spykman apresentou o conceito de Pan-América, que incluía todos os países americanos, tendo os Estados Unidos como seu regente natural (MELLO, p. 113). O autor chega a prever que os Estados Unidos poderiam agir de forma bem agressiva frente aos demais países americanos para atingir seus objetivos de integração econômica:

Nenhum Estado americano, porém, estaria disposto a, voluntariamente, realizar as mudanças necessárias para criar uma economia regional. Isso só poderia ser alcançado pelo mesmo processo que atualmente está sendo empregado para transformar as economias nacionais da Europa na Grande Esfera de Coprosperidade Alemã. Apenas a conquista do hemisfério pelos Estados Unidos e a cruel destruição das economias regionais existentes poderia trazer a integração necessária (SPYKMAN, p. 452) (MELLO, p. 114).

Observa-se, dessa forma, que Spykman traduz o pensamento realista em sua mais crua essência, colocando os interesses nacionais acima de qualquer outro objetivo.

Em outro trecho de sua obra, Spykman demonstra claramente o interesse norte-americano na Amazônia e estabelece inclusive comparações de poder nacional, com o uso do poder militar para o controle do acesso à bacia amazônica.

A força relativa dá aos Estados Unidos uma enorme vantagem, mas a distância relativa oferece proteção considerável a esses estados do sul. É verdade que nossa marinha, operando a partir de bases no Mediterrâneo americano, poderia bloquear a saída da bacia amazônica e dos portos do norte do Brasil, mas o verdadeiro centro político e econômico desse país se encontra além da saliência e fora do raio de operações navais simples. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>11</sup>) (SPYKMAN, p. 61-62).

Spykman também lembra que a concentração de poder econômico da América do Sul está ao sul, em região de clima mais temperado. Apesar da facilidade de acesso militar (ele chega a usar a palavra “intimidação”) à região amazônica, com possibilidade de bloqueio naval ao acesso da bacia amazônica (região da foz) ele apresenta limitações (àquela época) do emprego da força em regiões mais distantes ao sul.

A zona temperada do continente sul está além do alcance da fácil intimidação. Existe, no entanto, uma zona intermediária, incluindo as Guianas, na costa leste, e o Equador e o Peru, na costa oeste, onde a pressão pode ser exercida a partir da zona do Mediterrâneo como base. É verdade que nossa marinha poderia operar com facilidade ao longo da costa norte do Brasil e bloquear a saída da Bacia Amazônica, mas o verdadeiro centro político e econômico desse país fica além da protuberância e fora do raio de ação militar limitada. Para todos os efeitos, a fronteira da zona intermediária na costa leste é, portanto, a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil. Abaixo desta zona, fica a região econômica e política mais importante da América do Sul, a A.B.C., países vizinhos aos estados-tampão do Uruguai, Paraguai e Bolívia. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>12</sup>) (SPYKMAN, p. 278)

---

<sup>11</sup> Relative strength gives the United States an enormous advantage, but relative distance gives these southern states considerable protection. It is true that our navy, operating from bases in the American Mediterranean, could blockade the exit of the Amazon basin and the ports of northern Brazil, but the real political and economic center of that country lies beyond the bulge and outside the radius of simple naval operations.

<sup>12</sup> The temperate zone of the southern continent lies beyond the range of easy intimidation. There is, however, an intermediate zone including the Guianas on the east coast and Ecuador and Peru on the west coast in which pressure can be exerted from the Mediterranean zone as a base. It is true that our navy could operate with ease along the north coast of Brazil and blockade the outflow of the Amazon Basin, but the real political and economic center of that country lies beyond the bulge and outside the radius of limited military action. To all intents and purposes the border of the intermediate zone on the east coast is, therefore, the frontier between French Guiana and Brazil. Below this zone lies the most important economic and political region of South America, the A.B.C. countries surrounding the buffer states of Uruguay, Paraguay, and Bolivia.

O autor considera, assim, a região amazônica como uma zona tampão (buffer zone) que daria uma certa segurança contra eventuais ameaças do “Colosso do Sul”. A falta de integração política e econômica da região com a capital limitariam a capacidade brasileira de atuar mais ao norte. Dessa forma, a limitada capacidade militar que possa vir a ser desenvolvida pelo Brasil seria amortecida pela distância até as áreas de interesse norte-americano.

#### A zona tampão da América do Sul

Abaixo das fronteiras terrestres da Colômbia e Venezuela, os Estados do litoral sul do Mediterrâneo americano, fica uma enorme zona de floresta tropical que inclui a grande bacia de drenagem da Amazônia e a planície costeira do nordeste do Brasil. Essa área possui um excelente sistema de comunicação leste-oeste no rio Amazonas e seus afluentes, mas representa um obstáculo quase intransponível para o movimento na direção norte-sul. Por isso, forma uma enorme zona tampão além do Mediterrâneo americano, com apenas sua região costeira caracterizando um cinturão perigoso e exposto.

A zona-tampão da América do Sul é, como sua contraparte na América do Norte, desprovida de qualquer potencial de guerra ou força inerente, mas, neste caso, o calor equatorial e o frio não-ártico são responsáveis pelo baixo nível de produtividade. A área é, politicamente, parte do Brasil, mas sem integração efetiva com o centro econômico e político desse país nas proximidades do Rio de Janeiro. A força militar limitada que pode ser desenvolvida no sudeste do Brasil não pode ser efetiva na zona de amortecimento, situada a 3.000 quilômetros da capital. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>13</sup>) (SPYKMAN, p. 406-407)

Ainda tratando das limitações que a América do Sul apresentaria como ameaça ao poder estadunidense, Spykman mostra as dificuldades de comunicação existentes no continente diferente do que ocorre na malha rodoviária e ferroviária da América do Norte. Ele lembra que são extremamente limitadas as possibilidades de apoio logístico entre os países sul-americanos que não seja pelos mares ou pelo ar, o que dificultaria a defesa comum frente a uma ameaça externa com capacidade marítima bem desenvolvida.

A América do Sul não possui uma zona verdadeiramente continental comparável à da América do Norte. Os Estados não apenas se voltam para o mar, como a maioria dos

---

<sup>13</sup> The South American Buffer Zone

Below the land frontiers of Colombia and Venezuela, the southern littoral states of the American Mediterranean, lies an enormous tropical forest zone which includes the great Amazon drainage basin and the coastal plain of northeastern Brazil. This area has an excellent system of east-west communication in the Amazon River and its tributaries, but it represents an almost insurmountable obstacle for movement in a north-south direction. Because of this it forms an enormous buffer zone beyond the American Mediterranean with only its coastal region a dangerous and exposed belt. The buffer zone of South America is, like its counterpart in North America, devoid of any war potential or inherent strength, but in this case, equatorial heat and not arctic cold is responsible for the low level of productivity. The area is, politically, a part of Brazil, but without effective integration with the economic and political center of that country in the neighborhood of Rio de Janeiro. The limited military strength that can be developed in southeastern Brazil cannot be made effective in the buffer zone which lies 2,000 miles away from the capital.



Estados costeiros, mas a comunicação através de suas fronteiras terrestres não é importante. As vias navegáveis interiores da Amazônia e das bacias do Prata são de utilidade limitada; uma ferrovia transcontinental existe apenas no sul; e obstáculos topográficos e climatológicos continuarão a retardar o desenvolvimento de rodovias e ferrovias. O transporte intracontinental é principalmente de navegação costeira, exceto para as companhias aéreas. Isso significa que, em um sistema de defesa comum, esses Estados podem se apoiar economicamente apenas por meio da comunicação marítima e, em sentido militar, apenas pelo poder naval e pelo poder aéreo, os quais têm pouco para oferecer. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>14</sup>) (SPYKMAN, p. 408)

Outra questão que Spykman aborda em sua análise sobre as condições geopolíticas do território sul-americano, refere-se às condições de estruturação do suporte logístico para operações navais no continente. Segundo avaliação do autor, a costa brasileira seria pobre de locais que poderiam abrigar uma “frota de combate”. Tal consideração é importante no momento em que a Marinha brasileira estuda os aspectos relevantes para a implantação de uma nova base naval que apoiaria as atividades de defesa na região amazônica e no saliente nordestino.

Os Estados Unidos, a partir de Norfolk, poderiam usar a baía de Guantánamo, Porto Rico e Trinidad. O raio de combate de Trinidad chega até o Cabo San Roque, mas não cobre a travessia do Atlântico Sul. Sob os acordos existentes, sem base além de Trinidad, os Estados Unidos estão em desvantagem distinta em relação à zona estratégica próxima ao saliente do Brasil. Mas a verdade é que não existe um único porto em toda a costa do Brasil que possa servir uma frota de batalha nas condições da guerra moderna.

...

Eles (outros portos brasileiros) poderiam, no entanto, servir a um propósito mais limitado e, juntamente com o Pará, próximo à foz do rio Amazonas, poderiam funcionar como bases intermediárias na rota entre Trinidad e Bahia. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>15</sup>) (SPYKMAN, p. 436).

Spykman responde ao argumento de Mackinder de que o avanço dos transportes iria transformar a Sibéria no ecúmeno do *Heartland*, lembrando que o núcleo de desenvolvimento

---

<sup>14</sup> South America has no truly continental zone comparable to that of North America. The states not only face outward toward the sea as do most littoral states, but communication across their land boundaries is unimportant. The inland waterways of the Amazon and the La Plata basins are of limited usefulness; a transcontinental railroad exists only in the south; and topographical and climatological obstacles will continue to retard the development of highways and railroads. Intra-continental transportation is primarily coastal navigation except for airlines. This means that in a system of common defense these states can support each other economically only by means of maritime communication and in a military sense only by sea power and air power of which they have little to spare.

<sup>15</sup> The United States, starting from Norfolk, could use Guantanamo Bay, Puerto Rico, and Trinidad. Combat radius from Trinidad reaches just up to Cape San Roque, but it does not blanket the South Atlantic crossing. Under the existing arrangements with no base beyond Trinidad the United States is at a distinct disadvantage in regard to the strategic zone near the bulge of Brazil. But the truth of the matter is that there is not a single port on the whole coast of Brazil that could serve a battle fleet under conditions of modern warfare

...

They (outros portos brasileiros) could, however, be made to serve a more limited purpose and together with Pará, near the mouth of the Amazon River, could function as intermediate bases on the route between Trinidad and Bahia.

russo estava a oeste dos Urais. O americano também argumenta que duas das três áreas mais desenvolvidas do planeta estavam no *Rimland*: o oeste da Europa e o leste da Ásia, sendo a terceira a costa atlântica dos EUA. (MELLO, p. 123) O mesmo pode-se dizer no contexto regional amazônico que o *Rimland* abrange a região da foz, com altos níveis de concentração demográfica e de produção (BECKER). No contexto histórico, pode-se dizer ainda que a região onde houve maior disputa territorial na região amazônica foi a região do atual estado do Amapá e a Guiana Francesa (*Rimland*), disputa essa que produziu invasões, escaramuças e combates por parte de portugueses, depois brasileiros, e franceses por vários séculos.

Em partes de sua obra, Spykman trata especificamente da questão amazônica, estabelecendo as implicações geopolíticas das características físicas da região. Em um trecho, ele reforça a importância do rio Amazonas como importante meio de comunicação no sentido leste-oeste, ao mesmo tempo em que mostra a floresta como um grande obstáculo, divisor, na integração da América do Sul, se for observada a comunicação no sentido norte-sul.

O rio e seus afluentes oferecem um excelente sistema de comunicações de oeste para leste, mas eles não fornecem transporte para os movimentos no sentido norte-sul. Não apenas as Américas do Norte e do Sul são dois continentes separados em vez de um único continente, como algumas vezes é sugerido erroneamente, mas o próprio continente sul-americano não funciona como uma única massa continental em termos de comunicação terrestre. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>16</sup>) (SPYKMAN, p. 49-50)

Interessante observar que, no texto acima, Spykman considera relevante a separação entre as Américas, caracterizando as duas Américas como continentes distintos.

Spykman aborda questões específicas da geografia da região amazônica, justificando as dificuldades para a região tornar-se um ecúmeno. São observações precisas, talvez um pouco desatualizadas em função do avanço tecnológico da produção agrícola no Brasil, mas que indicam os problemas que o Brasil ainda enfrenta para integrar a área ao restante do território nacional.

A área de drenagem da Amazônia é a maior zona de floresta tropical do mundo. Tem uma precipitação de 1780 a 2540 mm e vegetação densa e luxuriante que ameaça constantemente engolir as plantações. Como todas as florestas tropicais, a região tem um valor econômico limitado. A limpeza é muito cara, os solos estão sujeitos a lixiviação excessiva e logo se tornam deficientes em alimentos vegetais, e a área carece de uma

---

<sup>16</sup> The river and its tributaries offer an excellent system of communications from west to east but they do not provide transportation for movements north and south. Not only are North and South America two separate continents instead of a single continent as is sometimes erroneously suggested, but the South American Continent itself does not function as a single continental mass in terms of overland communication.

oferta de mão-de-obra adequada para realizar a agricultura em larga escala. (SPYKMAN, p. 54)

Levará muito tempo, mesmo com o auxílio de modernas técnicas de transporte e comunicação, antes que os três milhões de quilômetros quadrados de território do "Colosso do Sul" se tornem totalmente integrados a uma unidade econômica e política eficaz. (Tradução livre, veja original abaixo<sup>17</sup>) (SPYKMAN, p. 56)

A detalhada análise geopolítica de Spykman quanto às eventuais possibilidades de ameaças ao domínio econômico norte-americano não perdeu a atualidade. O interior da região amazônica continua um anecúmeno, carente de meios de comunicação no sentido norte-sul. Tal consideração fortalece a importância das fímbrias brasileiras (região da foz do Amazonas) em relação às fímbrias caribenhas. Dessa forma, este parece ser um forte argumento geopolítico que justifique a estruturação de um dispositivo de defesa terrestre consistente na boca do Amazonas. Também é ressaltado pelo autor, a importância do sistema de apoio às operações navais na costa brasileira. A importância das ilhas, a posição estratégica do Saliente Nordestino em relação à comunicação com a África e ao Atlântico Sul e a necessidade de uma infraestrutura portuária de defesa são destaque nos tópicos por ele levantados. Nesse sentido, avulta de importância a organização de uma segunda base naval de defesa das costas brasileiras além daquele já existente no Rio de Janeiro. As diversas questões que têm sido trazidas à baila que impactam na soberania brasileira em sua porção da região amazônica, tal como a eventual incapacidade do Brasil de preservar ambientalmente uma região importante para a manutenção do equilíbrio climático mundial, podem servir de justificativa geopolítica para a implantação de uma nova base de operações navais na região norte.

---

<sup>17</sup> The Amazon drainage area is the greatest tropical forest zone in the world. It has a rainfall of seventy to one hundred inches, and dense luxuriant vegetation which constantly threatens to engulf the plantations. Like all tropical forests the region has a limited economic value. Clearing is very expensive, soils are subject to excessive leaching and soon become deficient in plant food, and the area lacks an adequate labor supply with which to undertake large-scale plantation agriculture. (SPYKMAN, p. 54)

It will take a long time, even with the aid of modern techniques of transportation and communication, before the three million square miles of territory of the "Colossus of the South" become fully integrated into an effective economic and political unit. (SPYKMAN, p. 56)

## 2.2 ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA REGIÃO POR AUTORES BRASILEIROS

### 2.2.1 AS COMUNICAÇÕES DE MARIO TRAVASSOS

A questão amazônica também foi objeto de interesse de geopolíticos brasileiros. Esse foi um tema importante em uma das primeiras obras geopolíticas nacionais. Partindo de uma análise ampla das questões geográficas que impactam a política do continente, Mario Travassos deixou, na década de 1930, obra seminal tratando da geopolítica sul-americana. Seu livro “Projeção Continental do Brasil”, prefaciado por Calógeras, foi considerado por Ronald de Carvalho como o “primeiro ensaio geopolítico do Brasil” (TRAVASSOS, 1938, p. 5-11).

Concentrando-se prioritariamente na perspectiva dos transportes, termo que é apresentado por ele como “comunicações” (o conceito atual de comunicações extrapola a relação do contato físico, referindo-se também e, até mais especificamente, às questões das telecomunicações), Travassos faz um diagnóstico das características geográficas da América do Sul, de onde pode-se extrair aspectos relevantes que impactam o objeto geográfico deste estudo que é a região da foz do rio Amazonas.

Nas primeiras palavras de sua obra geopolítica, Travassos apresenta aquilo que considera como os

dois antagonismos geográficos em presença em nosso continente: oposição das duas vertentes continentais, a do Atlântico e a do Pacífico; e a oposição das duas grandes bacias - a do Amazonas e a do Prata. (TRAVASSOS, p. 20)

Tal abordagem traz reflexões importantes que jogam luz sobre a área geográfica objeto de estudo deste trabalho com implicações sobre a estruturação do dispositivo de defesa na região, especialmente porque ao final de sua obra ele conclui que é a porção atlântica que reúne melhores atrativos geopolíticos para a vida humana.

Consideradas as circunstâncias secundárias da vertente do Pacífico e a permeabilidade dos Andes, na vertente Atlântica é onde culminam os traços decisivos da fâcies política sul-americana. (TRAVASSOS, p. 155)

Ao apresentar as características da encosta pacífica, Travassos salienta a pequena extensão dos rios, que se deslocam em sua maioria no sentido leste-oeste no reduzido espaço geográfico entre a cordilheira e o oceano. Já a vertente atlântica denota maior extensão dos cursos d'água, gerando “imensos rios navegáveis”, que podem vir desde as cumeadas andinas, percorrer

amplos espaços sul-americanos e desaguar nas águas do Atlântico (TRAVASSOS, p. 22), oceano com litoral muito mais populoso e mais frequentado pelos navegantes. Esses aspectos geográficos reforçam a importância geopolítica da região da foz do Amazonas, ponto final da longa estrada fluvial que é o rio e conexão com as linhas de navegação oceânicas que trafegam pelo Atlântico.

O outro antagonismo identificado pelo autor refere-se à oposição entre as duas mais importantes bacias que desaguam no Atlântico, a do Amazonas e a do Prata (NEVES, p. 90). Apesar de algumas similaridades, como o grande número de cursos d'água no sentido norte-sul e o fato de ambos desaguiarem no Atlântico, Travassos destaca como vantagem comparativa para o Amazonas o fato de sua foz estar muito mais próxima do principal eixo de comunicação mundial de riquezas (àquela época) – o Atlântico Norte –, conexão entre os EUA e a Europa, reduzindo tempo e recursos financeiros para as ações logísticas dos materiais escoados pela foz, aspectos que aumentam a competitividade dos produtos por lá escoados.

Com relação à disputa de poder entre a bacia amazônica e platina, Travassos avalia que

Após a fermentação de quatro séculos de atividade do homem nessas plagas, tudo faz crer que apenas se iniciou a formidável partida político-econômica Amazonas versus Prata, nestes englobadas todas as questões direta ou indiretamente ligadas às respectivas bacias. (TRAVASSOS. p. 156)

Tal consideração, passados mais de 80 anos, parece ainda válida, considerando que o Estado brasileiro ainda não conseguiu completar o processo de integração viária da região amazônica com o restante do ecúmeno nacional, ao mesmo tempo que a cordilheira dos Andes é ainda um obstáculo que opõe sérias restrições nas ligações entre o Pacífico e o Atlântico. Assim, na medida em que a evolução tecnológica dos transportes reduzir os tempos de deslocamentos e a ação do Estado brasileiro e dos demais países sul-americanos se efetivar no estabelecimento de canais fluidos de circulação de pessoas e mercadorias, o diagnóstico geográfico de Travassos se fará mais claro e as vantagens geopolíticas da região da foz do Amazonas se tornarão mais evidentes.

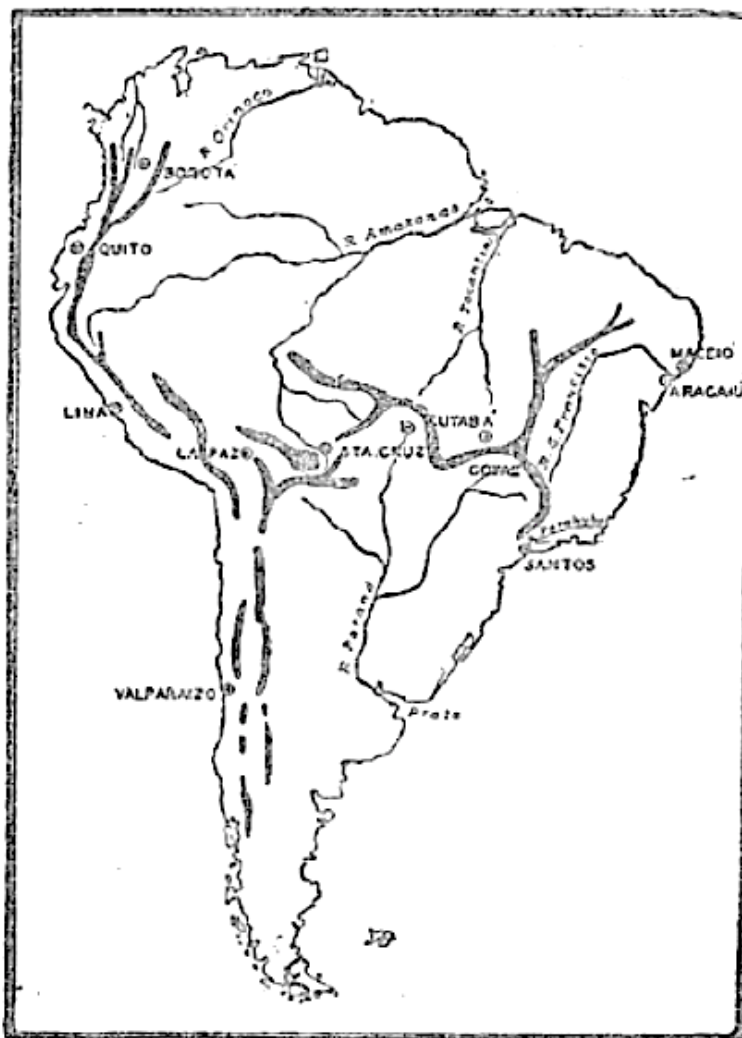


Figura 5 – Os antagonismos da América do Sul, segundo Travassos. Atlântico x Pacífico e Amazonas x Prata (TRAVASSOS, 1938, p. 21)

Para isso acontecer, será preciso a superação do quadro abaixo, que dá vantagem à bacia do Prata:

Na bacia amazônica, tudo ao contrário. Floresta tropical imensa, excêntrica às zonas de irradiação da política brasileira devido à precariedade das comunicações longitudinais. A terra ainda divorciada do homem, pequeno ainda para abarcar-lhe a grandiosidade. A não ser a navegação fluvial segundo os rumos excêntricos da Amazônia, só a Madeira-Mamoré, perdida nas profundas do “Inferno Verde” como único pião sabiamente colocado por mão de mestre... (TRAVASSOS. p. 158).

O realismo da visão do autor é bem evidente quando ele questiona ao final de sua obra:

Quais as demais ações neutralizantes que se sucederão a cada lance da partida, em favor da bacia amazônica, notoriamente em retardo quanto à sua antagonista?

...

Que reações políticas advirão daqueles lanços, da intervenção desses novos fatores? Que papel caberá aos Estados mediterrâneos em presença de atuações políticas de tal modo divergentes?

É certo que a série dessas interrogações se desdobra em um número infinito de outras. Todas elas superpostas emprestam ao contorno do continente sul-americano, pela repetição vertiginosa das imagens que provocam, a forma inquietadora do próprio signo interrogativo... (TRAVASSOS, p. 159)

Ao analisar os antagonismos geopolíticos sul-americanos, Travassos destaca a ação humana empreendida pela nação argentina que, por meio da implantação de uma rede ferroviária, estabeleceu comunicação do porto de Buenos Aires com La Paz e outras cidades bolivianas as quais, por sua vez, se conectam com cidades portuárias do Pacífico (TRAVASSOS, p. 33-37).

Do quanto ficou dito pode-se concluir, pois, com certa segurança, do papel da ligação ferroviária Buenos Aires - La Paz, como índice de homogeneidade em relação aos antagonismos geográficos sul-americanos, quer o de suas vertentes, quer o da oposição das duas bacias capitais da vertente atlântica. (TRAVASSOS, p. 37)

Tal esforço, segundo o autor, foi capaz de minimizar eventuais desvantagens invertendo condicionantes geográficos. Tais considerações são importantes para salientar que a geografia não é definitiva. As sociedades organizadas são capazes de implementar ações que alteram pressupostos geopolíticos. No caso específico da área em estudo, a melhoria das condições de navegação dos rios amazônicos, o construção de eclusas nas represas, a manutenção adequada das rodovias que ligam o centro-oeste brasileiro aos portos amazônicos, a construção de ferrovias que complementem ou ampliem a capacidade de transporte longitudinal, tudo isso são ações que fortalecem as características geopolíticas da região da foz do rio Amazonas, com implicações para a defesa e estruturação de instalações militares. São ações que favorecem as comunicações internas, melhorando quesitos logísticos, além de permitir melhores condições de trabalho e emprego para a população estabelecida na região, o que favorece a fixação do homem à terra, gerando maior contingente local mobilizável.

Na figura 6, Travassos demonstra a capacidade “carreadora” da rede hidroviária dos afluentes do Amazonas que se originam das vertentes andinas e se ligam com os portos do Pacífico por meio das “abertas” (pontos de passagem nas cumeadas andinas) (Esses pontos podem ser pasos – passagens naturais pelos colos das elevações – ou nudos – planaltos em torno de altos picos)





boliviana para sua área de influência na medida em que leva os trilhos de suas ferrovias até centros de distribuição bolivianos (TRAVASSOS, p. 62-63). Se for considerada a possibilidade hidroviária, entretanto, a vocação amazônica do país cresce de importância, como pode se notar na figura 7, onde pode-se observar que mais de 60% de seu território está inserido na bacia amazônica. Pode-se observar na figura a importância que a navegação no rio Madeira possui para que essa possibilidade possa se tornar factível, visando escoar os produtos da economia boliviana pelos mais de 1.500 km de vias navegáveis do rio Mamoré, ante de se unir com o Guaporé e formar o rio Madeira. No caso, a integração de modais é uma necessidade, visto que o Madeira tem um longo trecho encachoeirado, fato que levou à construção da ferrovia Madeira-Mamoré, atualmente desativada.



Figura 7 – Bacia Amazônica, com destaque para a porção boliviana

(Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Amazonriverbasin\\_basemap.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/Amazonriverbasin_basemap.png) - acessado em 01/04/2019)

O autor também destaca a instabilidade geográfica da região noroeste do continente sul-americano, onde se fazem evidentes as pressões antagônicas andinas, amazônicas e caribenhas (TRAVASSOS, p. 71). Nesse caso, deve ser considerado o interesse já evidenciado historicamente dos EUA na região do mar das Antilhas, o que traz um ator extracontinental para a disputa de influência sobre a região. A atenção e o cuidado norte-americano com a crise atual da Venezuela, a participação no combate aos cartéis de tráfico de drogas na Colômbia e a não muito distante intervenção no Panamá podem ser considerados argumentos mais atuais na direção da confirmação dessa hipótese. Tais considerações geopolíticas reforçam a necessidade da estruturação de um dispositivo de defesa consistente na boca do rio Amazonas, portal de acesso ao interior da ampla bacia onde o transporte fluvial tem posição de destaque.

Travassos insiste na análise da importância da posição geoestratégica da Bolívia no continente sul-americano, salientando os polos de atração sobre o país: platino, de leste (estruturado sobre a linha logística da estrada de ferro Noroeste, que liga o oeste do Brasil ao porto de Santos) e a amazônica. Ele deixa evidente sua simpatia pela possibilidade amazônica, como pode-se ler no trecho abaixo:

Ao nosso ver a atração norte será a decisiva. Serve a 3/5 do território boliviano, se encararmos o vale do Beni como sua variante. Os transportes se deslocam, apesar dos milhares de quilômetros, sempre no mesmo ambiente das características amazônicas. Predomina o transporte fluvial, mais barato que o ferroviário, e desaguando, no Atlântico, à altura do Equador. (TRAVASSOS, p. 87)

Travassos foca ainda nas características do mar do Caribe, evidenciando seu caráter mediterrâneo. Cercado ao norte pelo continente norte-americano, a oeste pela linha de países da América Central e ao sul pela América do Sul, o mar ainda dispõe de inúmeros ilhas que cooperam com a vocação de enlace e de facilidade de comunicação (TRAVASSOS, p. 91-95). Tais aspectos contribuíram para que a influência estadunidense se fizesse presente em toda a extensão caribenha, ou que ocorresse o “extravasamento do potencial econômico e político dos Estados Unidos”, utilizando-se das palavras do próprio Travassos. Pode-se atualizar essa situação citando a criação da Zona do Canal, que permaneceu sob administração daquele país por 74 anos (1903-1977). As frequentes intervenções norte-americanas na política interna dos países da América Central e do Caribe reforçam esse argumento. Pode-se considerar que fazem parte desse contexto a incorporação de Porto Rico, a base norte-americana em Guantánamo (Cuba), a intervenção da OEA na República Dominicana, as intervenções no Haiti, as invasões de Granada e do Panamá, e

até mesmo o suporte ao combate às drogas na Colômbia, caracterizado no Plan Colombia. Fica evidente assim o interesse daquela potência na porção setentrional da América do Sul. O fortalecimento da posição brasileira no controle do acesso à imensa área da bacia amazônica, que faz limites com a linha costeira dos países caribenhos, torna-se assim, sob a perspectiva geopolítica, fator primordial para a afirmação da soberania brasileira sobre seu território (NEVES, p. 100).

Prosseguindo na análise da “influência *yankee*” sobre o prolongamento terrestre de seu mar mediterrâneo, Travassos apresenta os vales do Orinoco e do Madalena como vias naturais de penetração da influência estadunidense, primeiros passos de uma ação natural do ponto de vista geopolítico, visto seu caráter longitudinal, sua proximidade com o vale do Amazonas, assim como a facilidade de comunicação com os *pasos* e *nudos* que facilitam o acesso ao Pacífico (TRAVASSOS, p. 97).

Com relação às fímbrias guianenses, levando em conta a possibilidade de estas servirem como trampolim ao vale amazônico, o autor considera que a presença europeia seria fator inibidor da ação norte-americana. Além disso, ele comenta que o “vale amazônico já está franqueado ao capital americano”. Embora não cite especificamente a que se refere, pode-se deduzir, na continuidade da leitura de seu texto, que ele se refere às iniciativas de produção de borracha evidenciadas no projeto do empresário Henry Ford. Além dessa, ele apresenta os interesses dos EUA no controle da produção de petróleo da Venezuela, Colômbia e Peru. Assim, baseado na análise fisiográfica e o fracionamento geopolítico do noroeste sul-americano, ele avalia que a ação americana futura se dará “pelas vias andinas e ao longo da costa do Pacífico” (TRAVASSOS, p. 100). Como comentário analítico do estudo do autor, pode-se dizer que interesses econômicos e geopolíticos diversos norte-americanos afastaram aquele país do continente sul-americano nas últimas décadas, exceção feita à presença no saliente nordestino durante a Segunda Guerra Mundial. Apenas mais recentemente questões de segurança (combate ao tráfico de drogas na Colômbia) trouxeram o olhar dos EUA para a região. A instabilidade política venezuelana também joga luz sobre o continente em função do comércio de petróleo. O fato de serem dois países caribenhos pode ajudar a explicar a atenção especial dada a questões que poderiam ser deixadas para a solução local. Para o objeto dessa investigação, as premissas geopolíticas de Travassos parecem se confirmar. Dessa forma, a instabilidade venezuelana, neste momento, pode ser considerada foco de atração de eventual ação política mais assertiva dos EUA. O maior controle

do acesso à porta de entrada ao vale amazônico pode assim ser considerado uma medida cautelar para a salvaguarda da soberania nacional e demais interesses brasileiros.

Travassos também faz uma análise das “regiões naturais” do Brasil com o intuito de discutir a questão da integração nacional (TRAVASSOS, p. 105-118). Ele segue a divisão proposta por Delgado de Carvalho, onde os fatores fisiográficos são definitivos para selecionar as características comuns. Assim, nessa proposta existiriam quatro grandes regiões, entre elas o Brasil Amazônico e o Brasil Platino, antagônicos e dois grandes eixos de penetração. Ele também destaca o importante papel anfíbio da região amazônica, com destaque para a conexão entre o interior e o oceano.

O Brasil Amazônico se comunica de modo mais direto com o oceano, por isso que dispõe do rio Amazonas como via natural. E sua capacidade de penetração é mais ampla, pois o vale amazônico é o grande coletor do formidável anfiteatro que se arqueia de Caracas a La Paz. (TRAVASSOS, p. 113-114)

Ao analisar tal afirmação, ressalta-se o papel da região da foz do Amazonas, área vital de comunicação entre os dois mundos: terrestre e marítimo, aspecto que se evidencia como vocação natural daquela área.

As outras duas regiões são o Nordeste Subequatorial e a Vertente Oriental dos Planaltos. Essas duas são por ele consideradas como elos de ligação, cuja função primordial é cooperar para a integração entre os dois Brasis.

Quer dizer que excentricamente, por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, o papel funcional dessas regiões é de ligar, homogeneizar, amarrar os dois brasis essenciais, do ponto de vista continental, o platino e o amazônico. (TRAVASSOS, p. 116)

Ao considerar o foco que Travassos lança sobre as duas vias de comunicação, terrestre e marítima, pode-se deduzir que as regiões que integram as duas possibilidades passam a ter importância mais acentuada ainda, como é o caso da região da foz do Prata e a da foz do Amazonas, aspecto que uma análise sob a perspectiva de defesa não pode ser descartada.

Travassos ressalta o potencial centrípeto da bacia amazônica, isto é, sua capacidade de trazer das extremidades para o centro produtos, serviços, pessoas, enfim, tudo aquilo que impacta e forma as concentrações humanas. As dimensões abrangidas, o papel desempenhado pela malha hidrográfica e sua extensão ressaltam indubitavelmente a importância que a geografia tem para o desenvolvimento da região. As características da navegação dos rios formadores do Madeira, por

exemplo, em território boliviano, abrem perspectivas bastante favoráveis de atração para o leste, ao mesmo tempo que abre possibilidades de ligação com o Pacífico, por intermédio do Paso de Santa Rosa (TRAVASSOS, p. 126-127).

Com relação à possibilidade de atração do Peru, Travassos ressalta o papel facilitador desempenhado pelo *nudo* de Pasco e pelos vales do Ucayali, do Marañon e do Putumayo (Figura 6). Mais ao norte, outras vias de comunicação se abrem por intermédio do rio Negro que se aproxima da bacia do Madalena (Colômbia) por meio do Uaupés, assim como do Orinoco (Venezuela) pelo canal do Cassiquiare (TRAVASSOS, p. 127-128).

Sobre o papel geopolítico do rio Amazonas, Travassos sintetiza:

... exerce decisiva atração sobre o rumo das duas grandes instabilidades geográficas continentais — o planalto boliviano e o centro de dispersão colombiano. Representa, nesse particular, verdadeira força homogeneizadora, emprestando à calha imensa do Amazonas o papel de pêndulo regulador das oscilações daqueles territórios (TRAVASSOS, p. 129).

Nessa perspectiva, o rio Amazonas se candidata como coletor dos modais fluviais da área de instabilidade geopolítica do noroeste sul-americano, tendo sua foz função geopolítica destacada, como porta de acesso atlântica a esse corredor transcontinental. Travassos reforça essa questão específica ao lembrar que “Belém [atua como] o desaguadouro de todo o potencial centrípeto do Amazonas” (TRAVASSOS, p. 151).

Na última parte de sua obra, Travassos destaca a necessidade de integração dos meios de comunicação (fluviais, rodoviários, férreos, aéreos) para se efetivar as ligações no continente sul-americano. Sua leitura leva à reflexão do papel integrador que a tecnologia dos transportes desempenhou nesses mais de 80 anos a partir da publicação de sua obra. Pode-se deduzir disso que a geografia já não é tão determinante para a definição do poder relativo entre as nações, visto que a tecnologia atual é capaz de superar as distâncias com mais rapidez e segurança. Entretanto, uma análise racional, considerando especialmente as questões econômicas e sociais, evidencia que o território e seus aspectos ainda impactam decisivamente na política. Os custos e as limitações logísticas (especialmente volume de cargas) dos transportes aéreos impedem sua popularização. Assim, a geografia parece ser, ainda, quesito importante a se considerar. No caso deste estudo, tais ideias parecem reforçar o argumento de que aspectos geográficos podem ser considerados relevantes na distribuição do poder de combate para a defesa da região amazônica.

### 2.2.2 A GEOPOLÍTICA PAN-AMAZÔNICA DE MEIRA MATTOS

Outro autor que dedica parte importante de seus trabalhos às questões amazônicas é Carlos de Meira Mattos. Uma de suas obras – Uma Geopolítica Pan-amazônica (1980) – é dedicada exclusivamente à análise de como as questões geográficas impactam na dificuldade que o Brasil e seus vizinhos têm em incorporar as vastidões amazônicas aos ecúmenos nacionais.

Meira Mattos buscou cunhar um novo termo para caracterizar os aspectos comuns, não só geográficos, mas também culturais das diversas amazônias sul-americanas. O conceito de Pan-Amazônia abrange, então, todo a área da bacia do grande rio, o que inclui territórios da Venezuela, Colômbia, Peru, Equador e Bolívia, além da maior porção que é brasileira (MATTOS, 1980, p. 22).

As dificuldades impostas pela natureza explicam a baixa densidade demográfica na maior parte da região. O desafio por ele lançado seria superar as dificuldades impostas pelo clima, pela floresta, pelos insetos, pelas distâncias para, a partir daí, integrar politicamente e economicamente a região às demais áreas ecumênicas de cada um dos países condôminos (MATTOS. p. 32).

Para tanto, o autor ressalta que, para isso acontecer, será fundamental o suporte da tecnologia como ferramenta para romper o ciclo de isolamento da região. Também podem ser observadas as preocupações ambientais do autor, que entende que a presença humana deve incorporar o respeito ao equilíbrio ecológico.

O exame da ação recíproca entre a cultura e o meio-ambiente requer que se reúnam todos os fatos importantes em ambas as categorias de fenômenos. Isto não é tarefa fácil como parece à primeira vista, tomando-se em conta que nenhum organismo reage da mesma forma intimamente em todos os aspectos do meio-ambiente (MATTOS, p. 28).

Trazendo o debate para a região de interesse deste trabalho, Meira Mattos destacou a importância geopolítica e militar de Belém ao longo da história. Na disputa de prestígio entre as duas cidades mais importantes do Norte no período colonial, ele lembra das vantagens da posição estratégica da cidade paraense em comparação com São Luís, capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará<sup>18</sup>, nos séculos XVII e XVIII.

---

<sup>18</sup> O estado do Maranhão foi criado pela administração portuguesa em 1621 (durante a União Ibérica), vinculado diretamente a Lisboa. Em 1654, sua denominação é mudada para estado do Maranhão e Grão-Pará. São Luís foi a capital do Estado de 1621 até 1751. Nessa oportunidade, a capital foi transferida para Belém e o estado passou a ser

Realmente, Belém estava melhor posicionada geograficamente para vigiar a boca do grande rio, ameaçado pelas constantes incursões de navegantes franceses, holandeses e ingleses, assim como para servir de base logística às expedições exploratórias pela imensa bacia, respondendo às preocupações de Portugal, relativas às notícias da instalação de fundações religiosas espanholas nos cursos do Marañon, do Amazonas e seus afluentes. (MATTOS, p. 35)

Dessa forma, a vocação de sentinela da entrada do Amazonas já se fazia evidente desde aquele período, ao mesmo tempo que também era evidenciado o papel de ponto de interligação logística para o acesso ao interior amazônico, questões de interesse na análise sob o enfoque da defesa.

Analisando as questões do século XX, Meira Mattos coloca em evidência o quanto a organização política administrativa da região Norte dificultava a ação mais efetiva do Estado brasileiro. Na oportunidade, ele trouxe à baila propostas de estudiosos da região de novas configurações territoriais que poderiam facilitar a gestão governamental sobre aquela área. Aproveitando o exemplo do Pará, ele ressalta a dificuldade de a unidade federativa estabelecer sua ação política e econômica além da distância de 100 km de sua capital (MATTOS, p. 74).

Nesse mesmo diapasão, Mattos apresenta duas propostas: uma de Siqueira Campos e outra de Samuel Benchimol para criação de novas unidades políticas, visando reduzir essa vulnerabilidade.

---

designado de estado do Grão-Pará e do Maranhão. Em 1774, o estado é integrado ao estado do Brasil, subordinado ao Vice-Reinado do Brasil, que tinha o Rio de Janeiro como capital.



Figura 8 – Proposta de redivisão territorial do deputado federal Siqueira Campos (Fonte: MATTOS, 1980, p. 71)



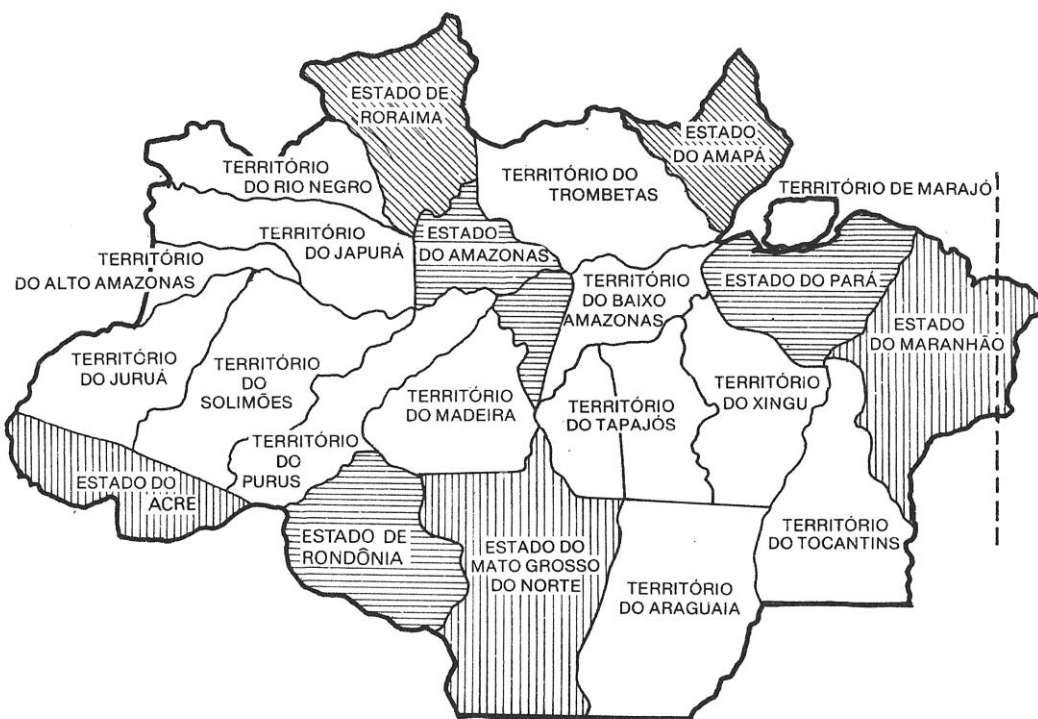


Figura 9 – Proposta de redivisão territorial da Amazônia, de Samuel Benchimol  
(Fonte: MATTOS, 1980, p. 75)

O argumento da necessidade de reajuste político-administrativo de Samuel Benchimol se baseia na premissa de que nas

... regiões não desenvolvidas o fato político administrativo tem que preceder a ocupação econômica [...] na história de quase todos os povos há sobejas razões para se acreditar que o vazio político, em grande parte, é responsável pela inércia, ociosidade e retardamento da ocupação humana e econômica. (MATTOS, p. 76)

Assim, baseado na premissa de Benchimol, e ao observar as propostas de intervenção do Estado na reconfiguração política administrativa apresentadas, deduz-se claramente que o governante de um estado com as dimensões do Pará atual, ao reduzir sua dimensão territorial, como se configura nas propostas apresentadas, teria muito melhores condições de concentrar seu esforço de gestão sobre a área mais próxima à foz do Amazonas. Tal proposta criaria condições mais adequadas para o desenvolvimento em suas diversas dimensões, em especial as mais impactantes, que são a econômica e a social.

Embora possa ser questionada a viabilidade econômica da criação de novas unidades da federação, em especial neste momento da vida da nação em que o Estado Brasileiro tem

dificuldades de atender as demandas básicas da sociedade, parece claro que tal medida traria uma contribuição relevante para a redução das desigualdades regionais e para a minimização do anecúmeno amazônico. É importante considerar que tais alterações certamente teriam impacto na organização da estrutura de defesa da região.

A argumentação voltada para o desenvolvimento também pode ser aplicada para a divisão territorial dos comandos territoriais do Exército, inserindo essa questão no debate proposto nesta dissertação. Por exemplo, quando o Exército Brasileiro decidiu dividir, em 2013, o imenso espaço geográfico do Comando Militar da Amazônia e criar o Comando Militar do Norte permitiu que a região da foz do Amazonas pudesse receber atenção maior por parte de um integrante do Alto Comando do Exército<sup>19</sup>, reforçando as questões locais relacionadas ao preparo e ao emprego das tropas da região no núcleo decisório do poder da Força Terrestre.

Uma questão geográfica de impacto significativo na organização da estrutura militar da região está relacionada à densidade demográfica da região. Meira Mattos faz um registro histórico da influência que o ciclo da borracha teve sobre a economia regional, agindo como catalizador para a atração de contingentes populacionais significativos para a região, em especial aqueles oriundos do nordeste brasileiro.

Mattos lembra que

... foi a famosa seca de 1877, que assolou as terras calcinadas do Nordeste, que produziu a maior corrente migratória para os seringais amazônicos. Essas levas de imigrantes encaminhados pelos agentes às casas comissárias de Belém e Manaus já encontraram nas mesmas o entusiasmo pela produção dos seringais abertos recentemente nos vales do Madeira, do Juruá, do Purus e seu afluente, o Acre. Para essas novas frentes de extração passou a ser conduzida a maioria da imigração nordestina. Segundo Prof. Samuel Benchimol, de 1821 a 1912, devem ter e migrado para os seringais amazonenses cerca de 500.000 nordestinos. (MATTOS, p. 86)

É importante também recordar que, paralelamente à atração econômica e demográfica oriunda do ciclo econômico da borracha, aconteciam pressões internacionais para a abertura da navegação no rio Amazonas. O relatório do tenente Maury (de 1852), dos EUA, é um exemplo claro de como os interesses de outros países estavam presentes. Tais pressões levaram o governo imperial, mesmo estando à época preocupado com as questões platinas, a criar uma linha de transporte fluvial no Amazonas, cedendo sua exploração à Companhia de Navegação e Comércio

---

<sup>19</sup> O Alto Comando do Exército (ACE) é o órgão consultivo composto pelos oficiais generais de 4 estrelas (último posto). As promoções de oficiais-generais do Exército são decididas pelo colegiado.

do Amazonas, empresa do Barão de Mauá, a partir de 1852. O debate sobre o uso das águas do grande rio por estrangeiros entrou na pauta nacional, tendo o Congresso brasileiro optado pela internacionalização da navegação do Amazonas em 1866 (em plena Guerra do Paraguai). A empresa de Mauá deixou suas mãos em 1872, vendida que foi para os ingleses naquela oportunidade (MATTOS, p. 88-90).

Sem dúvida alguma, o interesse internacional despertado pelas oportunidades de utilização da borracha, em especial na indústria automobilística, que iniciava sua disseminação, acompanhou-se de uma elevação do preço daquela matéria-prima nos mercados internacionais. O ápice desse processo ocorreu na primeira década dos 1900, quando o peso da borracha no âmbito do conjunto de artigos exportados pelo Brasil passa a ser o mesmo do café.

Será fácil imaginar o que representava na época, a produção de borracha da Amazônia, considerando-se que em 1900, ano crítico do conflito acreano, nossa receita geral de exportação alcançou 33 milhões de libras esterlinas, da qual a goma representava 12,4%, (...), superada apenas pelo café com 57%. De 1900 a 1910, a participação da borracha cresceu na nossa receita de comércio exterior, sendo que nesse último ano atingiu a 40% da pauta global de exportação equivalendo à do café. (MATTOS, p. 49; 91)

Embora a entrada de vultosos recursos tenha dinamizado a economia regional e produzido a atração de grandes contingentes populacionais na busca de oportunidades e renda, a sedimentação de algumas atividades econômicas ainda exigiria financiamentos maiores, como foi o caso da dificuldade encontrada em implementação de uma indústria naval mais robusta no Pará ou pelo menos de uma estrutura de transporte pelos rios que incorporasse os avanços tecnológicos mais recentes à época. Mattos observa que

Os negociantes do Pará, os mais abastados da região, promoveram várias tentativas de organizar uma companhia fluvial moderna, com barcos a vapor, todas frustradas por falta de recursos suficientes para fazer suas encomendas aos estaleiros estrangeiros. (MATTOS, p. 88)

Apesar das oportunidades perdidas em alguns segmentos, o aumento da circulação de riquezas catalisou o desenvolvimento regional. As oportunidades de geração de renda trouxeram novos contingentes populacionais. A acelerada dinâmica econômica também aumentou a arrecadação, garantindo que a União, os estados e os municípios pudessem melhorar as condições de vida demandadas pela sociedade. A rapidez das alterações e a dificuldade de estruturar todo o sistema que movia a economia da borracha em um país essencialmente agrário como era o Brasil da época, dificultaram, entretanto, que o país se apropriasse dos benefícios que o aporte de recursos

financeiros permitiria. Mesmo assim, os dois núcleos urbanos amazônicos conseguiram acelerar seu processo de desenvolvimento. Sobre essa questão, Meira Mattos conclui:

Podemos dizer que os primeiros 25 anos da República assistiram ao apogeu da era de borracha que se refletiu no surto econômico e social da região amazônica. Manaus e Belém transformaram-se em centros de grande atração comercial. Inúmeras companhias de navegação europeias e norte-americanas estabeleceram linhas de passageiros e de carga que ligavam os principais portos do mundo com os dois portos amazonenses. (MATTOS, p. 50)

Ao acompanhar a evolução demográfica das principais cidades da região da foz do Amazonas, pode-se retirar algumas conclusões.

Tabela 1 - População de Belém, São Luís e Macapá, com % de crescimento no período

1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Belém</b>											
61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	402.170	642.514	949.545	1.244.688	1.279.861	1.393.399
-	- 19,2	92,9	144,8	- 12,7	23,6	57,7	59,8	47,8	31,1	2,8	8,9
<b>São Luís</b>											
31.604	29.308	36.798	52.929	85.583	119.785	159.628	270.651	460.320	695.199	868.047	1.014.837
-	- 7,3	25,6	43,8	61,7	40,0	33,3	69,6	70,1	51,0	24,9	16,9
<b>Macapá</b>											
-	-	-	-	-	20.594	46.905	87.755	140.624	179.252	282.745	398.204
-	-	-	-	-	-	127,8	87,1	60,2	27,5	57,7	40,8

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico 2010 (BRASIL, 2010).

(Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Acessado em 20/04/2019)

Observe-se, no gráfico acima, que o período de 1890 a 1900 foi a fase de maior crescimento percentual da população da cidade de Belém<sup>20</sup>, fase que coincide com o apogeu do ciclo da borracha. Nas duas décadas seguintes também pode-se identificar um aumento populacional significativo. Assim, em 30 anos, de 1890 a 1920, a cidade de Belém quase quintuplicou sua população, saindo de 50.064 habitantes para chegar a 236.402.

Com a perspectiva da II Guerra Mundial e sua confirmação ao final da década de 1930, a borracha volta a recuperar seus preços internacionais, o que repercutiu para a economia regional e para a atração demográfica da região da foz do Amazonas. Belém retoma o crescimento populacional na década de 1940, ao mesmo tempo em que é criado o Território Federal do Amapá

<sup>20</sup> O período seguinte (1900-1920), com crescimento de 144,8%, corresponde a um intervalo de 20 anos, visto que em 1910 não houve censo.

por Getúlio Vargas. Outras estruturas do Estado também foram criadas, como o Banco de Crédito da Borracha e o Banco de Crédito da Amazônia. Um acordo com o governo dos EUA, com o aporte de 10 milhões de dólares a serem aplicados no saneamento e em pesquisa científica do Instituto Agrônomo do Norte, de Belém, contribuiu para o incremento do desenvolvimento local. Esse esforço nacional ficou conhecido como a Batalha da Borracha (MATTOS, p. 93-94).

A Constituição de 1946 trouxe novas esperanças para a incorporação real da Amazônia ao território brasileiro. Em seu texto ficou estabelecido que o governo federal deveria aplicar pelo menos 3% dos impostos arrecadados na valorização da Amazônia. Para tanto, a Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), encarregada de realizar a gestão dessa atividade (BRASIL, 1953).

Em 1960, a criação de Brasília traz novo alento ao processo de integração da Amazônia. Juntamente com a construção da capital é aberta uma nova via de comunicação rodoviária entre a nova capital e a cidade de Belém, permitindo a ligação do Planalto Central à região da foz do Amazonas. Para Mattos, “a construção da Belém-Brasília representava fato geopolítico da maior importância e teria profunda repercussão na estratégia de integração amazônica”. (MATTOS, p. 72;96)

É importante considerar que essas ações geraram repercussões para a defesa da região da foz do Amazonas, visto que o aumento da densidade populacional é um fator dissuasório para uma incursão armada externa, ao mesmo tempo que essa mesma população é fundamental para a conscrição militar.

O governo Médici, por intermédio do Plano de Viação Nacional (1973), promoveu nova iniciativa governamental que buscou facilitar o transporte na região amazônica. O planejamento grandioso, entretanto, foi prejudicado pela crise do petróleo de 1973.

O governo Geisel, que se seguiu, lançou o Poloamazônia, programa que buscava dar continuidade às iniciativas anteriores de colonização do espaço amazônico. Desses projetos, alguns foram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região da foz do Amazonas, por estarem nela localizados ou pelo impacto regional produzido. Dos apresentados por Mattos, podem ser destacados os seguintes:

- Carajás, formação de núcleos agropecuários de apoio à exploração ferrífera;
- Araguaia-Tocantins, região do pontal de Goiás (hoje Tocantins), área de confluência da Transamazônica com a Belém-Brasília;

- Altamira, núcleos agropecuários;
- Pré-Amazônia-Maranhense, núcleos de apoio agropecuários à construção da ferrovia Carajás-Itaqui, do Projeto Carajás;
- Amapá, núcleos agropecuários na área de influência da Perimetral Norte;
- Marajó, exploração agropecuária e florestal. (MATTOS, p. 100-101)

Segundo o autor, os projetos de colonização citados acima, dos governos Médici e Geisel, não foram totalmente implementados devido à redução de recursos disponíveis causada pela crise do petróleo de 1973. Entretanto, eles espalharam uma série de núcleos populacionais que acabaram por gerar a estrutura mínima para a fixação de contingentes populacionais cada vez mais consistentes para a região da foz do Amazonas (MATTOS, p. 101). Tais informações podem ser corroboradas na tabela 1. Merece ser destacado ainda que, na década de 1980, durante o governo Figueiredo, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC), uma iniciativa que integrou várias ações na área geográfica objeto deste estudo, em especial a exploração da maior reserva de minério de ferro do mundo e que mobilizou de forma efetiva a economia regional, refletindo no significativo aumento populacional, a partir da década de 1980, da cidade de São Luís (conforme pode ser visto na tabela 1), local do porto de destino da produção mineral do projeto. A construção da ferrovia Serra de Carajás-São Luís, de 1982 a 1985, teve papel relevante para que isso ocorresse.

Dessa análise, pode-se identificar a relevância de São Luís para a defesa da região da foz do Amazonas, não só pelo significativo contingente populacional, mas também pela infraestrutura portuária e ferroviária que pode ser usada como roçada de meios quando outros modais estiverem impossibilitados.

Com relação aos aspectos estratégicos da comunicação, pode-se observar que a região está interligada com o restante do país pela conexão rodoviária da Belém-Brasília e, em fase ainda de implantação, pelo modal ferroviário por intermédio da Ferrovia Norte-Sul, a partir de Açailândia (MA). Em março de 2019, foi estabelecida licitação para concessão da operação de trecho de 1.537 km da ferrovia, tendo vencido o certame o consórcio Rumo, operado pela Vale, Mitsui e Brookfield, em contrato de 30 anos (GERBELLI, 2019). Dessa forma, os fluxos logísticos e as atividades de mobilização para ações militares a serem desenvolvidas na região da foz do Amazonas poderão usufruir dessa via de comunicação com o restante do território nacional sem depender exclusivamente de meios marítimos.



Figura 10 – Ferrovia Norte-Sul e sua integração com a malha ferroviária nacional

(Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/28/rumo-vence-leilao-de-trecho-da-ferrovia-norte-sul.ghtml>)

Com relação à disponibilidade de energia, a região da foz do Amazonas é beneficiada pela proximidade da usina de Tucuruí (8.370 MW) no Pará, a 300 km de Belém, construída na década de 1970 – a terceira do Brasil e quinta do mundo. A disponibilidade de energia e a proximidade das minas de bauxita em Paragominas-PA permitiram a implantação de importantes indústrias de beneficiamento de alumínio – ALBRAS (produção de alumínio, a partir da alumina) e ALUNORTE (produção de alumina, a partir da bauxita), localizadas no município de Barcarena – PA. O grande consumo de energia para o beneficiamento do alumínio explica a vantagem econômica competitiva que a hidrelétrica agregou à região. Isso garantiu o aumento do valor agregado do mineral extraído na região, evitando que o Pará fosse apenas um exportador de minério (MATTOS, p. 107). Para contextualização do impacto deixado pelos projetos, o Brasil é hoje o 11º produtor mundial de alumínio primário, o 4º produtor de bauxita e o 3º produtor de alumina. A produção da ALBRAS, a maior refinaria de alumínio do mundo fora da China, corresponde a mais da metade da produção nacional de alumínio (460 mil toneladas de um total

nacional de 802 mil)<sup>21</sup>. As duas indústrias atualmente são controladas pelo grupo norueguês Norsk Hydro ASA (51%) e pela japonesa Nippon Amazon Aluminium (49%). Em outubro de 2018, a produção da ALBRAS foi reduzida pela metade em virtude dos problemas ambientais na ALUNORTE.<sup>22</sup> Esse caso demonstra a relevância das questões ambientais na análise dos fatores que influenciam o desenvolvimento regional, consolidando a necessidade de observar seus impactos na proposta de desenvolvimento a ser implementado na região amazônica para sua incorporação ao ecúmeno nacional. Em maio de 2019, a restrição de produção foi levantada por um tribunal federal<sup>23</sup> e os níveis anteriores de produção foram retomados (ALBRAS, 2019). O estado do Maranhão também foi beneficiado com a bauxita do Pará e da energia de Tucuruí. Em 1984, entrou em operação na Ilha de São Luís a ALUMAR, um consórcio das empresas Alcoa e BHP Billiton para a produção de alumínio e alumina. Ela chegou a produzir uma média de 365 mil toneladas de alumínio na década de 1990. Em 2015, a produção de alumínio foi encerrada, mantendo-se a de alumina. O consórcio hoje é composto pelas empresas multinacionais Alcoa, Rio Tinto e South32<sup>24</sup>.

Também é importante ser destacado que, em 2010, após mais de 30 anos de retardo, foram inauguradas as duas eclusas da barragem de Tucuruí, o que permitirá a navegação regular no rio Tocantins no trecho de Belém (Complexo Portuário de Belém e Vila do Conde)<sup>25</sup> até a região de Marabá, agregando mais um modal de transporte para o escoamento da produção regional pela foz do Amazonas. A relevância do modal fluvial já havia sido salientada por Therezinha de Castro, quando lembrou da importância da hidrovía Araguaia-Tocantins para o escoamento da produção

---

<sup>21</sup> *Perfil da Indústria Brasileira do Alumínio*. Disponível em <http://abal.org.br/estatisticas/nacionais/perfil-da-industria/>. Acessado em 05 de maio de 2019.

<sup>22</sup> *Controlada pela Norsk Hydro, Albras reduz produção de alumínio de 50%*. Disponível em <https://www.valor.com.br/empresas/5441587/controlada-pela-norsk-hydro-albras-reduz-producao-de-aluminio-em-50>. Acessado em 05 de maio de 2019.

<sup>23</sup> *Norsk Hydro acelera produção de alumínio da Albras após fim de restrição à Alunorte*. Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/norsk-hydro-acelera-producao-de-aluminio-da-albras-apos-fim-de-restricao-alunorte-23683688>

<sup>24</sup> *Alumar. Empresa promete investimentos US\$ 1,7 bi no Maranhão e 1,5 mil novos empregos até 2021*. Disponível em <https://oimparcial.com.br/politica/2019/01/empresa-promete-investimentos-us-17-bi-no-maranhao-e-15-mil-novos-empregos-ate-2021/>. Acessado em 15 de junho de 2019.

<sup>25</sup> O complexo portuário de Belém e Vila do Conde compõe-se dos seguintes terminais: Porto Organizado de Belém (Porto de Belém; Terminal de Outeiro; e Terminal de Miramar); Porto de Vila do Conde; TUP Porto CRA; Terminal Portuário Graneleiro de Barcarena; Terminal Ponta da Montanha; e TUP Porto Murucupi. (BRASIL, 2017, p. 13)



de grãos do Centro-Oeste pelos portos da região da foz do Amazonas (CASTRO, p. 18). Entretanto, para o funcionamento adequado da hidrovia durante o período da seca (5 meses por ano) há necessidade da remoção de pedras (desrocamento) que formam uma corredeira localizada rio acima da represa. A previsão de término das obras é para 2022, atraso alegado pelo retardo necessário para a emissão das licenças ambientais.<sup>26</sup> O papel integrador da hidrovia para os estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará também é ressaltado por Castro, o que tem impacto importante para a estrutura da defesa da região da foz do Amazonas, na medida em que a área passa a dispor de mais um acesso ao interior do país, retirando-a de seu isolamento, favorecendo as atividades logísticas necessárias ao desenvolvimento das operações militares.

As ligações da região com outras áreas do país, a partir da construção da Belém-Brasília e outras rodovias e ferrovias e os grandes espaços existentes também criaram as condições para o desenvolvimento da atividade pecuária e o escoamento de sua produção. Atualmente, o Pará é o estado líder na região amazônica e destaque na produção pecuária nacional de bovinos e frangos, como pode ser visto na tabela a seguir, referente à produção animal brasileira no 1º trimestre de 2018. (MATTOS, p. 107) (BRASIL, IBGE, 2018)

Tabela 2 – Produção pecuária do Pará

	Abate de bovinos (mil cabeças)	Abate de frangos (milhões de cabeças)	Aquisição de couro (mil unidades de couro bovino)
Brasil	7, 72 mil	1,48 mil	8,58 mil
Pará	649	16	713
Posição no Brasil	6º	10º	7º
Na Região Norte	1º	1º	1º

Fonte: IBGE, 2018.

Ainda que haja críticas quanto ao impacto ambiental da pecuária, especialmente se ela se desenvolve em espaços antes ocupados pela floresta, pode-se considerar que ela gera riquezas, fixa o homem à terra e induz o desenvolvimento local.

<sup>26</sup> *Paralisadas por pedras no rio, eclusas de Tucuruí já consumiram R\$ 1,6 bilhão*. Postado em 13/11/2017. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/11/13/internas\\_economia,916258/paralisadas-por-pedras-no-rio-eclusas-de-tucurui-ja-consumiram-r-1-6.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/11/13/internas_economia,916258/paralisadas-por-pedras-no-rio-eclusas-de-tucurui-ja-consumiram-r-1-6.shtml). Acessado em 05 de maio de 2019.

Com o despertar das preocupações ambientais, cresceu a preocupação com a preservação da floresta, visando contribuir para a minimização dos impactos da maior emissão dos gases geradores do efeito estufa, assim como a preservação da biodiversidade encontrada naquele ambiente. Iniciativas surgiram no sentido de buscar soluções ecologicamente equilibradas que permitam aumentar a geração de renda para a população local sem agressão ao meio-ambiente. A esse esforço, Becker refere-se como “biodiversidade e econegócios”. Nesse escopo, surgiram uma miríade de projetos, implantadas normalmente com financiamento externo (via PP-G7, Fundo Amazônico e outras fontes), frutos da cooperação internacional. Essas parcerias são bastante complexas, o que dificulta, na maioria dos casos, a coleta de dados sobre sua implantação e desenvolvimento. Eles buscam o desenvolvimento de atividades econômicas em que os produtores locais amazônicos possam gozar de vantagens comparativas em relação a outras regiões do país ou do mundo. Nesse sentido, foram implantados diversos projetos para a coleta e beneficiamento de castanha, açaí e cupuaçu, além de outras atividades relacionadas ao aproveitamento da biodiversidade, como cosméticos e fragrâncias, por exemplo (BECKER, p. 45-48).

Como pode ser observado pelos aspectos apresentados, a região da foz do Amazonas não se caracteriza nos dias atuais como o grande anecúmeno de épocas passadas. Atividades econômicas desenvolvidas na região promoveram o crescimento econômico, o aumento populacional e o desenvolvimento social. Projetos implantados a partir da década de 1960 criaram infraestrutura necessária para o desenvolvimento local com impacto na demografia.

A figura 11 sintetiza os projetos propostos pelo governo federal nas décadas de 1970 e 1980 para o desenvolvimento da Amazônia Oriental que contribuíram para o desenvolvimento local.

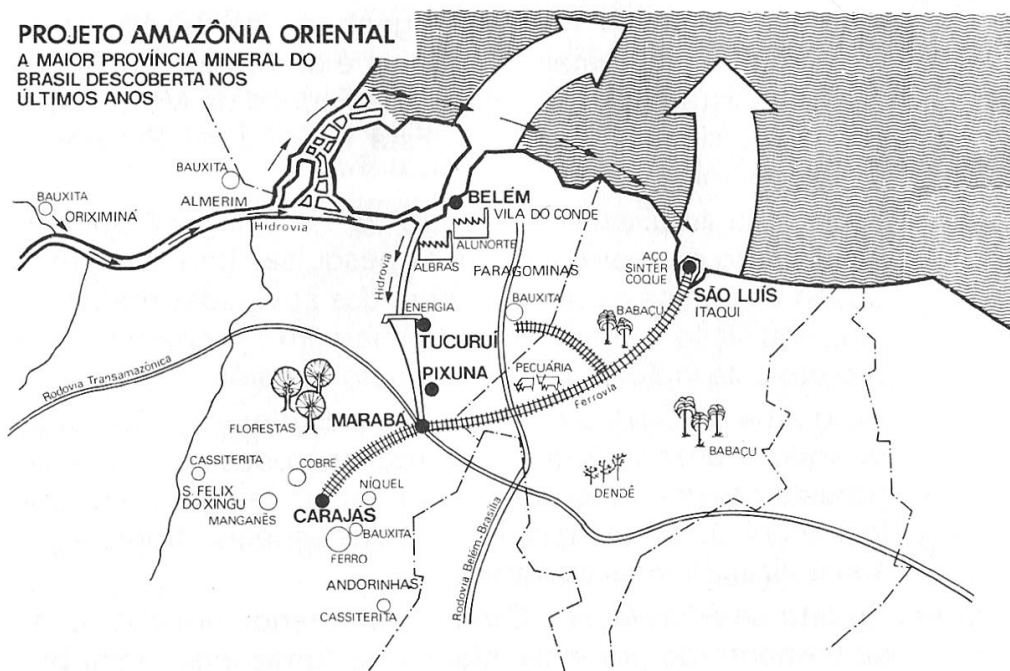


Figura 11 – Projeto Amazônia Oriental (Fonte: MATTOS, 1980, p. 111)

Se os projetos desenvolvidos no estado do Pará frutificaram e estimularam o crescimento populacional que atingiram até o vizinho Maranhão, o mesmo não pode ser dito com relação ao Estado do Amapá. A iniciativa pioneira da companhia ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.), de exploração de manganês na Serra do Navio, se esgotou em 1990 quando, após quase 50 anos, a extração do minério foi interrompida devido à queda do preço do metal no mercado internacional. O audacioso projeto de mineração construiu uma ferrovia de 194 km ligando a mina ao porto de Santana, nas proximidades de Macapá. Também foi implementado um terminal com equipamentos específicos para a exportação, além da abertura (dragagem) de um canal que permitia o acesso a navios de maiores calados (MATTOS, p. 113). Para verificar o impacto deixado para o desenvolvimento da região, o município de Serra do Navio, sede do projeto, tem uma pequena população de 5.111 habitantes, segundo dados do IBGE, de 2017. A ferrovia foi desativada em 2015. O terminal de mineração do porto desabou em 2013.<sup>27</sup> Verifica-se, dessa

<sup>27</sup> Sem uso, estação e ferrovia de 194 km no Amapá são alvos de saques e invasões há cinco anos. Publicado em 06/10/2018. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2018/10/06/sem-uso-estacao-e-ferrovia-de-194-km-no-amapa-sao-alvos-de-saques-e-invasoes-ha-cinco-anos.ghtml>. Acessado em 05 de maio de 2019.

forma, que a região não se beneficiou da exploração mineral ocorrida. Não houve fixação de população na área e a infraestrutura criada foi corroída pelo tempo.

Outro empreendimento faraônico em terras amapaenses foi o Projeto Jari, idealizado pelo norte-americano Daniel Keith Ludwig. Nos anos 1960, o empresário comprou uma área quase da dimensão do estado de Sergipe para plantar gmelina, uma árvore de rápido crescimento para extração da celulose, e para a produção de arroz. Em função da falta de energia na região, Ludwig adquiriu uma usina termoelétrica no Japão, a transportou de navio e a ancorou no rio Jari. O mesmo foi feito com a usina de celulose. A proposta de substituir a vegetação original por uma monocultura gerou reações exacerbadas de ambientalistas. A concentração de terras nacionais nas mãos de um estrangeiro também foi duramente criticada. Ludwig vendeu sua participação no empreendimento no início dos anos 1980, com prejuízo. A Jari Celulose continua em produção, controlada pelo empresário Sérgio Amoroso. Em função de dívidas acumuladas, a empresa procura novos sócios.<sup>28</sup> O município de Laranjal do Jari, próxima ao empreendimento é a terceira cidade do estado do Amapá e tem uma população de 49.446, segundo estimativa do IBGE. O município se desenvolveu com construções sobre palafitas, em paralelo ao distrito de Monte Dourado (município de Almerim-PA) na outra margem do rio Jari, construído nos padrões de classe média de cidades dos EUA pelo empresário Daniel Ludwig. (MATTOS, p. 113-114)

O estado do Amapá tem atualmente uma população de 797.722 habitantes, a segunda menor dentro os estados brasileiros. Macapá e Santana concentram 613.244 desse contingente populacional, o que torna o território amapaense um grande vazio populacional. Para a defesa nacional, este é um óbice a ser enfrentado, especialmente se for considerado que o estado faz fronteira com a França e, como foi apresentado no capítulo anterior, foi lugar de disputas pelo seu controle com aquele país por mais de 2 séculos. Observa-se, assim, que a região da foz do Amazonas não tem sua população distribuída com regularidade. A região ao sul do rio Amazonas apresenta maior densidade demográfica e também maior desenvolvimento econômico e social. O estado do Amapá ainda não conseguiu atrair um contingente populacional denso que possa favorecer as atividades locais que favoreçam a defesa nacional.

---

<sup>28</sup> *Com histórico de perdas e dívida de R\$ 1,2 bilhão, Jari Celulose busca sócio.* Publicado em 22/02/2019. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/22/internas\\_economia,1032755/com-historico-de-perdas-e-divida-de-r-1-2-bilhao-jari-celulose-busca.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/22/internas_economia,1032755/com-historico-de-perdas-e-divida-de-r-1-2-bilhao-jari-celulose-busca.shtml). Acessado em 05 de maio de 2019.

Para a adequação desse desafio, Mattos apresentou proposta sugerida pelo francês François Perroux, que sugere que o crescimento pode ser induzido pelo desenvolvimento de polos:

O crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia. Quatro dinamismos dominantes impulsionam o processo desenvolvimentista: demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão). (MATTOS, p. 116)

Dessa forma, segundo a proposição de Mattos, para o desenvolvimento da região mais ao norte da área em estudo, basicamente o território do estado do Amapá, o Estado brasileiro deveria criar condições para o estabelecimento de polos de desenvolvimento, buscando criar as condições básicas para o crescimento econômico que pudesse sustentar e fixar de maneira estável e consistente a população naquela região. Os modelos positivos de Brasília e Manaus corroboram o êxito desse modelo.

Por sua vez, a região metropolitana de Belém possui a 11ª população do país, com 2.275.032 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010, sendo a 2ª da região Norte, superada apenas pela de Manaus.

Na figura 12, onde é apresentada graficamente a densidade demográfica do país, pode-se observar nitidamente a diferença existente nesse aspecto entre a área da foz do Amazonas, em especial aquela na calha sul do grande rio, com maior concentração humana, e o restante da região amazônica. Tal consideração gera impacto sobre a defesa e a necessidade de concentração de tropas. A maior densidade do contingente populacional dessa região pode ser considerada uma vantagem para a mobilização de recursos humanos locais e para o recrutamento de tropas, além de servir de efeito dissuasório à eventual tentativa de ocupação da área por potência estrangeira.



Figura 12 – Densidade demográfica do Brasil (2010)

Fonte: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/densidade-demografica.html>. Acesso em 20/04/2019.

Outra questão a ser analisada na região é o nível de desenvolvimento social que é usufruído pela população local em comparação com o restante do país. Esse aspecto pode ser considerado fator de atração ou repulsa para a fixação de população na região. No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, a cidade de Belém figurava em 628º lugar entre os 5.565 municípios brasileiros, com um índice de 0,746, classificado na faixa Alto (0,700-0,799), a 2ª cidade melhor avaliada da região Norte (atrás de Boa Vista – 0,752). É interessante considerar que, se for avaliar o Pará como um todo, a avaliação do estado cai para o 24º lugar em uma lista de 27 estados, com um índice de 0,639, na faixa Médio (0,600-0,699).

Destaca-se ainda que, da lista de 32 cidades brasileiras com IDHM classificado como Muito Baixo (0,000-0,499), o estado do Pará contribui com 8 municípios, incluindo aí o pior avaliado, todos eles localizados na área que este trabalho designou como região da foz do Amazonas. (São eles: Ipixuna do Pará, Afuá, Anajás, Portel, Cachoeira do Piriá, Bagre, Chaves e Melgaço). Tal fato evidencia as características contraditórias da região da foz do Amazonas com relação ao desenvolvimento humano, aspecto que pode impactar na organização do dispositivo de defesa na região.

No que se refere à cooperação regional, Meira Mattos ressaltou a criação do Pacto Amazônico, com a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônico, em 3 de julho de 1978, reunindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em um arranjo internacional. A intenção do acordo pode ser evidenciada em seus cinco princípios fundamentais:

- 1º) a competência exclusiva dos países da Região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- 2º) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a consequente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- 3º) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- 4º) o equilíbrio e a harmonia entre desenvolvimento e a proteção ecológica;
- 5º) absoluta igualdade entre todos os parceiros. (MATTOS, p. 122)

O destaque na questão da soberania traz impacto direto para a questão da defesa e indica o temor dos condôminos com as iniciativas e ideias que surgiram e continuam a reviver de uma administração internacional da região. A conformação de um mecanismo multilateral contribui com a postura brasileira de manter as decisões sobre as estratégias de desenvolvimento e ocupação regional dentro das atribuições de cada país signatário do acordo.

Considerando que a definição da área amazônica está associada à abrangência geográfica da bacia do rio, o valor estratégico da foz esteve sempre presente nas considerações sobre a região. Meira Mattos confirma essa perspectiva ao apresentar

o truísmo universalmente aceito de que a colaboração regional ao longo do eixo das grandes bacias fluviais coloca em posição privilegiada a nação que domina a foz oceânica. (MATTOS, p. 120)

Tal afirmação poderia evidenciar a disposição dos condôminos de preocupar-se com o dispositivo de defesa da importante entrada da bacia, visto que ela daria acesso facilitado por meio fluvial a toda a região. Tal fato, porém, não se evidencia talvez por explicações geográficas. As

grandes distâncias da foz até os territórios dos demais países e a própria redução da profundidade e largura dos rios à medida que se aproximam de suas nascentes torna essa via de comunicação menos relevante para os outros membros do acordo e de pouca relevância estratégica. Dessa forma, o tema defesa não tem feito parte do debate entre os países signatários do acordo. É importante ressaltar que os membros do tratado, em 1998, na cidade de Caracas, assinaram uma emenda transformando o acordo na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede permanente em Brasília e orçamento próprio. Nessa linha, os projetos em andamento no âmbito da OTCA enquadram-se nas seguintes áreas: “meio-ambiente, assuntos indígenas, recursos hídricos, ciência e tecnologia, saúde, turismo e inclusão social”. (BRASIL. MRE).

Da análise dos aspectos territoriais da região amazônica e de seus equivalentes com aqueles que conformam a Comunidade Andina<sup>29</sup>, Meira Mattos propôs uma aproximação entre os dois blocos visando o aproveitamento de benefícios econômicos necessários para o desenvolvimento das nações. Infelizmente, essas ações não encontraram eco no âmbito dos acordos internacionais.

Outra iniciativa denominada IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) conseguiu alguns êxitos na integração dos meios de comunicação entre os países sul-americanos<sup>30</sup>, mas sem nada a destacar no Eixo do Amazonas. A incorporação da IIRSA aos objetivos da UNASUL representou um alento durante o período em que o bloco demonstrou alguma vitalidade. As divergências atuais que levaram ao esvaziamento desse arranjo regional também trazem pouca expectativa quanto ao sucesso da integração sul-americana. O projeto recente do PROSUL, Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul, criado em 22 de março de 2019, pode ser uma tênue esperança em que otimistas poderão imaginar um futuro de integração regional mais promissor. Assim, em função dos enormes desafios impostos pela geografia para uma maior integração viária entre os países amazônicos e países andinos, pouco há hoje para se comemorar.

Pode-se concluir então que a articulação identificada por Meira Mattos entre o Pacto Amazônico e o Pacto Andino (Comunidade Andina), ou mesmo a IIRSA, não geraram ações

---

<sup>29</sup> O Pacto Andino mudou sua denominação para *Comunidad Andina* - CAN em 1996. Em 1977, o Chile afastou-se do bloco, o mesmo ocorrendo com a Venezuela em 2006.

<sup>30</sup> Têm impacto na aproximação entre os dois blocos o seguinte eixo da IIRSA (de um total de 10): Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil).



objetivas que contribuíssem para maior integração regional, o que poderia impactar a configuração de dispositivo de defesa brasileiro na foz do Amazonas, objeto deste estudo. Cumpre destacar ainda que, no que se refere à influência estrangeira mais próxima da região da foz do Amazonas, é a França (Guiana Francesa), que não faz parte de qualquer acordo regional, nem mesmo da OTCA, o país que tem poder e capacidades desenvolvidas para projetar poder sobre a região da foz do Amazonas.

Concluindo suas ideias, Meira Mattos identificou três grandes direções para a efetivação de uma integração amazônica mais efetiva.

A primeira é aquela que busca avançar do litoral para o interior, usando as vias fluviais. Foi a via que caracterizou a ocupação brasileira da região. Inicialmente o fortalecimento do polo litorâneo de Belém e, em seguida, o aprofundamento da ocupação com a implantação de Manaus como núcleo econômico e demográfico regional permitem concluir que é uma estratégia que tem sido efetiva.

Outra opção apresentada indica um avanço do desenvolvimento a partir do Planalto Central na direção norte. Essa também foi implementada pelo Estado brasileiro, especialmente após a mudança da capital para Brasília. Como ferramenta dessa aproximação física pode ser citada a construção das rodovias Belém-Brasília (BR-010/BR-153) e a Cuiabá-Santarém (BR-163). A finalização da Ferrovia Norte-Sul, favorecendo o escoamento da safra agrícola de grãos da região Centro-Oeste pelos portos próximos à região da foz do Amazonas, poderá ter influência positiva no desenvolvimento econômico e social da região. Pode-se também atribuir o desenvolvimento mais expressivo da região sul do Pará à facilidade de comunicação criada por essas rodovias. A efetivação da hidrovía Araguaia-Tocantins também irá contribuir com essa iniciativa.

A terceira opção de desenvolvimento indicada pelo autor seria pelo intercâmbio fronteiriço em áreas interiores. Essa hipótese aposta na aproximação com países vizinhos, por meio do fortalecimento da Pan-Amazônia. Como pode ser verificado na figura 13, ele identifica três áreas de possível intercâmbio. Passados quase 40 anos da obra de Meira Mattos, não se observa um incremento significativo de intercâmbio fronteiriço nas áreas selecionadas, exceção que pode ser feita apenas na conurbação de Letícia-Tabatinga. A cidade brasileira tem atualmente uma população de 64.488 (dados do IBGE, 2018), ao passo que a cidade colombiana é a capital do estado do Amazonas, com uma população de 40.673 habitantes. O acesso à cidade brasileira só pode ser feito por via aérea ou fluvial.

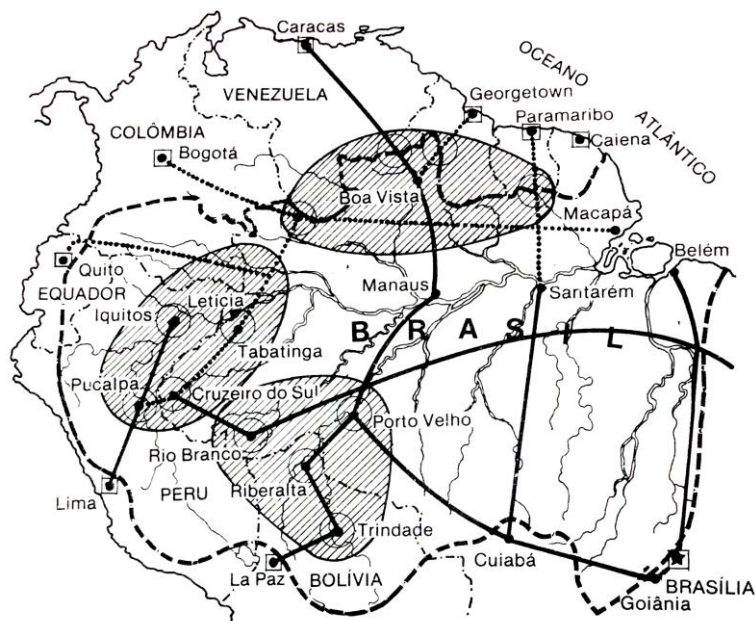


Figura 13 – Áreas interiores de intercâmbio fronteiro (MATTOS. 1980, p. 154)

Dessa forma, as dificuldades geográficas (distância, vegetação, clima, meios de comunicação física) e principalmente a falta de uma atividade econômica que atraia a população tornam essa proposta um ideal distante a ser alcançado.

Assim, como impacto dessa proposta para o objeto de estudo, identifica-se a ausência de parceiros internacionais que tenham evidenciado interesse no intercâmbio fronteiro. Assim, não se percebem influências e interesses significativos dos países que conformam a Pan-Amazônia para questões que possam envolver a defesa da região da foz do rio Amazonas, o que pode deduzir que tais atores teriam pouca atenção para o que ocorre naquele espaço geográfico. Em consequência, as atividades que fortaleçam a defesa na região da foz do Amazonas podem ser caracterizadas como de interesse quase que exclusivamente brasileiro. Com relação aos meios de comunicação, verifica-se que a via fluvial ainda é a principal via de comunicação do interior amazônico com os países da Pan-Amazônia no sentido leste-oeste. Para o acesso ao Planalto Central e à região Nordeste a implantação de rodovias e ferrovias têm ampliado a opção fluvial dos rios da calha sul do Amazonas, favorecendo o contato econômico e social, criando condições para o reforço de tropas em caso de necessidade de operações militares na região.

### **2.2.3 THEREZINHA DE CASTRO E AS AMEAÇAS À SOBERANIA BRASILEIRA NA AMAZÔNIA**

A preocupação com a soberania brasileira está presente na obra da professora Therezinha de Castro que também tratou, em suas pesquisas, da questão amazônica. Geógrafa, Castro trouxe à discussão temas geopolíticos, colocando os interesses nacionais como foco de seus questionamentos (CASTRO, 1995, p. 1).

Em sua análise sobre a região amazônica, de 1995, Castro conclui que a Pan-Amazônia ainda não conseguiu apropriar-se da vantagem integratória possibilitada pela malha fluvial existente, permitindo essa característica apenas criar as condições básicas para a fixação das comunidades ribeirinhas. Falta ainda a ocupação dos espaços intermediários (CASTRO, p. 2). O conjunto de rios na bacia (mais de 500 afluentes) compõe um total de 19.000 km de vias navegáveis, um meio de comunicação natural que exige pouco investimento na maior parte das vias. A continuidade logística entre o modal fluvial e o modal marítimo, reforça o conceito de que a comunicação externa mais fácil para a região se dá pela foz do rio Amazonas, portal de entrada atlântico e ponto de aproximação para o comércio internacional não só do Brasil, mas também dos outros 4 países componentes da bacia (Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), em especial aqueles que não dispõem de litoral no oceano Atlântico. O rio Amazonas é navegável durante todo o ano de Belém/Macapá a Iquitos no Peru, distância essa que corresponde a 3.580 km.

Uma das questões que Castro destacou foi a pressão internacional sobre o Brasil, bastante intensa do final da década de 1980 até o final dos anos 1990. Recentemente, o aumento das queimadas na região em 2019 fez retomar o discurso da incompetência ambiental nacional. Essas ações buscavam criar a imagem do país como incapaz de limitar o desflorestamento da região amazônica, o que o tornava incapaz de gerenciar uma região de grande importância para o equilíbrio ambiental global. Esse aspecto pode ser considerado bastante impactante, um desafio à capacidade do Brasil exercer sua soberania sobre a região. Não tendo o Brasil capacidade de proteger o meio-ambiente amazônico, a solução seria então a gestão internacional sobre a região – eventualmente por meio até de uma intervenção internacional –, de forma a proteger o patrimônio climático e vegetal mundial, fundamentais que seriam para o equilíbrio do planeta. A autora caracteriza esse movimento como uma mudança de foco dos interesses dos poderosos, mas ao mesmo tempo uma linha de continuidade da “geopolítica do confronto”, que existia entre Leste e

Oeste por ocasião da Guerra Fria. O confronto agora se daria em uma nova configuração no sentido Norte/Sul. Os países desenvolvidos do Norte pressionando os países do Sul global, com poucos recursos econômicos e dívidas sociais elevadas. Ela chega a considerar essa tendência oriunda da pauta ecológica como um neocolonialismo (CASTRO. p. 9). Ela identifica tais alegações em manifestações de importantes líderes mundiais do final da década de 1980, como François Mitterrand e Mihail Gorbatchov, que reforçaram o grupo de pessoas que criticou a falta de efetividade do governo brasileiro em reprimir a destruição da floresta. Estes depoimentos deram ampla repercussão ao tema. Baseados em estudos científicos existentes à época foram elaboradas previsões catastrofistas que previam que “a floresta de Rondônia estaria destruída em 1990, a de Mato Grosso em 1991, a do Pará em 1992 e a do Acre em 1993”. O Brasil reagiu a esse movimento estabelecendo políticas preservacionistas com a criação de reservas ambientais (também entraram no pacote a demarcação de terras indígenas) e também aumentando sua capacidade de monitoramento ambiental (e de controle de seu território) com a implantação do projeto SIPAM/SIVAM<sup>31</sup> – proteção e vigilância da Amazônia – (implantado entre 1994 e 2002). Essa última iniciativa contribuiu para disponibilizar dados importantes para o controle ambiental de agências governamentais como a ANA (Agência Nacional de Águas), para melhoria das previsões meteorológicas do INMET (Instituto Nacional de Meteorologia) e para o aumento da capacidade operacional do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Os avanços tecnológicos, com a disponibilização de maior quantidade de dados, permitiram o aumento de pesquisas sobre a região. Esse novo paradigma trouxe repercussões positivas para o aumento da capacidade de gestão nacional daquele espaço geográfico. O maior acesso aos dados também favorece as atividades de defesa da região da foz do rio Amazonas.

Com o tempo, as questões deixaram as primeiras páginas da política internacional e deslocaram-se para as revistas científicas. Pesquisas de brasileiros e estrangeiros, sobre o desmatamento na região, sobre o impacto da floresta sobre o clima no Brasil e mundo, sobre a diversidade biológica continuam a ser realizadas na busca de mais conhecimento sobre o ambiente amazônico. Para exemplificar a mudança ocorrida, pode-se citar o trabalho publicado por Philip Fearnside e outros (LAURANCE, 2002). Esse autor foi evidenciado pela autora em 1995, por seus

---

<sup>31</sup> O Projeto SIPAM/SIVAM ajustou-se a um interesse dual do Estado: a face militar, de vigilância do tráfego aéreo e fiscalização de superfície, fundamental para segurança das fronteiras, e a face civil que coleta, armazena e difunde dados e informações fundamentais para o conhecimento do território. Fonte: BECKER (p. 37).

vaticínios alarmantes à época sobre os efeitos do desmatamento. (CASTRO, p. 09) Desse estudo realizado em 2002, os autores chegaram à conclusão que as autoestradas e as rodovias são os fatores que mais contribuem para a redução da cobertura vegetal na Amazônia brasileira<sup>32</sup>. Assim, ao invés de apenas tentar calcular a destruição iminente do meio-ambiente na continuidade do processo em andamento, o estudo passou a oferecer subsídios científicos para a elaboração de políticas públicas para a região, com possibilidade de previsão do impacto ambiental de ações governamentais. Dessa forma, os dados colhidos podem colaborar para conciliar o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica com a manutenção de níveis elevados de preservação que o Brasil tem mantido em comparação com outros países do mundo. A utilização dessas informações para embasar o desenvolvimento sustentável da Amazônia pode reduzir as pressões internacionais sobre a eventual incapacidade brasileira de cuidar da Amazônia, gerando impactos sobre a defesa na região da foz do Amazonas.

Ao debater sobre as pressões ambientais em relação ao desmatamento e a crítica à agricultura como atividade econômica que contribuiria para a redução da cobertura vegetal, Castro cita que na Amazônia existem enormes territórios livres de florestas, áreas de campos naturais. Como destaque, verifica-se que, na área da foz do Amazonas, a ilha de Marajó dispõe de 23.000 km<sup>2</sup> de pradarias onde, desde épocas coloniais, já é explorada a pecuária, especialmente de búfalos (CASTRO, p. 26). O melhor desenvolvimento dessa atividade na região permitiria melhoria nas condições socioeconômicas, aumentando a atratividade para a fixação da população na área, com impactos significativos para a defesa.

Ainda tratando de questões relacionadas à soberania nacional e à possibilidade de perda de território nacional, outra questão abordada por Castro, a autora trata da ameaça de “balcanização” da Amazônia. Ela sugere uma comparação daquilo que poderia ocorrer aqui e o processo de divisão territorial ocorrido no Extremo Oriente, onde a área de um país – a Birmânia – foi dividida entre várias novas nações (Malásia, Singapura, Tailândia e Myamar). Tal processo teria ocorrido pela ação colonizadora europeia, que dividiu o território de acordo com as etnias existentes para atender interesses das nações ocidentais. No Brasil, esse processo de “balcanização” estaria sendo estimulado pela criação de “nações indígenas” nas áreas de fronteira

---

<sup>32</sup> Foram considerados além desses, os seguintes tópicos: rios navegáveis, populações urbanas, população rural, regime de chuvas, severidade das secas, fertilidade do solo, inundações, superficialidade e pedregosidade do solo.

do Brasil, onde povos originários de mesma etnia, que habitam territórios de países diferentes poderiam reivindicar autonomia para a instalação de um novo país com identidade étnica. Sem sombra de dúvida, a criação de terras indígenas demasiadamente extensas pode tornar difícil o processo de desenvolvimento regional e a ocupação territorial pela sociedade brasileira, mestiça e multiétnica. A criação de quistos étnicos cria condicionantes básicos que propicia a construção de propostas como a alegada pela professora.

Como exemplo dessa situação na área de interesse desta pesquisa, observe-se no mapa abaixo a localização da Terra Indígena Uaçá no estado do Amapá.

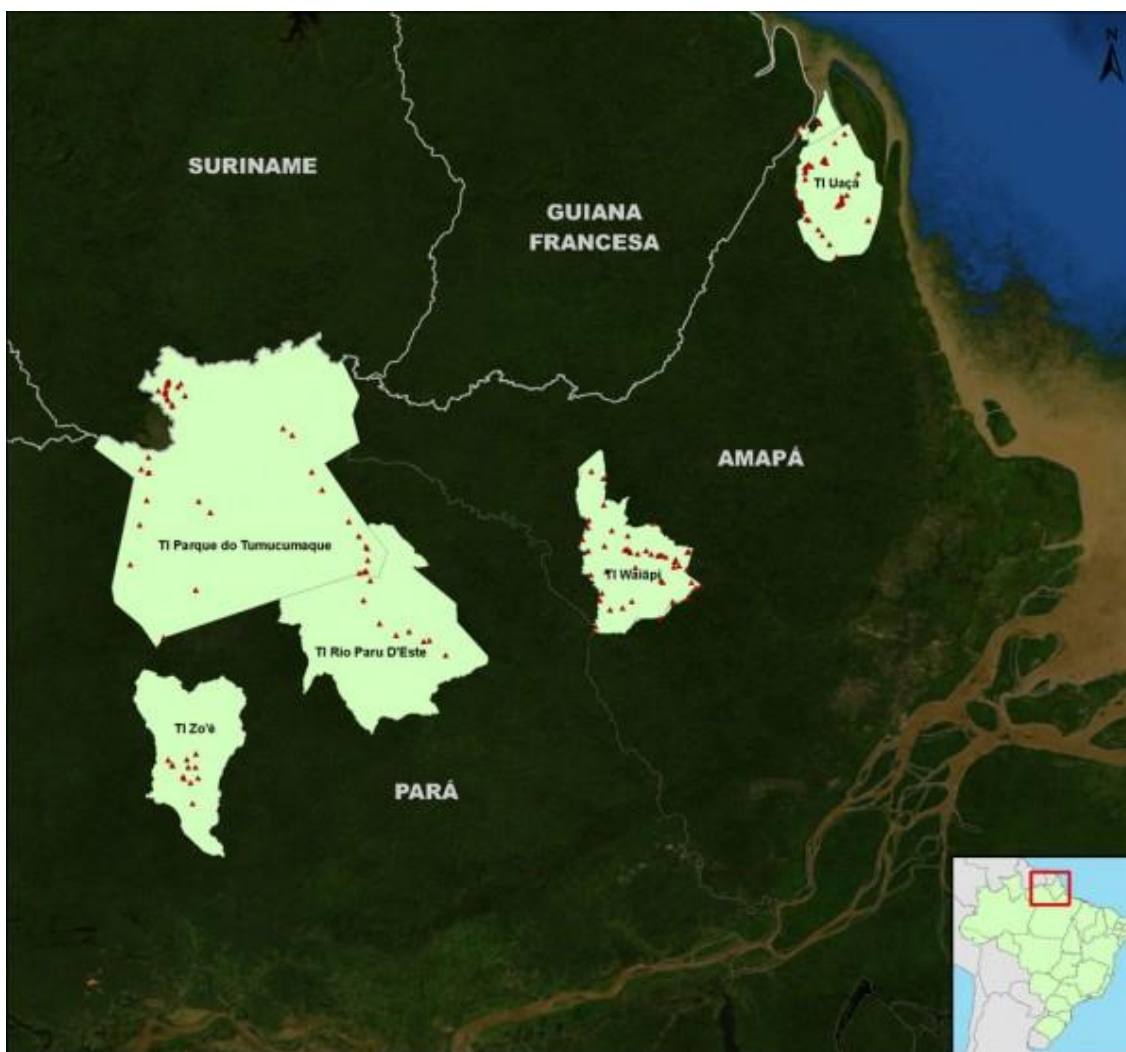


Figura 14 – Terras Indígenas nas proximidades da fronteira norte do Brasil

(Fonte: Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena)

Situada na fronteira com a Guiana Francesa, ela é habitada por indígenas das etnias Galibi Marworno e Karipuna Palikur, de acordo com informações do site da organização não governamental (ONG) Iepé. No mesmo site é informada a existência de ambas as etnias no território da Guiana Francesa e também que

Alguns povos indígenas que vivem nos estados do Amapá e norte do Pará estão distribuídos em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e os países limítrofes. De um lado ao outro, há contatos regulares, embora intermitentes (IEPÉ).

A atenção de organizações não governamentais (ONG) com interesse na questão indígena, financiadas por organismos e pessoas do exterior, está dentro do foco acadêmico da Prof. Therezinha de Castro, segundo a teoria da “balcanização”. Ela alerta que pode haver disposição de outras nações em manter a região fora do controle do Estado brasileiro ou até mesmo de criar o ambiente favorável para o estabelecimento do núcleo de formação de novas nações/estados que, por sua fragilidade, seriam muito mais facilmente manipuláveis para permitir o acesso às riquezas amazônicas pelos detentores do poder mundial.

Realmente, essas informações estão disponíveis nos sites de ONG que tratam da questão indígena. Aproveitando o exemplo citado acima, da Reserva Indígena Uaçá, na área da foz do Amazonas, observe-se abaixo a missão da ONG Iepé.

Contribuir para o fortalecimento cultural, político e para o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas do Amapá e do Norte do Pará, visando o fortalecimento de suas formas de gestão comunitária e coletiva, para que os direitos destas populações enquanto povos diferenciados sejam respeitados. (IEPÉ)

Tal perspectiva de caracterização das populações indígenas como “povos diferenciados” certamente não favorece a integração da área ao ecúmeno civilizacional brasileiro, onde o componente indígena faz parte de seu núcleo de formação. O isolamento físico não é um fator que irá contribuir para a união nacional ou para a integração do território amazônico com sua população residente ao restante do território brasileiro.

Certamente para os financiadores da ONG a integração nacional não é um de seus objetivos, como pode ser visto em sua missão. No site do Instituto Iepé estão listados os patrocinadores. São eles: Fundação Rainforest da Noruega, Embaixada Real da Noruega, Gordon and Betty Foundation, Fundo Amazônia, Poema (Alemanha) e Médico Internacional.

O caso da ONG citada mostra que existem interesses de nações europeias nas questões indígenas na Amazônia, pois há aplicação de recursos financeiros desses países para o fortalecimento cultural e “político” dessas comunidades. Identificar se esses interesses são apenas humanitários, culturais, antropológicos ou se tem objetivos geopolíticos subjacentes não cabe no escopo deste trabalho. No entanto, tal situação contribui para fortalecer a argumentação da professora Therezinha de Castro de que os aspectos sobre a balcanização da Amazônia estão latentes. Para o objeto desta pesquisa, os dados podem indicar a necessidade de uma presença mais efetiva do componente militar do Poder Nacional na região da foz do Amazonas, pelo menos com o intuito de acompanhar a situação, garantir a atuação do Estado brasileiro na região e, em última instância, apresentar ação dissuasória contra eventuais iniciativas que possam nascer que visem a criação de estados indígenas autônomos.

#### **2.2.4 FRONTEIRAS E TECNOLOGIA NA PERSPECTIVA DE BERTHA BECKER**

Outra importante pesquisadora que dedicou parte significativa de sua vida acadêmica nos estudos sobre a geopolítica amazônica foi a professora Bertha Becker. Partindo de propostas e análises da evolução do conceito de fronteiras, a professora atualizou a discussão geopolítica sobre a questão amazônica, ao estudar as ações mais recentes que têm produzido transformações na Amazônia brasileira e que podem gerar repercussões sobre a estruturação do dispositivo de defesa na região da foz do Amazonas.

O conceito inicial de fronteira apresentado pela autora (elaborado na década de 70) está associado à teoria do desenvolvimento regional. Segundo esses fundamentos, a disponibilidade de recursos naturais atrai capitais e gera desenvolvimento por meio da produção mineral e agrícola. Esse foi o processo de alargamento da fronteira ocorrido na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980, exemplificado em projetos importantes para a economia e para atração populacional, como Carajás e Trombetas na região da foz do rio Amazonas e diversas outras iniciativas que ocorreram até 1985. O avanço da fronteira estava, dessa forma, relacionado com o processo nacional de “rápida modernização da sociedade”, capitaneado pelo Estado. Fronteira, nesse caso, significa “um espaço não plenamente estruturado, e, por isso mesmo, potencialmente gerador de realidades novas.” (BECKER, p. 19-20)



A chegada de novos atores, entretanto, muda o panorama regional, o que, sem mudar o conceito de fronteira, torna-o mais complexo. Assim, as mudanças ocorridas no final da década de 1990 e início dos anos 2000 mudaram o peso específico de alguns atores, que, embora já presentes na região, passaram a ter atuação mais intensa, como por exemplo: a) as populações “tradicionais” e os governos estaduais; e b) a cooperação internacional (BECKER, p. 20). Essa nova configuração traz inclusive um novo entendimento da geopolítica, não mais simplesmente tratando da conquista de territórios, mas agora atuando na “apropriação da decisão sobre o uso desse território” (BECKER, p. 21). Dessa forma, segundo a autora, tratar a questão amazônica simplesmente como avanço da fronteira não exprime a complexidade da realidade atual, onde as ações conflituosas entre os diversos atores participantes da realidade local geram uma dinâmica própria para a região. Assim, a nova fronteira amazônica estaria também relacionada ao uso da natureza com base em novas tecnologias, em especial aquelas que aproveitem sua biodiversidade (BECKER, p. 22). Esse novo desafio, essa nova fronteira é o fato gerador de realidades novas.

Nessa linha de raciocínio, coerente com o espaço de atuação dos atores acima citados e de outros já existentes, três novos ambientes, ou perspectivas, destacaram-se a partir dos anos 90 e seguem impactando as ações amazônicas: a) a dinâmica regional, fruto das atividades desenvolvidas pelos grupos sociais locais; b) a retomada da iniciativa da União em reduzir as disparidades regionais e estimular o desenvolvimento da Amazônia; c) transformações globais impactadas pelo papel das redes sociais e a interconexão entre o sistema financeiro e o mercado mundial, assim como pelo “novo significado da geopolítica” (BECKER, p. 21). Analisar essas diferentes percepções torna-se então fundamental para compreender a questão amazônica e os eventos impactos sobre a defesa da região da foz do Amazonas.

Becker reconhece que é

... somente entre 1966 e 1985 que se inicia o planejamento regional efetivo da região. O Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais. Nesse projeto, a ocupação da Amazônia assume prioridade por várias razões. (BECKER, p. 25-26)

As motivações para essa mobilização teriam sido: a) redução das tensões sociais no campo do Nordeste e Sudeste, devido à modernização da agricultura; b) deslocamento populacional nos países vizinhos para suas Amazônias; c) construção da *Carretera Bolivariana Marginal de la Selva*, que poderia levar a influência amazônica para a região do Pacífico e do

Caribe, reduzindo a importância brasileira na região (NOGUEIRA, p. 67); e d) projeto do Instituto Hudson de transformar a Amazônia em um conjunto de grandes lagos.



Figura 15 – *Carretera Marginal de la Selva* (em verde)<sup>33</sup>.

Nesse período foi criada ainda a Zona Franca de Manaus e dado início a uma série de projetos de construção de rodovias, tais como a Transamazônica e a Perimetral Norte, com a finalidade de ocupação territorial (NOGUEIRA, 2016). Tais projetos não foram finalizados,

<sup>33</sup> A rodovia *Carretera Marginal de la Selva*, também conhecida como: *Troncal*, é projeto importante de ligação na América do Sul. Ela busca conectar as regiões amazônicas da Colômbia, Equador e Peru e as regiões das planícies da Venezuela e da Bolívia, por via terrestre. Sua origem data de um acordo de integração da Comunidade Andina no ano de 1963, ao qual posteriormente, a Venezuela se integrou. É um dos principais projetos de infraestrutura da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Geral Sul-Americana (IIRSA) para o Eixo de Integração e Desenvolvimento Andino. A execução do projeto transnacional tem sido extremamente demorada, não tendo cumprido sua finalidade mesmo depois de mais de 50 anos.

principalmente devido à crise econômica oriunda das crises do petróleo dos anos 1970. Os privilégios atribuídos aos grandes grupos econômicos, a forma centralizada de implementação, sem considerar as diferenças sociais e ecológicas foram muito criticadas. A partir de 1985 fortalecem-se outros atores locais (como os seringueiros) e observa-se um movimento global de defesa de populações autóctones e de preservação ambiental que traria impactos relevantes para a Amazônia.

O Estado brasileiro tem tentado se adequar a essa nova realidade, tendo participado, de 1993 a 2009, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7)<sup>34</sup>. Os projetos do programa voltaram-se para o benefício da população local, com aproveitamento de recursos locais. Internamente, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Com isso, a pauta ambiental globalista é incorporada pelo Estado brasileiro como prioritária para a questão amazônica. Observa-se com isso, um incremento na criação de unidade de conservação e da demarcação de terras indígenas (BECKER, p. 28)

A partir de 1996, entretanto, dentro do próprio Estado ressurgem ações de retomada do planejamento territorial e com prioridade para a exploração dos recursos naturais em contraposição à pauta socioambiental. A esse conflito de interesses a autora denominou de “a incógnita do *heartland*”. Dentro desse contexto, podem ser citados o sistema SIPAM/SIVAM (inaugurado em 2002), Programa Brasil em Ação (1996) e o Avança Brasil (2000-2007), estes dois últimos de escopo mais amplo que a Amazônia (BECKER, p. 20;29;37).

No sentido de aproveitar o interesse e os recursos internacionais disponíveis, o Brasil desenvolveu dois projetos ousados na área tecnológica. O primeiro deles foi o PROBEM - Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica. Seu objetivo prioritário era capacitar o país em pesquisa e desenvolvimento nas áreas de biotecnologia e química de produtos naturais, buscando gerar produtos industriais de alto valor agregado, a partir dos recursos naturais amazônicos. Sua principal iniciativa foi a implantação em Manaus (na SUFRAMA) do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) em 2002. O Centro ainda carece de definição

---

<sup>34</sup> O programa foi encerrado em 24 de setembro de 2009, com o investimento de US\$ 463,1 milhões oriundos da Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido, Holanda e União Europeia para a implementação de projetos sustentáveis na Amazônia e na Mata Atlântica. (Fonte: <http://www.mma.gov.br/informma/item/5790-ppg7-duas-decadas-de-apoio-a-protecao-das-florestas-brasileiras>)

administrativa para funcionar com toda sua potencialidade e gerar os benefícios desejados para o Estado e para a sociedade brasileira.<sup>35</sup>

A outra ação foi o desenvolvimento do LBA – *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment on the Amazon* – Programa de Grande Escala da Biosfera Atmosfera na Amazônia. Seu objetivo é gerar conhecimentos sobre o funcionamento climatológico, ecológico, bioquímico e hidrológico da Amazônia. Constitui uma parceria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que lidera o programa, com a NASA e a União Europeia, entre outros. Iniciado em 1998, desenvolve pesquisas com mais de 1400 pesquisadores brasileiros e 900 sul-americanos, além de europeus e norte-americanos. Atualmente está na 2ª fase do programa. Uma das realizações do projeto, uma parceria Brasil-Alemanha, foi a construção da Torre ATTO *Amazonian Tall Tower Observatory*, a maior torre de pesquisa do mundo (325 m), situada a cerca de 150 km de Manaus.

Nos últimos anos, a questão ambiental tem prevalecido e as ações de governo estiveram muito focados na busca do desenvolvimento sustentável e na preservação da cobertura vegetal. Os programas federais em andamento têm focado na proteção de florestas, combatendo queimadas e desmatamento, além de propor o desenvolvimento de uma forma sustentável (BRASIL, 2017). A iniciativa de maior visibilidade nesse sentido é o Plano Amazônia Sustentável (BRASIL, 2008). Ele considera que a floresta em pé é um ativo excepcional e “deve ser remunerado por aqueles que dele mais se beneficiam, ou seja, os países ricos do hemisfério norte, sem prejuízo da soberania nacional” (BRASIL, 2008, p. 7).

Para seu gerenciamento, foi criada uma Comissão de Coordenação Interministerial coordenada pela Casa Civil e com a participação dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi assinado também um acordo de cooperação com todos os 9 estados amazônicos (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Amapá). Tal fato mostra a preocupação da integração entre diferentes entes da Federação, visando estabelecer maior aproximação com a sociedade. Entretanto, identifica-se a ausência do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Defesa, o que denota que não se percebem ameaças à segurança ou à defesa nacionais. A maior preocupação foi a gestão ambiental e a perspectiva de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Com a

---

<sup>35</sup> <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/02/25/em-encontro-com-marcos-pontes-deputado-propoe-que-centro-de-biotecnologia-da-amazonia-mude-de-ministerio.ghtml>

assunção do novo governo em 2019, entretanto, o plano passou a ser coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Entretanto, apesar de o Estado brasileiro estar buscando atuar de forma ativa contra o avanço do desmatamento, aumentando o controle por meio de ferramentas tecnológicas como o uso de satélites, a postura se mostra muito mais reativa em relação às pressões globais do que uma ação planejada em busca dos interesses nacionais mais relevantes frente aos desafios amazônicos. Embora tais ferramentas também contribuam para o maior controle do Estado sobre seu território, condição básica para a soberania, outros aspectos têm crescido de importância atualmente, evidenciando as dificuldades para a aplicação desse princípio. Os vazios demográficos amazônicos e a escassa presença do Estado em apoio à população e até mesmo na garantia da soberania em relação a outros atores não estatais sobre o território geram o fenômeno das “áreas não governadas ou *black spots*”, como observa Pimenta (2017). Essa soberania fragmentada torna-se assim, questão relevante a ser considerada na perspectiva nacional deste estudo. Questões de soberania remetem à atuação das Forças Armadas, especialmente para a região Amazônica, onde historicamente elas têm sido o instrumento mais efetivo do Estado para fazer frente a esse desafio.

A percepção da Amazônia como área a ser preservada para a manutenção das condições de vida na Terra entrou para ficar na pauta global a partir dos anos 1980. A região é considerada importante não só para a sobrevivência das condições de sobrevivência dos humanos, como também da diversidade das espécies. Assim, a Amazônia é considerada o “coração ecológico do planeta”. Se isso reforça as preocupações globais sobre a região, ao mesmo tempo reforça o potencial de riquezas, que pode ser apropriado pelos detentores do território, especialmente no aproveitamento da biodiversidade inclusive para fins econômicos. A incorporação desse potencial, entretanto, envolve tecnologia e investimentos. Com isso, a Amazônia torna-se uma “nova fronteira do uso científico-tecnológico da natureza” (BECKER, p. 33).

O debate trazido por Becker continua atual. Pode-se citar a discussão recente sobre a tentativa do governo federal, em 2019, de alterar a forma de gestão do Fundo Amazônia, buscando alterar o destino de aplicação de parte desses recursos. O Fundo Amazônia dispunha, em junho de 2019, de 3,2 bilhões de reais cedidos pela Noruega e 200 milhões pelo governo alemão. Com recursos para o financiamento de projetos voltados para a prevenção do desmatamento, o fundo é gerido pelo BNDES, que segue diretrizes definidas pelo Comitê Organizador do Fundo Amazônia (COFA), que atualmente tem 23 representantes, entre órgãos de governo e da sociedade civil. A

possibilidade de edição de um decreto pelo governo federal com alterações na distribuição desses recursos gerou manifestação contrária dos embaixadores da Noruega e da Alemanha. O jornal O Estado de São Paulo manifestou-se favoravelmente à continuidade desse modelo de gestão (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). É interessante observar que, no artigo, em nenhum momento causou estranheza o posicionamento de agentes de governos estrangeiros sobre aplicação de recursos relacionados a uma política pública nacional. Assim, parece bem aceita internamente a ideia da redução da autonomia decisória do governo federal para gerir os recursos doados por países estrangeiros. Dessa maneira, essa parece ser a realidade incorporada na dinâmica de poder atual que rege a gestão amazônica e coerente com a análise realizada por Becker, indicando a força das pressões globais sobre a Amazônia. É importante destacar que a autora defendeu uma análise mais ampla, onde os aspectos regionais e nacionais também sejam considerados, como pode ser observado no texto abaixo.

Nesse contexto, revaloriza-se a natureza amazônica cujo uso não se reduz, portanto, a um problema global, como querem alguns. É fato que na região se processam importantes transformações que afetam as mudanças ambientais globais. A apreensão desses fatos, contudo, não pode ser desvinculada dos interesses que norteiam diversas interpretações e ações dela derivadas, interesses que não são unívocos, e sim conflituosos entre si e em si, nos diferentes níveis geográficos. Trata-se, assim, de várias fronteiras em coexistência na região. (BECKER, p.21)

Assim, ela reforça que os outros ambientes geográficos intervenientes também são importantes e não devem ser desconsiderados ao abordar o tema, tais como as questões sociais locais e a participação da Amazônia como ente do espaço geográfico brasileiro, a ser integrado efetivamente ao território nacional, a fim de que o Estado possa efetivamente exercer sua soberania em todo o espaço geográfico.

Nesse contexto, não se pode deixar de considerar que, por trás da manifestação legítima ambiental, certamente encontram-se também interesses econômicos e geopolíticos externos, que visam auferir lucros e retirar do Brasil o poder de decisão (soberania) sobre o uso daquele território. Becker observa que a “nova geopolítica mundial não mais visa a apropriação direta dos territórios, mas sim o poder de influir na decisão dos Estados sobre seu uso” (BECKER, p. 34). Sobre essa tendência atual, ela continua a discorrer:

A apropriação da decisão sobre uso de territórios e ambientes como reservas de valor, isto é, sem o uso produtivo imediato, torna-se uma forma de controlar o capital natural para futuro. Constitui-se, assim, um novo componente na disputa entre as potências detentoras

da tecnologia pelo controle dos estoques de natureza, localizados, sobretudo, em países periféricos e espaços juridicamente não apropriados (BECKER, p. 35).

Sobre essas novas fronteiras, Becker apresenta os “três novos eldorados da atualidade: os fundos oceânicos ainda não regulamentados, a Antártida e a Amazônia”.

Em suma, trata-se da redução da soberania dos Estados amazônicos sobre seus territórios. Dentro dessa lógica, tal consideração deve ser colocada na pauta ao analisar a disposição e a necessidade da presença efetiva das Forças Armadas na região da foz do rio Amazonas. A possibilidade de uma intervenção armada com foco na questão ambiental, embora pouco provável, e mesmo como um mecanismo de pressão em situação de litígio, não pode ser desconsiderada pelos planejadores da Defesa Nacional e um efetivo de tropas preparadas na “entrada” da Amazônia pode ser um fator dissuasório relevante no processo decisório de eventuais interessados em intervir na região ou de usar esse recurso de negociação.

Como conclusão parcial, Becker apresenta algumas mudanças estruturais ocorridas na Amazônia no final do século XX. Dentre essas, algumas merecem atenção pelo impacto que podem ter sobre a questão da organização do dispositivo de defesa na foz do Amazonas. São elas:

a) Conectividade – a região da foz do Amazonas já dispõe de meios de comunicação com o restante do território nacional especialmente em direção ao Centro-Oeste e ao Nordeste. Tal configuração favorece o apoio logístico à região.

b) Industrialização – o estado do Pará e a região de São Luís são, nos dias atuais, núcleos de industrialização crescente, favorecendo a urbanização e a fixação da população na área.

c) Urbanização – a concentração da população nas cidades tem aspectos positivos sobre as condições de apoio do Estado à sociedade. Aspectos como educação, saúde e trabalho são mais facilmente oferecidos nos centros urbanos. Isso tem impacto para a mobilização.

d) Organização da sociedade civil – o aumento da consciência cidadã também deve incluir a reflexão sobre as necessidades de organização de uma estrutura de defesa que garante a soberania efetiva sobre o território amazônico. (BECKER, p. 30)

### **2.3 CONCLUSÃO PARCIAL**

Este capítulo buscou estabelecer conexões entre as ideias fundamentais das teorias geopolíticas clássicas, assim como as reflexões dos autores brasileiros e a validade da hipótese de ser o aspecto geopolítico o quesito fundamental para justificar o incremento da presença militar na

região da foz do rio Amazonas. Assim, nas ideias e posicionamentos dos autores apresentados pode-se considerar que existem fortes argumentos de que há coerência entre o aumento do efetivo militar e a razão geopolítica para justificá-la.

Das teorias do *heartland* e das fímbrias, propostas por Mackinder e Spykman, respectivamente, identifica-se claramente um nexos causal que justifica a importância da região da foz do Amazonas como uma das fímbrias que se interpõe entre o poder marítimo de uma potência marítima e o poder terrestre latente no coração brasileiro e sul-americano, evidenciado pelo Planalto Central e pelo centro gravitacional boliviano, como sugere Travassos. A transposição da ideia mackinderiana da cabeça de ponte europeia representada pela França para o subcontinente sul-americano também é bastante factível com a participação da província ultra-marina da Guiana Francesa. Dessa forma, dispor de um efetivo de tropas preposicionado na área de emprego (o *Rimland* amazônico) seria coerente com uma postura dissuasória de quem está interessado em proteger seu patrimônio territorial em uma região de baixíssima concentração demográfica.

Quanto aos autores nacionais, Travassos apresenta o antagonismo Atlântico versus Pacífico, caracterizando as bacias hidrográficas atlânticas como mais amplas e com maior capacidade centrípeta. No antagonismo entre o Amazonas e o Prata, a foz de norte teria a vantagem da proximidade do centro de poder mundial localizado no Atlântico Norte. Isso daria à foz amazônica vantagem comparativa em relação à correspondente platina.

Meira Mattos, por sua vez, manifesta sua preocupação com a configuração do anecúmeno nacional, propondo que é fundamental a integração da região amazônica ao restante do país. Ele mostra o efeito das ações realizadas no período de 1964-1985, como o Projeto Carajás, a usina de Tucuruí e a estrada de ferro Carajás-São Luís, que trouxeram maior desenvolvimento à região do sul do Pará e do oeste do Maranhão, fixando população e produzindo riquezas.

Terezinha de Castro também salientou a necessidade da integração da região amazônica ao restante do país. A autora também sugeriu que as manifestações de preocupação ecológica de países do Norte poderiam embutir interesses neocolonizadores com o intuito de impedir a apropriação local das riquezas amazônicas.

A análise de Bertha Becker mostra a necessidade de entender a nova configuração de atores que influem na questão amazônica: os regionais, incluindo as populações “tradicionalistas” com suas demandas locais; o Estado, por meio de suas políticas públicas; e a cooperação internacional, na esteira da pauta ambiental. Em sua proposta, o Estado deve ser mais proativo e



investir em ciência e tecnologia para diagnosticar e buscar as soluções adequadas para o desenvolvimento amazônico. Deve ser destacado ainda a identificação da Amazônia com um dos novos eldorados do século XXI, o que atrai a atenção e o interesse das potências mundiais.

Assim, de acordo com o analisado neste capítulo, ao identificar a importância da região da foz do Amazonas sob a perspectiva geopolítica, abre-se a possibilidade de justificar essa motivação como a mais relevante para o aumento do efetivo militar naquele espaço geográfico.

Entretanto, para confirmar essas suposições teóricas é necessário a comprovação com a verificação dos fatos. Isso se dará de duas formas: inicialmente, pela análise da forma como ocorreu o aumento do efetivo militar na região e depois, pela constatação empírica manifestada pelos condutores do processo decisório nas Forças Armadas das motivações que levaram à situação atual com relação à presença de tropa na região. Tais aspectos serão abordados no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 3 - O DISPOSITIVO MILITAR NA REGIÃO DA FOZ DO RIO AMAZONAS**

O presente capítulo inicia-se apresentando as bases legais nas quais se enquadra a organização e estruturação do efetivo militar para a defesa da região da foz do Amazonas. Partindo do texto constitucional e passando pela lei complementar que detalha o emprego das Forças Armadas brasileiras, também são abordadas as diretrizes e orientações contidas na Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END). Desses fundamentos foram identificadas atribuições das Forças Armadas que podem justificar o incremento do efetivo militar. Contribuições de acadêmicos e percepções específicas de cada Força Armada também foram consideradas. Conclui-se que, além da motivação geopolítica, outras atribuições, muitas delas vocacionadas para a segurança pública, também justificam o incremento da presença do efetivo militar na foz do Amazonas.

### **3.1 BASES LEGAIS PARA A PRESENÇA MILITAR**

Como ponto de partida para entender a alocação de tropas na região da foz do rio Amazonas buscou-se identificar as missões e tarefas atribuídas às Forças Armadas pela Constituição Federal e pela legislação infraconstitucional. Assim, na busca do entendimento da motivação para o adensamento da presença de tropas nessa região convém buscar a fundamentação legal e conceitual em que se ampara a missão das Forças Armadas brasileiras.

As atribuições constitucionais das Forças Armadas estão discriminadas no artigo 142 da Constituição Federal, que prescreve:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 1º Lei complementar estabelecerá as normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas. (BRASIL, 1988)

Observe-se que são atribuídas três tarefas às Forças Armadas. A primeira delas, a defesa da Pátria, sintetiza o papel da Defesa no ordenamento conceitual aceito internacionalmente. As

Forças Armadas são o instrumento do Estado para defender o país de agressões externas, de ameaças de outros Estados que possam comprometer sua integridade territorial, sua soberania, ou mesmo seus interesses. Para o debate sobre a aplicação dessa tarefa na área em estudo serão analisados os aspectos intervenientes para cada uma das três Forças Armadas e como cada uma entende o cumprimento de sua missão e a necessidade de incrementar ou não seu dispositivo.

A segunda atribuição, a garantia dos poderes constitucionais, tem sua continuidade no texto constitucional desde as primeiras Cartas (JOBIM, 2014) e, denotam o papel histórico das Forças Armadas na preservação da estabilidade política e institucional do país. Sem uma especificação mais detalhada em legislação ordinária, tal tarefa não impacta diretamente o objeto deste estudo, que é a análise da ampliação dos efetivos militares na região da foz do Amazonas.

A terceira atribuição, a garantia da lei e da ordem, tem sido muito evocada nas últimas décadas. Em um país cuja sociedade não vislumbra ameaça externa evidente à sua soberania, essa possibilidade de emprego cresce de importância no apoio a outras estruturas do Estado com responsabilidade na manutenção da ordem pública. A tarefa se encontra bastante regulamentada, figurando como possibilidade real de emprego pelas Forças, que, em função da frequência de seu uso, alocam tempo de preparo de suas tropas no seu ano regular de instrução. Tal tarefa, entretanto, é uma exceção do texto constitucional, pois a própria Lei Magna considera a responsabilidade da segurança pública como função precípua das polícias, como pode ser observado abaixo.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988)

A Lei Complementar (LC) nº 97, de 9 de junho de 1999, modificada pela LC nº 117, de 2 de setembro de 2004 e pela LC nº 136, de 25 de agosto de 2010, por sua vez, regulamentou o artigo 142, como prevê seu parágrafo 1º. Nessa lei surgiram, então, outras tarefas, denominadas “atribuições subsidiárias” que impõem às Forças Armadas outras missões além daquela tradicional de defesa da pátria e das outras duas previstas no texto constitucional. Algumas dessas tarefas têm impactado diretamente a forma como as Forças se articulam, como pode-se observar o artigo 16-A da LC nº 97, que define as atribuições subsidiárias.

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves;

e

III - prisões em flagrante delito.

Parágrafo único. As Forças Armadas, ao zelar pela segurança pessoal das autoridades nacionais e estrangeiras em missões oficiais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, poderão exercer as ações previstas nos incisos II e III deste artigo.

Art. 17. Cabe à Marinha, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional;

II - prover a segurança da navegação aquaviária;

III - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar;

IV - implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas.

V - cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Marinha o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como "Autoridade Marítima", para esse fim.

Art. 17-A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

I - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;

II - cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;

III - cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

II - prover a segurança da navegação aérea;

III - contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

IV - estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

V - operar o Correio Aéreo Nacional.

VI - cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

VII - preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no

tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfico aéreo ilícito, podendo, na ausência destes, revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito.

Parágrafo único. Pela especificidade dessas atribuições, é da competência do Comandante da Aeronáutica o trato dos assuntos dispostos neste artigo, ficando designado como ‘Autoridade Aeronáutica Militar’, para esse fim. (BRASIL, 1999)

Dessa forma, a LC 97 atribui às três Forças missões de complementação ao aparato de Segurança Pública, garantindo-lhes, especialmente, competências para agir, na faixa dos 150 km a partir da fronteira, como Polícia de Fronteiras (nos moldes das Gendarmerias), assim como Polícia Ambiental. Dessa forma, essas missões extraordinárias podem impactar na forma como as Forças Armadas organizam seu dispositivo no território brasileiro. A fronteira na região amazônica são uma preocupação constante também no quesito segurança pública.

### **3.2 PERCEPÇÕES DA ACADEMIA SOBRE O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA REGIÃO**

Diversos autores têm se dedicado a estudar a questão das fronteiras na região amazônica, especialmente no que se refere à perspectiva dos militares, assim como às preocupações com a defesa. Camilo Pereira Carneiro mostrou a potencialidade amazônica em termos minerais e de biodiversidade, ao mesmo tempo reiterou a percepção de que a área é vulnerável em termos de segurança e defesa, pela baixa densidade demográfica e pelo grande número de vizinhos fronteiriços. Ele identificou a missão tradicional de defesa de fronteira, de controle e separação entre Estados vizinhos, mas verifica também que, nos últimos anos, iniciativas como a IIRSA/COSIPLAN (Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - órgão da UNASUL) apresentaram propostas de ampliação de cooperação internacional. Na agenda desses projetos de integração, foram estabelecidos eixos de integração e desenvolvimento (EID), sendo um deles a região designada como Escudo das Guianas, que inclui, além das Guianas e parte da Venezuela, o estado do Amapá, o leste de Roraima e o norte do Pará. Outro importante programa, o SIVAM/SIPAM tem ampliado a possibilidade de maior integração transfronteiriça. Já programas como o Calha Norte têm por objetivo a fixação da população amazônica em suas comunidades (CARNEIRO, 2016). Tostes (2015, p. 148) também apresentou os benefícios para o desenvolvimento regional gerados pela inclusão do Amapá nos Programas Calha Norte e SIPAM.

Já Miguel Dhenin (2013, p.232-233) argumentou que o controle das fronteiras foi aperfeiçoado com a implantação do SIVAM, sistema que permitiu não apenas assegurar melhores condições para a defesa nacional, mas também contribuiu para a luta contra o desmatamento. O autor sugeriu o aumento da presença militar na região da fronteira amazônica, “principalmente nas aldeias mais isoladas” (DHENIN, 2013, p. 242). Outro autor, Sena Júnior (2013) entende que o projeto SIVAM, embora gerido pelo setor de Defesa, está inserido na nova agenda pós-Guerra Fria, onde são valorizadas as “demandas supranacionais, como o narcotráfico, a biopirataria e, principalmente, a questão ambiental” mais voltadas para a questão securitária (SENA JUNIOR, 2013, p. 249). Miranda e Nascimento também analisaram as motivações para a estruturação da defesa na região amazônica. Segundo os autores,

No passado, durante os séculos XVII e XVIII, a defesa do espaço amazônico se deu por um processo geopolítico dinâmico que refletia seus momentos históricos e deu início ao processo das fortificações militares ao longo do rio Amazonas e seus afluentes.

...

Atualmente, 2012, a Amazônia Legal Brasileira é um teatro de operações muito complexo, devido às suas especificidades, mas é também muito importante sua defesa, e, para isso, é necessário um sistema militar articulado, que deve ser pensado desde as atividades macro, como a organização administrativa do Comando Militar, até o micro, que seriam os PEF (Pelotões Especiais de Fronteira), menor unidade de ação do EB (Exército Brasileiro). Assim, é importante conhecer esses desafios, entender a estratégia de ação do Exército na região, que tem por um dos seus objetivos garantir a soberania nacional, levando a presença do Estado a comunidades normalmente isoladas aos olhos do Estado. Este é, sem dúvida, um dos maiores desafios do EB e das Forças Armadas, que vem cumprindo valorosamente seu dever com a nação (MIRANDA e NASCIMENTO, 2013, p. 281-282).

O impacto da presença da França no limite norte de nosso território foi objeto de interesse de estudiosos de defesa, quer seja nas questões geopolíticas, quer seja como possibilidade de aproximação por meio de cooperação. Em estudo financiado pelo Programa PRÓ-DEFESA (2014-2017), Rückert et al. identificaram as dificuldades para a interação transfronteiriça Brasil-França motivada, principalmente, pela criação de unidades de conservação e terras indígenas que ampliaram as restrições de uso do território amapaense. (RÜCKERT et al., 2014)

Ainda tratando da questão fronteiriça entre o Amapá e a Guiana Francesa, Lígia Simonian e Rubens Ferreira mostraram os resultados das migrações no sentido Brasil/França, o que leva ao Departamento Ultramarino francês a conviver com 10% de sua população formada por brasileiros. (SIMONIAN; FERREIRA, 2005) Tal fato mostra que a percepção de ameaça pode ocorrer no sentido inverso, isto é, da França para o Brasil.

Superti e Silva também realizaram análise dos impactos das questões fronteiriças do Amapá na defesa e segurança da região. Inicialmente os autores caracterizaram a diferença no relacionamento internacional do Amapá em relação a outras áreas de fronteira brasileira. Ali há uma forte tendência no enfoque Norte-Sul, quer seja pela atração caribenha dos países do Platô das Guianas exercida pelos EUA, quer seja pelos intercâmbios estabelecidos com a França, país da União Europeia. Os autores também reforçaram o papel desempenhado pelo município de Oiapoque na vivificação daquela fronteira, enfatizando, porém, as dificuldades econômicas, sociais e de infraestrutura da administração local. Na relação entre desenvolvimento e segurança, eles mostram que a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) ainda não alcançou os resultados esperados. Em seu trabalho também foi valorizado o impacto positivo desempenhado pelo Programa Calha Norte, gerido pelo Ministério da Defesa, um dos instrumentos na contribuição ao desenvolvimento para os municípios com orçamento restrito. O aumento da capacidade de fiscalização e controle a ser gerado com o SISFRON é ainda uma expectativa considerada. Os autores também relataram as dificuldades de gestão territorial do estado do Amapá, em função da dimensão das áreas de conservação ambiental e de reservas indígenas em relação à superfície do estado (62% e 10%, respectivamente), como se pode observar no mapa abaixo (Figura 16). (SUPERTI; SILVA, 2012) Esse fato, sem dúvida, é um limitador da ação do Estado brasileiro para a vivificação daquela área fronteiriça.

Outro enfoque é apresentado por Rafael França, que, tendo a vista a complexidade e a especificidade das funções de fiscalização das fronteiras, sugeriu a criação de uma Guarda de Fronteira, de caráter constabular, isto é, uma polícia militarizada, mas com missões específicas para atuar exclusivamente nessa região. Com isso, as Forças Armadas poderiam deixar de ter que se preocupar com essa atribuição complementar. (FRANÇA, 2016) Stéphane Granger, acadêmico francês, professor universitário na Guiana Francesa, também apresentou a percepção dos militares brasileiros e franceses sobre a questão da fronteira guiano-brasileira, tentando explicar as tensões de ambas as partes que dificultam a fluidez no relacionamento entre os países na região.

A partir deste momento [definição do laudo arbitral favorável ao Brasil, em 1900], Brasil e Guiana Francesa, separados definitivamente pelo Oiapoque, entraram num longo período de ignorância. Agora bem definida, a fronteira também se tornou mental e psicológica: magoados pelo conflito e suas consequências, brasileiros e franco-guianenses, apesar da proximidade geográfica, tiveram a partir deste momento pouquíssimas relações, tanto econômicas como culturais ou políticas (GRANGER, 2014, p. 52)

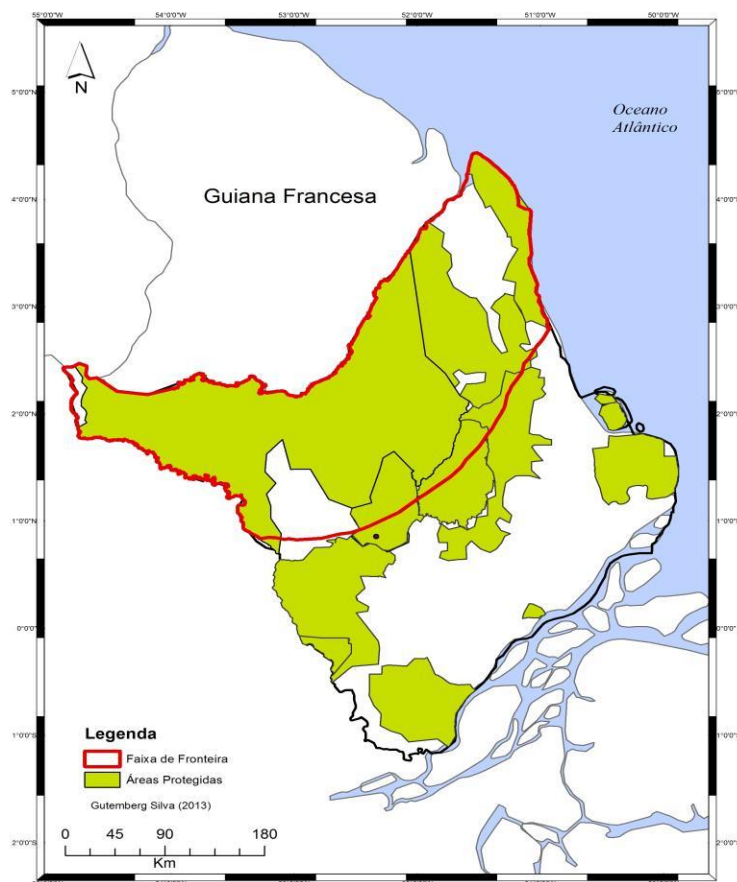


Figura 16 – Áreas protegidas do estado do Amapá.  
 Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Elaboração: Silva (2013)

O autor salienta o viés geopolítico na percepção das ameaças de ambos os lados da fronteira, acrescentando, porém, que as dificuldades ainda foram agravadas nos últimos anos pelos impactos associados à globalização econômica que permitiu a ampliação do poder do crime organizado (GRANGER, 2014, p. 69).

Pela abordagem desses autores, identifica-se que a questão das fronteiras é percebida não exclusivamente como tarefa de defesa, de garantia da soberania, mas sim, em um contexto mais amplo, onde tarefas de segurança pública, como combate aos crimes transfronteiriços e de controle de desmatamento, entre outros também relevantes, são incluídos no rol de seus desafios. Também foram lembradas as dificuldades que o estado do Amapá dispõe para o controle de seu território, o que limita o escopo das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e para a interação



transfronteiriça, visto que a administração estadual não tem competência para atuar nas áreas protegidas, sob gestão da União, por meio de legislação específica.

A crise atual na segurança pública do país tem levado as Forças Armadas a dedicar maior atenção à repressão aos crimes de tráfico de drogas e tráfico de armas, caracterizadamente transnacionais. Observe-se que essa atribuição foi incorporada às três Forças Armadas a partir da LC 136, de 2010.

### 3.3 A QUESTÃO AMBIENTAL

No caso da região amazônica, a forma como o mundo trata da questão ambiental também é motivo de atenção dos militares, considerando que dados científicos comprovam que a maior floresta do planeta desempenha papel importante no equilíbrio do clima mundial e no regime de chuvas brasileiros (PIVETA, 2019), além de ser um imenso reservatório da biodiversidade da fauna e da flora. Para usufruir dessa riqueza, com desenvolvimento sustentável, o Brasil enfrenta o desafio de alterar sua agropecuária tradicional, aprimorar o extrativismo agroflorestal e investir em tecnologia para agregar valor aos produtos da floresta (ZORZETTO, 2019). As pressões internacionais sobre o Brasil quanto à forma como o País tem tratado a questão ambiental impactam na necessidade da presença do Estado na região. Em agosto deste ano, durante o período de seca amazônica houve aumento significativo (84%) de focos queimadas na região em relação ao ano anterior. Declaração do presidente francês, utilizando-se de uma foto da Floresta Amazônica de Loren McIntyre, fotojornalista da National Geographic que havia morrido em 2003, provocou reação imediata do governo brasileiro. (BBC, 2019)

Nossa casa está pegando fogo. Literalmente. A floresta amazônica - os pulmões que produzem 20% do oxigênio do nosso planeta - está em chamas. É uma crise internacional. (Twitter do Presidente Macron – 22 ago. 2019).

O texto reforça um falso mito quanto à capacidade de produção de oxigênio da floresta, como é explicado em artigo da Revista Pesquisa FAPESP, de novembro de 2019.

Se 60% da Amazônia é brasileira e 40% de outros oito países, por que o mundo deveria se preocupar com o destino da maior floresta tropical do planeta? Não seria pela produção de oxigênio, mito que sempre ressurgiu quando as queimadas ganham força e a taxa de desmatamento sobe na região, como ocorreu neste ano, colocando em risco os supostos “pulmões do mundo”. De dia, as plantas fazem fotossíntese e transformam a energia solar em química, basicamente carboidratos (açúcares) vitais para sua sobrevivência. Nesse processo, elas absorvem vapor-d’água e dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o mais importante gás

de efeito estufa, e liberam oxigênio. Mas à noite, quando não realizam fotossíntese, e apenas respiram, elas consomem oxigênio e expiram CO<sub>2</sub>. No fim do dia, feitas as contas, há um empate técnico entre a quantidade de oxigênio consumida e liberada. Na verdade, a fotossíntese de toda a vegetação do planeta libera uma quantidade de oxigênio que praticamente não altera a concentração atmosférica desse gás. (PIVETTA, p. 20)

Dias depois, em uma entrevista coletiva, em 26 ago. 2019, Macron reforçou que a proteção da floresta seria “uma questão real que se imporia se um Estado soberano tomasse medidas concretas que claramente se opusessem ao interesse do planeta” (NEVES et alli, 2019), securitizando a questão e apresentando um único culpado para a geração de gases de efeito estufa, onde se sabe que existem muitos outros produtores desses gases, especialmente aqueles responsáveis pela queima de combustíveis fósseis na produção de energia.

Embora tais declarações possam ser motivadas pelo interesse do político francês em conduzir pauta para a próxima reunião do G7, a busca da internacionalização do problema foi mais uma demonstração da sensibilidade mundial com relação à questão ambiental na Amazônia brasileira e seu impacto na soberania nacional.

Outras manifestações também foram ouvidas avaliando que as queimadas em território brasileiro na Amazônia poderiam ser consideradas ameaças até para a segurança dos Estados Unidos. James Stavridis, ex-comandante supremo de tropas da OTAN e do Comando Sul dos EUA, em sua coluna de opinião do site de informações Bloomberg, preocupado com os impactos que o aumento dos níveis dos oceanos poderá ter em suas bases navais, especialmente Norfolk, se manifestou assim, em 1º de setembro de 2019: “Os americanos precisam entender como essas crescentes nuvens de fumaça sobre a Amazônia são uma ameaça direta à nossa segurança nacional” (STAVRIDIS, 2019).

Mais relevante para a questão da soberania brasileira talvez tenha sido artigo do conceito acadêmico Stephen Waltz publicado na revista *Foreign Affairs* que, ao tratar do tema das queimadas na Amazônia disse:

Por acaso, o Brasil possui um recurso global crítico - por razões puramente históricas - e sua destruição prejudicaria muitos Estados, se não todo o planeta. Diferentemente de Belize ou Burundi, o que o Brasil faz pode ter um grande impacto. Mas o Brasil não é um verdadeiro grande poder, e é possível ameaçá-lo com sanções econômicas ou mesmo com o uso da força, caso se recuse a proteger a floresta tropical. Para deixar claro: não estou recomendando este curso de ação agora ou no futuro. Estou apenas apontando que o Brasil pode ser um pouco mais vulnerável à pressão do que outros Estados.

Para concluir, ele lembra a máxima realista:

Em um mundo de estados soberanos, cada um fará o que for necessário para proteger seus interesses. Se as ações de alguns estados estão colocando em risco o futuro de todos os demais, a possibilidade de confrontos sérios e possivelmente de conflitos sérios aumentará. Isso não torna inevitável o uso da força, mas serão necessários esforços mais sustentados, energéticos e imaginativos para evitá-la. (WALT, 2019 – tradução livre do autor)

Assim, expondo com clareza o jogo do poder mundial, o autor mostra o quanto a falta de capacidade dissuasória pode ser uma ameaça para a defesa da soberania brasileira no mundo atual. É importante lembrar que o artigo começa com uma situação hipotética de ameaça do presidente dos EUA de bloqueio dos portos brasileiros e de ataques aéreos a infraestruturas críticas do Brasil.

Nesse mesmo viés, acadêmicos, como Osvaldo Peçanha Caninas, também se dedicaram a analisar a questão da securitização da questão ambiental da Amazônia. Segundo esse autor, a partir do arcabouço conceitual estruturado com base nos significados de Guerra Justa e Responsabilidade de Proteger (R2P) pode-se montar as bases para justificar uma intervenção militar com fins ecológicos (CANINAS, 2010).

Esse argumento foi corroborado por Denis Rosenfield em artigo de opinião n'O Estado de São Paulo, em agosto de 2019, quando mostrou a diferença de tratamento dado aos países sem uma força militar dissuasória quando se trata de possibilidade de intervenção ambiental.

Por que não se pensa, inversamente, numa intervenção militar internacional nos países mais poluidores? Por uma razão simples: eles possuem a força militar, econômica e diplomática para se opor a quaisquer iniciativas desse tipo. O Brasil, por sua vez, não tem uma força militar correspondente ao seu tamanho e à sua posição no mundo. Precisar, certamente, estar pronto para se defender. Exibir capacidade de dissuasão torna-se uma questão central. Ela nos colocaria numa posição de negociação e respeito. (ROSENFELD, 2019)

### **3.4 O PLANEJAMENTO DA DEFESA PARA A AMAZÔNIA – PND E END**

Além das atribuições legais, os planejamentos do Ministério da Defesa consubstanciados na Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END) incluem outros objetivos e ações estratégicas para as Forças Armadas que impactam na demanda por mais presença militar. Abaixo estão listados os oito objetivos nacionais de defesa, previstos na PND.

- I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.
- II. Assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.
- III. Salvar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior.
- IV. Contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais.

- V. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.
- VI. Contribuir para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.
- VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa.
- VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional. (BRASIL, 2018)

Assim, muito embora as ações para a Defesa envolvam um rol de atores muito mais amplo do que as Forças Armadas, pode-se observar que inúmeras tarefas embutidas nessa lista de objetivos devem ser desempenhadas por elas, na medida em que elas são o principal instrumento do Estado para a Defesa Nacional.

Analisemos alguns desses objetivos. Como foi destacado no capítulo 3 deste trabalho, diversos geopolíticos brasileiros destacaram, ao longo da história, a importância de integrar a região amazônica ao restante do território nacional, visto que parte significativa da população que lá vive ainda não dispõe de meios de comunicação terrestres com as regiões vizinhas, caso bem evidente do estado do Amapá, que não dispõe de estradas que permita o deslocamento para outra unidade da federação. O planejamento da Defesa Nacional incorpora a necessidade de agir para reduzir esse óbice. Dessa forma, ao considerar a busca da coesão e unidade nacionais um objetivo (objetivo IV), a PND leva as Forças Armadas a contribuírem com esse esforço, apresentando-se como elo de ligação, e muitas vezes promotor, de ações nesse sentido. Para tanto, a END discriminou para esse objetivo a seguinte estratégia de defesa (ED) e consequentes ações estratégicas de defesa (AED) necessárias para sua implementação:

**OND-4: CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO DA COESÃO E UNIDADE NACIONAIS**

**ED-8 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País**

Significa o compromisso do poder público no sentido de se fazer presente, inclusive nas áreas menos favorecidas do País, para atender necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional.

AED-37 Aperfeiçoar o Serviço Militar

AED-38 Intensificar a presença do Setor de Defesa nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica.

AED-39 Intensificar a contribuição do Setor de Defesa para a integração da região Amazônica. (BRASIL, 2018, p. 38)

Assim, como pode ser visto, das três AED, duas (38 e 39) delas estão relacionadas diretamente a atividades na região amazônica. A descrição da estratégia também indica que o foco não é a atividade militar propriamente dita, mas sim reforço às ações do Estado em prol da cidadania e da identidade nacional.

Outro tópico tratado nos objetivos nacionais de defesa é a contribuição a ser buscada pelo Setor de Defesa (inclui as Forças Armadas e a estrutura do Ministério da Defesa) para a cooperação internacional. Existe um objetivo nacional de defesa que trata especificamente desse tópico, tendo a END detalhado a forma de alcançá-lo, como se vê abaixo:

**OND-5: CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS**

**ED-12 Promoção da cooperação internacional**

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-47 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED- 48 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-49 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa. (BRASIL, 2018, p. 39)

Para a consecução desse objetivo observa-se a presença cada vez maior das Forças Armadas no diálogo internacional, especialmente com suas contrapartes de países vizinhos, exercitando o que tem sido chamado de Diplomacia de Defesa. A Estratégia Nacional de Defesa trata especificamente desse tema quando diz que:

... ainda que a política externa seja competência privativa do Presidente da República, que a exerce com o auxílio do Ministério das Relações Exteriores na sua formulação e condução, o relacionamento internacional de defesa de entidades governamentais brasileiras pode contribuir para a estratégia de defesa, uma vez que promove a confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade, os quais favorecem que eventuais diferenças sejam tratadas de forma pacífica. (BRASIL, 2018, p. 24)

Assim, o diálogo estabelecido entre autoridades militares de ambos os lados da fronteira tem sido fator importante na solução de questões fronteiriças, que, caso não sejam resolvidas, poderiam levar a tensões indesejadas. A presença física de comandantes militares em reuniões de coordenação e de cooperação contra delitos transfronteiriços contribui para o adensamento do relacionamento internacional. O acompanhamento das questões fronteiriças exige, por sua vez, a presença física diuturna das tropas para o acompanhamento da realidade local.

A participação de outros setores da sociedade ou do Estado nas atividades diplomáticas não é exclusividade dos militares ou da defesa. Correa apresenta, em artigo de 2017, o caso da atuação da Universidade Federal do Amapá junto aos órgãos educacionais da Guiana Francesa, naquilo que foi por ele conceituado como paradiplomacia. Esse modelo de ação governamental,

no caso vivenciado na educação, se apresenta bastante similar àquela realizada pelos militares na área de fronteira (CORREA, 2017, p.267-271).

Dessa forma, atuar como um componente do Estado brasileiro nas ações de diplomacia de defesa e na cooperação internacional pode ser um fator que justifique o aumento do efetivo militar na região da foz do Amazonas.

Outro movimento do governo federal que tem impacto direto na atribuição das Forças Armadas e em seu emprego está relacionado com a segurança das infraestruturas críticas. Recentemente, foi definida a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC), tendo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) recebido a incumbência de ser o coordenador desse sistema (MESQUITA, 2020).

Art. 1º A Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas - PNSIC tem por finalidade garantir a segurança e a resiliência das infraestruturas críticas do País e a continuidade da prestação de seus serviços.

Parágrafo único. Para fins de implementação da PNSIC, considera-se:

I - infraestruturas críticas - instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoque sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade;

II - segurança de infraestruturas críticas - conjunto de medidas, de caráter preventivo e reativo, destinadas a preservar ou restabelecer a prestação dos serviços relacionados às infraestruturas críticas;

III - interdependência de infraestruturas críticas - relação de dependência ou interferência de uma infraestrutura crítica em outra ou de uma área prioritária de infraestruturas críticas em outra; e

IV - resiliência - capacidade de as infraestruturas críticas serem recuperadas após a ocorrência de situação adversa. (BRASIL, 2018)

Embora a estruturação do sistema seja recente, a preocupação das Forças Armadas, manifestada na alocação de organizações militares nas proximidades dessas instalações, já está incluída na percepção das atribuições das Forças Armadas na região da foz do Amazonas, como pode ser observado no depoimento do Comandante Militar do Norte (CMN) no Anexo 1 deste trabalho.

Não menos importante, existe outro aspecto relevante que interessa ao CMN - a proteção das infraestruturas estratégicas da região. Embora não seja missão constitucional explícita das Forças Armadas prover a segurança dessas instalações, não resta dúvida que o Exército deve estar preparado para uma reação frente a uma possível ameaça a qualquer infraestrutura de vulto que possa a vir desestabilizar o País. (OLIVEIRA, 2019, p. 4)

Assim, a segurança das instalações críticas não pode ser descartada como fator de justificativa para o incremento do dispositivo militar na região da foz do rio Amazonas.

Oscar Medeiros Filho analisou os desafios atuais para as questões de segurança e defesa da Amazônia. O autor os classificou em duas categorias: geopolítica e securitária.

A primeira categoria – geopolítica – refere-se à soberania westfaliana e à função precípua de qualquer força armada: a garantia da integridade territorial do Estado Nacional. No caso específico da Amazônia, diz respeito ao controle e à gestão soberana de seus recursos naturais em meio à cobiça potencial de grandes potências.

A segunda – securitária – diz respeito à soberania doméstica e à ameaça de surgimento naquele espaço de “zonas cinzentas”, em que o Estado teria dificuldades de aplicar, de forma efetiva, o monopólio da violência legítima, abrindo espaço para a proliferação de ilícitos de toda ordem e, o que é mais grave, para o aparecimento de poderes paralelos no tecido social. (MEDEIROS FILHO, 2019)

O debate sobre a função de defesa do Estado brasileiro tem sido recorrente nos últimos anos. Em publicação do IPEA, o antigo comandante do Exército, Gen Villas Bôas, buscando sintetizar a complexidade que se tornou o tema, especialmente após o fim da Guerra Fria, apresenta 5 (cinco) atividades que ele conceitua como funções de defesa:

I. dissuasão – está associada diretamente à defesa da Pátria e implica no desenvolvimento de capacidades militares. É o core da função de defesa, a razão de ser das instituições;

II. atendimento das demandas da sociedade e do território – esta função sintetiza as diversas necessidades relacionadas com o controle das fronteiras, as necessidades sociais locais nas áreas da saúde, defesa civil e preservação ambiental;

III. indução do desenvolvimento nacional – implica principalmente no estímulo ao desenvolvimento tecnológico, que é apropriado pela indústria nacional, com possibilidades de uso dual, como tem sido o caso da tecnologia nuclear e aeronáutica;

IV. projeção internacional do Brasil – significa a contribuição que o setor de Defesa pode oferecer na operacionalização das relações com outros países e a presença em organismos internacionais para a manutenção da paz; e

V. guarda da identidade nacional – esta função está associada à sua percepção do papel que as Forças Armadas têm desempenhado ao longo da história brasileira no fortalecimento do sentimento de nacionalidade. (VILLAS BÔAS, 2019)

Dessa maneira, observa-se que as motivações não-geopolíticas, como são as listadas de II a V por Villas Bôas, estão cada vez mais presentes na justificativa da presença militar na região da foz do Amazonas.

Outro conceito associado à segurança da região amazônica é apresentado por Fábio Albergaria de Queiroz que utiliza o termo “hidropolítica” para sintetizar as implicações de poder que estão relacionadas ao domínio das águas, sua utilização para a navegação, para a geração de energia e como tema de interação regional no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Em seu trabalho, o autor analisa as implicações da hidropolítica na securitização das

questões amazônicas. (QUEIROZ, 2012, p. 291). Embora não trate especificamente de tarefas para as Forças Armadas, as questões discutidas por Queiroz estão inseridas nas suas preocupações geopolíticas e securitárias na região da foz do Amazonas.

Dessa forma, baseado na legislação que define as atribuições das Forças Armadas, assim como nos documentos de planejamento estratégico da Defesa e da Presidência da República (GSI), reforçado por elaborações teóricas de acadêmicos e estudiosos que tratam do tema, pode-se considerar que as atribuições para as Forças Armadas na região da foz do Amazonas que impactam na necessidade de efetivos podem ser agrupadas nos tópicos discriminados no Quadro 1.

- Defesa da Pátria
- Garantia da Lei e da Ordem
- Polícia de Fronteiras
- Polícia Ambiental
- Apoio aos órgãos federais de segurança (apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução)
- Contribuição para a coesão e unidades nacionais
- Segurança de infraestruturas críticas
- Diplomacia de Defesa
- Autoridade Marítima (Marinha)
- Autoridade Aeronáutica (Força Aérea)
- Cooperação para o desenvolvimento nacional

Quadro 1 – Atribuição das Forças Armadas para a defesa da região da foz do rio Amazonas  
(Elaboração do autor JENG)

Da lista de tarefas, missões ou motivações elencadas no quadro, entende-se que apenas a primeira – defesa da Pátria – estaria associada à categoria geopolítica apresentada por Medeiros Filho. As demais estariam vinculadas à categoria securitária, exceção feita à tarefa de diplomacia de defesa, que envolve o relacionamento com atores externos, em uma ação complementar e auxiliar às orientações definidas na Política Externa brasileira, conduzida pelo Ministério das Relações Exteriores.



Em seguida, considerando a tradição e a percepção estratégica de cada força armada, será analisado como cada um dos elementos singulares do Setor de Defesa considera suas necessidades, estruturação, prioridades e organização para cumprir suas missões na região da foz do rio Amazonas. Essas percepções específicas serão discutidas ao final do trabalho, buscando-se identificar as convergências e divergências na orientação estratégica de cada Força e a prioridade em que é considerada a motivação geopolítica, hipótese inicial deste trabalho.

### **3.5 AS PERCEPÇÕES DE CADA FORÇA ARMADA**

#### **3.5.1 EXÉRCITO**

A Força Armada que mais alterou seu efetivo na região da foz do Amazonas nos últimos anos foi o Exército Brasileiro. Em 2013, foi criado um novo Comando Militar de Área, em Belém, o Comando Militar do Norte (CMN), chefiado por um oficial general do último posto. Em 2017, foi ativada a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (22ª Bda Inf SI), em Macapá, designada como “Brigada da Foz”. O CMN tem responsabilidade territorial sobre toda a área da foz do Amazonas, desde o Maranhão até a fronteira com a França. A 22ª Bda, subordinada ao CMN, é responsável pelo território ao norte do rio Amazonas e pelo litoral.

Rocha Paiva, então integrante do Núcleo dos Estudos Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), em publicação do IPEA de 2013, ofereceu argumentos que permitem identificar os interesses estratégicos da Instituição na região. Em um de seus artigos, que trata da necessidade de integração da Pan-Amazônia como ação para garantir a defesa do segmento nacional, o autor busca subsídios para a elaboração de cenários prospectivos para o planejamento estratégico do Exército. No texto, o autor deixa bem claro a necessidade de um projeto de Estado que defina as estratégias de ocupação e presença para a Amazônia, propondo que

... o Brasil precisa de um projeto de Estado para Amazônia com uma vertente nacional, com estratégias de ocupação e preservação seletivas, desenvolvimento orientado pelo Estado, integração aos centros de poder do país e dos condôminos, controle de fronteiras e de áreas sensíveis e defesa de áreas estratégicas sob o ponto de vista militar. (PAIVA, 2013, p. 45).

Observe-se que o autor considera que a solução para as vulnerabilidades amazônicas passa por um projeto de Estado onde a vertente militar é apenas um dos quesitos a ser observado.

Aspectos econômicos, de ocupação demográfica e de integração nacional, que considerem a infraestrutura de transporte também são apresentados como relevantes. Trazendo para a área de interesse deste estudo, em sua análise, o autor identifica polos de integração que podem favorecer a integração, entre eles o de “Belém (Pará)/Macapá (Amapá) – Caiena (França)” como uma possibilidade de incrementar o processo integracionista.

A proximidade de uma potência nuclear – França – na região da foz do Amazonas é relembrada em várias oportunidades por Rocha Paiva, ocasiões onde é caracterizado o poder militar daquele país, embora saliente que tal fato não deva impedir o Brasil de buscar cooperação, de acordo com seus interesses, como se vê no extrato abaixo.

O polo Belém – Macapá – Caiena tem a peculiaridade de integrar uma potência da Otan, a França, única vizinha amazônica com poder nacional para ameaçar militarmente o Brasil em contenciosos sobre interesses vitais ou importantes. Eis um aspecto a estar presente na implantação de projetos integracionistas e de desenvolvimento conjunto nesse polo. A França tem a mesma intenção de outras potências mundiais de evitar o surgimento de um novo rival a conduzir um bloco de países para impedir a ingerência externa na exploração dos recursos regionais. No entanto, isso não significa que se deva evitar essa parceria. (PAIVA, p. 47)

Em outra parte de seu trabalho, Paiva lista algumas ideias para um projeto de integração da Amazônia, considerando a necessidade de preservação ambiental e de respeito às necessidades das populações indígenas. Dentre outras, ele sugere:

- promover a ocupação e vivificação seletiva de áreas propícias, garantindo espaços de preservação e assegurando a proteção e o progresso das populações indígenas, sem prejuízo das necessidades da nação como um todo; (PAIVA, p. 51)

O autor também alerta para o exemplo histórico da Bolívia, que, ao deixar de exercer sua soberania plena na área que é hoje o estado do Acre, área desabitada e sem presença do Estado boliviano, arrendando a administração da região para uma empresa britânica – *Bolivian Syndicate* –, permitiu que seringalistas brasileiros ocupassem a região, reivindicando posteriormente sua independência e anexação ao Brasil (PAIVA, p. 80).

Também integrante do NEP/CEEEx, Pio Penna apresentou questões sobre a defesa nacional na região amazônica. Ele lembra a relevância das ameaças não tradicionais “envolvendo, sobretudo, os ilícitos transnacionais, principalmente do narcotráfico e suas derivações – e a biopirataria” (PENNA, 2015, p. 87).

No que se refere ao relacionamento diplomático, o autor denota preocupação com a presença da França como vizinho amazônico do Brasil.

A referência é sobre a Guiana Francesa (Guyane Française) que, como o Departamento da República Francesa, constitui-se em território de um país europeu no extremo norte-oriental da Pan-Amazônia. É o único território amazônico que está fora da alçada da OTCA e a França desenvolve no Departamento uma política totalmente autônoma. Este fato tem causado em alguns setores mais nacionalistas na América do Sul e, especialmente no Brasil, certa preocupação, porque pode significar uma possível abertura para atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Pan-Amazônia ou mesmo no continente sul-americano. (PENNA, 2015, p. 90)

Quando se pensa em termos de geopolítica pan-amazônica e nos desafios externos para a região, o fato de que a França, um país europeu situado entre as cinco maiores potências do mundo, possui um território ultramarino na Amazônia, se torna naturalmente algo importante e a ser levado em consideração pelos países da região, sobretudo pelo Brasil. (PENNA, 2015, p. 96)

As observações do autor remetem à análise geopolítica de uma questão que deve ser considerada no planejamento estratégico da defesa nacional, o que, por sua vez, tem impacto no efetivo e na distribuição de tropas na região da foz do rio Amazonas, área nas proximidades da fronteira com a França.

Por outro lado, ao lembrar a autonomia da França com relação às posições adotadas pela OTAN (VASQUEZ, 2019), e a importância estratégica que a base de Korou tem para esse país, Penna minimiza a ameaça intervencionista da presença francesa, reforçando ainda que parte da população que vive no departamento ultramarino percebe o Brasil como país de potencial expansionista. Concretizando os temores franceses, ele lembra que cerca de 10% da população da Guiana é formada de brasileiros (PENNA, 2015, p. 99).

Outro tópico que Penna aborda, que mostra a complexidade das relações da França com o Brasil no que toca à Guiana Francesa, é a diferença de tratamento para acesso ao território francês. Enquanto que não existe necessidade de visto para a entrada em território francês no espaço europeu, há grande dificuldade em conseguir vistos para brasileiros se deslocarem para a Guiana (PENNA, 2015, p. 100).

Demonstrando a dificuldade em superar os óbices para maior cooperação e também os esforços para implementá-la, pode-se citar o caso da ponte sobre o rio Oiapoque. A ponte estaiada foi construída em 2011, mas só foi liberada ao tráfego seis anos depois, em março de 2017. Fruto de um projeto idealizado em 1997 pelos presidentes Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, com seus 378 metros de extensão, ela permite a ligação terrestre entre o Brasil e a França, mas os

custos para sua utilização por brasileiros são muito elevados (seguro obrigatório em território francês que varia de 250 a 400 euros). Por parte do Brasil também é importante ressaltar que a rodovia BR-156, que liga Oiapoque a Macapá, não é totalmente pavimentada. Existe um trecho de mais de 100 km ainda sem asfalto. No período das chuvas, é normal a formação de atoleiros que retardam muito o tráfego (PACHECO, 2017) (EXAME, 2017).

Para finalizar seu artigo, Penna oferece propostas de iniciativas para a garantia da soberania nacional na região amazônica.

4. Fortalecer a presença militar na região, com destaque para a força terrestre (Exército), com o objetivo de atuar não apenas nas áreas de fronteira, mas também como elemento dissuasivo pela presença de uma força capacitada e respeitada nacional e internacionalmente.
5. Aprimorar a coordenação entre os diversos órgãos federais que atuam na Amazônia, para que possa haver maior cooperação entre eles. Nesse sentido, as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, poderia aumentar suas atividades de inteligência e compartilhar informações com outras agências nacionais, para um combate mais eficiente dos ilícitos que ocorrem na região. (PENNA, 2015, p. 109-110)

As ideias expostas por esses autores, por sua inserção na estrutura de formação de conceitos do Exército Brasileiro (o CEEEx faz parte do Estado-Maior do Exército, órgão de direção-geral da Força Terrestre), confirma a preocupação institucional do componente terrestre com a região amazônica, intenção essa traduzida na obra publicada em parceria com o IPEA sobre as questões de defesa da Amazônia e do Atlântico Sul. Observe-se, ainda, que os autores reforçam a importância do aumento da concentração de tropas na região. Embasam também sua argumentação em conceitos geopolíticos, ainda que questões de segurança pública, ambientais e de integração nacional e internacional (pan-amazônica) também permeiem suas abordagens.

Outros autores também tratam do adensamento do efetivo do Exército na região amazônica. Franchi e outros, em 2011, mostraram a evolução dos efetivos na região. Partindo de um contingente de 1.000 militares em 1950, o Exército transferiu, criou e desdobrou inúmeras organizações militares, a partir de então, chegando ao total de 25.000 em 2007 (FRANCHI, 2011, p. 29). A hipótese identificada pelos autores para a motivação desse aumento está relacionada à questão ambiental. Os militares, segundo esses autores, teriam passado a preocupar-se com as pressões ambientais internacionais que propunham redução da soberania brasileira sobre a Amazônia. Assim, embora sem abordar especificamente a região da foz do Amazonas,

demonstraram que a pauta ambiental entrou definitivamente para o rol dos temas relacionados à defesa da Amazônia brasileira.

A iniciativa mais importante com relação ao aumento da importância da região da foz do Amazonas foi, sem sombra de dúvidas, a criação do Comandante Militar do Norte, ocorrida em 2013 (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2018, p. 1). O Ministério da Defesa se posicionou na oportunidade, caracterizando a intenção de aumentar os efetivos militares na região, como previsto no planejamento estratégico.

Em sintonia com a diretriz da Estratégia Nacional de Defesa (END) que determina o adensamento da presença de suas unidades na região amazônica e nas áreas de fronteira, o Exército Brasileiro (EB) deverá criar um novo comando militar. Trata-se do Comando Militar do Norte (CMN), que cobrirá uma área de cerca de 1,722 milhão de quilômetros quadrados, abrangendo os estados do Amapá, Maranhão e Pará. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2013)

Como sugere Gonçalves (2016, p. 62), em artigo no periódico *Doutrina Militar Terrestre em Revista*, a divisão da imensa área amazônica em dois comandos define a estratégia de defesa do país em duas grandes direções: “uma norte-ocidental, outra oriental”. Segundo o autor,

No Brasil, em contraste com outras potências, consagradas ou em ascensão, não há uma concepção de segurança nacional, ou ainda uma doutrina de segurança nacional que reúna as diversas políticas e objetivos setoriais do poder nacional. Segundo a visão deste autor, ela até existiria, mas de forma embrionária, na Política Nacional de Defesa, faltando a articulação e a concatenação com as demais políticas setoriais. Cabe complementar que a grande estratégia, para ser bem elaborada, terá que ter intensa relação com a situação geopolítica (...) (GONÇALVES, 2016, p. 65).

Trazendo sua análise para a região da foz do Amazonas, Gonçalves apresenta justificativas geográficas para a relevância militar dos dois principais núcleos da Amazônia Oriental.

Macapá situa-se no ponto lógico que obsta o acesso irrestrito à calha do rio Amazonas por via marítima. Além disso, Macapá é a base logística que permite a projeção da atividade estatal brasileira até a fronteira com a França, no rio Oiapoque. Já Belém, além de ser o núcleo populacional mais antigo da área, tendo ainda ligações terrestres com outras áreas vitais do poder nacional, também impede o acesso ao *hinterland* amazônico, agora pelas calhas dos rios Araguaia e Tocantins. (GONÇALVES, 2016, p. 66)

Um outro tópico tratado por Gonçalves é o papel desempenhado pelos pelotões de fronteira na região amazônica, herdeiros dos “primeiros redutos militares luso-brasileiros na região” (GONÇALVES, 2016, p. 68).

O novo comando incorpora uma área mais densamente povoada do que o restante da Amazônia, sede, inclusive de grandes projetos minerais, industriais, hidrelétricos, ferroviários e portuários, que compõem infraestruturas críticas para o desenvolvimento da região e do restante do País, sendo esta também uma tarefa incorporada pelo novo comando. Essas características estão descritas na missão da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada em Marabá, que tem suas tarefas mais vocacionadas para o reforço da segurança interna de uma área de grandes tensões sociais (OLIVEIRA, 2019).

A criação do Comando Militar do Norte, na percepção de seu comandante, Gen Ex Paulo Sérgio, em sua entrevista para a elaboração desta pesquisa, teve os seguintes objetivos:

... aumentar a capacidade operacional, o gerenciamento administrativo e proporcionar melhores condições de emprego da Força Terrestre, em face do espaço estratégico da foz do rio Amazonas e das diversas Infraestruturas Estratégicas da Região. (OLIVEIRA, 2019, p. 1)

Verifica-se a preocupação geopolítica, quando é citada a importância estratégica da região da foz do Amazonas, mas também pode-se identificar outras motivações administrativas para a gestão do Exército sobre a área amazônica, além do cuidado com a segurança das infraestruturas críticas. As missões de patrulhamento de fronteiras, com seus diversos enfoques, tais como revisão dos marcos fronteiriços, contatos com comunidades locais, e combate aos crimes transfronteiriços também estão no rol das atividades desenvolvidas pelas tropas do Exército no CMN (OLIVEIRA, 2019, p. 3). As tensões sociais identificadas na calha sul do Amazonas, no estado do Pará, como aquelas produzidas pelo

Movimento dos Atingidos por Barragens; as pressões [originárias de invasões] nas Unidades de Conservação e das Terras Indígenas; a exploração ilegal de madeira; os garimpos ilegais; e as grilagem de terras. Além disso, há um crescente aumento da atuação do crime organizado (OLIVEIRA, 2019, p. 4)

indicam que o Comando Militar deve planejar possibilidades de emprego também para os casos de GLO.

No que se refere à vizinhança com a França e o relacionamento entre os contingentes militares dos dois países, o general apresenta um quadro de relações amistosas e de cooperação, com contatos frequentes entre as lideranças. Sobre esse tópico ele conclui:

Dessa forma, embora não haja ameaças estrangeiras entre os países fronteiriços, a vigilância permanente de nossas fronteiras é e deve ser uma missão perene. A defesa

externa é uma missão constitucional e razão principal de nossa existência. Ademais, a nossa preocupação com o combate aos crimes transnacionais, ambientais e transfronteiriços, nos mantém alertas e em constante adestramento. (OLIVEIRA, 2019, p. 12)

O comandante da recém-criada 22ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Macapá-AP, também apresentou a análise de sua missão e a forma como entende que deva ser cumprida por ocasião de apresentação do Encontro Regional Norte da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, realizado em novembro de 2019. O Gen Bda Quint, destacou que

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada para atingir os seguintes objetivos:

- potencializar a presença militar na foz do rio Amazonas, região muito importante, foco de disputa internacional desde o século XVII;
- aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nessa região; e
- aumentar a cooperação com países vizinhos. (QUINT, 2019, p. 3)

Uma preocupação demonstrada pelo general Quint foi a necessidade de vivificar a fronteira brasileira, em especial no limite com a França.

Com relação ao nosso relacionamento com os vizinhos, chamamos atenção à vivificação das fronteiras, especialmente nos pontos onde a outra parte tem um desenvolvimento populacional. Nosso trabalho naquela região segue duas estratégias: a da presença e da cooperação. (QUINT, 2019, p. 4)

Concluindo sua análise, ele destaca as consequências da criação da 22ª Brigada para o Brasil.

Como conclusão, a criação da 22ª Brigada no Amapá aumentou a presença militar, aumentou a capacidade de coordenação dos meios militares, ampliou a capacidade de coordenação com as diversas agências governamentais e consolidou uma excelente relação com todos os poderes, nas esferas federal, estadual e municipal. Além disso, reforçamos nossas ações de cooperação com nossos vizinhos. Lembro também que estamos desenvolvendo o PROFEST (Projeto Força no Esporte) e o Projeto Soldado Cidadão, indo ao encontro das demandas da sociedade amapaense. (QUINT, 2019, p. 6)

Assim, segundo sua percepção, o aumento do efetivo militar por si próprio já contribui com a defesa do país e contribui em outras funções subsidiárias tais como a cooperação com outros países e a contribuição para o desenvolvimento nacional por meio de projetos sociais do governo federal.

Os professores Tiago Luedy e Milton Mello, da Universidade Federal do Amapá também identificaram a motivação geopolítica na implantação das duas novas estruturas do Exército na Amazônia Oriental.

O interesse estratégico na Amazônia Setentrional, e da parte oriental desse território, mais especificamente, fez com que mais recentemente fosse criado o Comando Militar do Norte, um comando de área autônomo que pudesse dar conta das particularidades da região a fim de garantir a defesa e resguardar a integridade das fronteiras e da soberania nacional. A percepção de que esse espaço era também uma porta de entrada para a região através da foz do rio Amazonas motivou a criação de uma Brigada Militar no Estado do Amapá. Tudo isso passou pela adoção de uma política de 3R's: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos comandos militares e remanejamento de forças e capacidade bélica. (LUEDY e MELLO, 2017, p. 13)

A participação do Exército e da Força Aérea na integração nacional, incluindo a aproximação com as comunidades indígenas também pode ser considerada um dos objetivos para o adensamento de tropas na região da foz do rio Amazonas. Em 2003, foi criado o 1º Pelotão Especial de Fronteira nas proximidades da fronteira com o Suriname, próxima à Comunidade Indígena Missão Nova, da etnia tirió. Em divulgação em sua página na internet, o Exército Brasileiro destacou a importância da participação de 12 indígenas tiriós como militares do pelotão (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2017). A incorporação das populações indígenas às atividades das Forças Armadas pode ser considerada um fator de integração nacional, que colabora com a coesão e unidades nacionais.

### 3.5.2 MARINHA

Por ocasião do Seminário *Amazon Security and Defence Exhibition*, realizado em Belém, em novembro de 2019, o Vice-Almirante Newton, comandante do 4º Distrito Naval, comando territorial da Marinha que abrange os estados do Amapá, Pará e Maranhão, apresentou a situação atual da Marinha no emprego de seus meios e cumprimento de suas tarefas na região da Amazônia Oriental.

Em sua exposição, o almirante lembrou da importância de se identificar os desafios que pairam sobre a região. Como um deles, ele se referiu à proposta de relativização da soberania brasileira na Amazônia, surgida nas últimas décadas do século XX. Apresentou também as ameaças relacionadas às questões de segurança pública e lembrou as atribuições impostas pela Lei Complementar 136, quando atribui às Forças Armadas a tarefa de combater delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira. Segundo ele, em função desses desafios, a Marinha tem adequado seus meios para melhor cumprir sua missão na região.

Para enfrentar os desafios na Amazônia, a Marinha aumentou seu contingente de fuzileiros navais, tanto em Belém, como em Manaus, os dois polos mais importantes da



região. Aumentamos ainda nossa capacidade na fronteira com a Guiana Francesa, no Oiapoque, devido ao incremento de problemas naquela região. Também aumentamos nossas capitâneas, que desempenham a tarefa de monitoramento e controle de tráfego fluvial. Em um esforço maior, criamos em Belém um esquadrão de helicópteros, atualmente com 3 (três) aeronaves UH-15, Super Cougar, ou Caracal, com capacidade de transporte de tropa e equipamento, o que permitiu ampliar a diversidade de operações realizadas pela Marinha. (NETO, 2019, p. 5)

Também foi salientado pelo comandante do 4º Distrito a relevância geopolítica da foz do rio Amazonas, pois

... quem domina o portal de entrada, domina toda a Amazônia. A foz é a porta de entrada da Amazônia. Considerando ainda as dificuldades de comunicação impostas pela selva, tudo que entra e sai da região se faz por essa porta. Se for necessário o deslocamento de grandes efetivos de tropas com seu equipamento para a região, o meio a ser empregado será o naval. Assim, o controle da foz, da entrada, é fundamental para garantir a segurança desse movimento. Entender a importância estratégica do controle militar dessa região é fundamental para o cumprimento da missão das Forças Armadas na região. (NETO, 2019, p. 5)

Sobre os estudos para a criação de uma nova base naval nas proximidades do rio Amazonas, como prescreve a Estratégia Nacional de Defesa, o oficial-general argumentou que

Atualmente, a Marinha não tem essa disponibilidade de recursos. O que está sendo desenvolvido são estudos e análises que permitam ter uma direção geral do que deva ser feito, caso o País decida alocar orçamento para essa finalidade. Para projetos semelhantes, [...] o orçamento está na casa de dezenas de bilhões. [...] Com os recursos disponibilizados pelo governo, a Marinha entendeu serem prioritários outros projetos estratégicos que já estão em andamento (NETO, 2019, p. 6)

O ex-comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Leal Ferreira, em 03 de outubro de 2019, se posicionou sobre a relevância da Segunda Esquadra para a defesa da região da foz do Amazonas.

[...] Inúmeras são as razões que justificam uma maior presença do Poder Naval Brasileiro na região. A primeira, e sem dúvida a mais relevante, é a proteção da foz do rio Amazonas, impedindo que forças de potências hostis com pretensões intervencionistas tenham acesso pelo mar à vasta e ainda pouco conhecida Amazônia (LEAL FERREIRA, 2019).

O almirante também apresenta motivações econômicas oriundas do aumento do escoamento da produção agrícola pelos portos amazônicos, além de mais um argumento geopolítico:

Por fim, não poderia deixar de citar um aspecto geopolítico que por si só justifica a fixação de uma boa capacidade naval na Região Norte. Se observarmos o mapa do Oceano Atlântico acima da linha Natal-Dakar veremos que ele tem a forma de um retângulo. O

Brasil ocupa quase metade de um dos lados desse retângulo, estando em uma posição que o torna, potencialmente, capaz de controlar o acesso sul ao “Lago Atlântico” e, em menor escala, interferir com o Canal do Panamá. Em caso de conflito internacional na área, seremos afetados e provavelmente, querendo ou não, tal qual nas Guerras Mundiais do século passado, acabaremos por envolver-nos nas hostilidades (LEAL FERREIRA, 2019)

É importante ressaltar ainda que, em 3 de maio de 2005, a Marinha do Brasil ativou o Comando do 9º Distrito Naval, em Manaus (9º DISTRITO NAVAL). Esse movimento permitiu a redução da área de responsabilidade do 4º Distrito, permitindo que o comando de Belém pudesse concentrar sua atenção em uma área de menor extensão territorial, espaço físico que corresponde praticamente ao polígono definido neste trabalho.

Dessa forma, percebe-se que existe a percepção por parte da Marinha do Brasil da importância geopolítica da região da foz do Amazonas e da necessidade de se aumentar o efetivo na região, o que está sendo feito, especialmente para atender as demandas de controle de navegação e de combate aos crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira.

### **3.5.3 FORÇA AÉREA**

A percepção de espaço da Força Aérea é diferente das outras Forças. Em sua Concepção Estratégica, pode-se identificar algumas peculiaridades:

2.1.13 Os pensadores que viabilizam o emprego do Poder Aeroespacial, normalmente, consideram a aplicação de força não de forma geográfica, mas sim funcional. Assim sendo, não dividem uma área de operações, como frentes estratégicas ou táticas, buscando montar uma visão mais completa das possibilidades e restrições de emprego na área de interesse. Sendo educados dessa maneira, seu olhar de tempos e movimentos admite diferenças na aplicação deste Poder, quando comparada aos demais integrantes de outras Forças. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2018, p. 12)

2.2.10 Em primeiro plano, foi preciso destacar que, considerando seus atributos e o ambiente vivenciado, diferentemente das outras Armas, a Força Aérea admite, com maiores possibilidades, uma estrutura mais centralizada, podendo-se lançar mão de seus meios de forma descentralizada, conforme a ação requerida. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2018, p. 13)

2.2.11 É pertinente ressaltar que a presença das Forças Armadas ao longo de todo território é importante para a integração nacional. No entanto, apesar de ser desejável, a presença física da FAB em todas as principais localidades do País muitas vezes é operacionalmente dispensável, quando houver estruturas leves e que sirvam de suporte ao desdobramento operacional do Poder Aéreo. Neste diapasão, o paradigma da presença geográfica deve ser também analisado levando-se em conta as necessidades de treinamento das equipagens de combate e pronta-resposta da FAB. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2018, p. 14)

Nessa perspectiva, a questão geopolítica, que sofre impacto do componente geográfico, territorial, na visão da Força Aérea, tem sua importância reduzida em razão de imperativos estratégicos mais amplos. Por isso, pode-se considerar que, para a FAB, a defesa específica da região da foz do Amazonas não seja uma prioridade, visto que seu planejamento tende a ser mais centralizado, considerando espaços de maiores dimensões.

Essa percepção ficou mais evidente com o processo de reestruturação iniciado em 2016, que impactou fortemente a forma de atuar e a distribuição dos meios aéreos. Segundo o então comandante da Força Aérea, Brigadeiro Rossato, essa reorganização operacional e administrativa era fundamental para o cumprimento da missão principal

O poder aéreo é o principal meio de dissuasão, garantidor de nosso patrimônio, guardião de nossa soberania. Devemos estar sempre preparados, ocupar nossos espaços, instalar a infraestrutura e integrar plenamente nosso País. (ROSSATO, 2017, p. 11)

A reformulação trouxe o conceito da “Dimensão 22” como o espaço a ser considerado para o emprego da Força Aérea (22 milhões de km<sup>2</sup>), que inclui o território nacional (8,5 milhões de km<sup>2</sup>), a zona econômica exclusiva marítima (3,5 milhões de km<sup>2</sup>) e a área de responsabilidade de busca e salvamento no mar, conforme acordos internacionais (10 milhões de km<sup>2</sup>). As ações principais a serem executadas estão relacionadas aos três verbos: controlar, defender e integrar. A missão de controlar corresponde à responsabilidade de controle do espaço aéreo, o que é realizado por meio dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA). A missão de defender sintetiza a tarefa constitucional de garantia da soberania do espaço aéreo nacional. A última missão, integrar, corresponde à colaboração da Força Aérea na realização de tarefas como ajuda humanitária, ações cívico-sociais, transportes de órgãos, transporte de urnas, construção de pistas, transporte de pessoas, especialmente de populações carentes em regiões de difícil acesso. (JÚNIOR, 2017, p. 30-37)

Assim, do que foi apresentado acima, conclui-se que a Força Aérea incorpora no seu planejamento de emprego outras atividades complementares à defesa da Pátria, que são o controle do espaço aéreo e o apoio à integração nacional, considerando nesse último aspecto as diversas implicações impostas pelas atribuições subsidiárias. Outras transformações no controle e emprego de seus meios também irão impactar a forma de organizar sua estrutura para a defesa da região da foz do rio Amazonas. A principal delas é a forma centralizada de controle dos meios aéreos que dispõe atualmente o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE).

... hoje todos os meios operativos da Força Aérea estão na mão do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), em Brasília. Uma aeronave não decola em operação, [...]de qualquer lugar do país, [...]sem estar coordenada por esse comando aéreo estratégico. E essa aeronave poderá, por exemplo, como foi o caso da operação Verde Brasil, decolar do Rio de Janeiro com os equipamentos para apagar incêndios na Amazônia, coordenada pelo COMAE. Com isso, nós centralizamos a coordenação e a gestão dos nossos meios. (AGUIAR, 2019, p.1)

Dessa forma, ao buscar-se analisar a missão da Ala 9, organização militar sediada em Belém, verifica-se que sua responsabilidade é gerir as instalações de apoio logístico e realizar a manutenção dos meios. O comando e o emprego dos meios aéreos são atribuições do COMAE. Dessa forma, pode-se concluir que o apoio aéreo nas operações realizadas na região da foz do Amazonas não dependerá dos efetivos alocados na região e sim, das prioridades definidas em Brasília, pelo Comando de Operações Aeroespaciais, que poderá alocar meios distribuídos por todo o território nacional. Por outro lado, a existência de outras tarefas como o controle e a integração irá concorrer na distribuição e na aplicação de recursos orçamentários com a defesa da soberania, fato que também ocorre com as outras Forças. Por outro lado, é importante ressaltar que, diferentemente das Bases Aéreas de Fortaleza, Recife e Salvador, que foram desativadas na reestruturação da FAB, a Base Aérea de Belém foi transformada em Ala e reforçada em seus meios (AGUIAR, 2019, p. 1).

Embora não implique necessariamente em aumento de efetivo na região da foz do Amazonas, merece ser considerado o impacto que o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) tem sobre a defesa da área em estudo. O Programa prevê a construção, lançamento, operação e monitoramento de satélites nacionais. Em maio de 2017, foi lançado da Base de Kourou, na Guiana Francesa, o primeiro Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC). Dentre outras finalidades, o satélite permite apoio ao SIVAM e ao SISFRON, com melhoria no monitoramento e vigilância nas fronteiras amazônicas, comunicações militares mais seguras, e apoio ao controle da patrulha marítima na Amazônia Azul. Este primeiro satélite foi desenvolvido pela empresa francesa Thales Alenia Space, com contrato de transferência de tecnologia com a Agência Espacial Brasileira (AEB), Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), Ministério da Defesa e Telebras, e representa um “passo importante rumo à independência tecnológica aeroespacial do País” e, além do emprego militar, ele também contribui com vários benefícios para a população brasileira, especialmente na garantia de acesso à internet para populações que habitam regiões distantes (JÚNIOR, 2017, p. 36-37). O processo para a

contratação do segundo lançamento, a ser coordenado pela empresa Visiona Tecnologia Espacial S.A., joint-venture entre a EMBRAER Defesa & Segurança e a Telebras voltada para a integração de sistemas espaciais, previsto para 2019, está atrasado e foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União por indícios de irregularidades em processo de contratação elaborado pela Telebras (CAIAFA, 2019).

Assim, embora esta não seja a finalidade principal do programa de satélites nacionais, não resta dúvida que a região da foz do Amazonas foi beneficiada com a entrada em funcionamento do SGDC.

### **3.6 CONCLUSÃO PARCIAL**

Ainda que o foco deste trabalho seja analisar o aumento do efetivo na região na foz do rio Amazonas nos últimos 10 anos, é importante ressaltar que não foi nesse período que ocorreu o maior acréscimo de efetivo do Exército na região amazônica, e sim no período de 1992 a 2004, quando para lá foram transferidas 3 (três) brigadas de infantaria, que antes ocupavam instalações em Niterói-RJ, Petrópolis-RJ e Santo Ângelo-RS. Entretanto, a importância da região da foz do Amazonas fica bastante evidente com a criação do Comando Militar do Norte, embora não tenha sido criada nenhuma organização militar de arma base (Infantaria e Cavalaria) naquele comando desde então. A criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva não ocorreu por transferência de unidades ou por criação de novos aquartelamentos para os batalhões de infantaria, pois as unidades de combate já existiam, ocupando instalações em Belém, Macapá e São Luís. Foi criado, sim, um novo comando de brigada (o Comando da 22ª Bda Inf SI), mas ainda sem as demais unidades de apoio, que compõe uma Grande Unidade padrão (apoio de fogo – artilharia de campanha, defesa antiaérea, artilharia antiaérea; apoio ao combate – engenharia, comando e controle, comunicações; e apoio logístico). Dessa forma, como conclusão parcial, pode-se deduzir que a alteração mais significativa no que se refere à presença de tropas do Exército na região da foz do Amazonas não foi o aumento do efetivo e sim a criação de comandos militares o que denota o aumento da importância relativa da região.

No caso da Marinha, houve realmente aumento de efetivo de fuzileiros navais, o que pode ser um indicador das necessidades crescentes advindas das novas missões na faixa de fronteira. Também se observou a maior necessidade de controle da navegação fluvial, caracterizando maior

presença de tropas para o ordenamento legal do controle do tráfego marítimo e fluvial na região, visto ter a Marinha essa atribuição legal.

A Força Aérea, por sua vez, manteve a Ala 9 sob o comando de um oficial-general em Belém, o que pode ser um indicador da prioridade que foi dada a essa região. Na nova configuração da Dimensão 22, verificou-se uma mudança significativa da alocação dos meios. Muitas das bases aéreas (como Salvador, Recife e Fortaleza), assentadas sobre o Atlântico foram desativadas, seguindo um movimento de interiorização e fortalecimento das áreas próximas às fronteiras, alterando a configuração existente desde a 2ª Guerra Mundial. A Base de Belém, agora Ala 9, continuou ativa.

É importante considerar, ainda, que o movimento de reforço do contingente militar na Amazônia segue uma tendência iniciada na última década do século XX, como observa Nascimento (2019), onde o autor observa forte motivação geopolítica, amparada nos documentos de defesa formulados a partir de então (PND e END). Nas diversas versões desses documentos, a Amazônia tem sido sempre considerada como área estratégica para a Defesa. Como lembra esse pesquisador, contudo, os efetivos na região ainda são bem menores do que os alocados em outras áreas do país, como a região Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente foi analisada a evolução histórica da presença militar na Amazônia e, mais especificamente, na região selecionada. Os dados colhidos permitem confirmar a importância que a geopolítica teve na configuração do dispositivo militar local, especialmente caracterizado pela construção de fortificações que permitiram a garantia da soberania lusitana da região e sua posterior transferência para o Brasil, a partir de 1822. Merece destaque o litígio com a França na disputa territorial pelo espaço do Amapá que durou mais de dois séculos. O posicionamento de Belém e de Macapá na entrada do acesso ao interior da bacia amazônica é uma referência importante para o controle dessa passagem. Essas parecem ser as motivações mais importantes para a criação da mais nova Grande Unidade do Exército Brasileiro, a Brigada da Foz.

Em seguida, aprofundou-se os conceitos de Geopolítica associados àquele espaço geográfico e foram identificados os posicionamentos dos autores que abordaram a questão. Como ideia balizadora, percebe-se que o conceito de “fimbrias”, proposto por Spykman, se adequa ao papel geopolítico que a região da foz do Amazonas representa para a porção norte da América do Sul, valorizando sua importância para a defesa. O interesse específico demonstrado por esse autor pela Amazônia também indica que a região foi monitorada pelo radar de importância dos pensadores geopolíticos dos Estados Unidos. Diversos autores brasileiros também identificaram a relevância do controle da região da foz do Amazonas. Travassos e Meira Mattos lembraram a importância da comunicação com o restante dos países amazônicos, salientando o papel desempenhado pelos rios da região. Nesse aspecto, a participação das Forças Armadas fica mais evidente como coadjuvante do processo de integração nacional e internacional e não especificamente no emprego da expressão militar do poder nacional. Meira Mattos e Bertha Becker mostraram que o esforço nacional para a ocupação territorial e econômica da Amazônia, desde a construção da Belém-Brasília, gerou o aumento da concentração populacional na região sul e leste do estado do Pará, além do norte do Maranhão, trazendo novos desafios para o desenvolvimento da região, especialmente com relação às questões ambientais e de segurança pública. Assim, o aumento da presença militar na região teria também motivações voltadas para a questão securitária, além da cooperação para o controle do desmatamento.

O terceiro capítulo procurou identificar as reais motivações do aumento dos efetivos das Forças Armadas, com destaque para o Exército, na região. Para maior credibilidade da análise foram realizadas entrevistas e coleta de informações apresentadas em eventos públicos pelos gestores atuais das Forças Armadas. A análise desse aspecto permitiu identificar diferenças significativas na forma como as três Forças Armadas consideram a questão. Enquanto o Exército tem desenvolvido ações mais efetivas no sentido de aumentar seu efetivo na região, a Marinha, mesmo com o acréscimo de fuzileiros navais e de pessoal administrativo nas capitânicas dos portos, encontra dificuldades orçamentárias em implementar o desejável projeto de criação de uma nova esquadra na região da foz do Amazonas. A Força Aérea, por sua vez, faz um movimento de centralização de meios, o que leva a não priorizar manter suas aeronaves concentradas em eventual local de emprego. Dessa forma, a premissa básica do trabalho, de aumento da concentração de tropas na região, não é uma unanimidade nas Forças Armadas. Com relação aos fatores motivadores, a conclusão que se chega é que a defesa da Pátria, a principal motivação geopolítica, é apenas um dos aspectos considerados para a alocação de tropas na região. Além desse, podem ser considerados atribuições das Forças Armadas na área da foz do Amazonas: garantia da lei e da ordem; polícia de fronteiras; polícia ambiental; apoio aos órgãos federais de segurança (apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução); contribuição para a coesão e unidades nacionais; segurança de infraestruturas críticas; diplomacia de defesa; autoridade marítima (Marinha); autoridade aeronáutica (Força Aérea); e cooperação para o desenvolvimento nacional.

Em suma, os argumentos, evidências e fatos trazidos à luz por esta investigação permitiram validar a hipótese segundo a qual o aumento da concentração de tropas na região da foz do rio Amazonas deveu-se à motivação geopolítica de se empregar as Forças Armadas, em particular o Exército, para o resguardo dos interesses e objetivos do Estado brasileiro na área em lide. Outros fatores, entretanto, fazem parte do rol das motivações e se inserem no novo papel das Forças Armadas no alvorecer do século XXI.





\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf). Acessado em 28 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd\\_end.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf). Acessado em 28 abr. 2018.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Portaria nº 1.597/GC3, de 10 de outubro de 2018. Aprova a reedição da DCA 11-45 “Concepção Estratégica - Força Aérea 100”. *Boletim do Comando da Aeronáutica*, Brasília, 15 de outubro de 2018. Disponível em <[http://www.fab.mil.br/Download/arquivos/DCA%2011-45\\_Concepcao\\_Estrategica\\_Forca\\_Aerea\\_100.pdf](http://www.fab.mil.br/Download/arquivos/DCA%2011-45_Concepcao_Estrategica_Forca_Aerea_100.pdf)>. Acesso em 25 nov. 2019.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Acesso em 20/04/2019. Fonte: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>

\_\_\_\_\_. *Indicadores IBGE: Estatística da produção pecuária*. Jan.-mar. 2018. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Pecuaria/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/abate-leite-couro-ovos\\_201801caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Fasciculo_Indicadores_IBGE/abate-leite-couro-ovos_201801caderno.pdf). Acessado em 05 de maio de 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)*. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>. Acessado em 12 de maio de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso*. Niterói: EdUFF, 2012. 83 p.

## 2 ENTREVISTAS E APRESENTAÇÕES

AGUIAR, Luiz Fernando de. A Amazônia Brasileira e a Estratégia de Defesa Nacional. In: SEMINÁRIO AMAZON SECURITY AND DEFENCE EXHIBITION – ASDX, I, 2019, Belém. Anexo a esta dissertação. Niterói. INEST. 2020. 2 p.

JOBIM, Nelson. Depoimento do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim. Instituto Fernando Henrique Cardoso. 25 jan. 2014. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Us3DAQBOnsE>>. Acesso em 08 dez. 2019.

MESQUITA, Ary Soares. A Amazônia Brasileira e a Estratégia de Defesa Nacional – a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas. In: SEMINÁRIO AMAZON SECURITY AND DEFENCE EXHIBITION – ASDX, I, 2019, Belém. Anexo a esta dissertação. Niterói. INEST. 2020. 3 p.

NETO, Newton de Almeida Costa. A Amazônia Brasileira e a Estratégia de Defesa Nacional – a missão da Marinha da Brasil na Amazônia Oriental. In: SEMINÁRIO AMAZON SECURITY



[http://www.transportes.gov.br/images/SNP/planejamento\\_portuario/planos\\_mestres/sumario\\_executivo/se33.pdf](http://www.transportes.gov.br/images/SNP/planejamento_portuario/planos_mestres/sumario_executivo/se33.pdf). Acessado em 26 de maio de 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Comando Militar do Norte celebra seu quinto ano de ativação. *Noticiário do Exército*. Brasília, CCOMSEX. 25 jun. 2018. Disponível em < [http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset\\_publisher/MjaG93KcunQI/content/comando-militar-do-norte-celebra-seu-quinto-ano-de-ativacao/8357041](http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/comando-militar-do-norte-celebra-seu-quinto-ano-de-ativacao/8357041)>. Acesso em 11 dez. 2019.

GERBELLI, Luiz Guilherme. *Rumo vence trecho de 1,5 mil quilômetros da Ferrovia Norte-Sul*. G1, Rio de Janeiro, 28 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/28/rumo-vence-leilao-de-trecho-da-ferrovia-norte-sul.ghtml>. Acessado em 10 ago. 2019.

PACHECO, John. Ponte entre Brasil e União Europeia é aberta no Amapá após 6 anos pronta. G1, Macapá. 18 mar. 2017. Disponível em < <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2017/03/ponte-entre-brasil-e-uniao-europeia-e-aberta-no-amapa-apos-6-anos-pronta.html>>. Acesso em 11 dez. 2019.

## FONTES SECUNDÁRIAS

### 1 LIVROS

BENTO, Cláudio Moreira. *Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção (história militar terrestre da Amazônia de 1616 a 2017)*. Barra Mansa: Gráfica Drumond. 2017. 304 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 172 p.

CASTRO, Therezinha de. *Amazônia: Geopolítica do confronto e Geoestratégia da integração*. Rio de Janeiro. Fundação Educacional Unificada Campograndense, 1995.

\_\_\_\_\_. *Estudos de geo-história*. Rio de Janeiro: Record. 1971. 156 p.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1992. 355 p.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 6. ed. 200 p.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG. 2015. 409 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções e capítulos de expansão paulista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014. 624 p. e-pub.

- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Velas ao mar: U.S. Exploring Expedition (1838-1842). A viagem científica de circum-navegação dos norte-americanos*. São Paulo: Intermeios, 2015. 250 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.
- MACKINDER, H. J.. *Democratic Ideals and Reality: a study in the politics of reconstruction*. New York: Henry Holt and Company, 1919. 266 p.
- MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890. 244 p.
- MARCOVITCH, Jacques. *Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 378 p.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. 216 p.
- MEDEIROS, Fernando Saboia de. *A liberdade de navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2014. 238 p.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999. 225 p.
- NABUCO, Joaquim. *O direito do Brasil*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial S.A. 1949. 285 p.
- PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o Parlamento brasileiro*. Brasília: FUNAG. 2009. 100 p.
- QUEIROZ, Fábio Albergaria de. *Hidropolítica e Segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada*. Brasília: FUNAG, 2012. 412 p.
- SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. Brasília: Senado Federal, 1999. 270 p.
- SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1973. 360 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular. 2010. 576 p.
- SORATO, Danilo. *A questão do Amapá e o ensino de história*. Rio de Janeiro: Autografia. 2019. 240 p.
- SPYKMAN, Nicholas John. *America's strategy in world politics*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942. 500 p.
- TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1947. 207 p.

## 2 ARTIGOS

BREDA, Norma. A evolução do direito internacional fluvial. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Senado Federal, a. 29, n. 115, p. 399-412, jul./set. 1992.

CARNEIRO, Camilo Pereira. *O Arco Norte da fronteira brasileira: entre a lógica militar de defesa e segurança e os projetos de infraestrutura e integração da América do Sul*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE DEFESA – ENABED, IX, 2016, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em [https://www.academia.edu/26863363/O\\_Arco\\_Norte\\_da\\_frenteira\\_brasileira\\_entre\\_a\\_l%C3%B3gica\\_militar\\_de\\_defesa\\_e\\_seguran%C3%A7a\\_e\\_os\\_projetos\\_de\\_infraestrutura\\_e\\_integra%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Am%C3%A9rica\\_do\\_Sul](https://www.academia.edu/26863363/O_Arco_Norte_da_frenteira_brasileira_entre_a_l%C3%B3gica_militar_de_defesa_e_seguran%C3%A7a_e_os_projetos_de_infraestrutura_e_integra%C3%A7%C3%A3o_da_Am%C3%A9rica_do_Sul). Anais do IX ENABED. Florianópolis-SC ABED 2016. Acesso em 15 dez. 2019.

CAVLAK, Iuri. *História da Guiana Francesa*. Do início da colonização até a invasão portuguesa de 1808. In: Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC. Campo Grande. 2016.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino e SILVA, Tiago Luedy. Universities as paradiplomatic actors in the border regions: a case study on the borders between Brazil and the Guiana Region. *Monções*, Dourados: UFGD, v.6, n.12, p. 258-276, jul/dez. 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. “Projeção do Brasil no Atlântico Sul”. In: *Revista USP*, N. 95, 2012, pp. 9-22.

FRANÇA, Rafael Francisco. *Por uma nova gestão de fronteiras no Brasil: riscos e desafios*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE DEFESA – ENABED, IX, 2016, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em <[https://www.academia.edu/27841491/Por\\_uma\\_nova\\_gest%C3%A3o\\_de\\_frenteiras\\_no\\_Brasil\\_riscos\\_e\\_desafios](https://www.academia.edu/27841491/Por_uma_nova_gest%C3%A3o_de_frenteiras_no_Brasil_riscos_e_desafios)>. Acesso em 15 dez. 2019.

FRANCHI, Tássio; BURSCHKYN, Marcel; DRUMMOND, José Augusto Leitão. A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX. *Novos Cadernos NAEA*, Belém: UFPA, v.14, n.1, p. 21-41, jun. 2011.

GONÇALVES, Hermes L. Menna Barreto Laranja. A criação do Comando Militar do Norte na Amazônia Oriental: uma questão geoestratégica. *Doutrina Militar Terrestre em revista*, Brasília: Comando de Operações Terrestres, p. 62-71, jan./jun. 2016.

GONZALES, Selma Lúcia de Mora; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2015. P. 39-76.

GRANGER, Stéphane. Entre contenção e cooperação. A percepção da fronteira guiano-brasileira pelos militares brasileiros no século XX. *Transhumante*, Medellín: Universidad de Antioquia/Universidad Autónoma Metropolitana, p. 48-73, n. 3. 2014.

JÚNIOR, José Frederico. Dimensão 22: o DNA da FAB. *Aerovisão*, Brasília: CECOMSAER, Ano 44, p. 30-37, Out/Nov/Dez/2017. Disponível em [www.fab.mil.br/publicacao/listagemAerovisao](http://www.fab.mil.br/publicacao/listagemAerovisao). Acesso em 10 dez. 2019.

LAURANCE, William F. et alii. *Predictors of deforestation in the Brazilian Amazon*. Journal of Biogeography, 29. 737-748. Blackwell Science Ltd, 2002.

LUEDY, Tiago; MELLO, Milton Deiró de. Geopolítica e projeção de poder na Amazônia: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos comandos militares e remanejamento de forças. 2016. 14 p. Disponível em [https://www.academia.edu/30037738/Geopol%C3%ADtica\\_e\\_proje%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_poder\\_na\\_Amaz%C3%B4nia\\_a\\_reestrutura%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_estrat%C3%A9gia\\_de\\_defesa\\_reorganiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_comandos\\_militares\\_e\\_remanejamento\\_de\\_for%C3%A7as](https://www.academia.edu/30037738/Geopol%C3%ADtica_e_proje%C3%A7%C3%A3o_de_poder_na_Amaz%C3%B4nia_a_reestrutura%C3%A7%C3%A3o_da_estrat%C3%A9gia_de_defesa_reorganiza%C3%A7%C3%A3o_dos_comandos_militares_e_remanejamento_de_for%C3%A7as). Acesso em 17 dez. 2019.

MACKINDER, H. J. *The geographical pivot of history*. The Geographical Journal. Londres: Royal Geographical Society, v. XXIII, n. 4. p. 421-444. 1904.

\_\_\_\_\_. *A geopolítica do poder terrestre revisitada*. Em: Lua Nova. São Paulo, n. 34, p. 55-71., 1994.

MEDEIROS FILHO, Oscar. Por uma geopolítica para a Amazônia: desafios e oportunidade. 14 nov. 2019. *EBLog*. Disponível em <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/por-uma-geopolitica-para-a-amazonia-desafios-e-oportunidade.html>. Acesso em 17 dez. 2019.

MONTENEGRO, Renan Holanda. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em Ciência Política. *Revista Agenda Política*, São Carlos: UFSCar. vol. 4, n. 2, maio/agosto 2016. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/104/98>. Acessado em 13 jun. 2018.

NASCIMENTO, Durbens Martins. Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a Defesa no século XXI. *Papers do NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos*. Belém: UFPA, Paper 241, 2009. 17 p. Disponível em <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/154>>. Acesso em 13 dez. 2019.

NEVES, André Luiz Varella. A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado. Em: *Rev. Bras. Est. Def.* v. 5, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2018.

NOGUEIRA, Ricardo Jose; NETO, Thiago Oliveira. Geopolítica e Rodovias na Amazônia brasileira. Em: *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*. v. 12, n. 17, jan-jul.2016. p. 55-83.

PAUTASSO, Diego; UNGARETTI, Carlos Renato. A nova rota da seda e a recriação do sistema sinocêntrico. In: *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, v.4, n.3, p. 25-44, 2017.

PIMENTA, Marília Carolina Barbosa de Souza. Soberania fragmentada nas fronteiras amazônicas frente à crescente presença do narcotráfico: uma tragédia anunciada. *Perspectivas*, São Paulo: UNESP, v. 50, p.173-185, jul./dez.2017.

PINTO, Emanuel Pontes. *Viagem de descobrimento ao rio Madeira e suas vertentes por Francisco de Mello Palheta*. In: *Revista Eletrônica Veredas Amazônicas*. v.2, n. 2. Porto Velho. 2012.

PIVETTA, Marcos. A floresta da chuva. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, nov. 2019, p. 18-23. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/11/04/a-floresta-da-chuva/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. As duas Amazôniaas. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, nov. 2019, p. 24-29. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/11/05/as-duas-amazonias/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

ROMANI, Carlo. O massacre de Amapá: a guerra imperialista que não houve. *Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, Toulouse: IPEAT, n. 95, p. 85-118, 2010.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo et al. Transfronteirizações na América do Sul: uma agenda de pesquisa sobre dinâmicas territoriais nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil. *PRACS*, Macapá: UNIFAP, v.7, n.1, p. 99-115, jan.-jun. 2014.

SIMONIAN, Ligia; FERREIRA, Rubens. Trabalho e vida em terra estrangeira: o caso de imigrantes brasileiros na Guiana Francesa. *História Revista*, Goiânia: UFG, v. 10, n. 2, p. 227-253, jul./dez. 2005.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. *Intellector*, Pelotas, v. XI, n. 22, p. 129-147, jan./jun. 2015.

WALT, Stephen M. Who Will Save the Amazon (and How)? *Foreign Policy*. 5 Ago 2019. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2019/08/05/who-will-invade-brazil-to-save-the-amazon/>>. Acesso em 19 dez. 2019.

ZORZETTO, Ricardo. Crescer sem destruir. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, nov. 2019, p. 34-39. Disponível em <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/11/05/crescer-sem-destruir/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

### 3 CAPÍTULOS DE LIVROS

BOMBARDI, Fernanda Aires. Fortificações militares nas capitâneas do Cabo Norte e Pará: território, povoamento e comércio (1668-1706). In: RODRIGUES, Fernando da Silva Rodrigues; FERRAZ, Francisco; PINTO, Surama Conde Sá. *História militar: novos caminhos e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2015.

DHENIN, Miguel Patrice Philippe. Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança na faixa de fronteira na doutrina militar brasileira. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2013. 368 cap. 9. p. 225-248. Disponível em <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/20>. Acesso em 16 dez. 2019.

MIRANDA, Wando Dias; NASCIMENTO, Durbens Martins. A Defesa Nacional na Amazônia Brasileira: um estudo sobre a constituição dos pelotões especiais de fronteira. In: NASCIMENTO,



Durbens Martins; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2013. 368 cap. 10. p. 281-309. Disponível em <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/20>. Acesso em 16 dez. 2019.

PAIVA, Luis Eduardo Rocha Paiva. Integração da Pan-Amazônia: desafios, estratégias, tendências e reflexos para a defesa nacional. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Mora; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2015. p. 39-84.

\_\_\_\_\_. O jogo de poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e a projeção do Brasil. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Mora; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2015. p. 185-232.

PENNA FILHO, Pio. Interações regionais e pressões internacionais sobre a Pan-Amazônia: perspectivas brasileiras. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Mora; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2015. P. 17-38.

\_\_\_\_\_. Os desafios amazônicos e a ação externa brasileira. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Mora; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2015. P. 87-112.

PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1500-1700). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 460 p. cap. 1, pos. 866-1444. E-book.

SENA JUNIOR, Paulo Roberto de. Segurança, defesa e soberania na Amazônia: O Sistema de Vigilância da Amazônia. (SIVAM). In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2013. 368 p. cap. 10. p. 249-280. Disponível em <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/20>. Acesso em 16 dez. 2019.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Interações espaciais Amapá (Br)-Guiana Francesa (Fr): uso político do território e cooperação transfronteiriça. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Macapá: Editora, 2010. 210 p. p. 73-104. Disponível em <[https://www.academia.edu/12198313/Silva\\_G.V.\\_Interações\\_Espaciais\\_Amapá\\_BR\\_-Guiana\\_Francesa\\_FR\\_Uso\\_Pol%C3%ADtico\\_do\\_Territ%C3%B3rio\\_e\\_Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_Transfronteiri%C3%A7a.\\_In\\_Porto\\_J.L.R.\\_Nascimento\\_D.\\_coord.\\_INTERA%C3%A7%C3%B5ES\\_FRONTIARIAS\\_NO\\_PLAT%C3%B4\\_DA\\_S\\_GUIANAS\\_Novas\\_constru%C3%A7%C3%B5es\\_novas\\_territorialidades.\\_Rio\\_de\\_Janeiro\\_PUBLIT\\_2010](https://www.academia.edu/12198313/Silva_G.V._Interações_Espaciais_Amapá_BR_-Guiana_Francesa_FR_Uso_Pol%C3%ADtico_do_Territ%C3%B3rio_e_Coopera%C3%A7%C3%A3o_Transfronteiri%C3%A7a._In_Porto_J.L.R._Nascimento_D._coord._INTERA%C3%A7%C3%B5ES_FRONTIARIAS_NO_PLAT%C3%B4_DA_S_GUIANAS_Novas_constru%C3%A7%C3%B5es_novas_territorialidades._Rio_de_Janeiro_PUBLIT_2010)>. Acesso em 17 dez. 2017.

TOSTES, José Alberto. Formação institucional e desenvolvimento regional do estado do Amapá. In: SILVA, Fábio Carlos da; RAVENA, Nirvia. *Formação Institucional da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. 607 p. cap. 3, p. 107-170.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. As funções de defesa. In: ANDRADE, Israel de Oliveira; LANGE, Valério Luiz; FILHO, Oscar Medeiros; LIMA, Raphael Camargo. *Desafios contemporâneos para o Exército Brasileiro*. Brasília: IPEA-CEEEEx. 2019. p. 87-92.

#### 4 TESES E DISSERTAÇÕES

BRUCKMANN, Monica. *Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico*. Niterói, 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/01/Tese-de-2011-Monica-Bruckmann.pdf>. Acessado em 27 maio 2018.

CANINAS, Osvaldo Peçanha. *Intervenção militar por motivo ecológico: construção teórica, legitimidade e possíveis desdobramentos na Amazônia Brasileira*. Niterói, 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, 2010, 180 fl. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp145042.pdf>. Acesso em 14 dez. 2019.

SILVA, Rafael Amaro da. *Colônia Militar Pedro II: nação e civilização na fronteira norte do Brasil (século XIX)*. Belém, 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

#### 4 SITES

A gestão do Fundo Amazônia. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 2019, 13 jun. 2019. Notas & Informações. Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-gestao-do-fundo-amazonia,70002868976>. Acessado em 13 de junho de 2019.

BBC. De Amazônia a ofensa a esposa, as frases da escalada de tensão entre Bolsonaro e Macron. *BBC News Brasil*. 26 ago. 2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49455361>>. Acesso em 25 nov. 2019.

CAIAFA, Roberto. TCU detecta irregularidades em contratação para implantação de satélite SGDC 2 e suspende RFI. *Tecnologia e Defesa*, 21 set. 2019. Disponível em <http://tecnodefesa.com.br/tcu-detecta-irregularidades-em-contratacao-para-implantacao-de-satelite-sgdc-2-e-suspende-rfi/>. Acesso em 11 dez. 2019.

EXAME. Brasil e França: a ponte que não une. *Revista EXAME*. 17 mar. 2017. Disponível em <https://exame.abril.com.br/mundo/brasil-e-franca-a-ponte-que-nao-une/>. Acesso em 11 dez. 2019.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 1º Pelotão Especial de Fronteira: militares e índios formam amálgama do povo brasileiro, na defesa do País. *Noticiário do Exército*. Brasília, CCOMSEX. 26 out. 2017. Disponível em <https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/>

/asset\_publisher/MjaG93KcunQI/content/1-pelotao-especial-de-fronteira-militares-e-indios-formam-amalgama-do-povo-brasileiro-na-defesa-do-pais-. Acesso em 11 dez. 2019.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. *Reestruturação da FAB*. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/reestruturacao/>. Acesso em: 14 jun. 2018.

IEPÉ. *Instituto de Pesquisa e Formação Indígena*. Disponível em <https://www.institutoiepe.org.br/area-de-atuacao/povos-indigenas/>. Acessado em 28 de maio de 2019.

LEAL FERREIRA, Eduardo Bacellar. A segunda esquadra, a Amazônia e o Atlântico Sul. *Bonifácio*. 03 out. 2019. 17 p. Disponível em <<https://bonifacio.net.br/a-segunda-esquadra-a-amazonia-e-o-atlantico-sul/>>. Acesso em 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Novo comando militar vai ampliar presença do Exército na região amazônica. ASCOM, Brasília. 8 mar. 2013. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/noticias/4246-08-03-2013-defesa-novo-comando-militar-vai-ampliar-presenca-do-exercito-na-regiao-amazonica>>. Acesso em 11 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Tiriós: uma existência integrada às Forças Armadas. ASCOM, Brasília. 26 nov. 2015. Disponível em <https://defesa.gov.br/index.php/noticias/17556-tirios-uma-existencia-integrada-as-forcas-armadas>. Acesso em 11 dez. 2019.

NEVES, Lucas; COLETTA, Ricardo Della; FERNANDES, Talita. Macron diz que discutir status internacional da Amazônia é ‘questão que se impõe’. *Folha de São Paulo*. 26 ago. 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/macron-diz-que-discutir-estatuto-internacional-da-amazonia-e-questao-que-se-impoe.shtml>>. Acesso em 11 dez. 2019.

ROSENFELD, Denis Lerrer. A preservação da Amazônia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo. 19 ago. 2019. Opinião. Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,a-preservacao-da-amazonia,70002972960>. Acesso em 17 dez. 2019.

ROSSATO, Nivaldo Luiz. Mil dias no Comando da Força Aérea - Entrevista. *Aerovisão*, Brasília: CECOMSAER, Ano 44, p. 8-13, Out/Nov/Dez/2017. Disponível em [www.fab.mil.br/publicacao/listagemAerovisao](http://www.fab.mil.br/publicacao/listagemAerovisao). Acesso em 10 dez. 2019.

STAVRIDIS, James. Burning Brazil Threatens America’s Security. *Bloomberg*. New York, 1 set. 2019. Politics & Policy. Bloomberg Opinion. Disponível em <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-09-01/brazil-fires-threaten-u-s-national-security>. Acesso em 14 dez. 2019.

VASQUEZ, Maegan. Trump slams Macron for ‘insulting’ NATO while complaining about the alliance. *CNN*, New York, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/12/03/politics/donald-trump-nato/index.html>. Acesso em 3 dez. 2019.

**NB- Os anexos a seguir foram incluídos como fonte primária por darem sustentação documental à dissertação e também por não se acharem disponíveis de outra forma.**

## **ANEXO 1 – ENTREVISTA COM O COMANDANTE MILITAR DO NORTE**

General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

### **A MISSÃO DO COMANDO MILITAR DO NORTE**

Belém, PA, 05 de julho de 2019

#### **Qual a missão do Comandante Militar do Norte e como o senhor tem buscado cumpri-la?**

Antes mesmo de entrar no âmago da resposta, torna-se imperioso lembrar que a Amazônia foi, é e sempre será alvo de cobiça internacional, por mais que possam negar. Berço da maior biodiversidade natural do planeta, a Amazônia detém, além de inúmeras riquezas minerais, vegetais e animais, o maior depósito de água doce do mundo, seja pela imensidão da Bacia Amazônica, sejam pelos seus aquíferos. Por essa razão, o Exército Brasileiro sempre estará alerta à possíveis ameaças ao principal patrimônio do povo brasileiro: a sua Amazônia.

Agora focando na sua pergunta, o Comando Militar do Norte (CMN) foi criado há seis anos, quando o Exército Brasileiro resolveu aprimorar as ações sobre a região da Amazônia Oriental, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional, o gerenciamento administrativo e proporcionar melhores condições de emprego da Força Terrestre, em face do espaço estratégico da foz do Rio Amazonas e das diversas Infraestruturas Estratégicas da Região.

Antes, o Comando Militar da Amazônia (CMA) era responsável por toda a Amazônia legal brasileira - área muito grande - o que dificultava a ação de comando e a consequente rapidez das medidas demandadas.

Com a criação do CMN, dividiu-se a Amazônia em duas porções já consagradas – Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental – sendo esta última a cargo do CMN, com a responsabilidade sobre o Pará, o Amapá, o Maranhão e o norte do Tocantins. O CMN é responsável por cerca de 20% da área do País e 1.890 quilômetros de fronteira terrestre com a Guiana, Suriname

e Guiana Francesa, além de 2.200 quilômetros de costa. Além disso, essa área reúne um rico patrimônio ambiental, composto de inúmeras reservas minerais, de grande reserva hídrica, sem contar com as diversas Áreas de Proteção Ambiental e outras tantas reservas indígenas, em meio a dezenas de conflitos sociais. Soma-se, ainda, a gama de importantes Infraestruturas Estratégicas localizadas na região. Um bom exemplo disso é o farto complexo hidrelétrico instalado, responsável por aproximadamente 20% de toda a energia elétrica do País.

Para fazer frente a tamanho desafio, o CMN é integrado pela 8ª Região Militar (8ª RM), também sediada em Belém, e por duas brigadas de infantaria de selva, a 22ª Bda Inf SI, em Macapá-AP; e a 23ª Bda Inf SI, em Marabá-PA; além de outras Organizações Militares Diretamente Subordinadas, como são os casos da Base de Administração e Apoio, da 15ª Companhia de Polícia do Exército e da 8ª Companhia de Inteligência.

A 8ª RM, comandada por um Oficial General de Divisão, tem a árdua missão de prover toda a logística da área de responsabilidade do CMN, seja ela nas funções transporte e suprimento, bem como nas funções recursos humanos, saúde, engenharia, manutenção e fiscalização de produtos controlados.

Existem desafios importantes a serem superados neste campo de atuação, principalmente relacionados à geografia da área. A floresta amazônica é um importante fator restritivo do transporte. Há uma grande carência de eixos rodoviários. Por exemplo, no norte, existe apenas uma rodovia que liga a capital do Amapá, Macapá, ao Oiapoque - principal cidade na fronteira com a Guiana Francesa. Na região central do Pará, a rodovia Transamazônica (BR 230) ainda não foi concluída e, aqueles trechos existentes, no período de chuva, são problemáticos. A BR 163, que faz a conexão da Transamazônica com o Centro-Oeste, no período de chuva, praticamente tem seu trânsito interrompido, o que dificulta muito o transporte por caminhões. Existem áreas que normalmente são alagadas no período das cheias. Enfim, a logística na Amazônia Oriental é um grande desafio devido à sua geografia e à limitação do desenvolvimento regional.

A reboque da implantação do CMN, veio a criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (22ª Bda Inf SI) – Brigada da Foz do Amazonas, com sua sede em Macapá. Sua composição dispõe do 2º BIS, em Belém-PA; do 34º BIS, em Macapá-AM; e do 24º BIS, em São Luís-MA.

Com seu foco na estratégica região da foz do rio Amazonas, a Brigada da Foz é vocacionada para a vigilância da nossa fronteira. Para isso, o Comando de Fronteira Amapá/ 34º BIS guarnece três frações especiais de fronteira: a Companhia Especial de Fronteira de Clevelândia

do Norte, no Oiapoque; o Destacamento Especial de Fronteira (DEF) de Vila Brasil; e o DEF de Tiriós, na fronteira com o Suriname. Essas tropas, muito bem adestradas, realizam contínuos reconhecimentos de fronteira, atividade conhecida como ReFron, oportunidade em que frações realizam patrulhamentos terrestres, através selva, bem como fluviais, revisando os marcos fronteiriços existentes. O contato e a ligação com as comunidades locais, indígenas ou não, contribuem com a coleta de informações a respeito de presença estranha na região de fronteira. Qualquer anormalidade ou ameaça, a Brigada tem condições de enviar reforços, seja por terra, seja por meio aéreo.

Nesse contexto, as operações de combate aos crimes transfronteiriços também fazem parte do rol de missões dessa jovem Grande Unidade. Na Calha do Oiapoque, por exemplo, existe todo tipo de ilícito, como garimpo ilegal, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, prostituição infantil e biopirataria. Tais problemas socioambientais são potencializados porque ocorrem na fronteira com uma potência de Primeiro Mundo, cuja moeda é o euro. Para exemplificar essa complexidade, o índio francês recebe oitocentos euros por filho nascido, cujo poder aquisitivo se contrasta com a realidade brasileira do outro lado da fronteira. Juntamente com a desigualdade cultural, tal diferença econômica encoraja o comércio de ilícitos. Além disso, enquanto no lado brasileiro, a dificuldade de habitar a fronteira é grande, no lado francês ocorre exatamente o contrário. A maior parte da fronteira brasileira com a Guiana Francesa, Suriname e Guiana está repleta de áreas de proteção ambiental, de áreas de conservação e de terras indígenas. Nessas áreas, seguindo o que prescreve a legislação, não há atrativos para a fixação da população na área. Do lado francês, por sua vez, ocorre exatamente o contrário, a França incentiva o seu povoamento. Quando realizamos um sobrevoo na faixa de fronteira pode-se observar cidadezinhas povoadas, todas com energia elétrica, produzidas por painéis fotovoltaicos nos telhados das casas. No lado brasileiro, nada disso ocorre. Essa disparidade acaba criando uma animosidade.

Posso concluir parcialmente que a Brigada da Foz, embora esteja em pleno processo de implantação, vem cumprindo todas as suas missões na região de fronteira, fruto do trabalho incansável de uma equipe pioneira de militares de escol.

O nosso outro braço forte do CMN é a 23ª Brigada de Infantaria de Selva – Brigada da Transamazônica, uma das mais completas e poderosas Grande Unidades do Exército. Tanto é verdade, que essa Brigada é uma das Forças de Emprego Estratégico do Exército. Seu perfil

especial vem principalmente de sua organização para o combate, ou seja, a Brigada é estruturada com quase todos os sistemas operacionais necessários.

Sua vocação, além das operações na selva, no contexto de defesa externa, é também direcionada para a garantia da lei e da ordem – notadamente quando nos referimos aos diversos problemas sociais no interior da área sob responsabilidade do CMN.

O isolamento do poder político-econômico da região ocasionou, ao longo do tempo, o surgimento de diversos focos de tensão psicossociais, gerando sérios conflitos internos. As questões sociais que mais preocupam o CMN, em especial no estado do Pará, são: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); as pressões decorrentes das inúmeras Unidades de Conservação e das Terras Indígenas; a exploração ilegal de madeira; os garimpos ilegais; e as grilagem de terra. Além disso, há um crescente aumento da atuação do crime organizado. Todos esses aspectos, somados à capacidade limitada dos órgãos de Segurança Pública, transformam-se em potenciais focos de tensão que acabam por demandar o emprego da nossa tropa.

Não menos importante, existe outro aspecto relevante que interessa ao CMN - a proteção das infraestruturas estratégicas da região. Embora não seja missão constitucional explícita das Forças Armadas prover a segurança dessas instalações, não resta dúvida que o Exército deve estar preparado para uma reação frente a uma possível ameaça a qualquer infraestrutura de vulto que possa a vir desestabilizar o País.

A área sob responsabilidade do CMN é repleta dessas infraestruturas Estratégicas. Merecem destaque especial as grandes usinas hidrelétricas em funcionamento que fornecem energia não só para os estados da região, mas também para outras áreas do País. Para efeito de exemplo, estão localizadas em nossa jurisdição a UHE de Belo Monte (PA), de Tucuruí (PA) e de Estreito (MA). Como dado de referência, deve ser registrado que aproximadamente 20% da energia produzida no Brasil é gerada no Estado do Pará.

Devido ao rico subsolo paraense, existem muitos projetos mineradores, sejam privados ou estatais, como o da Vale, em Carajás, por exemplo. Associada à mineração, a Estrada de Ferro Carajás (EFC) é outro ativo importante para a economia do país. Partindo de Carajás, a ferrovia passa por Parauapebas e Marabá até a ferrovia atingir o porto de Itaqui no Maranhão. São 892 km de extensão, em mão dupla, com grande capacidade de transporte de carga e de passageiros.

Existem também na região vários portos importantes para o escoamento da produção regional, aproveitando-se das vias fluviais portentosas como os rios Araguaia, Tocantins, Xingu, Tapajós e Trombetas, que junto ao Grande Rio formam uma malha fluvial relevante.

Deve ser registrado ainda que está localizado no Maranhão o Centro de Lançamento de Alcântara, além de diversos aeroportos privados, utilizados pelas linhas aéreas, além de pistas de pouso estratégicas para a concentração de tropas no norte do País.

Ciente da importância dessas estruturas, a tropa do CMN deve estar preparada e adestrada para a defesa desses pontos sensíveis, no intuito de ser capaz de, em situações de extrema ameaça e inseridos nas condições legais de emprego da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atuar contra invasões como aquelas que ocorreram em 2006 e 2007 em Tucuruí.

Assim sendo, a Brigada da Transamazônica, até mesmo pela localização estratégica de suas Unidades, é voltada para ações de GLO e proteção das estruturas estratégicas.

No entanto, para encarar os desafios já citados, a tropa deve estar preparada. Para tanto, a instrução militar é prioridade no Comando Militar do Norte. Nessa ótica, a ordem é instruir, adestrar, treinar, operar os equipamentos, participar do desenvolvimento regional e nacional, participar das operações conjuntas do Ministério da Defesa, entre outras medidas. Essas operações ocorrem nos diversos escalões. Algumas no nível Brigada, em outras, o escalão envolvido é o Comando Militar de Área. Dessas, pode-se citar a Operação Ágata, a Operação Curare, a Operação Curare Oriental, a Operação Tumucumaque, da 22ª Brigada, a Operação Pedro Teixeira, esta de responsabilidade da 23ª Brigada. Em cada uma delas busca-se preparar a tropa para desempenhar as missões correspondentes às respectivas vocações, quer seja na fronteira, quer seja em GLO e proteção de estruturas estratégicas.

Gostaria de destacar a importância que damos ao adestramento de nossa tropa em operações na selva, notadamente quanto ao treinamento da Estratégia da Resistência, aquela a ser adotada pelo Brasil na defesa da Amazônia frente ao cenário de um invasor com poder militar incontestavelmente superior. Nosso foco e nossa prioridade é a defesa da Amazônia brasileira e ela deve ser o “farol” do nosso preparo, seja contra quem for.

Para isso, posso afiançar que o CMN vem cumprindo satisfatoriamente sua missão, dedicando seu tempo e recursos na preparação de seus maiores valores: seus recursos humanos.



**Considerando que o CMN é recém-criado, quais projetos o senhor tem em mente para o contínuo aprimoramento do mais novo Comando Militar de Área do Exército Brasileiro?**

Temos muito trabalho pela frente! Não é segredo que existem alguns desafios, sejam logísticos, administrativos ou operacionais. Para superá-los, o Comando Militar do Norte vem conduzindo diversos projetos, sendo que alguns deles em pleno e exitoso andamento.

Assim que assumi o Comando, percebi uma certa dificuldade em atrair militares para vir servir na sede do Comando, em Belém, devido principalmente às desvantagens apresentadas pela cidade, como a violência, o isolamento, as condições urbanas, entre outras. Para fazer frente a essas dificuldades enfrentadas pela família militar, há uma portaria do Ministério da Defesa que classifica as cidades conforme essas peculiaridades e estipula uma gratificação aos militares que servem nessas localidades.

Entretanto, Belém era a única guarnição da região amazônica que não se enquadrava entre essas localidades (categoria “A”). Em contrapartida, cidades como Manaus, Porto Velho, Macapá, Santarém e Marabá são todas elas classificadas como categoria “A”. Rapidamente determinei um estudo de Estado-Maior para apresentar ao Alto Comando do EB e posteriormente ao MD. Com o apoio das três Forças, a proposta foi aprovada e ao final do ano de 2018, o Gen Silva e Luna – então Ministro da Defesa - assinou a portaria que incluía a cidade de Belém como categoria “A”. Para isso, devo reconhecer o grande apoio que recebi do então Comandante do EB, Gen Villas Bôas, grande conhecedor dos problemas da região amazônica, para que a mudança fosse implementada.

Com as vantagens financeiras que a categoria “A” oferece, sem dúvida alguma, conseguimos recrutar com mais eficiência os profissionais interessados em servir na guarnição. Isso pode não parecer importante, mas percebe-se nitidamente uma mudança na motivação do militar no trabalho. Hoje, existe uma grande procura de militares interessados em servir em Belém. Esse aumento da procura permite uma melhor seleção e, conseqüentemente, melhor qualidade de recursos humanos, melhoria no moral da tropa e no apoio à família militar.

O efetivo atual do CMN é de cerca de 10 mil homens e mulheres. Considero que ainda cabe um aprimoramento, especialmente face aos desafios do norte, onde há necessidade de maior

presença militar. A 22ª Bda Inf SI, recém-criada, ainda não dispõe de todas as estruturas de apoio. A logística da Brigada ainda é feita pelo Parque Regional de Manutenção 8, pelo 8º Batalhão de Suprimento (8º B Sup) e pelo Hospital Geral de Belém, todos localizados em Belém. A Brigada necessita, a médio prazo, de sua própria OM logística (Batalhão Logístico), bem como de uma estrutura própria de saúde. Ademais, necessita-se que os nossos DEF sejam revitalizados e adaptados para receber os familiares dos militares que lá servem. Para isso, o CMN vem realizando gestões junto aos Órgãos de Direção Geral e Setoriais para a viabilização dessas demandas.

No que diz respeito à saúde, a criação do Posto Médico da Guarnição de Macapá está bem encaminhada, visando um melhor atendimento de saúde para a família militar na capital do Amapá.

Com relação ao Pelotão de Fronteira de Tiriós, estão sendo feitas diversas melhorias. O pelotão foi criado em 2002 e está completo, com todas as condições de apoio à tropa. O pelotão dispõe de PNR, enfermaria, área de lazer, quadra de esportes, entretanto, só há produção de energia por 8 horas. Por essa razão, não são enviados familiares para o local, já que existe dificuldade de reabastecimento de combustível para o gerador, fruto da limitação de acesso ao pelotão ser somente por avião ou por helicóptero. Não existe estrada ou rio que permite chegar ao pelotão. Para reduzir essa vulnerabilidade, o Programa Calha Norte alocou recursos para instalação de uma planta solar no Pelotão, de modo a permitir a disponibilidade de energia por 24 horas. Com isso, teremos então as condições necessárias para que os militares possam levar seus familiares para morar no pelotão.

A melhoria das condições logísticas de Vila Brasil é outro grande objetivo do nosso Comando. Atualmente, as instalações encontram-se em condições precárias. Como somente se chega por helicóptero ou por meio fluvial, há uma dificuldade natural de se prover a logística necessária para possíveis reformas. Nesse contexto, faremos gestões para se levar, por meio aéreo, o material e pessoal necessários para as demandas de reformas. Assim, é projeto do nosso Comando melhorar as condições de habitabilidade de Vila Brasil.

Além disso, a continuação da implantação da 22ª Bda Inf SI é acompanhada de perto pelo Comando Militar do Norte junto ao Estado-Maior do Exército, que vem seguindo religiosamente o calendário previsto de implantação.

Resultado de um estudo entre o EME, o DEC e o DGP, o Alto Comando do Exército também resolveu criar uma Companhia de Engenharia de Combate de Selva para integrar a 23ª

Bda Inf SI. Tal decisão tornará a 23ª Bda Inf SI – Força de Emprego Estratégico do EB – uma das Grandes Unidades mais completas do País, aumentando o poder relativo de combate da Brigada e consequentemente do CMN.

Levamos também para análise do Alto Comando do Exército a necessidade de se iniciar a implantação do Sistema de Comando e Controle de área. Para o comando e controle orgânico, espera-se no futuro a criação do 2º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica de Selva, em Belém, para apoiar o Comando Militar de área como um todo. Enquanto isso, nas operações militares na faixa de fronteira, o comando e controle é realizado pela 23ª Companhia de Comunicações de Selva de Marabá, que se desloca de Marabá, para a região de fronteira. Não se imagina, em tempos modernos, quando a velocidade da informação é enorme, um Comando Militar de Área sem uma estrutura de C<sup>2</sup>.

A médio prazo, entendemos que haverá também a necessidade, a reboque da criação do Comando Militar do Norte, de se transformar a 15ª Companhia de Polícia do Exército em Batalhão, bem como espera-se a evolução do Centro de Telemática em Centro de Telemática de Área, no rol dos ajustes necessários, conforme a doutrina, a dotar o novo Comando Militar de Área dos meios necessários para o cumprimento de sua missão.

Tão importante como os projetos citados anteriormente, embora ainda em fase de convencimento no Alto Comando do Exército, é o projeto de criação de uma unidade de helicópteros em nosso Comando de Área, a exemplo do 4º Batalhão de Aviação do Exército (BAvEx), do Comando Militar da Amazônia. O CMN não dispõe de nenhuma unidade aérea, quer seja de helicópteros, quer seja de asa fixa. As dimensões da área, a missão na fronteira e a constante vigilância de nossas áreas estratégicas justificam e impõe a disponibilidade do vetor aéreo em nosso Comando. Para nossa satisfação, a Chefia de Logística e Mobilização do Ministério da Defesa criou, recentemente, um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de compartilhamento de bases aéreas de aeronaves de asa rotativa. Tal proposta vai ao encontro do que eu penso para atender a grande demanda de apoio aéreo neste Comando Militar. Atualmente, quando há necessidade de apoio aéreo de asa rotativa, os helicópteros saem de Manaus em um voo de 6,5 horas, apenas de vinda. Se há necessidade de deslocar-se até a fronteira, são gastas 1,5 horas de voo. Assim, quando eu recebo 25 horas de voo para emprego no Oiapoque, na verdade só tenho disponibilidade de 9 horas, já que o restante é consumido nos deslocamentos administrativos. Se formos considerar que o custo de uma hora de voo de *Black Hawk* é US\$ 6.000,00, pode-se calcular

a economia e a efetividade de se dispor de uma base em Belém. Todos esses argumentos já foram apresentados em reuniões do Alto Comando e espera-se que haja uma sensibilização para a solução dessa questão.

Tratando-se de logística, temos carência de meios no 8º Depósito de Suprimento (8º D Sup), Organização Militar (OM) da 8ª Região Militar, que faz o ressuprimento das demais OM por meio de embarcações, o que exige meios em quantidade suficiente. Graças ao apoio do Programa Calha Norte e do SISFRON, a 8ª RM está adquirindo mais um *ferry boat* e uma balsa de 800 ton de capacidade com empurrador, que consiga trafegar em alto mar. Esta é uma capacidade necessária para a logística na região, pois ao sair da Baía de Guajará, onde se encontra Belém, na direção de Macapá, as condições de navegação são semelhantes às aquelas encontradas em alto mar, apesar de serem águas de rio.

Para se adequar fisicamente às demandas do novo comando, existem diversos projetos de caráter estrutural. O primeiro deles é construir um novo prédio para o Comando Militar do Norte, que ocupa atualmente instalações que eram da 8ª Região Militar e hoje são compartilhadas pelos dois comandos e ainda pela Base de Administração e Apoio. Atualmente trabalham nessas instalações quase 900 militares. O prédio é antigo e tem diversos problemas de manutenção. Diante disso, fizemos gestões junto ao EME e ao DEC para viabilizar em médio prazo a construção dessa instalação. O projeto está bem encaminhado e atualmente encontra-se na Diretoria de Obras Militares (DOM) para a viabilização do projeto de engenharia.

No que tange ao fortalecimento da identidade do CMN como tropa de selva, vamos organizar um grande evento em novembro de 2019, que será o I Seminário Internacional de Defesa e Proteção da Amazônia, oportunidade para colocar na pauta a questão da defesa para debate com toda a sociedade. Para isso, contamos com a parceria de diversas entidades acadêmicas, entre elas a Escola Superior de Guerra (ESG). Além desse tema prioritário, abordaremos também assuntos como meio ambiente e segurança pública, bem como iremos organizar uma feira de material de defesa com a participação de diversos países.

Como pode-se notar, a equipe vem trabalhando arduamente para que o Comando Militar do Norte atinja a estatura que ele merece, seja pela importância de sua missão constitucional, seja pela grandeza de melhor servir à nossa Amazônia.

**Com relação às fronteiras do Brasil, inexistente uma percepção da sociedade de ameaça, por considerar que nossos vizinhos não dispõem de poder para enfrentar o Poder Nacional. Nessa análise, normalmente não é considerada a fronteira com a França, um país que compõe o Conselho de Segurança, na condição de membro permanente, com direito a veto. Além disso, é uma potência militar com capacidade nuclear. Sob a ótica da defesa, como o senhor avalia a presença da França como país limítrofe do Brasil? Qual é a relação das tropas brasileiras com as tropas francesas na área de fronteira?**

Em uma rápida análise, cabe ressaltar alguns aspectos fisiográficos e políticos da região. Na fronteira com a Guiana e com o Suriname existe um obstáculo natural que dificulta o movimento de tropas, que é a Serra do Tumucumaque, com predomínio de selva e terreno pedregoso. Além disso, o fato da ausência de tropa surinamesa e de comunidades nas proximidades da fronteira, nos leva a considerar essa região como área passiva, o que minimiza as preocupações com a defesa.

É de conhecimento geral também que a Guiana tem uma questão de fronteira com a Venezuela, que reivindica quase 3/4 de seu território, na área do Essequibo, atraindo suas preocupações para o oeste de seu país. É importante considerar também que existe ainda uma área de disputa fronteira, de fricção, entre Guiana e Suriname, um triângulo que corresponde a 7% da área do Suriname, em região invadida pela Guiana em 1969, conhecida como Tigri, ou Triângulo do Rio Novo. Assim sendo, nossa percepção é de que a preocupação de defesa desses dois países está voltada para essas questões fronteiriças, tornando a fronteira com o Brasil uma área de menor prioridade.

De tudo isso ligeiramente abordado, soma-se a inexistência de vias de acesso, de rios penetrantes e de estradas entre nossos países, dentro da área do CMN. Entretanto, o mais relevante é o relacionamento histórico pacífico e amigável com esses dois países irmãos, o que confirma essa percepção da sociedade na inexistência de ameaça com nossos vizinhos.

Quanto à França como país limítrofe ao Brasil, antecipo que não vejo problema algum, notadamente por ser um país amigo há séculos. Inicialmente, o Brasil é o país que tem a fronteira mais extensa com a França, totalizando cerca de 730 quilômetros. Além disso, o Brasil é o maior parceiro comercial da França na América Latina e o seu quarto parceiro mais importante fora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No campo militar, devemos

lembrar que após a I Guerra Mundial, o governo brasileiro contratou a Missão Militar Francesa (MMF) em 1919, a qual foi responsável pela orientação do processo de modernização do Exército Brasileiro e pela criação da Escola de Aviação do Exército, *célula mater* da Força Aérea Brasileira. Depois disso, o Brasil fez parte da coligação dos aliados na 2ª Grande Guerra, junto com a França, no combate ao nazifascismo. Além disso, atualmente a França é um parceiro estratégico do Brasil na área de defesa. Para exemplificar, em 2008, os dois países assinaram um Acordo de Estatuto de Forças, bem como possuem acordos nessa área no valor aproximado de 12 bilhões de dólares, que envolvem parcerias na construção de helicópteros e de submarinos, com transferência de tecnologias. Como é fácil notar, as relações entre o Brasil e a França são fortes e duradouras.

No que tange à nossa fronteira, a relação entre militares franceses e brasileiros é excepcional. Nós realizamos diversas operações com os franceses ao longo do ano. Elas são sincronizadas, mas não são combinadas, isto é, não há presença de tropa armada francesa no Brasil, nem tropa armada brasileira na França. Nessas oportunidades, na fronteira entre os dois países, que é a calha do rio Oiapoque, é normal a circulação de embarcações francesas e brasileiras, com militares armados e equipados, durante o período da operação, sem constrangimentos de ambas as partes. Fora desses períodos, quando há necessidade de militares cruzarem a fronteira para alguma coordenação é estabelecido contato e solicitada autorização, que é normalmente concedida. Assim, a integração entre os militares de ambos os países é a melhor possível.

Nas Reuniões Regionais de Integração Militar (RRIM), mecanismos de intercâmbio bilateral do Exército Brasileiro com os exércitos vizinhos, que ocorrem em geral em Caiena, Macapá ou Oiapoque, são tratados os temas locais relacionados às questões de fronteira. O tópico mais recorrente, atualmente, é o combate aos ilícitos transfronteiriços, principalmente o garimpo ilegal. A área é muito rica em ouro. Comenta-se que no rio Sikini, um dos afluentes do Oiapoque, na Guiana Francesa, o ouro é encontrado com facilidade, o que atrai uma grande massa de aventureiros, independente de nacionalidade. A mineração ilegal também contribui para o surgimento de outros ilícitos, como o tráfico de drogas e o tráfico de combustível.

Nos escalões mais elevados, as interações também ocorrem intensamente. Por exemplo, nas comemorações da Queda da Bastilha, em 14 de julho, anualmente são convidados para os festejos da data magna da França, a nossa banda de música, um pelotão da Companhia Especial de Fronteira, o Comandante da 22ª Brigada e o Comandante do 34º BIS. Da mesma forma, no 7

de setembro, nós recebemos aqui em Belém, ou em Macapá, a Legião Estrangeira e o Comandante das Forças Armadas da Guiana Francesa.

Como Subchefe de Assuntos Internacionais no MD (SCAI), em 2016, eu estive na França em uma Reunião Bilateral de Defesa, acompanhando o Chefe de Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCFA) e pude observar a atenção que a França atribui à fronteira da Guiana Francesa com o Brasil.

Dessa forma, embora não haja ameaças estrangeiras entre os países fronteiriços, a vigilância permanente de nossas fronteiras é e deve ser uma missão perene. A defesa externa é uma missão constitucional e razão principal de nossa existência. Ademais, a nossa preocupação com o combate aos crimes transnacionais, ambientais e transfronteiriços, nos mantém alertas e em constante adestramento.

### **Como é o relacionamento entre as Forças Armadas na Guarnição de Belém?**

Eu estou completando 8 anos e meio de Amazônia, oportunidades somadas em que conheci as peculiaridades tanto da sua porção Ocidental, como de sua porção Oriental. Pelas características da região amazônica, a possibilidade de integração da Marinha, Exército e Força Aérea é bem maior do que em outras regiões do Brasil. Isso se deve ao fato de que as limitações de acesso ao interior da Floresta impõem um apoio mútuo entre as Forças para o cumprimento de suas missões.

Muitos locais somente são acessíveis por meios aéreos, sejam de asa fixa, sejam de asa rotativa, o que torna fundamental o emprego de meios aéreos das três Forças. Por isso, as missões das Forças acabam se confundindo, como pode ser visto claramente nas Operações Ágata.

Sendo assim, aqui em Belém, há uma união de esforços entre o CMN, o 4º Distrito Naval e a ALA 9, o que torna o relacionamento excepcional. Para citar um exemplo dessa integração, nas últimas eleições, em 2018, percebendo a necessidade de coordenação, nós convidamos a Marinha e a Força Aérea para participar de um Centro de Operações aqui no CMN, onde pudemos integrar as atividades e distribuir melhor os recursos disponíveis. Dessa forma, foi possível colocar tropa da Marinha, do Exército e da Força Aérea nos 174 municípios da nossa região. O Centro funcionou muito bem. Em outras operações, como a Cabo Orange e a Curare Oriental,

normalmente temos utilizado embarcações da Marinha para transportar tropas do 24º BIS, do Maranhão, e do 2º BIS, de Belém, para Macapá.

Concluindo, considero que a integração entre as Forças Armadas na Amazônia Oriental é muito boa. Em função de todos esses fatos, eu diria que, se houver no futuro alguma possibilidade de se criar um Comando Conjunto Piloto para experimentação, no âmbito do Ministério da Defesa, Belém, pela importância estratégica e pela facilidade de integração, seria um excelente local para esse teste.



## **ANEXO 2 – ENTREVISTA COM O COMANDANTE DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA**

General de Brigada Adilson Giovani Quint

### **A MISSÃO DA 22ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA**

Macapá, AP, 10 de dezembro de 2019

#### **1. Quais fatores motivaram a criação da Brigada da Foz?**

Eu me recordo que, por volta do ano de 2010, o Estado-Maior do Exército (EME) iniciou seus estudos para atualizar o Plano Estratégico do Exército em decorrência dos estudos que estavam sendo realizados no âmbito do Ministério da Defesa, acerca da Estratégia Nacional de Defesa.

No âmbito do Exército, particularmente na 7ª Subchefia do EME, o Centro de Estudos Estratégicos realizou uma ampla pesquisa com diversos oficiais gerais e oficiais superiores da ativa e da reserva. Além dos militares, os responsáveis pela pesquisa também ouviram vários civis de renome e com conhecimento estratégico. Paralelamente a isso, houve a contratação da Fundação Getúlio Vargas para fazer uma avaliação no âmbito do Exército Brasileiro. Todas essas informações foram bastante estudadas por um grupo de trabalho seletivo que realizou a atualização do planejamento estratégico do Exército. Para que o cumprimento da tarefa, foram seguidas as 7 (sete) fases que compõem o planejamento da instituição. A fase 1 compreende a análise da missão do Exército, da sua visão de futuro e ainda dos valores fundamentais para a Força Terrestre. A fase 2 realizou uma avaliação diagnóstica estratégica da Força, levantando seus pontos fortes, oportunidade de melhoria, ameaças externas e ameaças internas que, juntamente com aquelas informações levantadas junto aos oficiais gerais e oficiais superiores com experiência, da ativa e da reserva, pudessem resultar em dados atualizados da conjuntura do momento para a atualização do planejamento. A fase 3 constituiu-se na elaboração da Política Militar Terrestre, onde se discriminaram os objetivos estratégicos. Foi redigido o conceito simplificado de cada objetivo e o que se pretendia alcançar como resultado final, assim como foram identificados fatores críticos de

sucesso, quando fosse o caso. A fase 4 definiu as estratégias e ações estratégicas para atingir aqueles objetivos estratégicos já citados e a concepção estratégica do Exército. A fase 5 resultou no Plano Estratégico do Exército com vários anexos que regulavam diversos assuntos como as capacidades militares terrestres, as prioridades em pessoal e material, as grandes unidades e unidades que teriam prioridade no preparo e no adestramento, dentre outros temas. A fase 6, depois de vários aperfeiçoamentos, estabelecia os recursos orçamentários que o Exército destinaria a cada um dos objetivos estratégicos já citados, o que veio a resultar posteriormente em um contrato de objetivos entre o Estado-Maior do Exército, órgão de direção geral, com todos os demais órgãos de direção setorial. A fase 7 corresponde a uma atualização e retroalimentação do planejamento estratégico.

Neste contexto, o Plano Estratégico do Exército tinha como referencial vários documentos, entre eles a Constituição Federal, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, dentre outros. A Estratégia Nacional de Defesa citava, em várias oportunidades, a importância do adensamento de tropas na região amazônica e particularmente na região da Foz do Amazonas, por ser considerada uma área estratégica para a defesa do Brasil, seja na conjuntura atual, seja em uma conjuntura ou prospectiva futura. O Exército procurou, desse modo, no contexto do seu planejamento, melhorar a coordenação das várias operações no âmbito da Amazônia Legal, resultando na criação de um Comando Militar de Área, o atual Comando Militar do Norte. De igual modo, foi criada a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, a brigada Foz do Amazonas.

## **2. De onde (estrutura) ou quem (liderança/assessoria) surgiu a ideia de implementar a mudança no dispositivo da Força na região?**

O ministro da Defesa, Nelson Jobim; o comandante do Exército, General Enzo; os chefes do Estado-Maior do Exército, general Silva e Luna e o general Etchegoyen, além do general Schneider, da sétima subchefia do EME, dentre vários outros militares e civis foram os líderes do processo.

## **3. A proximidade da fronteira com a França, país da União Europeia, foi fator prioritário na decisão?**

A região amazônica e a própria região da Foz do Amazonas sempre foram objetos de disputas territoriais entre as nações mais poderosas, respeitando-se cada período da história. A presença da França na área das Guianas decorre desse interesse daquele país em estar presente na região e de suas várias tentativas de conquista do território de Portugal e do Brasil, posteriormente. O fato é que quando se analisa os países que são vizinhos do Brasil chega-se a conclusão de que, no nosso entorno, há um país que é uma potência econômica e militar, participante da OTAN, país que possui expressivo poder militar, país que possui artefatos nucleares e conseqüentemente um poder de dissuasão significativo.

A proximidade com a França, no entanto não foi na minha opinião fator decisivo. O mais importante foi realmente aumentar a presença militar, ainda que não seja no momento uma força com poder realmente dissuasório. Há outros objetivos além desse, destacando-se a melhor capacidade da Força Terrestre em coordenar as operações na área amazônica e melhorar o intercâmbio militar com os países vizinhos.

#### **4. Aspectos geopolíticos tais como:**

- a. a proximidade da fronteira com a França;**
- b. a posição estratégica da Foz do Amazonas em relação às rotas de navegação marítima;**
- c. o controle que a foz do Amazonas exerce sobre o tráfego marítimo e fluvial dos países que compõem a Bacia Amazônica;**
- d. o interesse histórico dos Estados Unidos sobre a região amazônica; e**
- e. a utilização da calha dos rios amazônicos para o tráfico de drogas/pessoas oriundas dos países andinos/caribenhos**

#### **foram considerados pela Força para embasar a decisão?**

Não há dúvida que todos os aspectos geopolíticos citados na pergunta foram considerados pelo Ministério da Defesa e pelo Estado brasileiro para embasar a decisão de se criar mais um Comando Militar de Área e uma brigada do Exército na região Amazônica.

Além dos aspectos citados, não há dúvidas de que a região amazônica passará por um grande desenvolvimento econômico, seja como produtor, seja como uma área de transição e escoamento de riquezas nos anos vindouros.

## **5. Aspectos históricos como**

- a. o estabelecimento do projeto de França Equinocial que redundou da criação da cidade de São Luís, em 1612;**
  - b. o estabelecimento de uma colônia francesa na região da Guiana Francesa; e**
  - c. as disputas pela posse do Amapá e da Guiana nos séculos XVI ao XX**
- podem ser considerados relevantes para a decisão?**

Qualquer que seja o estudo estratégico e geopolítico de uma região, é lícito que seja estudada a história da região, e nesse contexto não há dúvida de que a França teve um papel importante na história da região.

## **6. O Ministério da Defesa participou da decisão do Exército em reestruturar o dispositivo de defesa na Foz do Rio Amazonas?**

O Ministério da Defesa contribuiu direta e indiretamente na decisão do Exército em reestruturar o seu dispositivo na área da Foz do Amazonas, principalmente por meio da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa. Todas as decisões que chegam ou devam chegar à Casa Civil ou ao GSI, órgãos da Presidência da República, devem passar pelo Ministério da Defesa. Assim sendo, o Exército necessariamente fez as coordenações e ajustes no nível político para que a sua intenção pudesse ter prosseguimento, pois a criação de cargos de oficiais-generais passa necessariamente pela aprovação do Ministério da Defesa.

## **7. Ao criar/alterar a nova estrutura, houve consulta da Força às demais Forças? Por quê?**

Não tenho conhecimento para afirmar se houve consulta às demais forças. Acredito que não tenha havido, tendo em vista que cada força realiza e persegue seus objetivos estratégicos e, neste caso, o ator mais interessado era o Exército.

## **8. Os efetivos e a localização das OM da Brigada são adequados?**

A resposta é afirmativa. Para a consecução das atuais missões destinadas à brigada e considerando o nível de ameaças que existe no entorno estratégico, pode-se afirmar que o efetivo é adequado. A brigada está sendo implantada e, no futuro, deverão ser agregadas algumas capacidades militares dentre as quais destaco a capacidade antiaérea, a de mobilidade e

contramobilidade, a de comando e controle e a logística militar. Claro é que poderá haver incremento e aumento de efetivo, no entanto o Exército, no contexto atual, precisa estabelecer prioridades para todas as demais áreas estratégicas do país, fazendo um estudo criterioso entre a disponibilidade de recursos financeiros e as necessidades da Força Terrestre. As forças armadas modernas também trabalham com alguns conceitos dentre os quais eu destaco o da modularidade, que permite que em determinado momento uma determinada capacidade militar possa ser deslocada de um lugar para reforçar ou apoiar uma determinada força militar que necessita daquela capacidade e que não a possui. Eu cito, por exemplo, a capacidade de lançamento de mísseis e foguetes da nossa artilharia e a própria artilharia antiaérea, que tem capacidade alocar seus meios para diversas áreas estratégicas do país a fim de apoiar uma determinada operação, situações que se aplicam naturalmente às eventuais necessidades da brigada Foz do Amazonas.

**9. Existia alguma estrutura conjunta nas propostas de novas estruturas criadas?**

No plano estratégico do Exército e no próprio Ministério da Defesa havia a intenção de ser desenvolvido projeto conjunto, como por exemplo a criação de uma base conjunta de helicópteros. No entanto, para responder esse questionamento, a resposta é negativa. Não havia intenção de se criar uma estrutura conjunta, quando da criação do Comando Militar do Norte ou da Brigada da Foz do Amazonas, melhor dizendo, que fosse do meu conhecimento.

**10. Em sua opinião, existe a possibilidade de criação de alguma estrutura conjunta na área de Defesa que atua na região da Foz do Amazonas?**

Na minha opinião, sim, há possibilidade de se criar alguma estrutura conjunta na área de defesa que atua na região da Foz do Amazonas e eu poderia citar particularmente na área de aviação de asa fixa e de helicópteros. Poderiam ser estudadas também estruturas conjuntas na área de logística e saúde por exemplo, no entanto, isso depende de coordenações que podem ser conduzidas pelo Ministério da Defesa, de modo a haver maior sinergia nessas áreas citadas por exemplo.

**11. Existe algum mecanismo de cooperação que funcione na região da Foz do Amazonas para integrar as ações das Forças Armadas?**

Todas as operações do Ministério da Defesa na região amazônica atendem ao princípio da cooperação e integração entre as Forças Armadas e, em algumas situações, com as diversas agências e órgãos federais e estaduais. A integração entre as Forças Armadas é cada vez maior na realização das nossas operações, sobressaindo sempre o princípio da cooperação, que dá maior efetividade e sinergia em nossas ações.

**12. Se pudesse ser feita uma quantificação, qual seria a distribuição percentual das prioridades para as ações de defesa da pátria, de GLO e de ações subsidiárias previstas na LC 136?**

Minha opinião pessoal é de que o nosso preparo deva buscar 100% as ações voltadas para defesa da Pátria. Entretanto, a realidade demonstra que o nosso preparo dedica 70% das ações para o preparo da força e 30% para atividades de garantia da lei e da ordem e de ações subsidiárias previstas na lei complementar 136. O próprio orçamento do Exército não é suficiente para atender todas as demandas para o preparo da Força Terrestre, razão pela qual são estabelecidas as forças militares que devam ter prioridade nesse preparo e isso acontece em outras forças militares também. É perfeitamente normal. O Exército Brasileiro e as Forças Armadas gozam de grande confiabilidade da sociedade, razão pela qual as forças têm sido empregadas em diversas ações de garantia da lei e da ordem e outras ações. Entretanto, sabemos que a principal razão de ser das Forças Armadas é a defesa da Pátria e todo nosso preparo é focado para que isso seja perseguido, a despeito dos desafios de toda ordem.

**13. Como o senhor avalia a viabilidade econômica do estado do Amapá para contribuir para a Defesa Nacional em sua esfera de competência e recursos disponíveis?**

Essa talvez seja a pergunta mais difícil de se responder, pois eu não tenho conhecimento suficiente para chegar a conclusões concretas. Acredito que o estado do Amapá tenha o potencial econômico particularmente direcionado para o extrativismo mineral, para o extrativismo vegetal e também um grande potencial turístico sendo capaz de receber navios cruzeiros, necessitando para isso de melhoria em vários pontos. Assim como vários outros estados da federação, o Amapá necessita de grandes investimentos na área de infraestrutura e precisa ainda consolidar um plano estratégico para o desenvolvimento do estado. Tenho colocado um ditado, ou pensamento que é "somente com planejamento estratégico e objetivos bem definidos, seremos uma grande nação" e

este pensamento vale para o estado do Amapá. O estado tem uma participação inexpressiva no produto interno bruto do país, alcançando cerca de 0,3% do PIB, o que indica que muito ainda pode ser feito para seu desenvolvimento.

**14. Qual o significado estratégico da foz do Rio Amazonas para a defesa da região Amazônica? Qual a participação do estado do Amapá?**

A área da Amazônia Legal corresponde a cerca de 60% de todo o nosso território, possuindo riquezas minerais, vegetais, floresta equatorial, água doce, rios gigantescos, biodiversidade riquíssima, áreas favoráveis ao agronegócio, dentre outras vantagens comparativas, tudo em proporções abundantes quando se fala de Amazônia. Quando se voa sobre a floresta amazônica, seja de avião ou helicóptero, é que se tem uma noção da extensão e da abundância da região. Excetuando-se o espaço aéreo, que permite a entrada por qualquer região, o principal acesso à região amazônica é realizado pela foz do rio Amazonas, tendo o canal mais próximo a Macapá maior importância por suas dimensões e profundidade. Desse modo, não é em vão que desde o final do século XV e início do século XVI esta região tem sido objeto de disputas pelas nações mais desenvolvidas.

**15. Como o senhor percebe a presença e as tarefas das Forças Armadas no Amapá e na região da Amazônia Oriental? São adequadas e suficientes?**

Eu percebo a presença e as missões das Forças Armadas no Amapá e na região da Amazônia Oriental como muito importantes, principalmente porque sempre a presença militar traz consigo possibilidades de desenvolvimento econômico regional, social e sobretudo contribui para a melhoria da percepção de segurança e de defesa pela sociedade local e regional. As Forças Armadas da região são adequadas quando se considera o orçamento que as forças possuem e as necessidades que a região apresenta. No entanto, podem aumentar, o que poderá ser uma tendência nos próximos anos.

**16. Entendendo a Defesa Nacional no sentido mais amplo e não apenas o emprego das Forças Armadas, em sua opinião, quais seriam as vulnerabilidades para a Defesa Nacional na região da Foz do Amazonas, entendido aqui como a área litorânea entre o Amapá e o Maranhão, inclusive? Que ações o estado brasileiro (e a sociedade também, se achar que é o caso) poderia realizar para reduzir essas vulnerabilidades.**

Eu entendo que algumas vulnerabilidades são: a fraca presença do estado em algumas regiões; a falta de educação e conscientização nacional sobre a importância da região amazônica; e, por tudo que ela representa em termos de potencial para nosso país, a exploração não sustentável sendo realizada de forma desenfreada; e a “guerra econômica silenciosa” entendendo-a como sendo uma espécie de novo colonialismo, onde as grandes empresas internacionais exploram sem nenhum controle do estado brasileiro ou dos estados da Federação, via de regra, não trazendo nenhum tipo de melhoria para o desenvolvimento regional e mesmo local. Basta fazer um sobrevoo na região da Serra do Navio, onde poder-se-á constatar os danos ambientais e a exploração que não trouxe e nem traz benefícios algum para região. Existem outras vulnerabilidades que certamente são de conhecimento público e seria redundante da minha parte citá-las. Sendo coerente com o que já havia citado anteriormente, acredito o que a melhor forma para desenvolver a região seria a confecção de um plano governamental que contemple e identifique as ameaças externas e internas, que verifique os pontos fortes e as oportunidades de melhoria da região. Que ao fim de todas as fases de um planejamento, tenhamos um plano bem elaborado, consistente, viável, que seja ouvida a sociedade e todos os atores governamentais envolvidos e que resulte em objetivos estratégicos bem definidos, com responsáveis, prazos e com recursos financeiros. Um plano assim seria a solução para mitigar as citadas vulnerabilidades, mas isso não seria uma novidade, pois tentativas foram realizadas por governos anteriores, mas, por falta de mentalidade e de conhecimento estratégico, foram colocadas de lado, atendendo tão somente a interesses exógenos. Ainda há tempo!!! Selva!!!



### **ANEXO 3 – APRESENTAÇÃO DO DIRETOR GERAL DO DCTA/FAB**

Apresentação do Tenente-Brigadeiro Luiz Fernando de Aguiar  
Diretor Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

Seminário ASDX, Belém, PA, 12 de novembro de 2019  
Mesa Redonda “A Amazônia Brasileira e a Estratégia Nacional de Defesa”

O Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica, localizado em São José dos Campos, tem 13 (treze) organizações subordinadas, aí incluído o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que todos conhecem. Também está entre eles o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e os dois centros de lançamento: o da Barreira do Inferno e o de Alcântara, que está situado aqui na área da Amazônia Oriental.

O que quer a Força Aérea com isso? Nós desativamos algumas bases no contexto da II Guerra Mundial, que eram bases voltadas para o Atlântico. Desativamos Florianópolis, Salvador, Recife e Fortaleza e engrossamos as fileiras das bases voltadas para a fronteira seca: Boa Vista, Porto Velho e Manaus, além de Belém. Acabei de visitar a Base de Belém, que agora recebeu a designação de Ala 9, sendo comandada por um oficial general de duas estrelas. Essas são, então, as principais organizações aqui no Norte. Descendo, temos Campo Grande e Santa Maria, além do Rio de Janeiro, voltado para defesa do pré-sal. São essas as bases principais a receber os meios de Força Aérea para conceberem a defesa dos 22 milhões de quilômetros quadrados sob nossa gestão. Por que 22? Isso inclui todo o território nacional e o mar territorial sob a responsabilidade do Brasil em termos de coordenação, segurança e apoio aéreo.

Essa contextualização explica o porque hoje todos os meios operativos da Força Aérea estão na mão do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), em Brasília. Uma aeronave não decola em operação, não me refiro a treinamento, de qualquer lugar do país, do Rio Grande do Sul, por exemplo, sem estar coordenada por esse comando aéreo estratégico. E essa aeronave poderá, por exemplo, como foi o caso da operação Verde Brasil, decolar do Rio de Janeiro com os equipamentos para apagar incêndios na Amazônia, coordenada pelo COMAE. Com isso, nós centralizamos a coordenação e a gestão dos nossos meios. A gestão do Satélite Geoestacionário

de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) também está sob a gestão desse Comando Aeroespacial, lançado em 2017, que dispõe de um Centro de Operações de Satélites para gerenciar e coordenar a atuação do satélite. Esse comando está permanentemente ativado e, pode-se dizer, é o verdadeiro comandante da guerra. Participam desse comando um almirante, que será substituído por um general de duas estrelas, no Comando de Operações Conjuntas, em Brasília. Dessa forma, toda vez que é ativada uma operação de GLO, quem comanda o apoio aéreo é COMAE. Toda vez que tem uma operação como a que foi desencadeada aqui, a Operação Verde Brasil, para combater os incêndios, ou na extração dos venezuelanos, que comanda é o COMAE. Com isso, nós estamos aproveitando, gerenciando nossos meios porque não há como a Força Aérea regionalizar todos os seus meios. Nós não temos C 130, uma aeronave cargueira, na região Norte, mas eles vivem operando aqui, dando suporte logístico. Eles estão sediados no Rio de Janeiro e, comandados pelo COMAE, atendem às demandas da Amazônia, do Sul ou de onde for. Com isso nós otimizamos a utilização de nossos meios.

Eu quis fazer essa contextualização porque, diferentemente da Marinha e do Exército, nós temos uma concepção de flexibilidade e de operação em todo o território nacional. Há valor agregado para todos os territórios, incluída aí a Amazônia.

Os nossos principais desafios da Ciência e Tecnologia hoje são vocacionados para o espaço: lançador de satélites, operação do Centro Espacial de Alcântara e reinserção do País na área espacial. Se eu pudesse resumir, essas são as principais ações, dentre outras, da área de Ciência e Tecnologia.

## ANEXO 4 – APRESENTAÇÃO DO COMANDANTE DO 4º DISTRITO NAVAL

Vice-Almirante Newton de Almeida Costa Neto

Seminário ASDX – Belém, 12 de novembro de 2019

Mesa Redonda “A Amazônia Brasileira e a Estratégia Nacional de Defesa”

**A Estratégia Nacional de Defesa diz que existem duas áreas do litoral que exigem atenção especial do ponto de vista de controlar o acesso marítimo ao Brasil. Uma delas é a foz do rio Amazonas. A END prevê ainda que devem ser feitos estudos para estabelecer nas proximidades da foz do rio Amazonas um complexo naval de uso múltiplo. Gostaria de saber como está a situação desse aspecto abordado na END e, aproveitando a oportunidade, como se desenvolvem os trabalhos desenvolvidos pelo 4º DN, na sua área da atuação?**

Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer esta oportunidade para realizar uma breve apresentação do que nós entendemos ser a tarefa do 4º Distrito Naval na defesa da soberania na Amazônia, de acordo com a END. Um dos aspectos extremamente importantes é a interoperabilidade entre as forças armadas. Como ex-integrante do Ministério da Defesa, tive a oportunidade de participar de diversas operações na região e de entender que, se nós não tivermos juntos, não teremos condições de resolver os problemas da região. Essa união inclui além das Forças Armadas, os poderes federativos, o município, o estado e a União, como foi salientado pelo general Canhaci. Nós somos dependentes desse conjunto. Vou tentar apresentar a contribuição que a Marinha do Brasil pode oferecer.

Esse quadro mostra a área da Amazônia, onde pode-se observar o predomínio da cobertura de florestas. A recente atuação em situação de Garantia da Lei e da Ordem na operação Verde Brasil, onde as Forças Armadas foram empregadas no combate aos incêndios na época da seca, mostra a importância da integração entre as Forças Armadas. O quadro também mostra a enorme quantidade de rios, sinuosos, retos, largos, profundos, de volume e dimensões só encontrados em nossa região. E essa grande malha hidrográfica é o principal meio de conexão da Amazônia. Aqui, o rio é a estrada, a rua. Não existe plano de comunicação, de movimento, na

Amazônia sem considerar a relevância do transporte hidroviário. As pessoas vivem nos rios. Nós operamos nos rios. Ninguém vive dentro da floresta longe da água, nem os homens, nem os animais. E, para conhecer a região, é fundamental vivê-la, estudá-la, estar presente. Vemos, muitas vezes, opiniões de especialistas em Amazônia que passaram apenas algumas semanas na área. A Marinha do Brasil está aqui há anos, convivendo com a população, com suas demandas, com seus problemas, e não conhecemos tudo da Amazônia.

A Amazônia representa 63% do território nacional, mas sua população é muito pequena. O aumento da população, por sua vez, pode destruir as riquezas que a floresta oferece, que é a biodiversidade. É preciso criar novos municípios? Estimular a crescimento populacional? Porém, cada vez que se criam novas estruturas, quer seja um comércio, um hospital, há impacto sobre as florestas. Esse é um desafio a ser enfrentado, um equilíbrio a ser buscado. Assim, para a assistência às demandas da população ribeirinha, o meio utilizado é o rio. Essa é, então, a oportunidade que a Marinha tem para contribuir com o desenvolvimento local, utilizando seus meios na contribuição para a solução dos problemas locais. A Amazônia é hoje um local de atenção mundial. Todos valorizam a riqueza que a floresta carrega e que pode contribuir para toda a humanidade. Muitos, entretanto, esquecem que essa riqueza existe porque o Brasil a preservou.

A economia amazônica teve a característica de ser pouco afetada na última crise mundial. Foi muito grande a quantidade de barcaças que chegou e saiu de nossos portos, escoando a produção agrícola do centro-oeste brasileiro e exportando o minério retirado de nosso subsolo. Nos últimos anos, inclusive no período de crise, houve um aumento significativo do movimento de nossos portos e terminais. Contudo, ainda existem limitações relevantes que restringem o transporte de nossas riquezas com maior efetividade. Nossos portos têm limitação de calado para navios, o que impede a utilização de embarcações maiores ou mesmo restringe a capacidade total de carga. Para se ter uma ideia, os navios que utilizam nossos portos utilizam cerca de 60%-70% de sua capacidade de transporte de carga, em função dessa limitação. Temos realizado estudos e apoiado projetos para buscar aumentar a profundidade de nossos canais, terminais e portos. Assim, se um navio carrega 60% de sua capacidade em nossos portos com material que se destina à Ásia, ele terá que completar sua capacidade em outro porto para tornar viável economicamente esse transporte competitivo em termos internacionais. Assim, os custos envolvidos, a praticagem, o seguro, o óleo, as taxas portuárias, podem ser subtraídas do lucro obtido com o transporte da capacidade total da embarcação.

Nossa Amazônia já dispõe de 22.000 km de vias navegáveis, sem necessidade de interferência humana. Se houver disponibilidade de recursos para dragar, derrocar, preparar outras áreas, esse número pode ser bastante aumentado. Os rios são os capilares que permitem levar e trazer a vida em todo o território amazônico. Nessa ampla malha merece destaque o trecho Belém-Manaus, que como já abordamos, ainda pode ser melhorado. Esta é uma das maiores bacias hidrográficas do mundo e nela reside a vida da Amazônia. Além disso, ela é o principal de meio de conexão com o Centro-oeste brasileiro, hoje um grande celeiro, com o mundo, pela Amazônia Azul, nosso espaço atlântico. Atualmente, estamos realizando grandes investimentos em rodovias, como a BR-163, e em ferrovias, como a Norte-Sul, que reforçam os meios de comunicação do agronegócio brasileiro com os portos amazônicos, que são os locais mais econômicos para a distribuição dessa riqueza para o mundo. Dessa forma, essa limitação em nossos portos é um óbice para alavancar ainda mais nossa capacidade agropecuária. Para se ter uma ideia da capacidade de transporte do meio aquático, um navio pode transportar a carga transportada por mais de 900 caminhões bitrem, com um preço bem menor. É preciso investir na melhoria das condições de nossos portos. O transporte fluvial conduz mais de 90% das riquezas na Amazônia, tanto a importação como a exportação. Se existe uma Zona Franca de Manaus, muito se deve à navegação que permite transportar seus produtos industrializados e seus insumos. Se hoje temos 30% do agronegócio brasileiro escoando seus produtos pela Amazônia, isto se deve à capacidade de seus portos e terminais, que pode ser aumentada.

Como manter a soberania nacional na Amazônia? Só existe uma forma de conseguir isso: é investindo em nossa capacidade dissuasória. Mas o que vem a ser dissuasão, em termos de Estratégia Nacional da Defesa? Para responder a essa pergunta deve-se inicialmente identificar as ameaças existentes. Acompanhamos o noticiário internacional discutindo questões da Amazônia no Sínodo da Igreja Católica. Questões fronteiriças também estão sempre presentes nos noticiários locais. Crises nos países vizinhos é outro tópico que pode ameaçar nossa soberania. E a questão da segurança pública representa ameaça a nossa soberania? Como então desenvolver capacidade dissuasória para enfrentar todas essas questões? A END apresenta uma orientação, uma ideia, uma linha de pensamento, mas o desenvolvimento das capacidades irá se configurar com a consecução integrada dos projetos estratégicos das Forças. São essas ações que permitirão às Forças se contraporem a essas ameaças. Caso não sejam implementados, permaneceremos na situação atual,

em que há uma percepção geral de que o Brasil não tem capacidade para enfrentar as ameaças que pairam sobre a Amazônia, como qualquer um pode observar ao ler o jornal ou assistir à televisão.

Um tópico importante ressaltado pela END refere-se à presença das Forças Armadas na região. Existe, como é conhecido por todos, um grande esforço em se fazer presente nas mais distantes localidades da Amazônia brasileira, mas é impossível estar presente em toda a fronteira, ou mesmo em todas as áreas de rios navegáveis. Dentro da realidade atual, contudo, as Forças Armadas têm feito seu dever de casa, no sentido de estar presente junto à população que vive nos pequenos lugarejos e nas fronteiras amazônicas. Houve, nos últimos anos, reposicionamento de organizações militares das três Forças. Também estamos capacitando nossos efetivos para que incrementem a capacidade de se fazer presente, por meio da mobilidade. Além disso, as novas tarefas impostas pela LC 136 para atuar contra crimes transfronteiriços e ambientais, assim como as tarefas de controle de navegação nos rios, específica da Marinha, exige capacitação das tropas empenhadas nessas missões.

No que se refere ao monitoramento e controle, outro tópico tratado na END, existe um grande esforço da Marinha na área de ciência e tecnologia. As três Forças desenvolvem projetos com suporte tecnológico avançado de modo a permitir que se conheça a realidade amazônica, desde a foz do rio Amazonas, até os fluxos nas mais diversas fronteiras. Não é possível distribuir um pelotão de fronteira a cada quilômetro. Não é possível desdobrar uma embarcação a cada milha dos rios da região. Assim, o que estamos fazendo é aumentar nossa capacidade de monitorar e controlar essas regiões.

Incrementar a mobilidade é outra forma de aumentar a capacidade de se fazer presente, permitindo deslocar nossas tropas nas condições impostas pelo ambiente amazônico. Não temos condições de alocar tropas em todas as localidades, logo devemos melhorar nossa capacidade de se deslocar e transportar contingentes e equipamentos onde for necessária nossa presença.

Existiriam ainda outros desafios? Sem dúvida, existe muito o que se fazer pelas Forças Armadas. As organizações criminosas estão, a cada dia que passa, tornando-se mais internacionalizadas. Grupos criminosos estão presentes em vários países. Entender esse processo e cooperar com o combate a esse problema na região da fronteira é também tarefa das Forças Armadas.

Para enfrentar os desafios na Amazônia, a Marinha aumentou seu contingente de fuzileiros navais, tanto em Belém, como em Manaus, os dois polos mais importantes da região.

Aumentamos ainda nossa capacidade na fronteira com a Guiana Francesa, no Oiapoque, devido ao incremento de problemas naquela região. Também aumentamos nossas capitânicas, que desempenham a tarefa de monitoramento e controle de tráfego fluvial. Em um esforço maior, criamos em Belém um esquadrão de helicópteros, atualmente com 3 (três) aeronaves UH-15, Super Cougar, ou Caracal, com capacidade de transporte de tropa e equipamento, o que permitiu ampliar a diversidade de operações realizadas pela Marinha. Operamos para salvar vidas no mar, operamos nas missões da Amazônia Azul, enfim ampliamos nossa capacidade dissuasória dentro do rol de tarefas a nós atribuídas.

No que se refere ao comando e controle, criamos Centros de Comando e Controle nos Distritos Navais da Amazônia. Também estão sendo implementados minicentros nas Capitânicas de Portos, de modo a permitir o monitoramento do fluxo de navios e outras embarcações que trafegam em suas áreas de responsabilidade.

É importante enfatizar também a importância que a Estratégia Nacional de Defesa atribui ao controle do tráfego na região da foz do rio Amazonas, pois, como sabemos, que quem domina o portal de entrada, domina toda a Amazônia. A foz é a porta de entrada da Amazônia. Considerando ainda as dificuldades de comunicação impostas pela selva, tudo entra e sai da região se faz por essa porta. Se for necessário o deslocamento de grandes efetivos de tropas com seu equipamento para a região, o meio a ser empregado será o naval. Assim, o controle da foz, da entrada, é fundamental para garantir a segurança desse movimento. Entender a importância estratégica do controle militar dessa região é fundamental para o cumprimento da missão das Forças Armadas na região.

No que se refere à Marinha, a mobilidade faz parte da nossa forma de operar. Para realizar operações na região amazônica, nossos navios necessitam dispor de todas as facilidades logísticas. Eles já construídos com oficinas, carregam seu armamento orgânico e da tropa embarcada, assim como toda a munição necessária para um longo período de operações. O navio também pode levar helicóptero. Com isso, a força consegue ter uma versatilidade muito grande para o cumprimento de suas missões. Esse conjunto de capacidades, de funções logísticas e operativas, é o que está sendo trabalhado para ser modernizado e aprimorado, por meio dos projetos estratégicos da Marinha. Tais projetos visam, então, o desenvolvimento das capacidades conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa.

Assim, a END entende que a Amazônia é o maior foco de interesse da Defesa. E essa percepção é o que orienta o nosso trabalho. Também há o consenso de que o desenvolvimento da Amazônia deve ser conduzido de forma sustentável. Existem pressões muito fortes querendo mostrar que o Brasil não consegue cuidar da Amazônia. Isso não é verdade. Ela ainda dispõe de toda essa cobertura vegetal e diversidade porque nós cuidamos desse patrimônio. Entendemos que, por meio de ferramentas de monitoramento e controle, associados a meios com maior mobilidade, teremos condições de cumprir nossa missão constitucional de garantir a soberania na Amazônia.

Concluindo, deixo a mensagem de que quem cuida da Amazônia brasileira, com os benefícios para toda a humanidade e para si próprio, é o Brasil. A Amazônia é um patrimônio do povo brasileiro.

Com relação à referência da END sobre a criação da 2ª Esquadra, na região amazônica, ela pressupõe um redimensionamento da Marinha para atender a essa demanda da END. O projeto implica em trazer não só uma esquadra, mas também uma força de fuzileiros da esquadra para a região Norte de forma a dispor de uma capacidade dissuasória nesta área, uma vez que para trazer os meios operativos navais da sede atual exige um esforço muito grande. Esse projeto estratégico, entretanto, está orçado em vários bilhões de reais. Não é um projeto simples. Para projetos semelhantes, como o PROSUPER, o orçamento está na casa de dezenas de bilhões. Atualmente, a Marinha não tem essa disponibilidade de recursos. O que está sendo desenvolvido são estudos e análises que permitam ter uma direção geral do que deva ser feito, caso o País decida alocar orçamento para essa finalidade. Se for feita a pergunta: é necessária uma outra esquadra? A resposta a ser dada é: sim, é necessária. A Defesa do Brasil precisa de outra esquadra na região Norte, em condições de garantir um efeito dissuasório no Delta do Amazonas, incluindo os portos do Maranhão, de onde é exportada uma parcela relevante dos produtos amazônicos. No entanto, essa decisão está no nível político nacional. Com os recursos disponibilizados pelo governo, a Marinha entendeu serem prioritários outros projetos estratégicos que já estão em andamento, visto que se forem divididos os recursos, corre-se o risco de atrasar o desenvolvimento de uma capacidade estratégica que foi considerada prioritária. Nós sabemos que é necessária essa outra capacidade para a região, mas na falta de orçamento para tudo, devem ser definidas prioridades. Assim, como as demais Forças, foram escolhidos os projetos considerados mais relevantes e, para eles os recursos foram distribuídos. Assim, não adianta só querer ter uma nova esquadra, sonhar uma capacidade ideal se não há orçamento para isso. Criar uma esquadra é caro. As Forças têm



planejamentos estratégicos amplos, com muitos projetos importantes para a Defesa, mas não há orçamento para todos. Assim, para implementar um projeto como esse é necessário um orçamento muito maior do que é disponibilizado para a Marinha. Será que esta é uma prioridade da sociedade brasileira, do Congresso Nacional? Caso o orçamento seja disponibilizado, a Marinha já sabe o que deve ser feito.

## ANEXO 5 - A POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE INFRAESTRUTURAS CRÍTICAS – BRIG ARY

Apresentação do Brigadeiro Ary Soares Mesquita  
Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional  
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Seminário ASDX – Belém, 12 de novembro de 2019  
Mesa Redonda “A Amazônia Brasileira e a Estratégia Nacional de Defesa”

**Sabe-se que o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República tem se preocupado com as questões de fronteiras. Também é sabido que o GSI tem uma abordagem sobre infraestrutura em uma visão mais ampla do que a defesa: a perspectiva da segurança nacional. Quais as áreas de atuação do GSI? Quais os trabalhos atuais desenvolvidos pelo Gabinete de interesse para a região amazônica?**

O Gabinete de Segurança Institucional desempenha uma série de atividades em prol do Brasil. Ele é o responsável pela segurança presidencial, aí incluído a pessoa do presidente, seus familiares, do vice-presidente, das instalações presidenciais, das residências dessas autoridades. O GSI também é o gestor das atividades de inteligência, tendo a ABIN como seu órgão principal. Também é seu encargo as atividades do SIPRON – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro<sup>36</sup>. Também é o coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro. Está envolvido em todos os assuntos de interesse estratégico do Brasil, especialmente quando envolve a possibilidade de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem

---

<sup>36</sup> O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) tem por objetivos desenvolver atividades e supervisionar e coordenar ações que visem manter, permanentemente, a capacidade para a pronta resposta a situações de emergência nuclear no País e para a proteção dos materiais e conhecimentos sensíveis relacionados aos programas e projetos da área nuclear em desenvolvimento. Disponível em <<https://www.gov.br/gsi/pt-br/assuntos/acervo/imagens-acesso-a-informacao/serve-o-sipron.pdf/view>>. Acesso em 05 dez. 2019.

(GLO), assessorando diretamente o Presidente da República. Ainda é o coordenador do Comitê-Executivo do Programa de Proteção Integrada das Fronteiras<sup>37</sup>.

Finalmente, tratando da questão formulada pelo moderador, o GSI é responsável por implementar e gerir o Sistema Integrado de Dados de Segurança de Infraestruturas Críticas e pelo acompanhamento dos assuntos pertinentes às infraestruturas críticas do Brasil, conforme definido na Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas<sup>38</sup>. Há dois anos foi definida a Política Nacional, no governo do presidente Temer, e, a partir daí, o GSI assume a gestão, a governança dessas ações vocacionadas a estudar a segurança das estruturas críticas do Brasil. Essa política define as ações a serem realizadas. Dessa política irão redundar a Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, que já está pronta, em condições de ser apreciada pela alta gestão do Brasil, provavelmente ainda este ano, mostrando o que deve ser feito em prol da segurança das infraestruturas críticas. Como foi realizado esse trabalho? Inicialmente, foi criado um Grupo de Trabalho bastante plural, com participação de diversos órgãos do governo federal. Hoje, compõem o sistema 43 (quarenta e três) organizações, dentre elas 5 (cinco) militares. Essa maioria de instituições civis pensa na segurança de suas infraestruturas e nas medidas a serem tomadas em prol dessa segurança. Para organizar o sistema, foram definidas 5 (cinco) áreas prioritárias, que são: comunicações, transporte, energia, águas e finanças. Cada área possui ainda subdivisões. A partir desse ponto, buscou-se identificar quais são as infraestruturas críticas. Fruto dessa análise foi elaborada uma relação das infraestruturas. O passo seguinte foi analisar quais seriam as ameaças que poderiam impactar o seu funcionamento. Continuando o trabalho, verificou-se a interdependência que existe na atuação dessas infraestruturas. Daí foi feito o tratamento do risco e finalmente elaborados os planos específicos de segurança para cada infraestrutura crítica. Considerando as subdivisões são consideradas 13 (treze) áreas a serem acompanhadas. Para se ter uma ideia do andamento dos trabalhos, no dia de ontem foi realizada a 98ª reunião sobre o tema infraestruturas críticas do Brasil. Dessa forma, o GSI, como instituição do Estado, recebeu o encargo de acompanhar e coordenar, de forma conjunta, com vários órgãos do governo federal a

---

<sup>37</sup> O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras foi instituído pelo Decreto Nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm)>. Acesso em 05 dez. 2019.

<sup>38</sup> A Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas foi aprovada pelo Decreto Nº 9.573, de 22 de novembro de 2018. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9573.htm). Acesso em 05 dez. 2019.

questão da segurança das infraestruturas críticas. A Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas terá o importante papel de definir os parâmetros a serem adotados pelos órgãos responsáveis pela gestão das instalações da infraestrutura. Dessa forma, serão elaborados os planos de ação para a segurança de cada uma das instalações que foi considerada infraestrutura crítica. As ações adotadas pelos órgãos gestores já deverão começar a ser tornadas mais visíveis, a partir do próximo ano. Para se dar um exemplo da dependência que existe entre os diversos subsistemas, prevê-se que a falta de combustíveis em Roraima irá impactar na geração de energia elétrica para aquele estado da federação. Outro exemplo: a escassez hídrica do estado de São Paulo quase afetou o sistema financeiro paulista. A redução da oferta de combustível, ocasionada pela greve dos caminhoneiros, quase afetou os aeroportos não necessariamente pela falta de querosene de aviação. Essas questões afetam não apenas o Brasil, mas também outros países, o que nos permite também buscar aprendizado na experiência vivida por outras nações. Essa preocupação com a segurança das instalações críticas passou a receber atenção especial dos governos a partir de 2001, com o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos. A partir desse incidente, o *Homeland Security* realizou um estudo significativo ao qual tivemos acesso e passamos a utilizar alguns ensinamentos adotados pelos norte-americanos. A experiência oriunda da conclusão desse relatório tem sido muito importante para nosso trabalho. O Gen Paulo Sérgio, comandante militar do Norte, citou em sua apresentação suas preocupações com algumas estruturas críticas dentro de sua área de responsabilidade territorial. Nesse momento, seria importante definir o conceito adotado pelo sistema do termo infraestrutura crítica. Entende-se, assim, por infraestrutura crítica aquelas “infraestruturas que, quando forem impactadas, total ou parcialmente, poderão gerar colapsos que poderão atingir a população ou outro sistema nacional”. Ela será tão mais crítica quanto mais difícil for garantir sua segurança. Existem infraestruturas críticas em todas as regiões do País, no Norte, no Sul. A caracterização de uma instalação como infraestrutura crítica não implica em considerá-la perigosa ou ser motivo de danos. Implica, sim, que ela deve ser bem cuidada. Por exemplo, aqui na região Norte, os dois maiores aeroportos (de Manaus e de Belém) são infraestruturas críticas importantes. Também são assim classificados, os portos de Belém, o porto de Santarém, o porto de Manaus, a área de exploração de petróleo de Urucu (no Amazonas), a REMAN (Refinaria de Manaus), as rodovias BR-163 e BR-174, enfim, todas essas estruturas e outras equivalentes são estudadas por nosso pessoal, analisando sempre o risco e as consequências que poderão advir para o Brasil caso haja a interrupção do funcionamento dessas infraestruturas.

## **ANEXO 6 – A AMAZÔNIA BRASILEIRA E SEU ENTORNO GEOGRÁFICO – GEN BDA QUINT**

Apresentação do General de Brigada Adilson Giovani Quint  
Comandante da 22ª Brigada de Infantaria de Selva

III Encontro Regional Norte da Associação Brasileira de Estudos de Defesa  
ERABED Norte  
Macapá, 06 de novembro de 2019

O exemplo das perdas territoriais da Bolívia no século XIX serve para mostrar a importância da política e da vivificação das fronteiras. A nossa integridade territorial e soberania são legados que temos obrigação de passar aos nossos sucessores.

Apresento agora uma pequena mostra de parte da área de responsabilidade da minha brigada, que é o estado do Amapá e o noroeste do Pará. Reparem, por favor, em amarelo, área de exploração sustentável; em laranja-marrom, terras indígenas; e, em verde, área de proteção total. Verifiquem como é difícil vivificar nossas fronteiras. Existe uma portaria do Ministério da Defesa que, independente dessa legislação, se houver interesse militar, as Forças Armadas podem construir instalações militares ou estruturas de defesa, respeitando os estudos de impacto ambiental. De tudo isso, observa-se que o estado do Amapá dispõe apenas de uma pequena área onde é permitido seu desenvolvimento. Além disso, não foram consideradas áreas de assentamento do INCRA, quilombolas etc. Sobra então uma área bastante pequena para que o estado possa se desenvolver. É uma questão para reflexão. É importante lembrar que esse é um problema que pode ser resolvido de forma política. Entendam a dificuldade de vivificar a fronteira e aproveitem para relembrar a dificuldade que a Bolívia teve para vivificar suas fronteiras.

Avançando, mostro nesta imagem a Vila Brasil (Amapá) e, do outro lado da fronteira, Camopi (Guiana Francesa), e entre elas o rio Oiapoque, dividindo ou unindo, como queiram, os dois países – Brasil e França. Reparem também a localização do destacamento do Exército Brasileiro e do Exército Francês nas localidades. Reparem, no lado francês, a existência de uma pista de pouso bem estruturada. Já temos um projeto para a construção de uma pista em território

brasileiro. Esse apoio é muito importante, pois dessa localidade (Vila Brasil), pelo rio, até sua foz na cidade de Oiapoque, existem 11 (onze) trechos acachoeirados. O meio fluvial hoje é o único meio de realizar o suprimento pesado para o destacamento. Assim, o comboio deve superar essas cachoeiras, contra a correnteza. Agora vou mostrar um vídeo apresentando as dificuldades para a superação dessas dificuldades. Assim, vejam a diferença na estrutura de apoio à tropa e à população nos dois lados da fronteira. No lado francês, em Camopi, um aeródromo asfaltado de 1.500m desde 2015, uma escola com suporte para cursos profissionalizantes, hospitais e segurança pública. A França tem investido em infraestrutura e é incentivada a produção sustentável na faixa de 6 km da fronteira. Quando se faz um voo, prosseguindo no Oiapoque, uma hora e meia de helicóptero, a gente só vê vilarejos do lado francês e vemos algumas clareiras no lado brasileiro. Deduzimos que não foram feitas por brasileiros, pois não há população nacional por perto.

A França, só para lembrar, é um país membro da OTAN, um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, maior país da União Europeia em extensão territorial, e tem sua maior fronteira com o Brasil – 730 km. A Guiana é o principal território da França fora da Europa. O país possui 10 (dez) submarinos de propulsão nucleares, sendo 4 (quatro) com capacidade de lançamento de engenhos nucleares. Ou seja, é importante ressaltar que o território vizinho do Amapá não é apenas uma das Guianas. Isto é França. Assim, devemos lembrar que nós fazemos fronteira com a Europa.

Agora vamos abordar o tema planejamento estratégico. Uma frase que gosto de utilizar sobre essa questão é: “sem planejamento estratégico e objetivos bem definidos, somente por acaso seremos uma grande nação”. Nós devemos ter planejamento estratégico, e temos. O Exército tem o seu planejamento estratégico. E esse planejamento está totalmente alinhado com o Livro Branco de Defesa Nacional, com a Política Nacional de Defesa (PND) e com a Estratégia Nacional de Defesa (END). O planejamento estratégico do governo federal está sendo elaborado – o Plano Plurianual de 2020-2023 –, e o Exército seguirá suas diretrizes. A última versão da PND e da END, recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional, em 14 de dezembro de 2018, foi a base para a atualização do Plano Estratégico do Exército. Na Estratégia Nacional de Defesa está definido esta orientação para a qual eu chamo a atenção: “defesa não deve ser um assunto restrito aos militares ou ao governo, diferentemente, deve ser uma preocupação de toda sociedade”. Essa reunião da qual participamos segue exatamente as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa. É importante que nós possamos discutir defesa com todos, para que vocês (civis) nos conheçam (militares) um

pouco mais, e dessa forma, possam conhecer um pouco mais o Exército Brasileiro. Nessa última versão da END estão previstas algumas premissas, como o “aumento da presença do estado, é condição relevante, em prol do desenvolvimento da Amazônia”; “ampliar a cooperação com países vizinhos”; “a questão ambiental e a possibilidade da cobiça internacional”; “a ação diplomática na solução de conflitos soma-se à estratégia da dissuasão” (perante países do nível da França, não há que se considerar a estratégia da dissuasão); “a priorização da Amazônia e o adensamento de tropas da Marinha, do Exército e da força Aérea nas fronteiras”; “desdobramento de forças militares na foz do rio Amazonas”. Essas ideias já fazem parte dos documentos de Defesa desde 2008, e foi colocado em prática em 2017, com a criação da 22ª Brigada. Essa ação caracteriza a transformação daquilo que estava no nível estratégico para o nível estratégico e, por conseguinte, para o nível tático.

O Exército tem na Amazônia, nos dias de hoje, cerca de 30.000 militares. Se formos considerar a Amazônia Legal esse número sobe para 45.000. Assim, podemos observar uma evolução significativa dessa presença militar. Em 1950, tínhamos um efetivo de 5.000 militares e hoje esses contingentes aumentaram bastante. Para atender ao previsto no planejamento estratégico, o Exército dividiu a área da Amazônia, que antes ficava sob a responsabilidade do Comando Militar da Amazônia, em dois Comandos, ambos chefiados por um oficial general de 4 estrelas, com a criação do Comando Militar do Norte (CMN), em 2013. Esse novo comando recebeu o estado do Maranhão (que era do Nordeste), além dos estados do Pará e do Amapá, que já compunham o comando da Amazônia. O Comando Militar do Norte tem um braço administrativo, responsável pela operacionalização de toda a logística: a 8ª Região Militar, com sede em Belém. A parte operacional é realizada por duas brigadas; a 23ª Brigada, que é a mais antiga, sediada em Marabá-PA, e, agora, a 22ª Brigada aqui em Macapá-AP. O CMN tem responsabilidade sobre 1.890 quilômetros de fronteira, 2.200 quilômetros de costa e dispõe de 10.000 militares distribuídos em 30 organizações militares (OM). Na Amazônia como um todo existem 131 organizações em 60 localidades. Ou seja, há uma capilaridade muito grande. Isso permite que nós atinjamos uma das estratégias importantes para o nosso Exército.

A 22ª Brigada de Infantaria de Selva foi criada para atingir os seguintes objetivos:

- Potencializar a presença militar na foz do rio Amazonas, região muito importante, foco de disputa internacional desde o século XVII;
- Aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nessa região; e

- Aumentar a cooperação com países vizinhos.

A área ao norte do CMN está sob a responsabilidade da 22ª Brigada, e a parte ao sul está com a Brigada de Marabá. Reparem que temos 3 batalhões, um em São Luís-MA, um em Belém-PA e um em Macapá-PA. Observem a dimensão das fronteiras: 730 km com a França, 590 km com o Suriname e 410 km com a Guiana. Cerca de 10% das fronteiras e do território brasileiro estão sob a responsabilidade da nossa Brigada. Com relação à área da área da Brigada, ela é distribuída entre os três batalhões de infantaria. O batalhão de Macapá tem responsabilidade na faixa de fronteira. Para isso, ele lança uma companhia em Clevelândia do Norte. Essa companhia de fuzileiros coloca um pelotão no Destacamento de Vila Brasil. Além disso, esse mesmo batalhão mobilia o pelotão de Tiriós. Eu sou capaz de apostar um ingresso para a final da Libertadores do Flamengo em Lima se alguém informar o local desse pelotão. Tiriós fica a 10 km em linha reta do Suriname. Está localizado no Pará, a mais de 1.000 km aqui de Macapá, e está sob nossa responsabilidade. A vocação de nossas unidades é o combate, isto é, ser capaz de realizar operações ofensivas e defensivas em ambiente de selva. Nossa tropa é preparada pela melhor escola de formação de Guerra na Selva do mundo, que é o Centro de Instrução de Guerra na Selva – o CIGS –, localizado em Manaus-AM. Amanhã, alguns professores irão a Clevelândia. Será um prazer recebê-los e mostrar o que fazemos. Contem sempre conosco.

Com relação ao nosso relacionamento com os vizinhos, chamamos atenção à vivificação das fronteiras, especialmente nos pontos onde a outra parte tem um desenvolvimento populacional. Nosso trabalho naquela região segue duas estratégias: a da presença e da cooperação. Mesmo entendendo tudo o que abordei sobre a França, nós desenvolvemos com suas Forças Armadas e Forças de Segurança uma parceria nas atividades operacionais, contribuindo para um bom relacionamento internacional. Temos realizado intercâmbios. Eles virão aqui nos dias 2 e 3. O Gen Paulo Sérgio, comandante do CMN, esteve na Guiana Francesa na semana passada. O Suriname participou conosco de um exercício da Operação Curare, na área de fronteira. Ou seja, existe uma cooperação com nossos vizinhos. E nós estamos sempre presentes, na faixa de fronteira.

Apresento agora algumas fotos que demonstram as dificuldades logísticas para o suprimento do destacamento de Vila Brasil. O Exército está presente ali desde 1927. Vejam o risco para o pessoal e para o material ao se deslocar pelo rio Oiapoque, enfrentando com as “voadeiras” os trechos perigosos. As embarcações com frequência batem, quebram, viram, principalmente no



período de seca. Em alguns trechos, os barcos, e toda a carga claro, são retirados da água e são carregados pela tripulação a braço por trilhas pela margem.



Figura 1 – Transporte da “voadeira” pela trilha para desviar da cachoeira



Figura 2 – Transposição de trecho encachoeirado do rio Oiapoque

O pelotão de Tiriós tem também a missão de garantir a proteção de uma área de cobertura do CINDACTA, além de se fazer presente próximo à fronteira com outro país. Essa estrutura tem uma pista de pouso capaz de receber aeronaves maiores.

A missão das Forças Armadas está definida no artigo 142 da Constituição. Para a 22ª Brigada a missão prioritária é a preparação para a guerra, a defesa da Pátria. Nós nos preparamos durante todo o ano para isso. O que vem a mais (ações subsidiárias na faixa de fronteira, missões de GLO) nos fazemos, mas nosso foco é defender a soberania. Nossa rotina é realizar operações de adestramento da tropa e reconhecimento/ vigilância da fronteira. Nesta semana estamos realizando uma operação em cooperação com os franceses no rio Oiapoque. Buscamos exercitar nossa mobilidade tática. De acordo com a Lei Complementar 136, na faixa de fronteira nós podemos atuar isoladamente ou em coordenação com outras agências contra delitos transfronteiriços e ambientais. Realizamos patrulhamento, revistas, prisões em flagrante delito, entre outras. Durante este ano participamos de inúmeras operações, com todas as agências com responsabilidade na faixa de fronteira, sejam estaduais, sejam federais. Trabalhamos em conjunto no combate aos ilícitos ambientais, ao garimpo ilegal, à extração ilegal de madeira, à caça ilegal e à pesca ilegal. Também aproveitamos a presença no campo para desenvolver ações cívico-sociais. Também participamos de ações com agências francesas, com a Gendarmerie, ou sem participação de militares. Estivemos na operação Tumucumaque, operação nível Brigada, no Cabo Orange, todas elas para combater ilícitos transfronteiriços. A Brigada também participou da Operação Verde Brasil de combate a incêndios na região amazônica.

Como conclusão, a criação da 22ª Brigada no Amapá aumentou a presença militar, aumentou a capacidade de coordenação dos meios militares, ampliou a capacidade de coordenação com as diversas agências governamentais e consolidou uma excelente relação com todos os poderes, nas esferas federal, estadual e municipal. Além disso, reforçamos nossas ações de cooperação com nossos vizinhos. Lembro também que estamos desenvolvendo o PROFEST (Projeto Força no Esporte) e o Projeto Soldado Cidadão, indo ao encontro das demandas da sociedade amapaense.

Finalizando, agradeço o convite e manifesto a importância de diálogos como este para que possamos nos conhecer melhor. Contem conosco!